



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

PORTUGAL

PORTUGAL SOCIAL

1991/1995

Catálogo recomendada

PORTUGAL SOCIAL. Lisboa, 1992-
Portugal social / ed. Instituto Nacional
de Estatística. - 1985/1990- . -
Lisboa, I.N.E., 1992- . - 30 cm
Quinquenal
ISSN 0871-8717
ISBN 972-673-247-6

Director

Presidente do Conselho de Administração
C. Corrêa Gago

Editor

Instituto Nacional de Estatística

Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo
Av. António José de Almeida, 2
1000 LISBOA
Telefone: (01) 842 61 00
Fax: (01) 842 63 65

Composição

INE - Dep. Estatísticas da População

Impressão

INE - Dir. Regional de Lisboa e Vale do Tejo
Secção de Artes Gráficas

Tiragem: 1000 exemplares

Depósito legal n.º 55243/92

Preço: 6 000\$00 (IVA incluído)

O INE na Internet
<http://www.ine.pt>

NOTA INTRODUTÓRIA

Com esta publicação, o Instituto Nacional de Estatística dá continuidade à edição, com ritmo quinquenal, de um volume que sintetize a abundante informação, publicada ou apenas disponível, sobre as características sociais da população portuguesa. Desta forma, o INE procura contribuir para a clarificação de uma visão de conjunto sobre a sociedade, apoiando a detecção do sentido e amplitude das mudanças que vêm ocorrendo no país.

Na sequência do volume editado em 1992, com informação relativa ao período 1985-1990, a generalidade das séries agora apresentadas retoma o ano de 1990 e actualiza um conjunto alargado de indicadores até 1995. Nalguns casos, recuou-se a anos anteriores, nomeadamente a 1981 ou 1985, por se considerar tal ser útil para a análise de determinadas áreas. Noutras situações, em número muito reduzido, não sendo possível apresentar informação relativa ao período 1990-1995, inclui-se a informação disponível mais recente.

Os dados estatísticos e indicadores seleccionados estão organizados em doze áreas temáticas; relativamente à edição de 1992, acrescentaram-se dois novos capítulos, indo ao encontro de preocupações sociais emergentes – “Segurança e criminalidade” e “Ambiente”.

Toda a informação apresentada é acompanhada pela referência aos conceitos estatísticos utilizados e às fontes que a produziram, no sentido de permitir a sua total compreensão e de facilitar estudos ou esclarecimentos posteriores.

As comparações internacionais, apresentadas em cada capítulo, permitem uma leitura objectiva do posicionamento do nosso país no conjunto da União Europeia. Apesar da evolução já verificada a nível da harmonização das estatísticas nacionais e comunitárias, subsistem alguns aspectos específicos de cada país no que respeita a nomenclaturas, conceitos e metodologias, os quais devem ser tidos em conta na utilização dos indicadores e para os quais se faz referência no texto. Igualmente se alerta para o facto de ser distinto o carácter definitivo ou provisório de algumas séries (certos indicadores das Contas Nacionais, por exemplo), entre as fontes nacionais e comunitárias.

Finalmente, e no sentido de dotar o utilizador com um instrumento mais versátil, a publicação encontra-se disponível não só em suporte papel mas também em CD-ROM, com acesso directo à informação constante dos quadros e gráficos.

Abril de 1998

SINAIS CONVENCIONAIS

- ... = Dado confidencial
- _ = Resultado nulo
- x = Dado não disponível
- '' = Estimativa
- * = Dado rectificado
- o = Dado inferior a metade da unidade utilizada

SIGLAS

- H - Sexo masculino
- M - Sexo feminino
- HM - Total dos dois sexos

Para esclarecimentos e informações adicionais
sobre o conteúdo desta publicação contactar:

DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICAS DA POPULAÇÃO

Telefone: (01) 842 61 00; FAX: (01) 842 63 78

ÍNDICE

Página

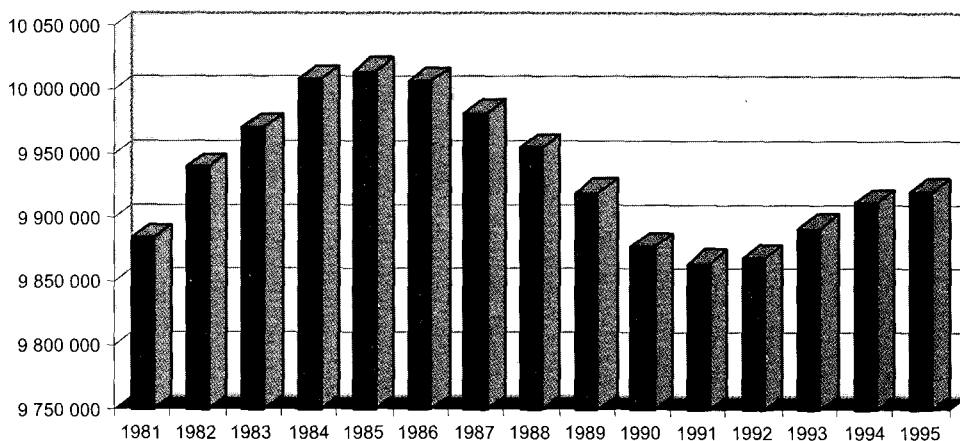
Nota introdutória.....	3
Sinais convencionais	4
Índice	5
 1. POPULAÇÃO	 9
1.1 - Evolução demográfica	10
1.2 - Natalidade.....	16
1.3 - Mortalidade	19
1.4 - Mortalidade infantil	21
1.5 - Migrações internacionais	23
 2. FAMÍLIAS.....	 27
2.1 - Evolução das famílias	28
2.2 - Nupcialidade	33
2.3 - Divorcialidade.....	35
 3. EDUCAÇÃO	 39
3.1 - Nível educacional da população	40
3.2 - População escolar.....	44
3.2.1 - Educação pré-escolar.....	45
3.2.2 - Ensino básico	46
3.2.3 - Ensino secundário.....	47
3.2.4 - Ensino superior.....	48
3.3 - Estabelecimentos de ensino e pessoal docente.....	52
3.4 - Despesas em educação.....	54
3.5 - Consumo das famílias.....	55
 4. EMPREGO, DESEMPREGO E INACTIVIDADE.....	 57
4.1 - População activa.....	58
4.2 - Emprego	60

4.3 - Desemprego.....	64
4.4 - O desemprego na família	67
4.5 - População inactiva	68
5. CONDIÇÕES DE TRABALHO.....	73
5.1 - Custo da Mão-de-Obra	74
5.2 - Remunerações	78
5.3 - Salário mínimo	81
5.4 - Duração de trabalho	82
5.5 - Relações de trabalho	87
5.6 - Conflitos de trabalho	88
5.7 - Acidentes de trabalho	90
6. RENDIMENTO E CONSUMO.....	95
6.1 - Rendimento.....	96
6.2 - Nível de preços	101
6.3 - Consumo	103
7. SEGURANÇA E CRIMINALIDADE	111
7.1 - Vitimação.....	112
7.2 - Criminalidade registada pelas autoridades.....	117
7.3 - Processos crime na fase de julgamento.....	121
7.4 - Reclusos nos estabelecimentos prisionais	123
8. PROTECÇÃO SOCIAL.....	125
8.1 - Receitas	126
8.2 - Despesas	127
8.3 - Prestações de protecção social	128
8.3.1 - Função "Velhice/sobrevivência"	131
8.3.2 - Função "Doença/invalidez"	132
8.3.3 - Função "Família"	133
8.3.4 - Função "Desemprego"	135

9. SAÚDE	141
9.1 - Despesa pública em saúde.....	142
9.2 - Recursos Humanos.....	143
9.3 - Estabelecimentos de saúde	146
9.4 - Farmácias	149
9.5 - Consumo de tabaco e álcool	150
9.6 - Causas de morte	151
 10. CONFORTO DAS FAMÍLIAS	 159
10.1 - Condições do alojamento	160
10.2 - Bens de equipamento	164
10.3 - Meios de transporte	165
10.4 - Despesas e endividamento das famílias	165
 11. AMBIENTE	 169
11.1 - Despesa pública em ambiente	170
11.2 - Investimento das empresas, em gestão e protecção do ambiente	171
11.3 - Ocupação dos solos	172
11.4 - Participação social	173
11.5 - Qualidade ambiental.....	175
 12. CULTURA E LAZER.....	 185
12.1 - Consumo das famílias.....	186
12.2 - Despesa das administrações públicas	187
12.3 - Museus	188
12.4 - Espectáculos públicos	188
12.5 - Imprensa.....	191
12.6 - Equipamento das famílias	193
12.7 - Bibliotecas.....	194
12.8 - Lazer.....	195

- A esperança de vida dos portugueses vem aumentando progressivamente - em 1995 era de 71,51 anos para os homens e 78,60 anos para as mulheres. Contudo, Portugal é o país da União Europeia com a menor duração média de vida.
- Registou-se um recuo significativo da mortalidade infantil [entre 1985 e 1995] passando de 18‰, para 7‰.
- Desde 1981 que Portugal, em resultado da quebra continuada da natalidade, não assegura a renovação de gerações. O índice sintético de fecundidade mantém-se abaixo de 2,1 - (1,4 em 1995).
- O número de filhos fora do casamento tem registado um crescimento contínuo - 12% para 19%, entre 1985 e 1995.
- Portugal acompanha a evolução demográfica dos restantes países da União mas, em 1993, está ainda no grupo dos países "mais jovens". O Alentejo e o Algarve são as regiões mais "envelhecidas". O Norte, os Açores e a Madeira são as regiões mais "jovens".
- Os portugueses constituem a 5.^a comunidade de não nacionais na União Europeia.

**Evolução demográfica portuguesa - população residente
em 31 de Dezembro (Nº)
(1981-1995)**



Fonte: INE-Estimativas de População Residente

1.1 - EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA

Em 31 de Dezembro de 1990, a população portuguesa era estimada em 9 877 480 indivíduos e, cinco anos depois, atinge 9 920 760, o que corresponde a um acréscimo de 43 280 indivíduos (0,43%).

Quadro 1.1-Evolução da situação demográfica
(1985, 1990-1995)

	1985	1990	1991	1992	1993	1994	1995
População residente em 30.VI	10 011 420	9 898 590	9 871 190	9 867 030	9 880 670	9 902 160	9 916 450
População residente em 31.XII	10 014 300	9 877 480	9 864 890	9 869 170	9 892 160	9 912 140	9 920 760
Relação de masculinidade (%)	93,1	93,1	93,1	93,0	92,9	92,9	92,9
Nados-vivos	130 440	116 290	116 290	114 910	113 950	109 210	107 090
Óbitos	97 090	102 770	103 880	100 640	105 950	99 230	103 470
dos quais							
Óbitos de menos de um ano	2 317	1 266	1 254	1 052	985	867	796
Saldo natural	33 350	13 520	12 410	14 270	8 000	9 980	3 620
Saldo migratório	-27 580	-55 730	-25 000	-10 000	15 000	10 000	5 000
Acréscimo populacional	5 770	-42 210	-12 590	4 270	23 000	19 980	8 620
Taxa de crescimento natural (%)	0,33	0,14	0,13	0,14	0,08	0,10	0,04
Taxa de crescimento migratório (%)	-0,27	-0,56	-0,25	-0,10	0,15	0,10	0,05
Taxa de crescimento efectivo (%)	0,06	-0,42	-0,13	0,04	0,23	0,20	0,09

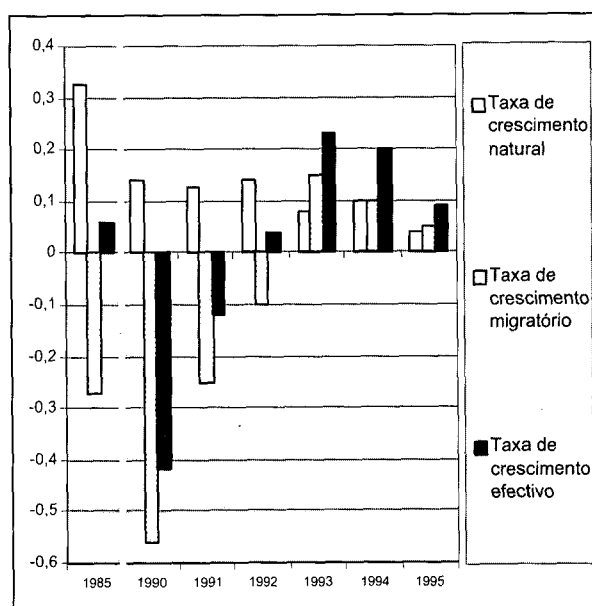
Fonte: INE-Estimativas de População Residente

Este período é marcado por dois movimentos: um primeiro, que já vem da segunda metade da década de 80 e que se caracteriza por uma quebra sistemática da população, em resultado, principalmente, de **saldos migratórios** negativos muito elevados, conjugados com saldos naturais cada vez mais baixos. A partir de 1993, há uma inversão de tendência nos saldos migratórios, facto que, aliado a saldos naturais também positivos, permite um crescimento efectivo da população, embora muito reduzido.

Efectivamente, em 1985 o **saldo natural** era de 33 350 indivíduos, não tendo parado de diminuir desde então; em 1990 tinha reduzido para menos de metade (13 520) e, em 1995, a redução era ainda maior, fixando-se em 3 620 indivíduos.

A diminuição constante da **natalidade**, aliada a um ligeiro agravamento da mortalidade nos anos 90, não obstante a quebra significativa na mortalidade infantil, são os factores que explicam esta evolução demográfica.

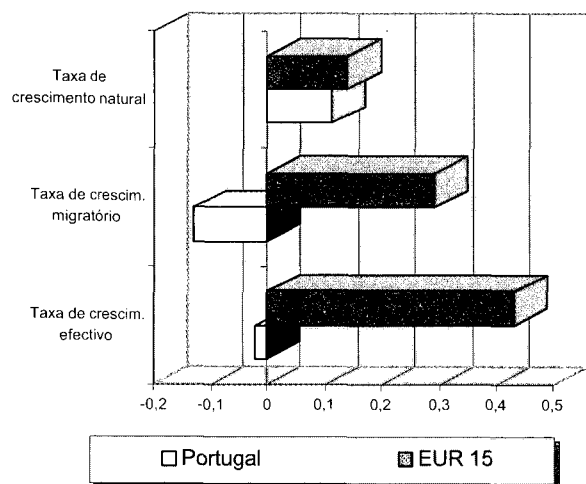
Gráf. 1.1-Taxas de crescimento demográfico (%)
(1985, 1990-1995)



Fonte: INE-Estimativas de População Residente

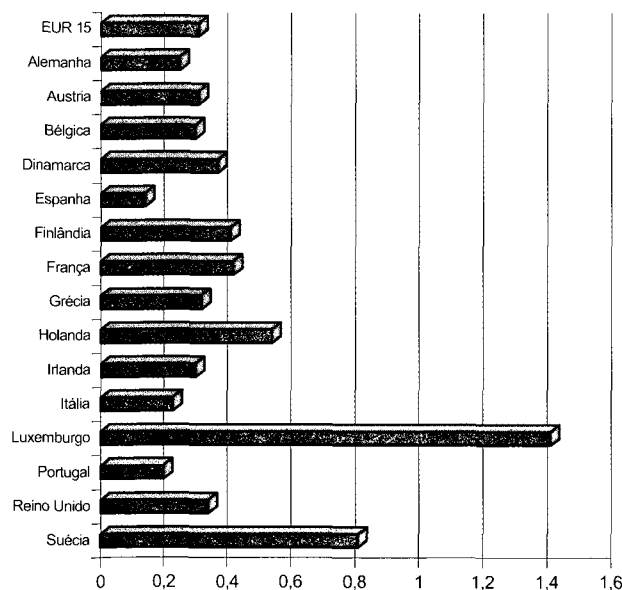
Em termos comunitários, para o período 1990-1994, a União Europeia registava uma taxa média de crescimento efectivo da população de 0,43%, enquanto que em Portugal se verificou um crescimento médio negativo de -0,02%.

Gráf. 1.2-Taxas de crescimento demográfico entre 1990 e 1994 (%)



Fonte: EUROSTAT-Estatísticas Demográficas

Gráf. 1.3-Taxa de crescimento efectivo na União Europeia(*) (%) (1994)



(*) Dados estimados relativamente à EUR15 e Reino Unido; Dados provisórios para a Bélgica, Espanha e França.
Fonte: EUROSTAT-Estatísticas Demográficas

O valor estimado para a União Europeia é explicado por um saldo migratório (0,29%), bastante superior ao saldo natural (0,14%); no caso português o saldo natural (0,11%), não foi suficiente para compensar o saldo migratório negativo (-0,13%).

Relativamente a 1994, Portugal (com 0,20%) está ainda abaixo da taxa de crescimento médio da comunidade (0,31%), a par da Itália (0,23%), da Alemanha (0,25%) e da Irlanda (0,30%).

As taxas mais elevadas situam-se no Luxemburgo (1,41%) e na Suécia (0,81%).

Analisando a dinâmica da população num contexto regional, verifica-se que as regiões do Alentejo e do Centro se caracterizam, ao longo do período em análise, por crescimentos efectivos negativos. No caso do Alentejo, esta evolução é consequência duma perda sistemática de população (saldo migratório negativo) aliada a um também negativo crescimento natural.

A região do Centro tem uma evolução idêntica à do Alentejo até 1992; de 1992 a 1995 o crescimento negativo resulta de saldos naturais negativos, já que em termos de migração, o saldo é positivo.

Em situação oposta aparecem as regiões do Norte e do Algarve, que neste período apresentam crescimentos populacionais positivos (excluindo, para 1990 a região Norte). De salientar, no entanto, que esta evolução positiva tem por base factores diferentes.

A região do Algarve deve o crescimento populacional positivo fundamentalmente ao saldo migratório, uma vez que os saldos naturais são, ao longo deste período, negativos.

Com a região do Norte passa-se o contrário: os saldos naturais muito positivos que apresenta, a partir de 1990, são o principais responsáveis pela evolução positiva das taxas de crescimento efectivo.

O comportamento da população nas regiões autónomas é muito semelhante ao que se referiu em termos nacionais. De salientar, contudo, que tanto a Madeira como os Açores, registam taxas de crescimento efectivo muito superiores à média nacional.

Quadro 1.2-Indicadores demográficos, por região - (NUTS II) (%)
(1985, 1990-1995)

NUTS II	1985	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Taxa de crescimento natural							
Portugal	0,33	0,14	0,13	0,14	0,08	0,10	0,04
Continente	0,31	0,12	0,11	0,13	0,07	0,09	0,02
Norte	0,63	0,40	0,83	0,41	0,36	0,36	0,30
Centro	0,10	-0,11	-0,29	-0,12	-0,20	-0,14	-0,21
Lisboa e Vale do Tejo	0,20	0,07	0,08	0,09	0,02	0,04	-0,02
Alentejo	-0,16	-0,43	-0,95	-0,42	-0,56	-0,52	-0,59
Algarve	0,03	-0,17	-0,22	-0,09	-0,15	-0,21	-0,30
Região Autónoma dos Açores	0,76	0,48	1,04	0,44	0,33	0,42	0,33
Região Autónoma da Madeira	0,63	0,37	0,72	0,34	0,29	0,33	0,19
Taxa de crescimento migratório							
Portugal	-0,27	-0,56	-0,25	-0,10	0,15	0,10	0,05
Continente	-0,26	-0,52	-0,23	-0,11	0,15	0,10	0,05
Norte	-0,40	-0,81	-0,72	-0,12	0,14	0,09	0,04
Centro	-0,31	-0,65	-0,58	-0,06	0,21	0,14	0,07
Lisboa e Vale do Tejo	-0,12	-0,24	-0,23	-0,10	0,15	0,11	0,07
Alentejo	-0,40	-0,85	-0,77	-0,52	-0,29	-0,29	-0,31
Algarve	0,44	0,87	0,78	0,31	0,58	0,50	0,44
Região Autónoma dos Açores	-0,81	-1,71	-1,54	-0,06	0,20	0,13	0,07
Região Autónoma da Madeira	-0,49	-1,00	-0,90	0,02	0,32	0,17	0,07
Taxa de crescimento efectivo							
Portugal	0,06	-0,42	-0,13	0,04	0,23	0,20	0,09
Continente	0,06	-0,40	-0,13	0,03	0,22	0,18	0,07
Norte	-0,24	-0,41	-0,11	-0,29	-0,50	-0,44	-0,34
Centro	-0,22	-0,76	-0,88	-0,18	0,01	-0,01	-0,13
Lisboa e Vale do Tejo	0,08	-0,17	-0,14	-0,01	0,17	0,16	0,05
Alentejo	-0,56	-1,28	-1,73	-0,94	-0,85	-0,81	-0,89
Algarve	0,47	0,70	0,56	0,22	0,43	0,29	0,14
Região Autónoma dos Açores	-0,05	-1,23	-0,51	0,38	0,53	0,55	0,40
Região Autónoma da Madeira	0,15	-0,62	-0,19	0,35	0,61	0,50	0,26

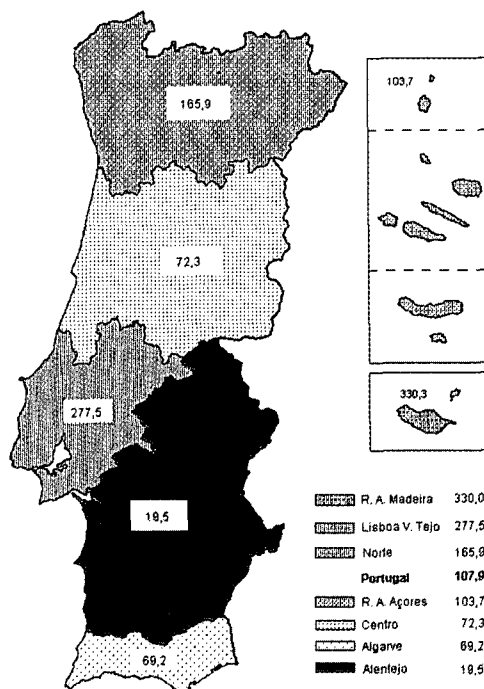
Fonte: INE-Estimativas de População Residente

Gráf. 1.4-Densidade populacional,
por região (Habit./Km²)
(1995)

A região de Lisboa e Vale do Tejo, só a partir de 1993 tem crescimentos efectivos positivos, em resultado de, entre 1990 e 1992, ter crescimentos naturais muito baixos, a par de saldos migratórios negativos.

A distribuição geográfica da população é a que o cartograma ilustra, em 1995: a **densidade populacional** é de 107,9 indivíduos por Km².

Pertence à Região Autónoma da Madeira o valor mais elevado, 3 vezes o valor nacional, enquanto a região do Alentejo é aquela que tem o menor número de habitantes por Km² (19,5).



Fonte: INE-Estimativas de População Residente

Quadro 1.3-Relação de masculinidade,
por região - NUTS II (%)
(1985, 1990, 1995)

NUTS II	1985	1990	1995
Portugal			
Continente	93,3	93,2	92,9
Norte	93,3	93,4	93,7
Centro	92,1	92,4	92,5
Lisboa e Vale Tejo	93,0	92,5	91,8
Alentejo	96,2	95,8	94,9
Algarve	96,7	96,8	95,8
R. A. Açores	97,3	97,5	96,9
R. A. Madeira	85,2	86,5	87,1

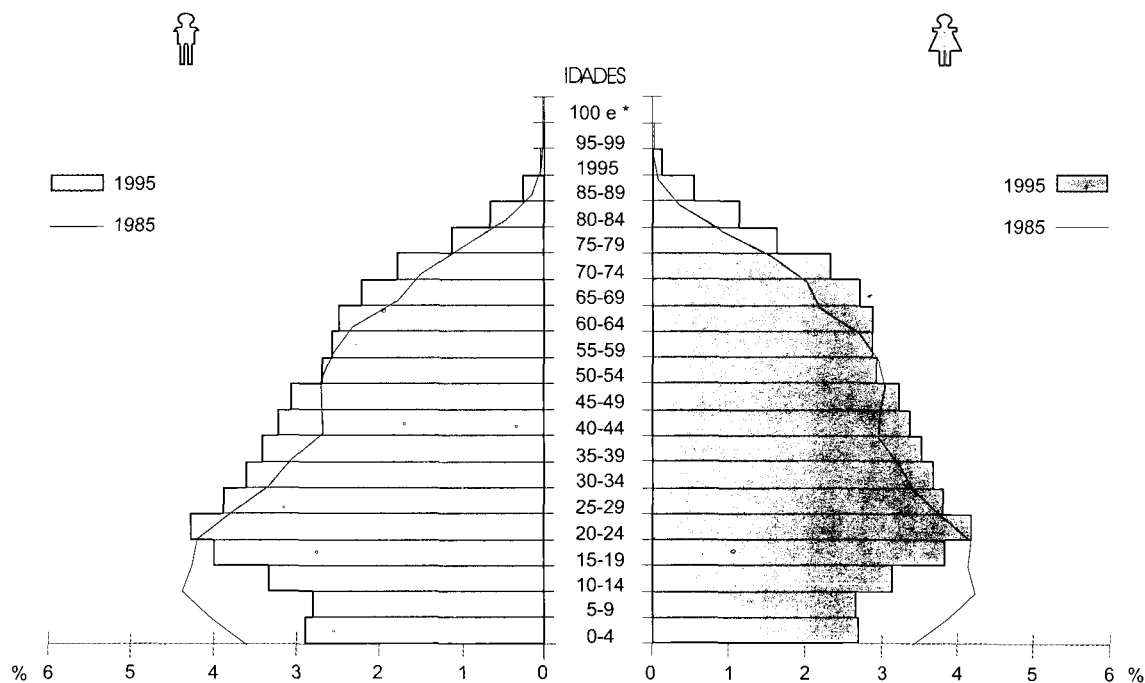
Fonte: INE-Estimativas de População Residente

A **relação de masculinidade** da população tem-se traduzido por alguma estabilidade em torno dum valor médio de 93,0%, embora com tendência para diminuir.

De referir apenas a Região Autónoma da Madeira, cuja relação de masculinidade se mantém com um valor muito abaixo da média do país.

Um outro aspecto que caracteriza a população portuguesa é o seu **envelhecimento**. A proporção de indivíduos com 65 e mais anos que, em 1985, se estimava em 12,0%, subiu para 14,7% em 1995. Esta tendência é o resultado da diminuição do peso de população jovem no conjunto da população. A população com idades até aos 14 anos, que em 1985 representava 23,3%, baixou quase 6 pontos percentuais, fixando-se nos 17,6% em 1995. Esta evolução está patente na pirâmide etária a seguir apresentada.

Gráf. 1.5-Pirâmide etária(*) em 31-XII-1985 e 31-XII-1995



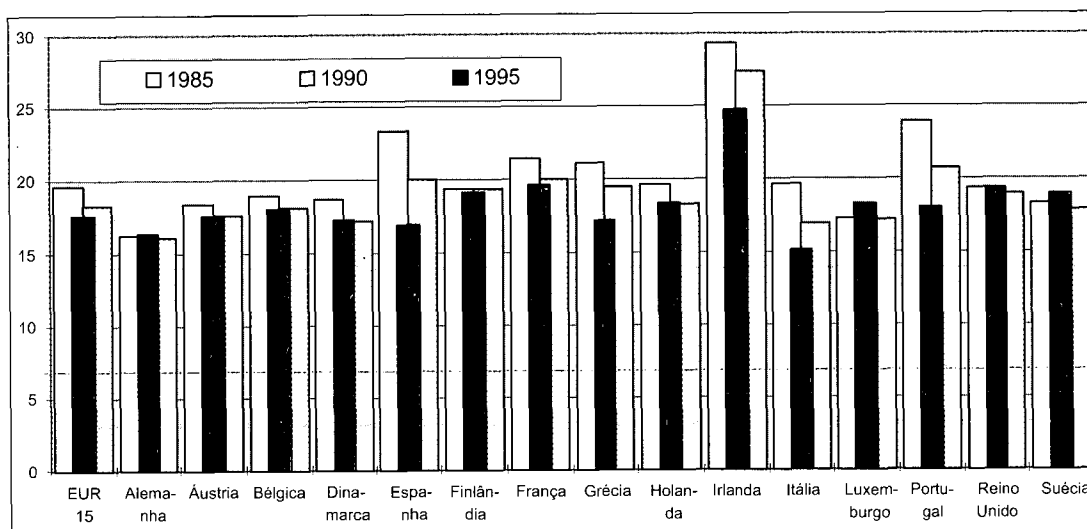
(*) Em percentagem da população residente total.

Fonte: INE-Estimativas de População Residente

A evolução demográfica descrita acontece de forma idêntica em todos os países da União Europeia; no entanto, e tal como mostram os gráficos seguintes, Portugal ainda se encontra entre os países em que o peso da população idosa é relativamente mais baixo; atrás de Portugal estão apenas 4 países - Irlanda (11,5%) Holanda (13,2%), Luxemburgo (14,0%) e Finlândia (14,1%).

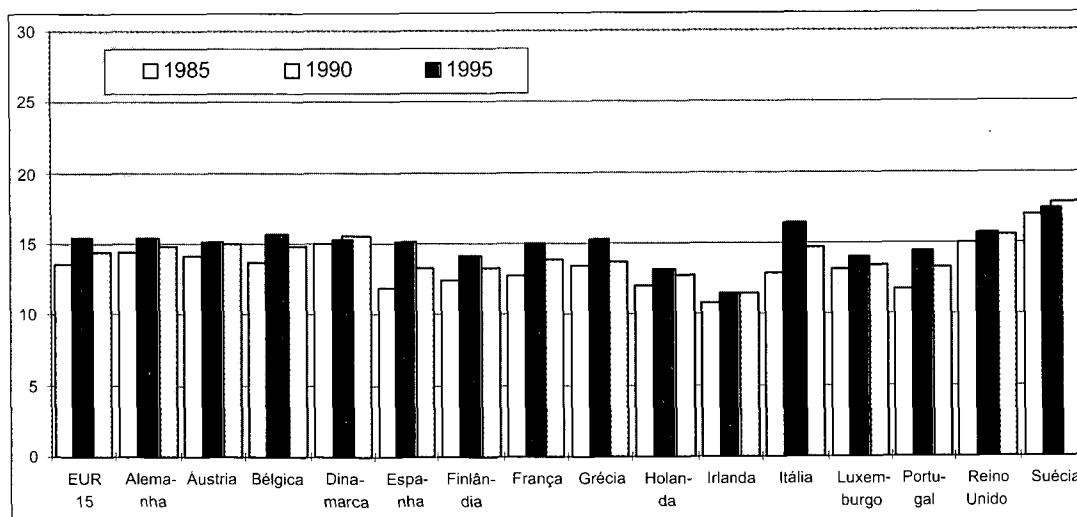
Por outro lado, e em virtude da acentuada quebra de natalidade, Portugal regista, a par da Espanha da Irlanda e da Itália, a maior diminuição de população jovem.

Gráf. 1.6-População dos 0-14 anos, na União Europeia (%)
(1985, 1990, 1995)



Fonte: EUROSTAT-Estatísticas Demográficas

Gráf. 1.7-População com 65 e mais anos, na União Europeia (%)
(1985, 1990, 1995)



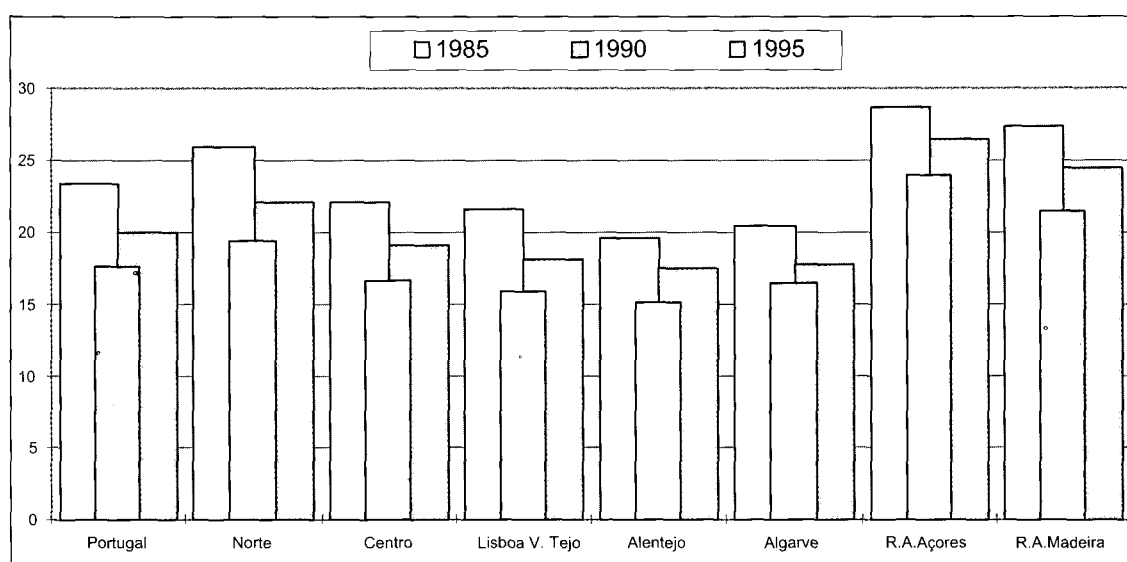
Fonte: EUROSTAT-Estatísticas Demográficas

No contexto regional, verifica-se que o fenómeno do envelhecimento da população não atinge de igual modo todas as regiões do país. Fruto da evolução diversa das componentes demográficas, existem regiões que se podem considerar “envelhecidas”, a par de regiões mais “jovens”.

Estão no primeiro caso, com índices de envelhecimento muito elevados, em 1995, o Alentejo (137,3), o Algarve (110,3) e, em menor proporção, o Centro (107,0).

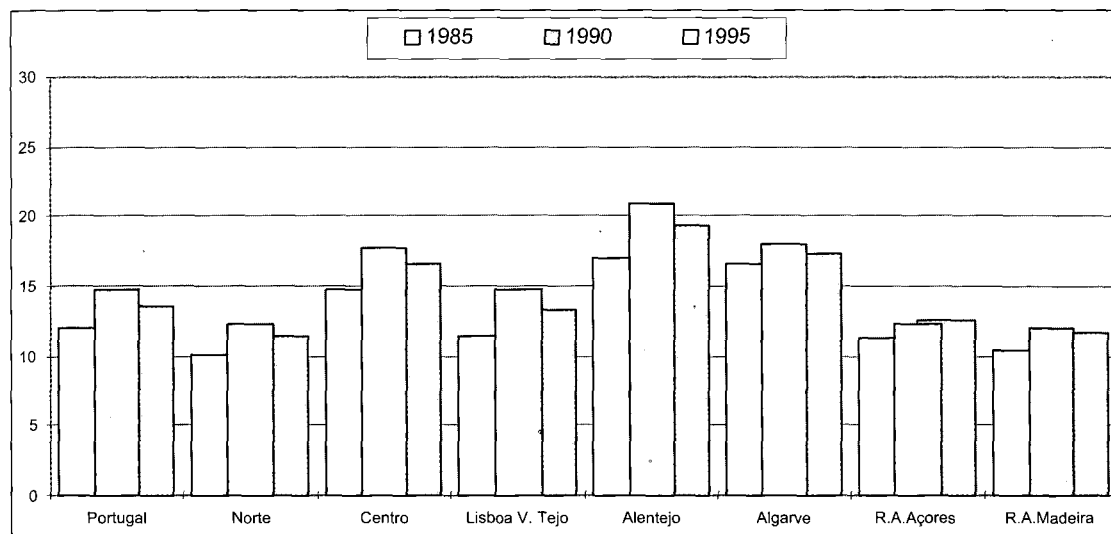
A região do Norte, no Continente, e as regiões autónomas dos Açores e da Madeira são aquelas em que aquele índice apresenta valores mais baixo: 63,6, 50,9 e 55,9 respectivamente.

Gráf. 1.8-População dos 0-14 anos, por região (%)
(1985, 1990, 1995)



Fonte: INE-Estimativas de População Residente

Gráf. 1.9-População com 65 e mais anos, por região (%)
(1985, 1990, 1995)



Fonte: INE-Estimativas de População Residente

1.2 - NATALIDADE

A exemplo do que sucede na maior parte dos países da União Europeia, o número de nascimentos em Portugal não tem deixado de diminuir, atingindo em 1995 o seu valor mais baixo (107 090). Em 1981, o número de nascimentos foi de 152 060, correspondendo a uma taxa de natalidade de 15,4‰. Em 1985, o número de nados-vivos tinha baixado para 130 440 e, em 1990, o valor ficou em 116 290.

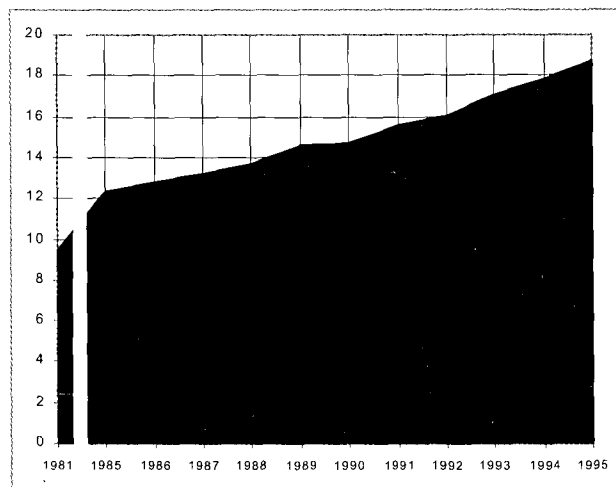
Comparando a taxa de natalidade para as várias regiões, verifica-se que três regiões apresentam valores superiores à média nacional: a região do Norte e as regiões autónomas. O Alentejo continua a ser a região com a taxa mais baixa, para qualquer dos anos considerados.

Quadro 1.4-Taxa de natalidade, por região - NUTS II (‰)

NUTS II	1985	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Portugal	13,0	11,7	11,8	11,6	11,5	11,0	10,8
Continente	12,8	11,6	11,6	11,5	11,4	10,9	10,7
Norte	14,8	13,2	13,3	13,0	12,8	12,1	11,8
Centro	12,3	10,8	10,5	10,4	10,2	10,0	9,7
Lisboa e Vale do Tejo	11,3	10,6	10,8	10,9	10,9	10,5	10,4
Alentejo	10,9	9,2	9,4	9,2	9,0	8,2	8,2
Algarve	12,1	11,2	11,4	11,3	11,3	10,6	10,3
R. A. Açores	18,5	16,3	16,1	15,4	15,5	15,2	14,5
R. A. Madeira	15,9	13,9	13,6	13,4	13,7	13,0	11,9

Fonte: INE-Estimativas de População Residente

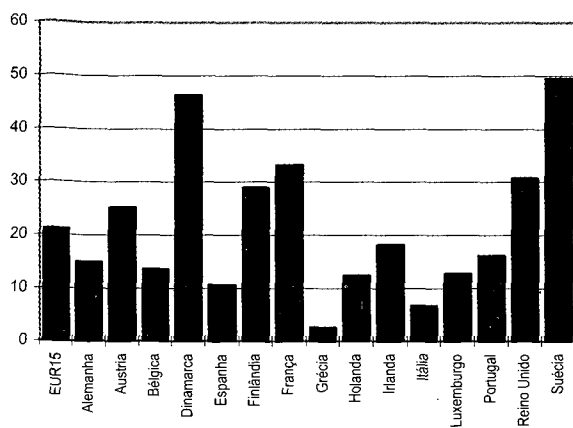
Um outro aspecto que merece ser referido é o que respeita ao número de **nascimentos fora do casamento**; a proporção de nados-vivos nessas condições tem tido uma evolução crescente desde 1981 - nesse ano era de 9,5%, em 1985 já representava 12% e, em 1995, tinha subido para 18,7%.

Gráf. 1.10-Nascimentos fora do casamento (%)
(1981, 1985-1995)

Não obstante esta tendência crescente, Portugal está longe de assumir valores como por exemplo os da Suécia com 49,5 nascimentos fora do casamento por 100 nados-vivos, da Dinamarca (46,4) ou mesmo da França (33,2); no entanto, regista o valor mais elevado no conjunto dos países europeus do mediterrâneo.

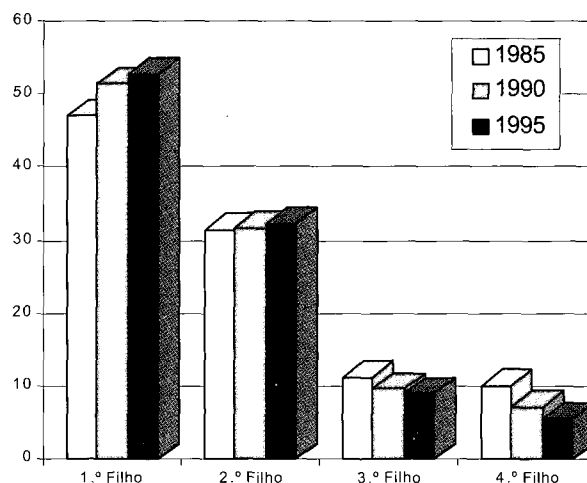
Fonte: INE-Estatísticas Demográficas

Gráf. 1.11-Nascimentos(*) fora do casamento
na União Europeia, por 100 nados-vivos
(1992)



(*) Dados provisórios referentes à EUR15 e à Bélgica.
Fonte: EUROSTAT-Estatísticas Demográficas

Gráf. 1.12-Nados-vivos, por ordem de nascimento (%)
(1985, 1990, 1995)



Fonte: INE-Estatísticas Demográficas

O declínio da fecundidade tem-se traduzido por um peso relativo cada vez maior do 1.º filho. Se analisarmos a evolução dos nados-vivos segundo a ordem do nascimento, nos últimos 10 anos verifica-se efectivamente uma tendência crescente para os nascimentos de 1.ª ordem e uma certa estabilidade dos nascimentos de 2.ª ordem; é sobretudo ao nível do 3.º e 4.º filho que se verificam as maiores quebras.

A queda da taxa de fecundidade tem sido constante no período de 1990 a 1995, o que já se verificava em 1985, se se quiser recuar 10 anos.

Esta tendência tem tanta ou mais relevância se se atender ao facto de que o valor do índice de fecundidade abaixo de 2,1 (crianças por mulher) não permite a renovação das gerações.

Em 1995, Portugal regista um valor muito abaixo desse valor de referência (1,4), o que coloca o nosso país numa situação demográfica preocupante; aliás, a não renovação de gerações existe desde 1982, último ano em que o índice atingiu um valor idêntico ao referenciado.

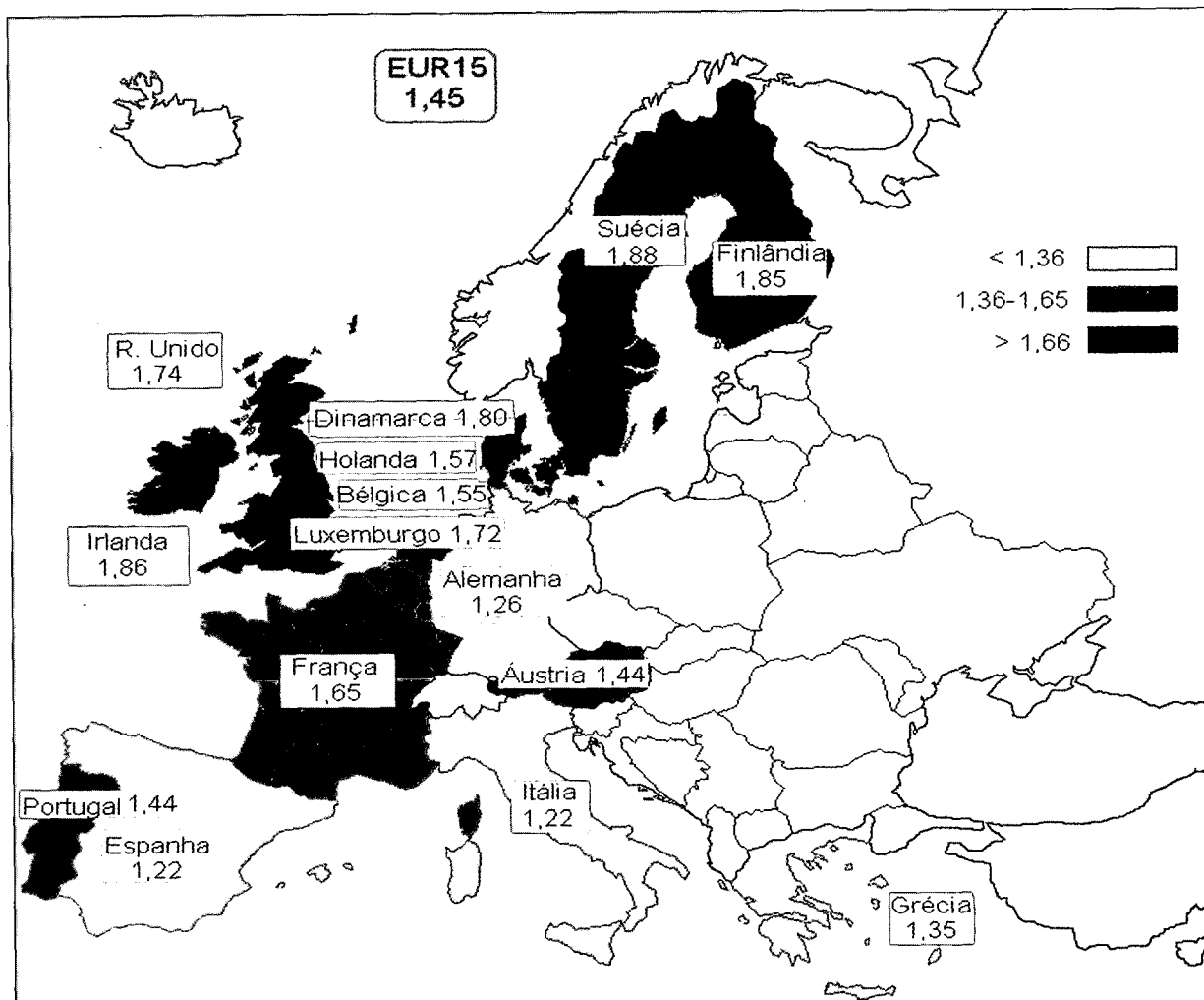
Quadro 1.5-Índice sintético de fecundidade, por região - NUTS II (Nº)
(1990-1995)

NUTS II	1990	1985	1992	1993	1994	1995
Portugal	1,6	1,6	1,5	1,5	1,4	1,4
Continente	1,6	1,6	1,5	1,5	1,4	1,4
Norte	1,6	1,6	1,6	1,5	1,5	1,4
Centro	1,6	1,5	1,5	1,4	1,4	1,3
Lisboa e Vale do Tejo	1,5	1,5	1,5	1,5	1,4	1,4
Alentejo	1,5	1,5	1,4	1,4	1,3	1,3
Algarve	1,7	1,7	1,7	1,7	1,6	1,5
R. Aut. Açores	2,2	2,2	2,1	2,0	2,0	1,9
R. Aut. Madeira	1,7	1,7	1,6	1,6	1,5	1,4

Fonte: INE-Estimativas de População Residente

Portugal encontra-se entre os países próximos da média comunitária, a par da Áustria (1,44), tendo a Alemanha (1,26), a Espanha (1,22) e a Itália (1,22) os valores mais baixos da União Europeia. São os países nórdicos que detêm em 1994, os maiores índices de fecundidade da comunidade, com valores superiores a 1,80.

Gráf. 1.13-Índice sintético de fecundidade na União Europeia(*) (Nº)
(1994)



(*) Dados estimados relativamente à EUR15, à Bélgica, a Espanha e a Itália; dados provisórios para França.
Fonte: EUROSTAT-Estatísticas Demográficas

1.3 - MORTALIDADE

No período que medeia entre 1985 e 1989, a taxa bruta de mortalidade manteve-se num valor médio de 9,7‰, tendo em 1990 registado um aumento para 10,4‰; nos últimos anos sofreu algumas oscilações mas, em 1995, o valor atingido era idêntico ao de 1990.

Quadro 1.6-Taxas de mortalidade por região - NUTS II (‰)
(1985, 1990-1995)

NUTS II	1985	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Portugal	9,7	10,4	10,5	10,2	10,7	10,0	10,4
Continente	9,7	10,4	10,5	10,2	10,7	10,0	10,4
Norte	8,5	9,3	9,2	8,9	9,2	8,5	8,8
Centro	11,3	11,9	12,0	11,6	12,2	11,4	11,8
Lisboa e Vale do Tejo	9,3	9,9	10,4	10,0	10,7	10,0	10,5
Alentejo	12,5	13,5	14,2	13,4	14,5	13,5	14,1
Algarve	11,8	12,8	12,6	12,2	12,8	12,7	13,3
R. A. Açores	10,8	11,5	11,0	11,0	12,2	11,0	11,2
R. A. Madeira	9,6	10,2	10,1	10,1	10,8	9,7	10,0

Fonte: INE-Estimativas de População Residente

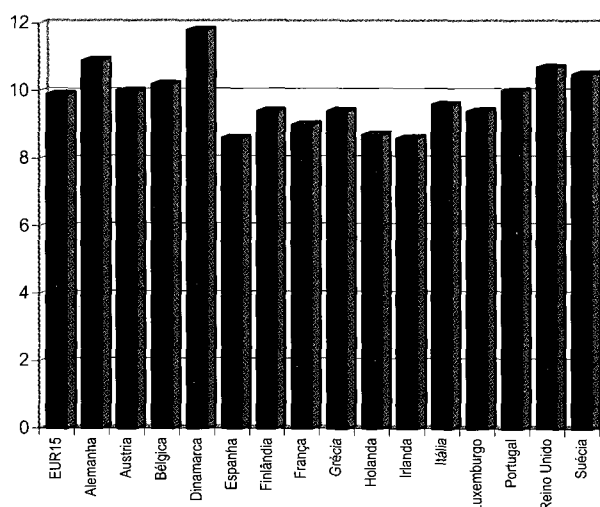
Numa análise regional, verificam-se evoluções diversas da que se acaba de referir. A região Norte era em 1985, bem como em 1990 e nos anos seguintes, a região com a taxa de mortalidade mais baixa; em posição inversa estão as regiões do Alentejo e do Algarve, que registam os valores mais elevados entre todas as regiões.

De salientar, por outro lado, a região de Lisboa e Vale do Tejo que apresenta, não obstante algumas oscilações em ambos os sentidos, uma tendência crescente.

A Região Autónoma dos Açores regista ao longo do período em análise valores ainda bastante elevados, sempre acima da média nacional.

Em termos comunitários e para o ano de 1994, somente 5 países registaram valores superiores a Portugal - a Alemanha (10,9 por mil), a Bélgica (10,2‰), a Dinamarca (11,8‰) o Reino Unido (10,7‰) e a Suécia (10,5‰); no extremo oposto, a Irlanda e a Espanha apresentavam uma taxa de 8,6‰.

Gráf. 1.14-Taxa de mortalidade,
na União Europeia (‰)
(1994)



Fonte: EUROSTAT-Estatísticas Demográficas

Em resultado do declínio da mortalidade, particularmente da mortalidade infantil, a **esperança de vida à nascença** tem vindo a subir - passou de 68,2 anos em 1981/82 para

71,5 em 1994/95, no que respeita aos homens, e de 75,2 para 78,6 anos no que concerne às mulheres.

Quadro 1.7-**Esperança de vida à nascença (em anos), por sexo**
(1981, 1990-1995)

	HM	H	M
1981/82	71,7	68,2	75,2
1990/91	74,0	70,5	77,5
1991/92	74,2	70,6	77,8
1992/93	74,4	70,8	78,0
1993/94	74,7	71,2	78,2
1994/95	75,1	71,5	78,6

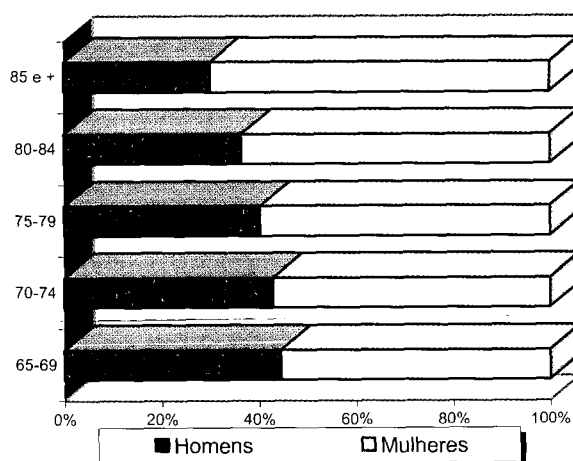
Fonte: INE-Estimativas de População Residente

Em 1994, Portugal não só registava valores abaixo da média comunitária como era o país com a menor duração média de vida. Nesse ano, na União Europeia, a esperança de vida era estimada em 74,0 anos para os homens e 80,5 anos para as mulheres; em Portugal fixava-se em 71,5 para os homens e 78,6 para as mulheres.

O aumento da esperança de vida tem sido acompanhada por um aumento da **sobremortalidade masculina**: a diferença de esperança de vida entre homens e mulheres é da ordem dos 7,1 anos em 1995.

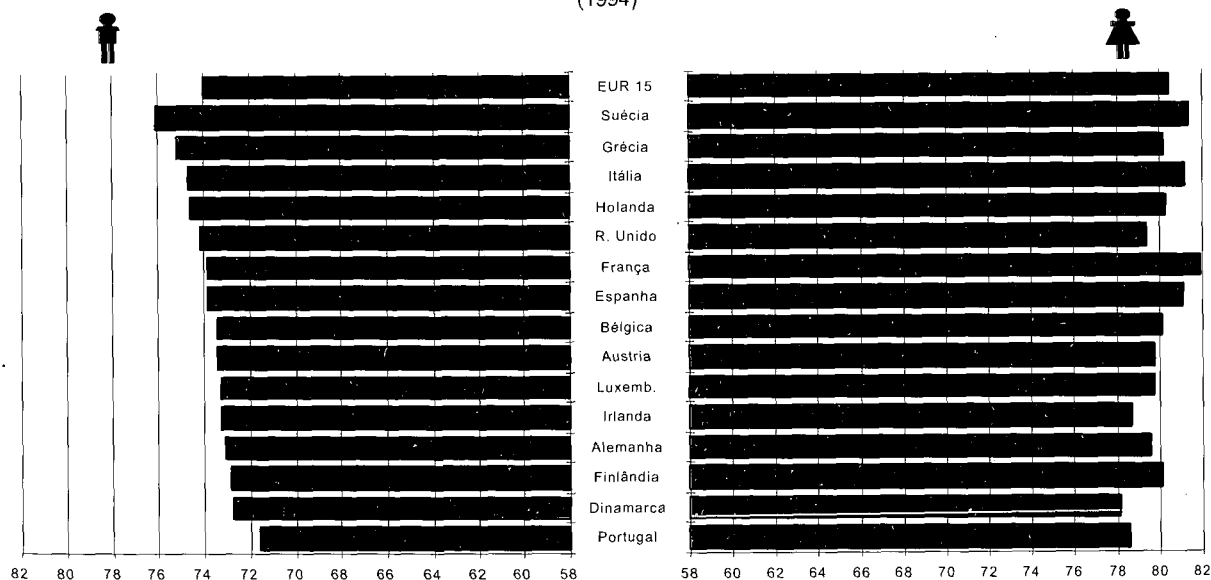
Como se pode verificar pelo gráfico seguinte, a **sobremortalidade masculina** tem como consequência um **acréscimo de indivíduos do sexo feminino**, bem visível nas idades mais avançadas. No grupo etário de 65-69 anos, a maior proporção de mulheres ainda não é muito acentuada (1,2); contudo, vai aumentando à medida que se avança no **escalão etário** - no grupo 85 e mais anos, para cada 100 homens existem mais do dobro das mulheres (2,3).

Gráf. 1.16-Distribuição percentual da população, com 65 e mais anos, por sexo (1995)



Fonte: INE-Estimativas de População Residente

Gráf. 1.15-**Esperança de vida à nascença (em anos), na União Europeia(*)**
(1994)



(*) Dados estimados para a EUR15 e Itália. Relativamente a Espanha os dados referem-se a 1993.

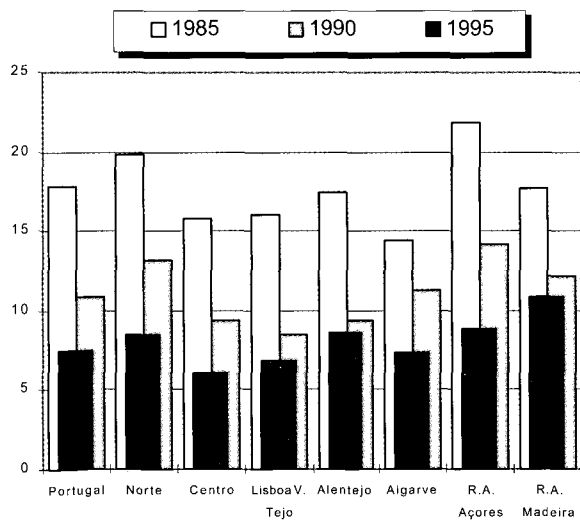
Fonte: EUROSTAT-Estatísticas Demográficas

1.4 - MORTALIDADE INFANTIL

Se, como foi referido anteriormente, em termos globais, a taxa de mortalidade mantém, nos últimos anos, um valor entre 10‰ e 10,5‰, é ao nível da mortalidade infantil que os progressos têm sido significativos, como mostra a evolução (1985-1995).

Em 1995, 7 em cada 1000 nados-vivos morreram antes de atingirem 1 ano de idade. Embora este valor seja ainda sensivelmente elevado face aos nossos parceiros comunitários, evidencia todavia um progresso muito significativo atendendo a que, em 1990, se registavam 11 óbitos por cada 1000 nascimentos e, se recuarmos a 1985, o valor era de 18 óbitos com menos de 1 ano de vida.

Gráf. 1.17-Taxa de mortalidade infantil, por região (‰) (1985, 1990, 1995)

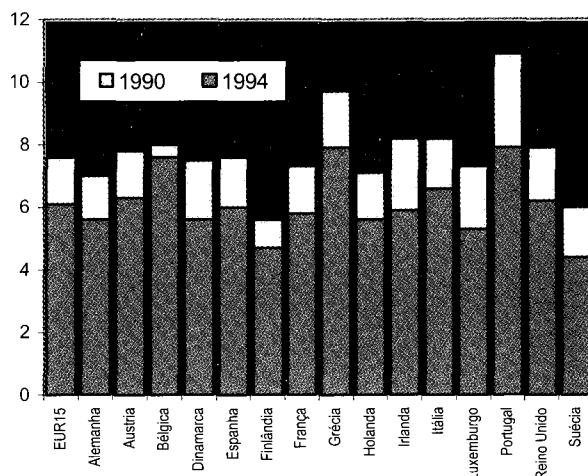


Fonte: INE-Estatísticas Demográficas

A quebra contínua da taxa de mortalidade infantil tem acontecido em todas as regiões, particularmente na região do Norte (20 em 1985 para 8 em 1995) e na Região Autónoma dos Açores (22 para 9).

Portugal foi o país da União Europeia que no período 1990-1994 apresentou a maior quebra; no entanto, o valor de 7,9‰ neste último ano, ainda coloca Portugal como o país com a mais alta taxa de mortalidade infantil, a par da Grécia.

Gráf. 1.18-Taxa de mortalidade infantil, na União Europeia(*) (‰) (1990, 1994)

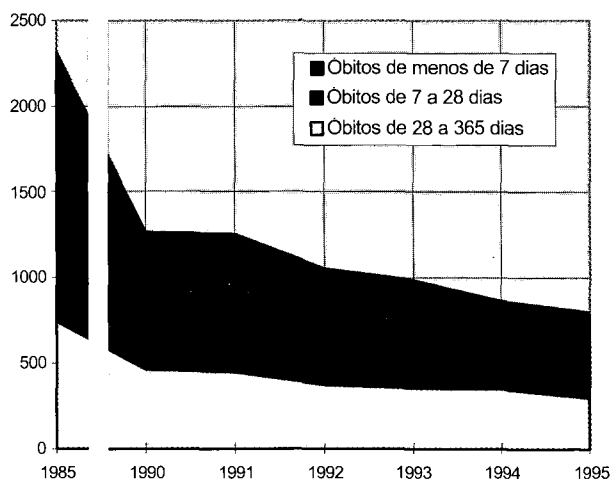


(*) Dados estimatimados para a EUR15, e Itália, e provisórios para Espanha e França em 1994.

Fonte: EUROSTAT-Estatísticas Demográficas

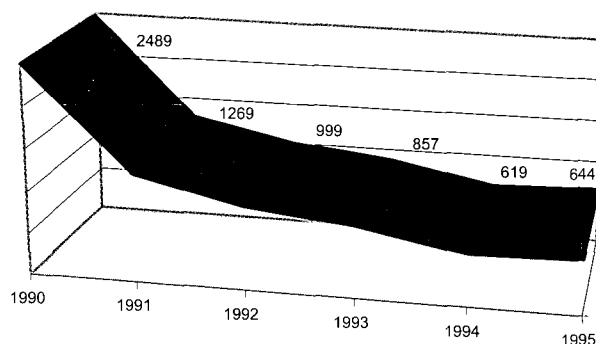
Particularmente importante para a evolução nacional já descrita é a evolução decrescente da mortalidade perinatal, neonatal e fetal tardia [nomeadamente a primeira].

Gráf. 1.19-Mortalidade infantil (Nº) (1985, 1990-1995)



Fonte: INE- Estatísticas Demográficas

Gráf. 1.20-Número de partos sem assistência qualificada, ou assistência ignorada (1990-1995)



Fonte: INE-Estatísticas da Saúde

De referir, no que respeita a estes três indicadores, a posição da Região Autónoma dos Açores que regista sempre valores acima da média nacional, assumindo, mesmo para a taxa de mortalidade perinatal, um valor muito elevado (11,9‰), ou seja, praticamente 3 pontos percentuais acima da média nacional.

Contudo, se se considerar a taxa de mortalidade infantil geral, é a Região Autónoma da Madeira que regista o valor mais elevado em 1995 (10,8‰).

Quadro 1.8-Taxas de mortalidade infantil por região - NUTS I (‰) (1990-1995)

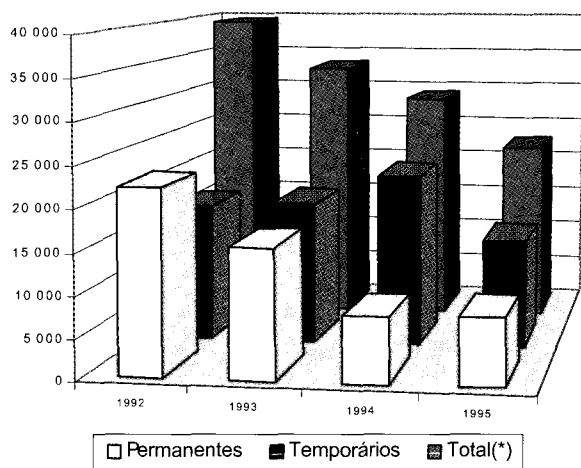
NUTS I	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Taxa de mortalidade infantil						
Portugal	10,9	10,8	9,2	8,6	7,9	7,4
Continente	10,7	10,7	8,8	8,4	7,8	7,3
R. A. Açores	14,1	13,3	16,3	10,8	8,2	8,9
R. A. Madeira	12,1	10,4	11,2	14,1	10,8	10,8
Taxa de mortalidade fetal tardia						
Portugal	6,8	6,7	6,2	6,1	5,8	5,4
Continente	6,7	6,5	6,1	6,1	5,8	5,4
R. A. Açores	10,9	11,1	7,8	6,7	7,6	7,1
R. A. Madeira	5,9	6,3	8,4	3,7	5,4	4,9
Taxa de mortalidade neonatal						
Portugal	6,9	6,9	5,9	5,5	4,7	4,7
Continente	6,8	6,9	5,7	5,3	4,6	4,6
R. A. Açores	10,5	8,8	12,5	7,8	6,3	5,4
R. A. Madeira	6,2	4,9	7,6	8,3	6,6	5,2
Taxa de mortalidade perinatal						
Portugal	12,4	12,1	10,8	10,1	9,2	9,0
Continente	12,2	12,0	10,5	10,1	9,0	8,9
R. A. Açores	19,8	18,0	16,7	12,6	11,7	11,9
R. A. Madeira	10,1	9,8	14,8	9,5	10,4	8,1

Fonte: INE-Estatísticas Demográficas

1.5 - MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS

A emigração em Portugal tem assumido, desde a 2.^a metade da década de 1980, características diferentes das que caracterizam os anos anteriores.

Gráf. 1.21-Emigrantes nacionais, permanentes e temporários (Nº)
(1992-1995)



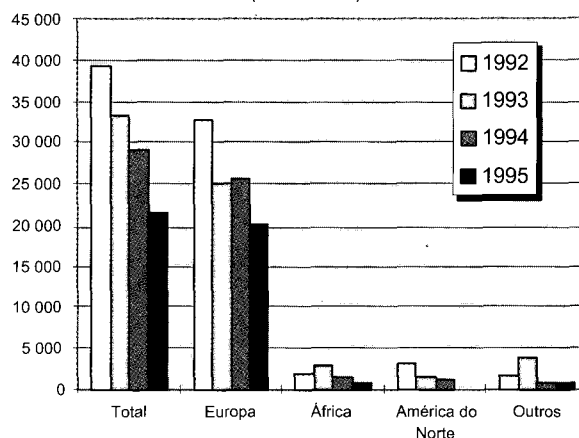
(*) Em 1995, estão incluídos 1080 emigrantes, cuja permanência se desconhece.

Fonte: INE-Estatísticas Demográficas

Com efeito, analisando a evolução da emigração nas suas vertentes - permanente e temporária - podem distinguir-se dois períodos: um primeiro em que a emigração foi marcada pela saída com objectivo de permanência superior a um ano e um segundo período, mais recente, em que a emigração é realizada fundamentalmente com carácter temporário. Em 1992, a saída de emigrantes permanentes representou um pouco mais de metade do total, mas em 1995 tinha já descido para 38%.

Qualquer que seja o tipo de emigração, a Europa é o principal destino. África é a segunda opção, no que respeita a emigração temporária, uma vez que, quando se trata de emigração permanente, a América do Norte era, até 1994, também a segunda opção.

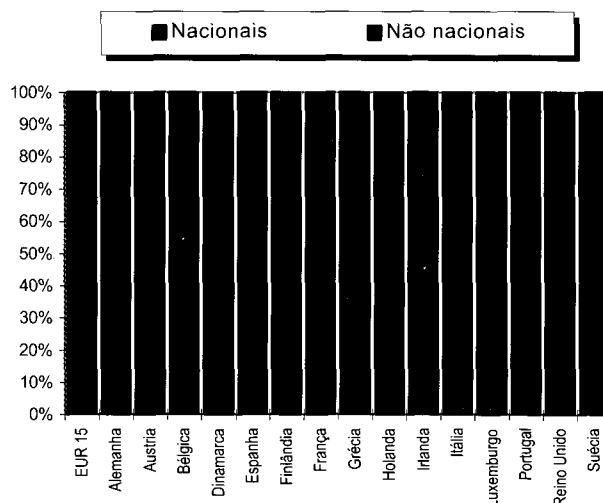
Gráf. 1.22-Emigrantes, por região de destino (Nº)
(1992-1995)



Fonte: INE-Estatísticas Demográficas

Em 1994, no conjunto dos países da União Europeia, a população de não nacionais era de 17 235 800 indivíduos, correspondendo a 4,7% do total da população; o Luxemburgo era o país em que a proporção de não nacionais era mais elevada (31,8%), contra 9,1% na Bélgica, 8,5% na Alemanha ou 6,3% em França.

Gráf. 1.23-População por nacionalidades, em 1 de Janeiro de 1994, nos países(*) da União Europeia



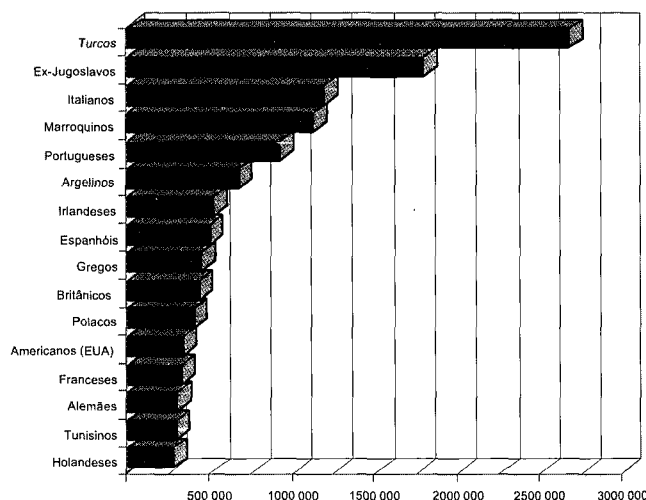
(*) Países de residência.

Fonte: EUROSTAT-Estatísticas Demográficas

Gráf. 1.24-Principais grupos de não nacionais na União Europeia(*), em 1 de Janeiro de 1994 (Nº)

Portugal enquadra-se no grupo de países em que essa proporção é mais baixa (1,6%), a par da Grécia (1,4%), da Espanha, da Itália e da Finlândia (1,1%).

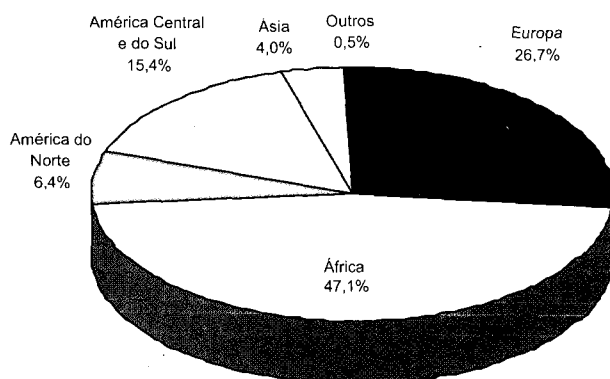
Se Portugal não é um dos principais destinos da população de outras nacionalidades, é, todavia a 5.^a maior comunidade de não nacionais na União Europeia (908,5 mil indivíduos), reflexo da emigração realizada nas décadas de 60 e 70. A população turca é o maior agrupamento (2,655 milhões), seguida dos naturais da ex-Jugoslávia (1,780 milhões), dos italianos (1,177 milhões) e dos marroquinos (1,112 milhões). É sobretudo na Alemanha que vivem, quer os nacionais da Turquia quer os da ex-Jugoslávia.



(*) Não inclui, não nacionais residentes na Áustria e na Irlanda.
Fonte: EUROSTAT-Estatísticas Demográficas

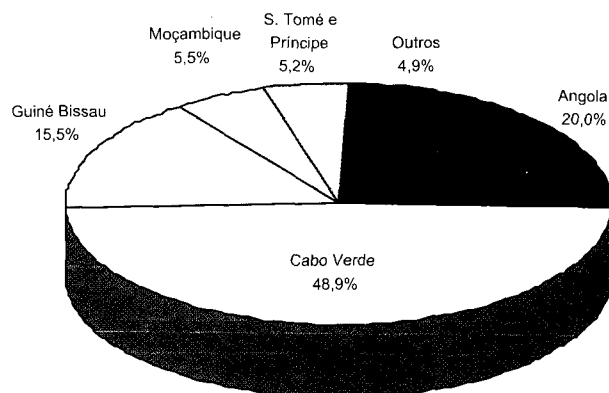
Quase 50% dos estrangeiros que residem no nosso país são provenientes de África, dos quais a esmagadora maioria dos países de língua oficial portuguesa; dos restantes, 26,7% provêm da Europa e 15,4% da América Central e do Sul.

Gráf. 1.25-População estrangeira, com residência legal em Portugal (1995)



Fonte: INE-Estatísticas Demográficas

Gráf. 1.26-População estrangeira de nacionalidade africana, com residência legal em Portugal (1995)



Fonte: INE-Estatísticas Demográficas

CONCEITOS

Emigrante permanente:

Indivíduo que deixou o país com a intenção de residir no estrangeiro por um período contínuo superior a um ano, tendo residido no país por um período contínuo superior a um ano.

Emigrante temporário:

Indivíduo que deixou o país com a intenção de permanecer no estrangeiro por um período igual ou inferior a um ano, com o objectivo de trabalhar numa ocupação remunerada, tendo residido no país por um período contínuo superior a um ano. São ainda considerados emigrantes temporários os familiares e acompanhantes dos indivíduos com as características acima enunciadas.

Esperança de vida à nascença:

Número médio de anos que restam para viver a um indivíduo que atinja a idade exacta x, mantendo-se as condições de mortalidade observadas no momento. Uma particularização desta noção é a esperança de vida à nascença, que corresponde à duração média de vida de um indivíduo.

Índice de envelhecimento:

Quociente entre a população de 65 e mais anos sobre a população de 0-14 anos.

Índice sintético de fecundidade:

Número de crianças que, em média, cada mulher tem durante a sua vida fecunda.

Nacionalidade:

Cidadania legal do indivíduo no momento de observação; são consideradas as nacionalidades constantes no passaporte, na autorização de residência ou no certificado de nacionalidade apresentado. Os indivíduos que, no momento de observação, estejam com um processo de naturalização em curso devem ser considerados com a nacionalidade que detinham anteriormente.

Relação de masculinidade à nascença:

Relação entre o número de nascimentos de nados-vivos do sexo masculino e o número de nascimentos de nados-vivos do sexo feminino, ocorridos num determinado período.

Taxa de crescimento efectivo:

Acréscimo populacional durante um certo período de tempo, normalmente o ano, referido à população média desse período.

Taxa de crescimento migratório:

Saldo migratório durante um certo período de tempo, normalmente o ano, referido à população média desse período.

Taxa de crescimento natural:

Saldo natural durante um certo período de tempo, normalmente o ano, referido à população média desse período.

Taxa de fecundidade:

Número de nados-vivos ocorrido durante um certo período de tempo, normalmente o ano, referido ao efectivo médio de mulheres em idade fecunda (entre os 15 e os 49 anos) desse período (habitualmente número de nados-vivos por 1000 mulheres em idade fecunda).

Taxa de mortalidade:

Número de óbitos ocorridos durante um certo período de tempo, normalmente o ano, referido à população média desse período (habitualmente número de óbitos por 1000 habitantes).

Taxa de mortalidade fetal tardia:

Número de fetos-mortos de 28 ou mais semanas, por 1000 nados-vivos e mortos de 28 e mais semanas.

Taxa de mortalidade infantil:

Número de óbitos de crianças com menos de 1 ano ocorrido durante um certo período de tempo, normalmente o ano, referido ao número de nados-vivos do mesmo período (habitualmente número de óbitos de crianças com menos de 1 ano por 1000 nados-vivos).

Taxa de mortalidade perinatal:

Número de fetos-mortos pesando 500 e mais gramas, mais óbitos de nados-vivos falecidos com menos de 7 dias de idade, por 1000 nascimentos (nados-vivos mais fetos-mortos de 500 e mais gramas). Quando o peso for desconhecido, pode utilizar-se a idade gestacional correspondente: 22 e mais semanas ou 28 e mais semanas, respectivamente.

Taxa de natalidade:

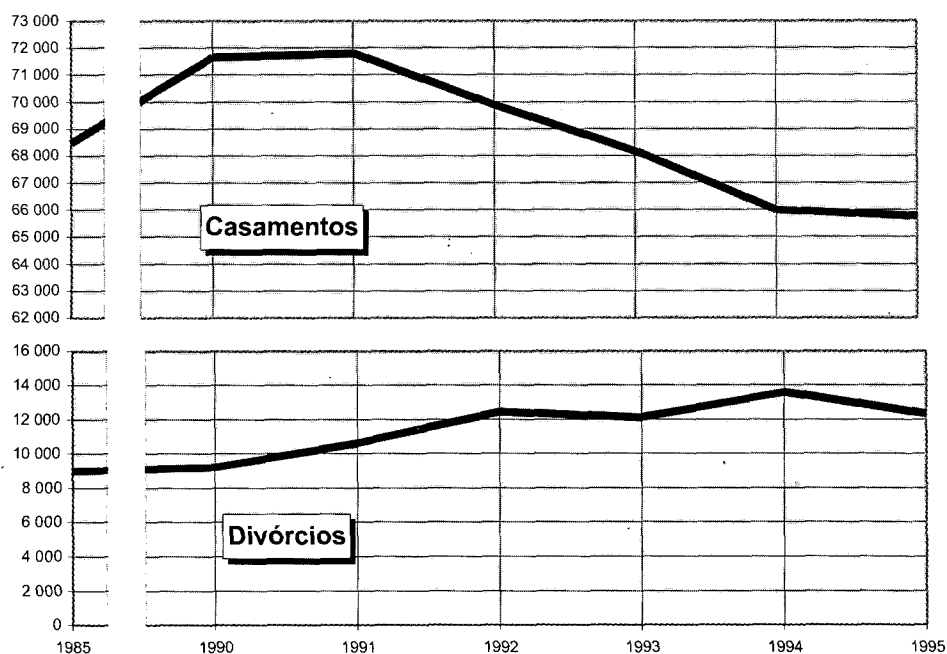
Número de nados-vivos ocorrido durante um certo período de tempo, normalmente o ano, referido à população média desse período (habitualmente número de nados-vivos por 1000 habitantes).

Taxa de mortalidade neonatal:

Número de óbitos de crianças com menos de 28 dias, por 1000 nados-vivos.

- A dimensão média da família portuguesa tem vindo a diminuir: de 3,4 em 1981, fixa-se em 3,0 indivíduos em 1995.
- As famílias monoparentais têm conhecido um crescimento continuado - em 1981 não representavam mais do que 0,9%; passados 15 anos, representam praticamente 10% do total de famílias.
- Entre 1990 e 1995, o número de casamentos diminuiu 8,2%, enquanto o número de divórcios aumentou 33,7%.
- Cada vez se casa mais tarde embora, no conjunto dos países da comunidade, Portugal seja o país onde esse acontecimento mais cedo se realiza.
- A forma predominante de coabitação dos idosos (65 e mais anos), é a do casamento; dos jovens (20-29 anos), é ainda a de viver com os pais.

Número de casamentos e divórcios
(1985, 1990-1995)



Fonte: INE-Estatísticas Demográficas

2.1 - EVOLUÇÃO DAS FAMÍLIAS

De acordo com os resultados dos dois últimos recenseamentos da população, verifica-se que a dimensão média da família tem vindo a diminuir, tendência que se mantém em 1995, segundo os resultados do Inquérito ao Emprego.

Quadro 2.1-População residente, famílias e dimensão média da família (Nº)
(1981, 1991, 1995)

	1981	1991	1995
População residente	9 833 014	9 867 147	9 915 352
Famílias	2 924 443	3 147 403	3 323 229
Dimensão média da família	3,36	3,14	2,98

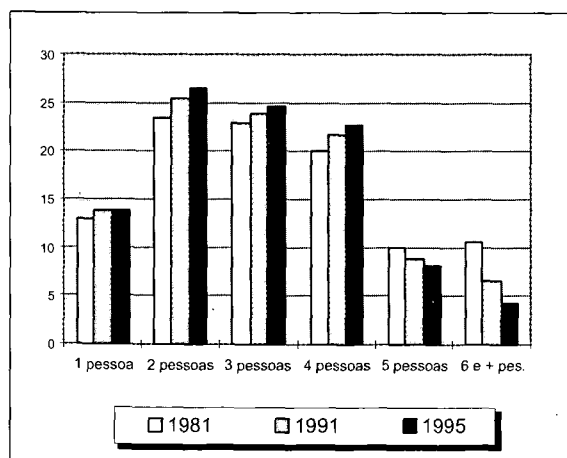
Fonte: INE-Recenseamento Geral da População, 1981, 1991; Inquérito ao Emprego, 1995

Em 1981, a dimensão média da família estimava-se em 3,36 indivíduos, em 1991 tinha baixado para 3,14 e, em 1995, foi estimada em 2,98 indivíduos.

Esta evolução é o resultado do progressivo decréscimo da importância relativa das chamadas famílias numerosas (5 e mais pessoas) compensado pelo aumento do peso das famílias mais pequenas (até 3 pessoas).

Em 1995, as famílias com 5 ou mais pessoas apenas representam 12,3% do total, quando, em 1981, representavam 20,7%. Pelo contrário, as famílias até 3 pessoas representam actualmente 65,0%, valor superior em 5,7 pontos percentuais ao verificado em 1981 (59,3%).

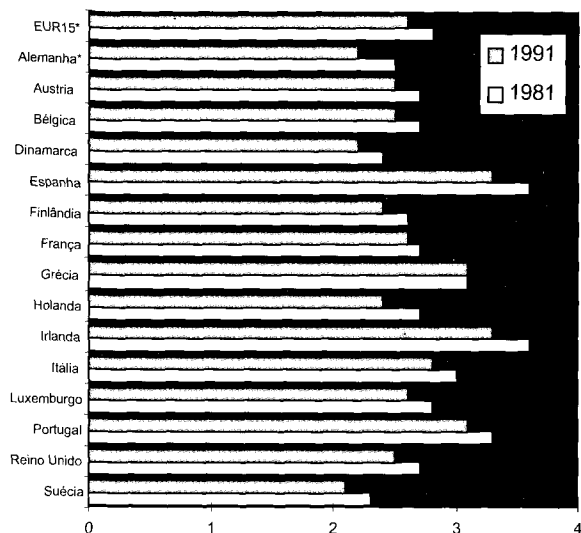
Gráf. 2.1-Famílias, segundo a dimensão média (%)
(1981, 1991, 1995)



Fonte: INE-Recenseamento Geral da População, 1981, 1991; Inquérito ao Emprego, 1995

Esta evolução é idêntica à dos restantes países da União Europeia; no entanto, embora tendo diminuído o número médio de pessoas por família, Portugal mantém ainda um valor superior à média da União Europeia, (2,6 em 1991). Aliás, juntamente com o nosso país estão a Espanha (3,3), a Grécia (3,0) e a Itália (2,8), ou seja os países do Sul da Europa; a este conjunto apenas deverá ser acrescentado a Irlanda (3,3). Os valores mais baixos pertencem, em qualquer dos anos em referência, à Suécia e à Dinamarca (2,1 e 2,2 respectivamente).

Gráf. 2.2-Dimensão média da família
na União Europeia (Nº)
(1981, 1991)



* Ruptura de série.

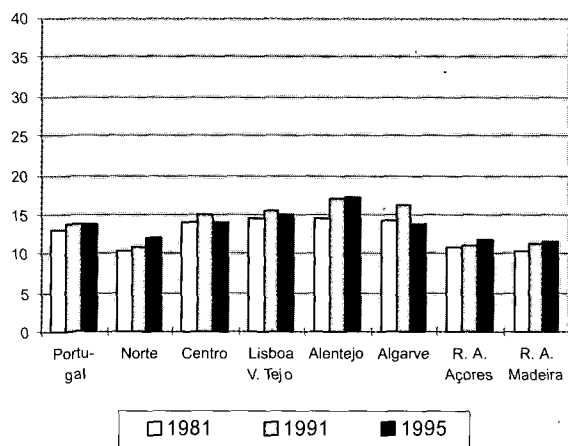
Fonte: EUROSTAT-Anuário Estatístico

De forma geral, as regiões acompanham a evolução registada em termos nacionais no que respeita à dimensão das famílias: a região Norte e a Região Autónoma da Madeira são as regiões em que o peso percentual de famílias com 5 e mais elementos mais se reduziu. Entre 1981 e 1991 a importância relativa deste tipo de família caiu 8,6 e 7,4 pontos percentuais, respectivamente, tendência que se manteve em 1995.

No entanto, são também a região do Norte e ainda a Região Autónoma dos Açores, aquelas em que menos aumentou o número de famílias constituídas por uma única pessoa.

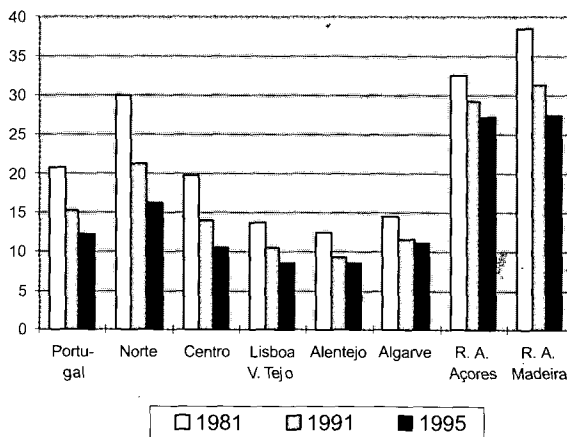
Por outro lado, qualquer que seja o ano considerado, no que respeita a famílias com maior número de elementos pertencem ao Norte e às regiões autónomas os valores mais elevados; pelo contrário, as famílias com menor dimensão, particularmente as constituídas por um único indivíduo, são mais frequentes no Alentejo e em Lisboa e Vale do Tejo.

Gráf. 2.3-Famílias com 1 pessoa, por região (%)
(1981, 1991, 1995)



Fonte: INE-Recenseamento Geral da População, 1981, 1991;
Inquérito ao Emprego, 1995

Gráf. 2.4-Famílias com 5 e mais pessoas, por região (%)
(1981, 1991, 1995)



Analisando agora as famílias segundo uma tipologia simplificada, podem-se referir algumas tendências relevantes na evolução das estruturas familiares.

Assim, e em primeiro lugar, deverá ser referido que o tipo “casal com filhos” permanece como sendo a estrutura familiar predominante, independentemente do relacionamento entre os elementos do casal ser jurídico ou de facto. Como se refere adiante, a percentagem de casamentos em que já existiam filhos comuns tem vindo a aumentar, o que parece significar a existência cada vez mais frequente de relações consensuais.

Um segundo aspecto que deve ser referido é a tendência crescente para a existência de famílias compostas apenas por um indivíduo; entre 1981 e 1991, o seu número aumentou 14,3% representando actualmente 13,8% do total de famílias.

Quadro 2.2-Tipologia da família (%)

	1981	1991	1995
Total	100,0	100,0	100,0
Casal com filhos, com ou sem outros indivíduos	52,6	49,9	51,0
Casal sem filhos, com ou sem outros indivíduos	23,9	22,2	21,7
Famílias monoparentais	0,87	6,8	9,6
Pai com filhos, com ou sem outros indivíduos	x	0,9	1,4
Mãe com filhos, com ou sem outros indivíduos	x	5,9	8,1
De 1 pessoa	13,0	13,8	13,8
Outro tipo de famílias	9,8	7,2	4,0

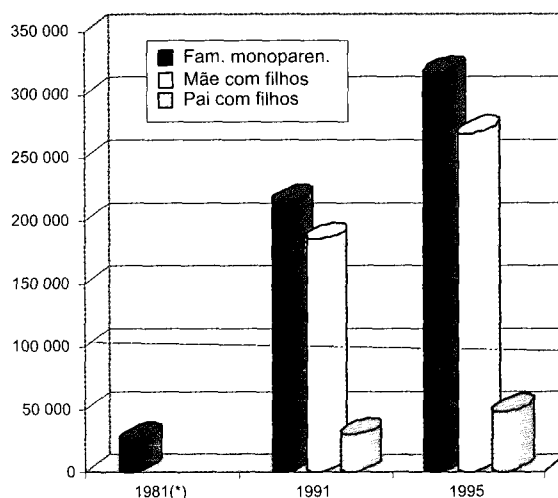
Fonte: INE-Recenseamento Geral da População, 1981, 1991;
Inquérito ao Emprego, 1995

Paralelamente a esta tendência, assistiu-se neste período a um crescimento muito significativo das **famílias monoparentais**.

Em 1981 foram apuradas 25 462 famílias monoparentais a que correspondem 78 051 indivíduos. Em 1991, o número de indivíduos nessas condições subiu para 618 619, tendo o respectivo número de famílias passado para 214 310, facto que traduz um aumento de (+741,7%) nestes 10 anos. Essa tendência tem-se mantido - entre 1991 e 1995, o número de famílias constituídas apenas por “pai com filhos” ou “mãe com filhos” (com ou sem outras pessoas) aumentou 48,0%, tendo o número de pessoas a viver dessa forma subido 57,2%.

Por outro lado, a monoparentalidade é muito mais frequente no caso das mulheres do que nos homens (em 1995, é quase 6 vezes superior à dos homens). A este facto não deve ser alheio, na generalidade dos casos, a atribuição de filhos à mãe em situação de divórcio; outra razão situa-se na dissolução do casamento por morte (a taxa de mortalidade dos homens é superior à das mulheres).

Gráf. 2.5-Evolução do número de famílias monoparentais
(1981, 1991, 1995)



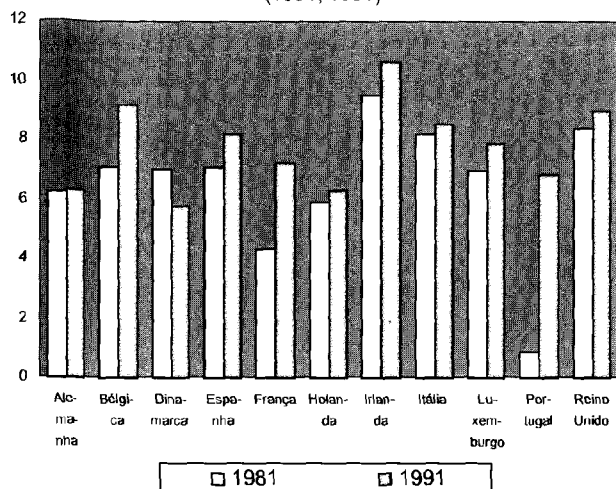
(*) Dados não disponíveis para “pai ou mãe com filhos” em 1981.

Fonte: INE-Recenseamento Geral da População, 1981, 1991;
Inquérito ao Emprego, 1995

Como se pode verificar pelo gráfico seguinte o peso crescente das famílias mononparentais verifica-se igualmente nos restantes países comunitários, embora com dimensões diferentes; a única excepção é a Dinamarca em que a importância relativa deste tipo de família diminuiu entre 1981 e 1991. De salientar que, no conjunto da comunidade, Portugal é o país que registou o maior crescimento; com valores inferiores ao do nosso país, em 1991 apenas se situa a Dinamarca (5,8%), a Grécia (6%) e a Holanda (6,3%). A Irlanda, surpreendentemente, é o país em que o peso das famílias monoparentais é o mais elevado (10,6%).

No conjunto dos países do Sul, a Itália e a Espanha tinham um valor ligeiramente acima dos 8%. Tanto a França como Portugal são países em que os valores são inferiores a 8%. Contudo, em Portugal o fenómeno é mais recente.

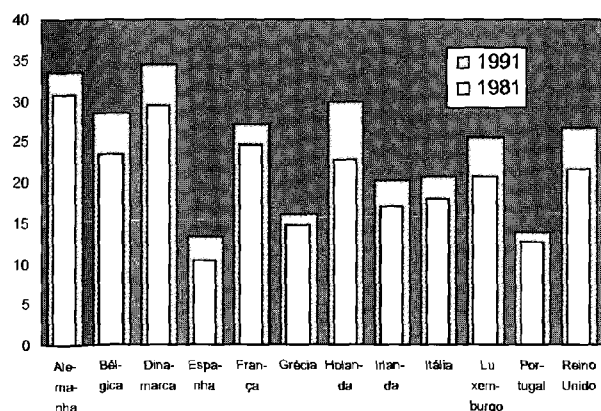
Gráf. 2.6-Famílias monoparentais em alguns países da União Europeia (%) (1981, 1991)



Fonte: EUROSTAT-Estatísticas Demográficas; Recenseamentos da População 1981-1982; Espanha 1991: Inquérito Sócio Demográfico 1991

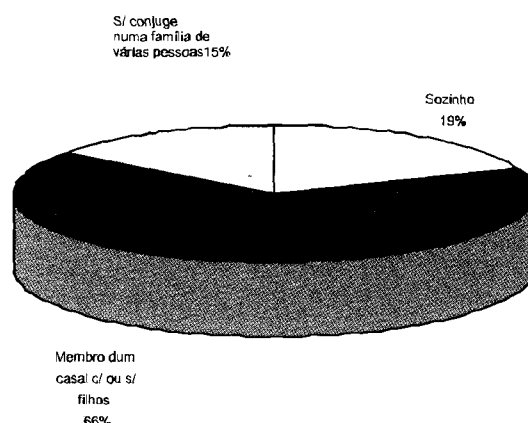
No que respeita às famílias **unipessoais**, Portugal é o país em que a proporção de famílias constituídas apenas por um único indivíduo menos cresceu, embora a Espanha seja aquele em que percentualmente este tipo de famílias tinha menos peso em 1991 (13,4%). Pertencem à Suécia (40,0%), Alemanha e Dinamarca, ambos com 34,0%, os valores mais elevados, a que se deverá acrescentar a Finlândia (32%) numa óptica mais alargada da Europa dos 15.

Gráf. 2.7-Famílias de 1 pessoa em alguns países da União Europeia (%) (1981, 1991)



Fonte: EUROSTAT-Estatísticas Demográficas; Recenseamentos da População 1981-1982

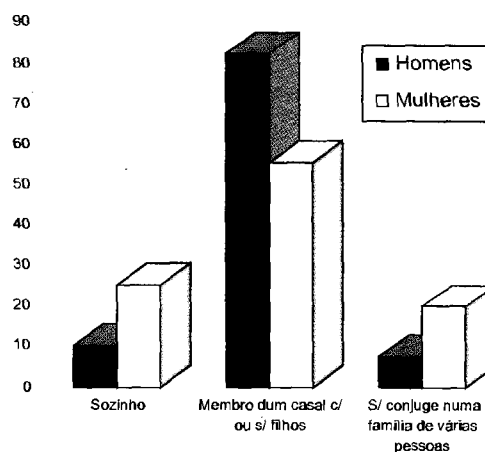
Gráf. 2.8-População com 65 e mais anos, segundo a forma de coabitação (1995)



Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

Como já se referiu no capítulo anterior, verifica-se um **envelhecimento da população portuguesa**: em 1995, a população com 65 e mais anos representava 14,7% do total quando, em 1991, essa percentagem era de 13,8%. De que forma vive essa população? De acordo com os gráficos 2.8 e 2.9 verifica-se que, em 1995, mais de metade dos idosos vivia ainda com o cônjuge (66,6%), sendo esta percentagem mais elevada no caso dos homens; a segunda situação mais frequente era a de viverem sozinhos, particularmente as mulheres. Finalmente, "o viver numa família de várias pessoas" surgia em 14,6% dos casos, sendo também no caso das mulheres mais elevado do que em indivíduos do sexo masculino.

Gráf. 2.9-População com 65 ou mais anos, segundo a forma de coabitação, por sexo (%) (1995)



Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

Quando se analisa esta tipologia por grupos etários, constata-se que entre os 70 e os 80 anos há diferenças de comportamento: enquanto “o viver sozinho” se mantém mesmo com 80 e mais anos para o homem, “o viver com outras pessoas” é a opção mais frequente na mulher com essa idade.

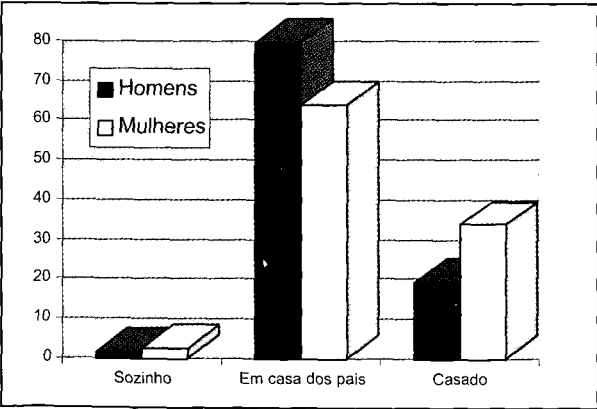
Quadro 2.3-População com 65 e mais anos, segundo a forma de coabitação, por grupos etários (%) (1995)

Grupo etário	Total			Homens			Mulheres		
	Membro de um casal, com ou sem filhos	Sozinho	Sem cônjuge, numa família de várias pessoas	Membro de um casal, com ou sem filhos	Sozinho	Sem cônjuge, numa família de várias pessoas	Membro de um casal, com ou sem filhos	Sozinho	Sem cônjuge, numa família de várias pessoas
Total	66,5	18,8	14,6	82,3	10,3	7,4	55,2	25,0	19,9
65-69	80,1	11,8	8,1	90,8	5,7	3,5	71,6	16,6	11,8
70-74	70,6	18,6	10,7	84,8	9,3	5,9	59,9	25,7	14,5
75-79	59,0	25,3	15,6	77,0	13,3	9,7	46,7	33,6	19,7
80 e +	43,1	25,6	31,2	65,0	18,8	16,2	30,6	29,6	39,9

Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

Por outro lado, analisando a **população jovem** na faixa etária dos 20 aos 29 anos, para o mesmo ano, verifica-se que é muito elevada a percentagem de jovens que viviam em casa dos pais, (independentemente de estarem ou não casados), sendo maior a percentagem no caso dos indivíduos do sexo masculino, qualquer que seja a idade. Por outro lado, e como mostra o quadro 2.4, é sempre maior a percentagem de mulheres que vivem sozinhas ou casadas.

Gráf. 2.10-População de 20 a 29 anos, segundo a forma de coabitação (%) (1995)



Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

Quadro 2.4-População de 20 a 29 anos, segundo a forma de coabitação, por grupos etários (%) (1995)

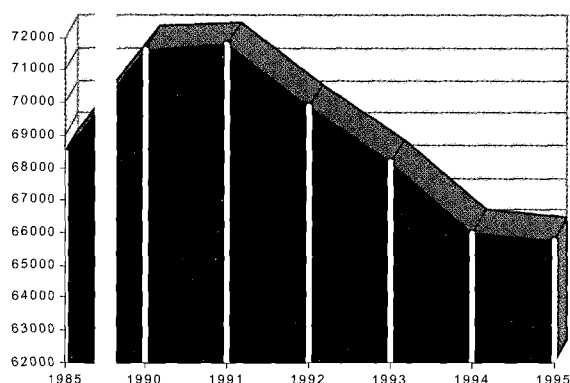
Grupo etário	Sozinho	Em casa dos pais	Casado
Total	2,1	71,5	26,4
Homens	1,5	79,3	19,2
20-24 anos	0,9	92,1	7,6
25-29 anos	2,2	61,3	36,5
Mulheres	2,7	63,6	33,7
20-24 anos	2,7	80,6	16,7
25-29 anos	2,7	42,1	55,2

Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

2.2 - NUPCIALIDADE

No decurso dos últimos seis anos assistiu-se a um recuo do número de casamentos realizados (-8,2%), particularmente entre 1991 e 1994, evolução inversa da que aconteceu na 2.ª metade da década de 80 (+4,7%).

Gráf. 2.11-**Casamentos (Nº)**
(1985, 1990-1995)



Fonte: INE-Estatísticas Demográficas

Esta tendência decrescente foi mais acentuada no Continente (-8,4%) do que nas regiões autónomas (-2,8%). Como se pode verificar pelo quadro seguinte, esta tendência reflecte-se na evolução da taxa bruta de nupcialidade.

Pertencem ao Norte e à Região Autónoma dos Açores os valores mais elevados da taxa de nupcialidade qualquer que seja o ano considerado, à excepção de 1993.

O Alentejo e o Algarve são, pelo contrário, as regiões em que os valores são mais baixos.

Quadro 2.5-**Taxa bruta de nupcialidade, por região(*) - NUTS II (‰)**
(1990-1995)

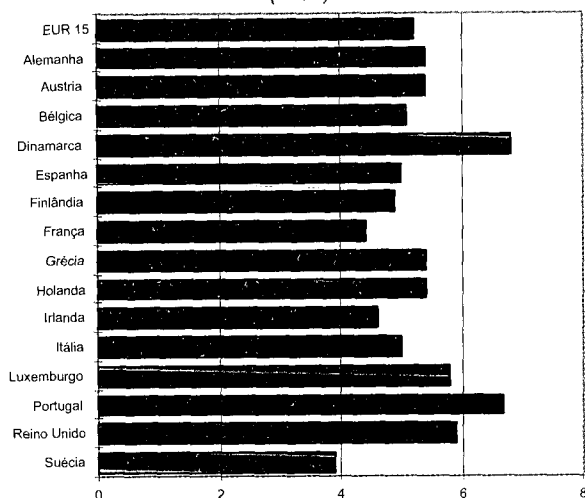
NUTS II	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Portugal	7,2	7,3	7,1	6,9	6,7	6,6
Continente	7,2	7,3	7,0	6,9	6,6	6,6
Norte	8,5	8,5	8,4	8,0	7,7	7,6
Centro	7,1	7,1	7,0	6,7	6,5	6,4
Lisboa e V. do Tejo	6,3	6,5	6,1	6,2	5,9	6,0
Alentejo	5,8	5,8	5,1	5,2	5,2	5,2
Algarve	5,8	5,5	5,3	5,2	5,0	5,2
R. A. Açores	7,5	7,9	8,5	7,5	7,4	7,2
R. A. Madeira	7,2	7,1	7,3	7,6	7,0	7,0

(*) Do local da conservatória onde foi registado o casamento - local do facto.

Fonte: INE-Estatísticas Demográficas

Em 1994, com 6,7‰, Portugal apresenta a taxa bruta de nupcialidade mais elevada da União Europeia (5,2 por mil habitantes), apenas superado pela Dinamarca (6,8‰).

Gráf. 2.12-Taxa bruta de nupcialidade
na União Europeia(*) (‰)
(1994)



(*) Os dados relativos à EUR 15 são estimados; da Espanha, Irlanda e Itália provisórios; neste país o total de casamentos é igual aos casamentos das mulheres residentes no país; os dados do Reino Unido, referem-se a 1993.

Fonte: EUROSTAT-Estatísticas Demográficas

Uma outra característica relativa à nupcialidade é a **idade média ao casamento**; em termos nacionais pode-se dizer que cada vez se casa mais tarde; em 1981, a idade média ao casamento estimou-se em 27 anos para os homens e 24,3 para as mulheres; 14 anos depois tinha subido praticamente 1,5 anos para ambos os sexos; o mesmo acontece com a idade ao 1.º casamento, que tem crescido permanentemente: entre 1981 e 1995 há um aumento de 1,4 e 1,6 anos, respectivamente para os homens e para as mulheres, ao mesmo tempo que se reduz a diferença de idades entre os sexos.

Quadro 2.6-Idade média (em anos), ao
casamento e ao 1.º casamento
(1981, 1991-1995)

AO CASAMENTO

	Homens	Mulheres	Diferença
1981	27,2	24,3	2,9
1991	28,0	25,3	2,7
1992	28,1	25,4	2,7
1993	28,3	25,6	2,7
1994	28,4	25,8	2,6
1995	28,6	25,9	2,7

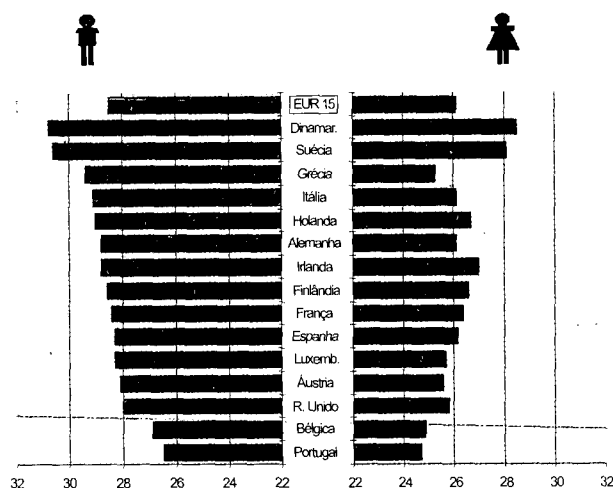
AO 1.º CASAMENTO

	Homens	Mulheres	Diferença
1981	25,4	23,3	2,1
1991	26,3	24,4	1,9
1992	26,4	24,5	1,9
1993	26,5	24,7	1,8
1994	26,7	24,8	1,9
1995	26,8	24,9	1,9

Fonte: INE-Estimativas da População Residente

No contexto da União Europeia e para o ano de 1993, os portugueses são ainda os que casam mais cedo; apenas a Bélgica tem valores muito próximos dos valores nacionais: 26,9 e 24,9 anos, respectivamente para os homens e mulheres.

Gráf. 2.13-Idade média (em anos), ao 1.º casa-
mento, na União Europeia, por sexo
(1993)



(*) Os dados relativos à EUR 15 são estimados; da Irlanda, referem-se a 1992.

Fonte: EUROSTAT-Estatísticas Demográficas

O avanço na idade ao casamento vai reflectir-se na **idade de nascimento do 1.º filho**, a qual se estima, para 1995, em 25,6 anos; em 1981 a mulher tinha o seu 1.º filho aos 23,6 anos ou seja 2 anos mais cedo do que actualmente.

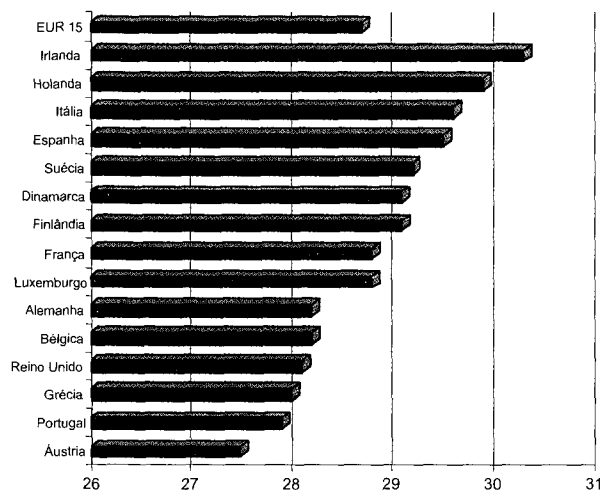
É na Áustria (27,5 anos) que as mulheres têm mais cedo os filhos, seguindo-se o nosso país; a Irlanda é o país em que a mulher mais retarda o nascimento dos filhos (30,3 anos).

Quadro 2.7-Idade média (em anos),
das mulheres à maternidade
(1981, 1991-1995)

	1.º Filho	Um filho
1981	23,6	26,6
1991	24,9	27,2
1992	25,0	27,4
1993	25,2	27,5
1994	25,4	27,6
1995	25,6	27,8

Fonte: INE-Estimativas da População Residente

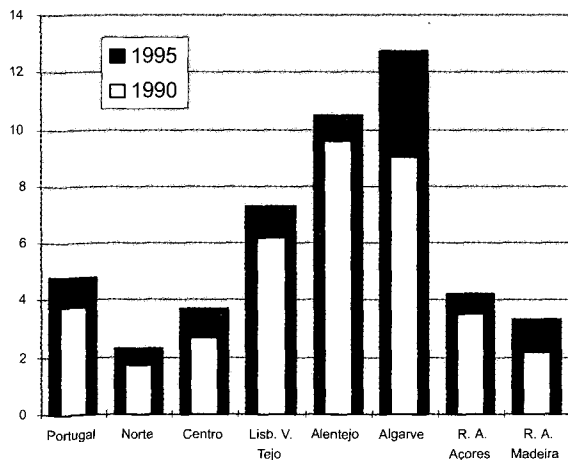
Gráf. 2.14-Idade média (em anos), das mulheres à maternidade, na União Europeia (1994)



(*) Os dados referentes à EUR 15 e à Bélgica são estimados; relativamente à Itália, a Espanha e a França são provisórios.
Fonte: EUROSTAT-Estatísticas Demográficas

Um último aspecto a referir diz respeito aos casamentos celebrados onde já existem **filhos comuns**; a frequência de casamentos celebrados nessas circunstâncias tem aumentado, fixando-se em 4,8% em 1995, face a um valor de 3,8% em 1990 ou de 3,3% em 1985. Os valores mais elevados em 1995 pertencem ao Alentejo e ao Algarve onde, para cada 100 casamentos realizados, cerca de 11 e 13, respectivamente, tinham já pelo menos um filho comum ao casal.

Gráf. 2.15-Percentagem de casamentos celebrados, onde existiam já filhos comuns aos cônjuges, por região(*) (1990, 1995)



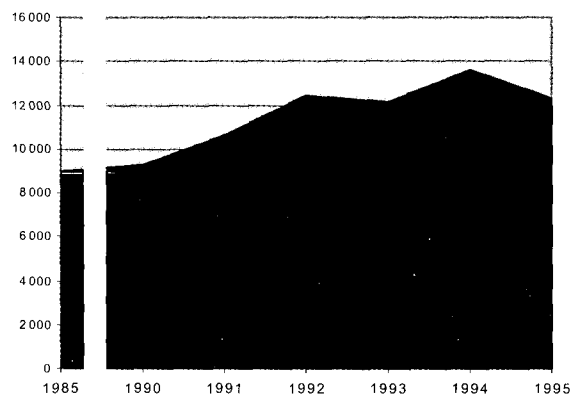
(*) Local da conservatória onde foi registado o casamento - local do facto.

Fonte: INE-Estatísticas Demográficas

2.3 - DIVORCIALIDADE

Em sentido inverso ao dos casamentos, o período de 1990 a 1995 é marcado por uma tendência crescente na dissolução dos casamentos por divórcio, mesmo se em 1995 se registou uma quebra. Em termos médios, neste período o número de divórcios cresceu 6,5%, valor bastante elevado se se comparar com a média do período 1985/90, que foi apenas de 0,6%.

Gráf. 2.16-Número de divórcios (Nº) (1985, 1990-1995)



Fonte: INE-Estatísticas Demográficas

Esta evolução é comum a todas as regiões, com excepção da Região Autónoma da Madeira, como mostra a respectiva taxa bruta de divorcialidade que regista uma quebra entre 1990 e 1995, passando de 1,2‰ para 0,9‰, respectivamente.

Quadro 2.8-Taxa bruta de divorcialidade, por região(*) - NUTS II (‰)
(1990-1995)

NUTS II	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Portugal	0,9	1,1	1,3	1,2	1,4	1,2
Continente	0,9	1,0	1,2	1,2	1,3	1,2
Norte	0,6	0,7	0,9	0,8	0,9	0,9
Centro	0,7	0,8	1,0	0,9	1,1	1,0
Lisboa e V. do Tejo	1,3	1,5	1,7	1,7	1,8	1,7
Alentejo	0,7	0,6	0,8	0,8	0,9	1,0
Algarve	1,1	1,1	1,6	1,5	1,8	1,7
R. A. Açores	1,0	0,9	1,2	1,1	1,1	1,3
R. A. Madeira	1,2	1,0	0,9	1,0	1,1	0,9

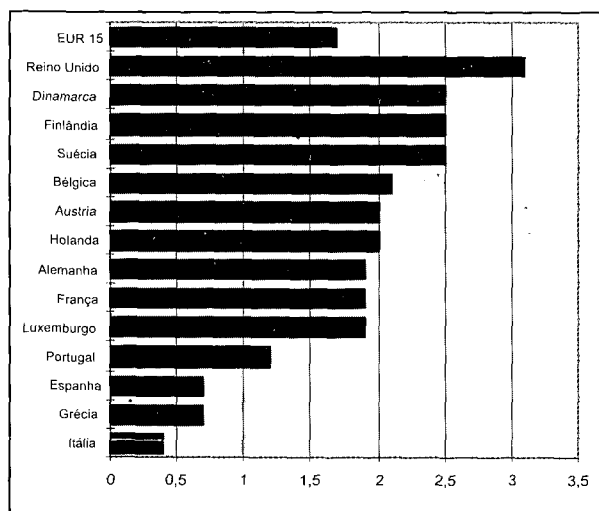
(*) De residência do cônjuge demandante, para 1985, 1990-1994; de localização da residência da família, em 1995.

Fonte: INE-Estatísticas Demográficas

Lisboa e Vale do Tejo, e Algarve são as duas regiões que detêm os valores mais elevados, para o conjunto dos anos em análise.

Comparando com os restantes países da comunidade (pese embora algum cuidado na análise, em virtude das diferenças de ordem jurídica) e na ausência de dados para a Irlanda, Portugal aparece, conjuntamente com a Itália (0,41‰), a Grécia e a Espanha (0,7‰ em ambos) como os países mais resistentes à ruptura dos casamentos por divórcio. Em lugar oposto está o Reino Unido (3,1‰) e os países nórdicos - Suécia (2,5‰), Finlândia (2,5‰) e Dinamarca (2,5‰).

Gráf. 2.17-Taxa bruta de divorcialidade na União Europeia(*) (‰)
(1993)



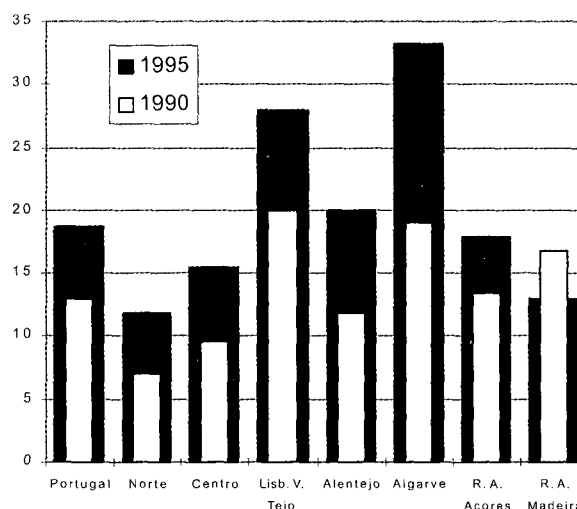
(*) Dados não disponíveis relativamente à Irlanda.

Fonte: EUROSTAT-Estatísticas Demográficas

Um outro indicador que mostra o comportamento da população face ao divórcio é o "número de divórcios por 100 casamentos celebrados".

Como mostra o gráfico 2.18, esta percentagem tem vindo a aumentar significativamente desde 1990. Particularmente importantes são os valores estimados para as regiões de Lisboa e Vale do Tejo e do Algarve, em que por cada 100 casamentos realizados, 28 e 33 são dissolvidos por divórcio.

Gráf. 2.18-Número de divórcios por 100 casamentos celebrados, por região(*)
(1990, 1995)



(*) Da residência do cônjuge demandante, para o ano de 1990; da localização da casa de morada de família, para 1995.

Fonte: INE-Estatísticas Demográficas

CONCEITOS

Família (clássica):

Conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco (de direito ou de facto) entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento. Considera-se também como família clássica qualquer pessoa independente que ocupa uma parte ou a totalidade de uma unidade de alojamento. São incluídos na família residente num alojamento familiar as empregadas domésticas internas, desde que não se desloquem todas ou quase todas as semanas à residência da respectiva família.

Taxa de divorcialidade:

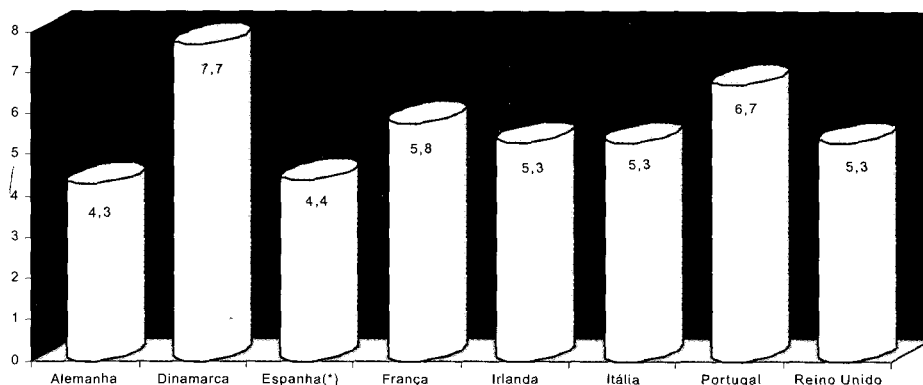
Número de divórcios ocorridos durante um certo período de tempo, normalmente o ano, referido à população média desse período (habitualmente número de divórcios por 1000 habitantes).

Taxa de nupcialidade:

Número de casamentos ocorridos durante um certo período de tempo, normalmente o ano, referido à população média desse período (habitualmente número de casamentos por 1000 habitantes).

- O nível educacional da população portuguesa aumentou claramente nos últimos anos. Em 1990, cerca de 26% da população dos 15 aos 64 anos tinha completado, pelo menos, a escolaridade obrigatória. Este valor, em 1995, é de 39%, verificando-se que, para os jovens dos 15 aos 24 anos, atinge 60%.
- A população feminina aparenta uma maior determinação no prosseguimento dos estudos. Embora as mulheres representem mais de 65% da população dos 15 aos 64 anos sem qualquer nível de ensino, constituem, por outro lado, a maioria da população que completou o ensino secundário e o ensino superior.
- Em 1995, a população escolar dos ensinos pré-escolar, básico, secundário e superior representa cerca de 23% do total da população residente.
- No período 1990-1995, assiste-se a um aumento da taxa de escolarização dos jovens dos 6 aos 29 anos, da ordem dos 6 pontos percentuais, dinamizado principalmente pela participação nos níveis de ensino para além da escolaridade obrigatória que, entre 1990 e 1995, aumenta de 14% para 24%.
- Entre 1990 e 1995, assiste-se a um decréscimo substancial no número de alunos matriculados no ensino básico em consequência, fundamentalmente, da baixa da taxa de natalidade.
- O ensino superior acolhe, de 1991 a 1995, mais 100 000 estudantes, aproximadamente. A taxa bruta de escolarização neste nível de ensino passou de 18%, em 1990, para 37% em 1995. Para esta evolução contribuiu, sobretudo, a população feminina, sendo de referir que, em 1995, para cada 100 homens a frequentar o ensino superior, existem 140 mulheres.
- Em 1994, a Administração Pública gastou, em educação, 6,4% do PIB. Em termos internacionais, Portugal despende em educação uma proporção do PIB superior a países como a França e o Reino Unido.
- O consumo per capita das famílias, em educação, mais que quadruplicou, em valores nominais, desde 1988, atingindo cerca de 21 000 escudos em 1994.

Despesas públicas em educação, em percentagem do PIB a preços de mercado, em alguns países da União Europeia (%)
(1992)



(*) Os dados referem-se a 1991.

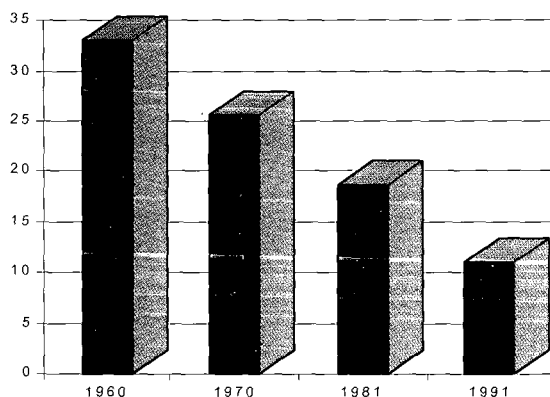
Fonte: EUROSTAT-Anuário Estatístico

3.1 - NÍVEL EDUCACIONAL DA POPULAÇÃO

O desenvolvimento educacional do indivíduo condiciona a sua vida social, cultural e económica, estando correlacionado com o seu nível de desempenho potencial numa sociedade cada vez mais complexa e competitiva. Consequentemente, o nível educacional da população é crucial para o desenvolvimento do país.

A aptidão para ler e escrever tem sido considerada um critério simples para aferir do progresso educativo dos indivíduos e baseia-se no valor da taxa de analfabetismo. Em Portugal, o número de analfabetos reduziu-se significativamente desde a década de 60. A taxa de analfabetismo, que em 1960 era de 33,1%, trinta anos mais tarde cai para 11%.

Gráf. 3.1-Taxa de analfabetismo (%)
(1960, 1970, 1981, 1991)



Fonte: INE-Recenseamentos da População e Habitação

No entanto, este indicador não esgota a análise da evolução do nível educacional da população portuguesa. É importante analisar a distribuição da população por nível de ensino atingido e como tem sido a sua evolução.

Em 1990, 74% da população residente dos 15 aos 64 anos completou, no máximo, o 6.º ano de escolaridade. Se considerarmos como limite mínimo de escolaridade necessária, para um desempenho suficiente do indivíduo em termos económicos e sociais, a escolaridade obrigatória actual, apenas 26% da população acima referida a atingiu ou ultrapassou. Dos indivíduos nesta categoria, apenas 5,2% completou o ensino superior.

Quadro 3.1-População dos 15 aos 64 anos,
por nível de ensino atingido (%)
(1990-1995)

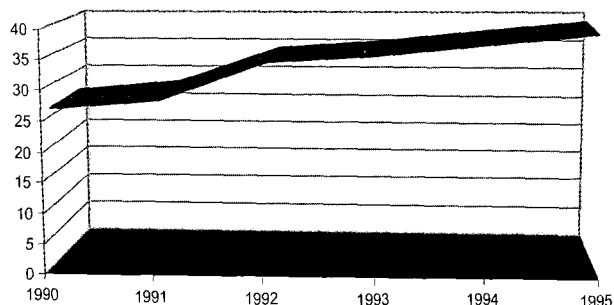
Ano	Nível de ensino atingido			
	Até 2.º Ciclo (*)	3.º Ciclo	Secundário	Superior
1990	73,7	13,7	7,2	5,2
1991	71,8	14,6	7,6	5,7
1992	66,0	15,6	10,1	8,3
1993	64,6	16,3	10,7	8,4
1994	62,9	16,9	11,6	8,6
1995	61,0	17,2	12,8	8,9

(*) Refere-se ao conjunto dos indivíduos que não possuem qualquer nível de escolaridade, os que possuem o 1º ciclo e aqueles que completaram o 2º ciclo do ensino básico.

Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

Cinco anos mais tarde, em 1995, 61% da população residente dos 15 aos 64 anos, isto é, ainda mais de metade da população adulta potencialmente activa, completou, no máximo, o 6.º ano de escolaridade; deste conjunto, 11% não tem qualquer nível de instrução. Em 1995, a população que completou ou ultrapassou a escolaridade obrigatória atingiu cerca de 39% do total.

Gráf. 3.2-População dos 15 aos 64 anos que
completou, pelo menos, a escolaridade
obrigatória (%)
(1990-1995)



Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

Os dados respeitantes ao Inquérito ao Emprego foram objecto de reapuramento com base numa série revista de estimativas da população residente. O objectivo deste reapuramento foi o de minimizar o efeito de quebra da série 1990, 1991 e 1992, e seguintes, embora naturalmente se mantenham algumas discrepâncias em virtude de se trabalhar com dois desenhos de amostras diferentes.

A distribuição da população dos 15 aos 64 anos, por nível de ensino e sexo, não se alterou significativamente, nos anos em análise. As mulheres são a maioria daqueles que não chegaram a completar qualquer nível de ensino, ultrapassando os 65%. A situação inverte-se para o ensino secundário e superior.

Quadro 3.2-População feminina na população dos 15 aos 64 anos, por nível de ensino atingido (%)
(1992-1995)

Ano	Nível de ensino atingido					
	Nenhum	Básico 1.º Ciclo	Básico 2.º Ciclo	Básico 3.º Ciclo	Secundário	Superior
1992	67,5	49,2	44,5	48,9	52,2	56,0
1993	67,3	49,6	45,2	48,4	52,0	56,6
1994	67,2	49,1	45,5	47,8	52,4	57,8
1995	66,4	49,7	44,8	47,0	52,4	58,4

INE-Inquérito ao Emprego

No período 1990-1995, a renovação das gerações é o principal factor dinamizador do nível educacional da população em idade activa (15-64 anos), injectando no conjunto considerado uma população jovem com um nível educacional substancialmente mais elevado. De salientar que, neste período, a população dos 15 aos 24 anos que completou, pelo menos, a escolaridade obrigatória, passou de cerca de 40% para 60%.

Quadro 3.3-Repertição da população dos 15 aos 64 anos, por grupo etário e nível de ensino atingido (%)
(1990, 1995)

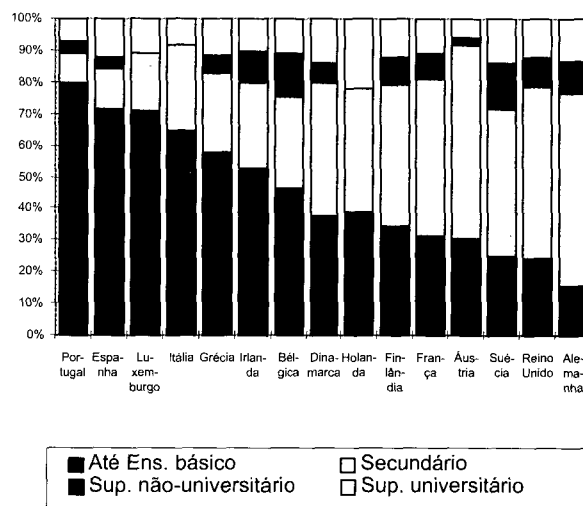
Grupo etário	Nível de ensino atingido							
	Até 2.º Ciclo		3.º Ciclo		Secundário		Superior	
	1990	1995	1990	1995	1990	1995	1990	1995
15 - 24	60,7	39,7	26,3	33,4	11,8	24,5	1,0	2,4
25 - 34	63,8	53,5	14,7	15,6	12,1	17,5	9,1	13,5
35 - 44	74,5	62,8	11,2	13,2	5,6	9,8	8,5	14,2
45 - 54	84,7	72,5	7,0	11,6	3,1	5,9	5,1	9,9
55 - 64	89,8	83,9	4,9	7,3	1,9	2,9	3,2	5,9

Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

De referir, também, a evolução da proporção da população dos grupos etários 25-34 anos e 55-64 anos que completou um nível de ensino superior que, em 1990, era de 9,1% e 3,2%, respectivamente. Em 1995, para os mesmos grupos etários, os valores eram de 13,5% e 5,9%, reflectindo um crescimento mais acentuado no grupo etário mais jovem.

Ao nível da União Europeia e se considerarmos os países com a maior proporção da população nos níveis de ensino mais baixos, Portugal ocupa a última posição. A maior parte da população portuguesa não chegou a completar 9 anos de escolaridade. Este perfil é observado sobretudo nos países do sul da Europa: Espanha, Itália e Grécia, mas também no Luxemburgo.

Gráf. 3.3-População dos 25 aos 64 anos, na União Europeia, por nível de ensino atingido (%)
(1994)

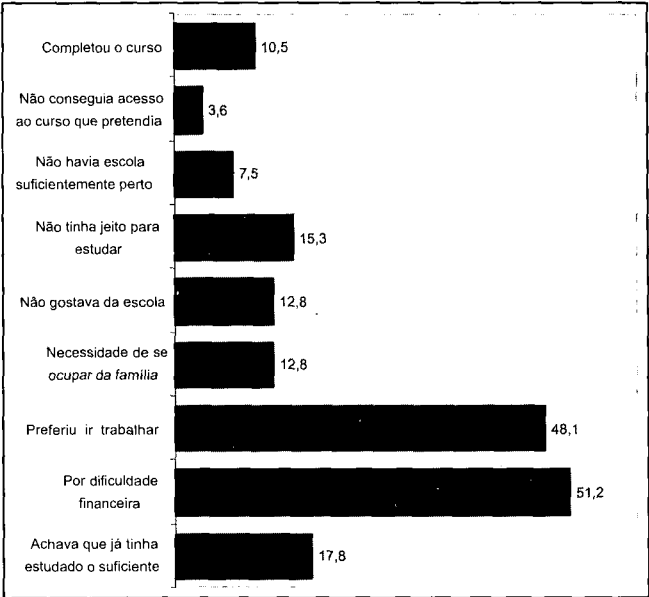


Fonte: OCDE-Education at a Glance, OECD Indicators

Gráf. 3.4-Razões de saída da escola(*) (%)
(1994)

Em 1994, realizou-se o Estudo Nacional de Literacia tendo por base a população dos 15 aos 64 anos a residir no Continente. Neste estudo, os indivíduos apontam como principais razões para a saída da escola, as dificuldades financeiras e a preferência por ir trabalhar, com 51,2% e 48,1%, respectivamente.

Os níveis de ensino mais baixos, atingidos pelas gerações mais velhas, poderão ser justificados principalmente pelas dificuldades financeiras, referidas com maior frequência pela população masculina; segue-se a preferência por trabalhar e, com alguma importância, as mulheres apontam a necessidade de se ocuparem da família.



(*) Admitiu-se mais do que uma resposta.
Fonte: ICS-Estudo Nacional de Literacia

Quadro 3.4-Indivíduos que deixaram a escola, pelas razões de saída, segundo o grupo etário e o sexo (*) (%)
(1994)

Razões de saída	15-24			25-39			40-54			55-64		
	HM	M	H	HM	M	H	HM	M	H	HM	M	H
Achava que já tinha estudado o suficiente	26,5	23,8	28,8	18,8	15,8	21,7	13,2	12,6	14,0	14,2	14,2	14,0
Por dificuldade financeira	29,9	34,9	25,5	48,5	48,7	48,3	60,9	60,9	60,8	63,7	60,4	67,0
Preferiu ir trabalhar	58,0	51,1	64,1	49,2	39,6	59,4	44,6	37,0	53,0	40,3	32,2	48,5
Necessidade de se ocupar da família	5,7	8,5	3,6	10,8	15,8	5,7	14,6	21,0	7,7	22,1	28,6	15,2
Não gostava da escola	34,9	26,5	42,5	16,0	14,4	17,5	10,6	10,2	11,0	8,2	8,3	8,2
Não tinha jeito para estudar	25,3	14,6	34,8	14,8	13,3	16,4	11,7	10,9	12,7	11,3	12,1	10,6

(*) Admitiu-se mais do que uma resposta.
Fonte: ICS-Estudo Nacional de Literacia

O factor “restrições financeiras” tem vindo a perder importância ao longo do tempo, salientando-se que a população masculina do grupo etário 15-24 anos aponta como principais razões para a sua saída da escola a “preferência por ir trabalhar”, seguida do facto de “não gostar da escola”.

Por outro lado, verifica-se que, quanto mais baixos os graus de ensino atingidos, mais as dificuldades financeiras pesaram na decisão de sair da escola. A preferência por ir trabalhar é apontada fundamentalmente pelos indivíduos detentores de níveis de ensino intermédios.

Quadro 3.5-Indivíduos que deixaram a escola, pelas razões de saída, segundo o nível de ensino (*) (%) (1994)

Razões de saída	Sem grau	Básico 1	Básico 2	Básico 3	Secun- dário	Supe- rior
Achava que já tinha estudado o suficiente	7,0	16,3	22,0	21,5	25,0	25,4
Por dificuldade financeira	65,7	68,3	39,5	28,7	15,9	3,9
Preferiu ir trabalhar	35,3	47,1	61,4	61,3	56,0	17,8
Não tinha jeito para estudar	29,6	16,6	16,0	5,1	2,6	0,8

(*) Admitiu-se mais do que uma resposta.
Fonte: ICS-Estudo Nacional de Literacia

O Estudo Nacional de Literacia considera um conjunto de tarefas que se podem encontrar na vida quotidiana, com complexidades diversas e cuja resolução propôs ao conjunto de respondentes. De acordo com os resultados obtidos, estes indivíduos são classificados em 5 níveis de literacia:

Nível 0: Este nível corresponde à incapacidade absoluta de resolver qualquer tipo de tarefa e nele se integram todas as pessoas que não resolveram qualquer das questões presentes no teste.

Nível 1: As tarefas deste nível são as menos exigentes para o leitor. Implicam, em geral, apenas a localização de informação idêntica ou sinónima da constante nas instruções. As tarefas deste nível são, em regra, executadas a partir de textos ou documentos com poucos elementos distractores. Estes, quando existem, não se encontram perto da passagem do texto ou documento que contém a resposta correcta.

Nível 2: As tarefas deste nível requerem, em geral, um processamento de informação um pouco mais elaborado. Implicam a associação literal ou aproximada entre palavras ou expressões que se encontram no texto ou documento e nas instruções da tarefa a realizar.

Nível 3: As tarefas deste nível requerem um processamento de informação com um grau mais elevado de complexidade. Implicam a capacidade de integração de informação de forma a resumir ideias contidas num texto ou a fundamentar uma conclusão.

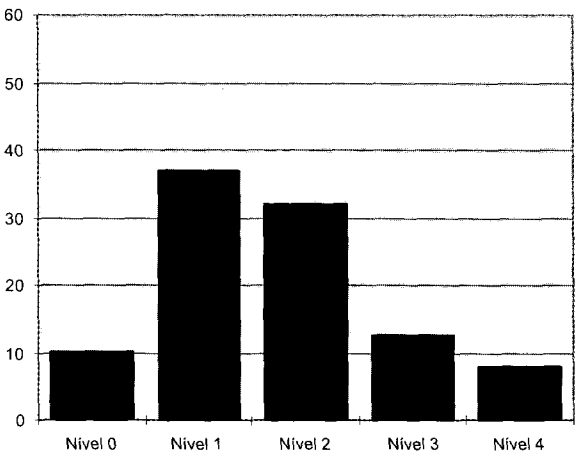
Nível 4: As tarefas deste nível são as mais exigentes de toda a prova. Implicam a capacidade de processamento e integração de informação múltipla em textos complexos.

Fonte: ICS-Estudo Nacional de Literacia

O nível de literacia da população está correlacionado com o respectivo nível educacional, reflectindo a eficácia da educação e a sua aquisição pelos indivíduos, ao aferir sobre as capacidades destes utilizarem as suas competências de leitura, escrita e cálculo na vida quotidiana.

A maior parte da população inquirida foi classificada nos níveis de literacia médios/baixos, ou seja, os níveis 1 e 2 englobam cerca de 70% da população. É de salientar a proporção relativamente elevada da população inquirida no nível zero de literacia, ou seja, cerca de 10% da população demonstrou total incapacidade de resolução das tarefas que lhe foram propostas. Este valor é coerente com os resultados do Inquérito ao Emprego que, para o mesmo ano, estimava que 12% da população dos 15 aos 64 anos não possuía qualquer grau de instrução.

Gráf. 3.5-População dos 15 aos 64 anos, por nível de literacia (%) (1994)



Fonte: ICS-Estudo Nacional de Literacia

Tendo em consideração os diferentes grupos etários, cerca de 30% da população dos 55 aos 64 anos pertence ao nível zero de literacia e 45,2% ao nível 1, o que é coerente com a elevada percentagem de indivíduos deste grupo etário que atingiu, no máximo, o 6º ano de escolaridade: 85,3% em 1994, dos quais 37,8% não completaram qualquer nível de ensino.

Os níveis de literacia mais elevados são mais frequentes nas gerações mais jovens, embora estas não estejam representadas nos níveis de literacia superiores proporcionalmente à elevação do nível de estudos que atingiram.

Quadro 3.6-Indivíduos dos 15 aos 64 anos, por grupo etário e nível de literacia (%) (1994)

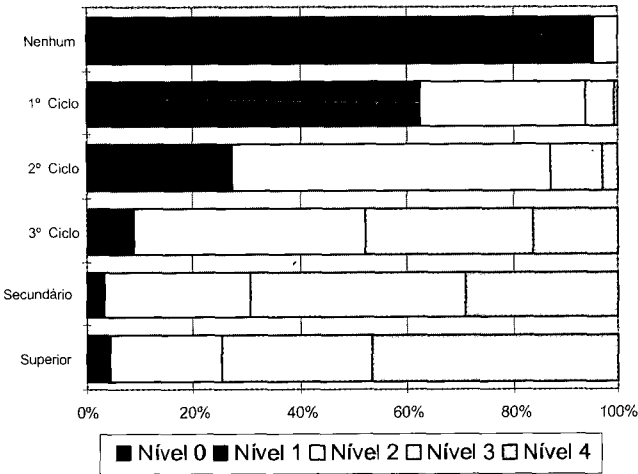
Grupo etário	Percentagem da população(*) por grupo etário	Níveis de literacia				
		Nível 0	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4
15 - 24	24,4	4,4	23,6	46,6	15,2	10,2
25 - 39	31,9	5,3	33,6	34,8	16,0	10,3
40 - 54	27,2	9,7	48,1	25,1	11,0	6,0
55 - 64	16,4	29,9	45,2	16,7	5,5	2,7

(*) População considerada no Inquérito.
Fonte: ICS-Estudo Nacional de Literacia

Em geral, o nível de literacia aumenta com o nível de ensino atingido. Analisando para cada nível de ensino atingido a proporção da população dos 15 aos 64 anos que se classifica em cada nível de literacia, observa-se que os indivíduos sem qualquer grau de instrução se repartem de forma semelhante pelos níveis 0 e 1 de literacia, cabendo cerca de 5% ao nível 2. A população que atingiu o 1.º ciclo do ensino básico está principalmente concentrada no nível 1 de literacia e aquela com o 2.º e 3.º ciclos do ensino básico está principalmente representada no nível 2.

Cerca de 47% dos indivíduos com um nível de ensino superior estão classificados no nível de literacia mais elevado; no entanto, 27,8% classificam-se no nível 3 e 21,1% no nível 2, em igualdade de circunstâncias com indivíduos com níveis de ensino muito baixos.

Gráf. 3.6-População dos 15 aos 64 anos, segundo o nível de ensino, em cada nível de literacia (1994)



Fonte: ICS-Estudo Nacional de Literacia

3.2 - POPULAÇÃO ESCOLAR

A população escolar dos ensinos pré-escolar, básico, secundário e superior não sofreu grande alteração entre 1990 e 1995, ultrapassando, neste último ano, os 2 317 000 alunos.

Quadro 3.7-Número de alunos matriculados, por nível de ensino (1990-1995)

Ano(*)	Educação pré-escolar	Ensino básico	Ensino secundário (**)	Ensino superior
1990	146 739	1 484 256	341 597	x
1991	176 822	1 502 113	401 263	219 424
1992	179 135	1 441 889	415 861	247 523
1993	183 298	1 429 824	438 300	276 534
1994	185 088	1 408 449	457 194	300 573
1995(***)	191 162	1 338 877	467 783	319 525

(*) Refere-se ao início de cada ano lectivo.

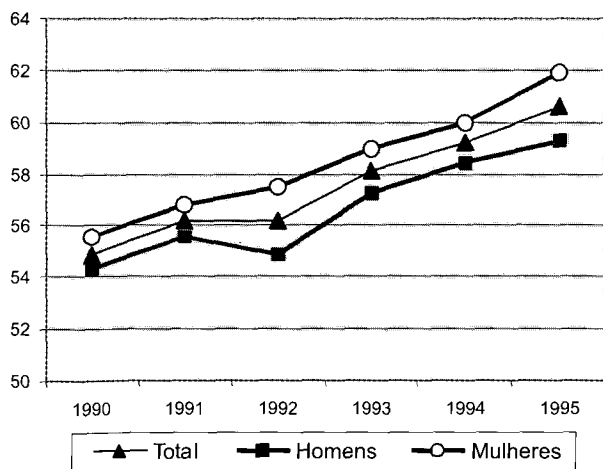
(**) Inclui escolas profissionais.

(***) Dados provisórios.

Fonte: INE e Ministério da Educação-Estatísticas da Educação

Em 1990, a taxa de escolarização da população residente dos 6 aos 29 anos era de 54,9%. No período 1990-1995, regista-se um crescimento de 5,7 pontos percentuais no valor deste indicador que, em 1995, atinge 60,6%.

Gráf. 3.7-Taxa de escolarização da população dos 6 aos 29 anos, por sexo (%) (1990-1995)



Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

Este aumento da escolarização geral deve-se, sobretudo, aos elevados aumentos de escolarização verificados nos grupos etários dos 15 aos 17 e dos 18 aos 22 anos, idades que, em teoria, correspondem a níveis posteriores à escolaridade obrigatória. Este facto pode, em parte, explicar o aumento verificado no número de alunos matriculados no ensino secundário e superior.

Quadro 3.8-Taxa de escolarização da população dos 6 aos 29 anos, por grupo etário (%) (1990, 1995)

Grupo etário	Taxa de escolarização	
	1990	1995
6 - 14	93,1	94,9
15 - 17	60,9	82,1
18 - 22	35,0	50,5
23 - 25	15,7	24,1
26 - 29	6,2	10,0

Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

Relativamente à participação da população dos 6 aos 29 anos por nível de ensino, confirma-se o que foi dito acima, pois verifica-se uma diminuição da população a frequentar os níveis mais baixos, que teoricamente correspondem à população com menos de 15 anos, e um aumento da população nos níveis de estudo acima da escolaridade obrigatória que, em 1990, era de 13,7% e passou para 24,1%, em 1995.

Quadro 3.9-População dos 6 aos 29 anos, por nível de ensino (%) (1990-1995)

Nível de ensino	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Ensino básico						
HM	41,1	41,3	38,4	38,0	36,7	36,5
H	42,3	42,4	39,4	39,1	38,1	37,5
M	39,8	40,2	37,4	36,8	35,2	35,4
Ens. secundário						
HM	9,7	10,2	10,6	12,4	13,5	14,3
H	8,5	9,1	9,5	11,5	12,9	13,9
M	10,9	11,3	11,8	13,3	14,1	14,8
Ensino superior						
HM	4,0	4,5	7,1	7,7	9,0	9,8
H	3,3	4,0	6,0	6,7	7,4	7,9
M	4,7	5,0	8,3	8,8	10,6	11,7

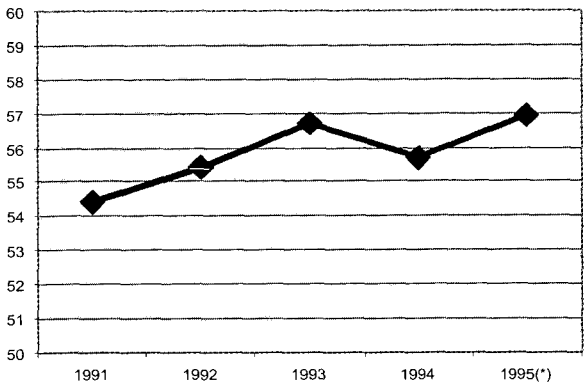
Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

3.2.1 EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

A educação pré-escolar inicia-se aos 3 anos de idade, terminando com a entrada no ensino básico.

Em 1995, estão mais de 190 000 crianças matriculadas no ensino pré-escolar. Cerca de 60 em cada 100 crianças dos 3 aos 5 anos têm acesso a este tipo de educação, considerado cada vez mais importante para o seu desenvolvimento futuro.

Gráf. 3.8-Evolução da taxa bruta de escolarização na educação pré-escolar (%) (1991-1995)



(*) Dados provisórios.

Fonte: INE e Ministério da Educação- Estatísticas da Educação; INE-Estimativas da População Residente

Nos países da União Europeia, a taxa de pré-escolarização das crianças varia consideravelmente. No caso da Bélgica e França, a educação pré-escolar é quase universal logo a partir dos 3 anos de idade e facto idêntico se verifica na Holanda e Espanha a partir dos 4 anos; na Finlândia, a taxa de escolarização não ultrapassa 35%; no Reino Unido esta taxa é extremamente baixa aos 4 anos e praticamente nula aos 5 anos de idade.

As diferenças observadas são basicamente explicadas pela ausência de uma delimitação clara entre o conteúdo da educação pré-escolar e o nível de ensino seguinte nos diferentes países.

Quadro 3.10-Taxa líquida de escolarização na educação pré-escolar, por idade, na União Europeia (%) (1994)

	3 anos	4 anos	5 anos
Alemanha	47	71	79
Áustria	30	71	90
Bélgica	98	100	98
Dinamarca	60	79	82
Espanha	57	101	104
Finlândia	27	29	35
França	100	101	100
Grécia	13	54	56
Irlanda	1	53	98
Itália	x	x	x
Luxemburgo	x	x	x
Holanda	-	97	99
Portugal	40	56	65
Reino Unido	41	11	-
Suécia	51	58	63

Fonte: OCDE-Education at a Glance, OECD Indicators

3.2.2 ENSINO BÁSICO

Correspondendo à escolaridade obrigatória, o ensino básico compreende três ciclos de ensino, com uma duração total de 9 anos.

A quebra de mais de 145 000 alunos, registada no ensino básico entre 1990 e 1995, deve-se, fundamentalmente, à diminuição de alunos no 1.º ciclo que, entre 1990 e 1995, perdeu cerca de 119 000 alunos e, conseqüentemente, à redução verificada no número de alunos matriculados no 2.º ciclo.

Observa-se, assim, uma primeira fase descendente no 1.º ciclo que naturalmente se transmite ao 2.º ciclo, de acordo com a progressão escolar dos alunos.

Entre 1990 e 1994, o número de alunos matriculados no 3.º ciclo do ensino básico apresentou uma evolução positiva; no entanto, em 1995, registou uma quebra em consequência do efeito de transmissão, já referido relativamente ao 2.º ciclo.

Quadro 3.11-Número de alunos matriculados, por ciclo do ensino básico (1990-1995)

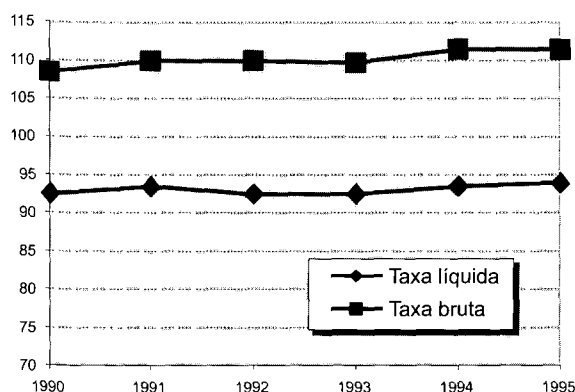
Ano	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo
1990	669 525	356 420	458 311
1991	658 305	354 631	489 177
1992	613 697	339 244	488 948
1993	586 034	343 437	500 353
1994	580 483	321 492	506 474
1995(*)	550 256	316 544	472 077

(*) Dados provisórios.

Fonte: INE e Ministério da Educação-Estatísticas da Educação

A evolução deste nível de ensino é fundamentalmente explicada pela componente demográfica, uma vez que a diferença entre a taxa de escolarização líquida e a taxa de escolarização bruta se mantém relativamente estável ao longo do período 1990-1995.

**Gráf. 3.9-Taxas de escolarização
no ensino básico (%)
(1990-1995)**

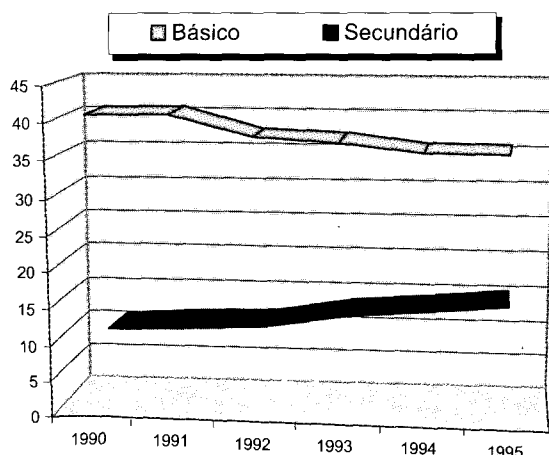


Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

3.2.3 ENSINO SECUNDÁRIO

É notória a queda na taxa de escolarização na passagem entre a escolaridade obrigatória e o ensino secundário. No entanto, esta diferença reduz-se ao longo do tempo, apresentando o ensino secundário taxas de participação crescentes, atingindo 14,3% da população dos 6 aos 29 anos em 1995, contra apenas 9,7% em 1990.

**Gráf. 3.10-Frequência do ensino básico
e secundário pela população
dos 6 aos 29 anos (%)
(1990-1995)**



Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

O aumento da participação total no ensino secundário, não se deve apenas ao aumento verificado na taxa líquida de escolarização,

mas também ao acréscimo do número de alunos com idades superiores à idade normal de frequência, isto é, dos 18 aos 22 anos.

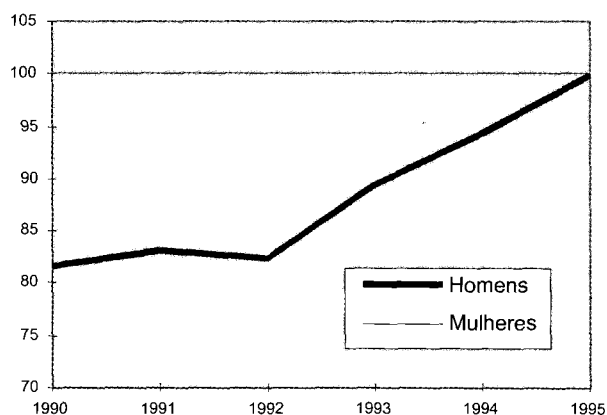
**Quadro 3.12-Taxa de escolarização no ensino
secundário, por grupo etário (%)
(1990-1995)**

Ano	Grupo etário	Taxa de escolarização
1990	15 - 17	29,8
	18 - 22	19,0
1991	15 - 17	34,2
	18 - 22	19,0
1992	15 - 17	35,4
	18 - 22	21,1
1993	15 - 17	41,1
	18 - 22	22,7
1994	15 - 17	44,8
	18 - 22	22,5
1995	15 - 17	49,2
	18 - 22	23,8

Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

É de salientar a evolução da participação de indivíduos do sexo masculino neste nível de ensino. Em 1990, por cada 100 raparigas que frequentavam o ensino secundário, existiam 82 rapazes. No período em análise, esta diferença reduz-se atingindo-se, em 1995, a igualdade numérica entre rapazes e raparigas.

**Gráf. 3.11-População masculina a frequentar o
ensino secundário, em cada 100 mulheres (Nº)
(1990-1995)**

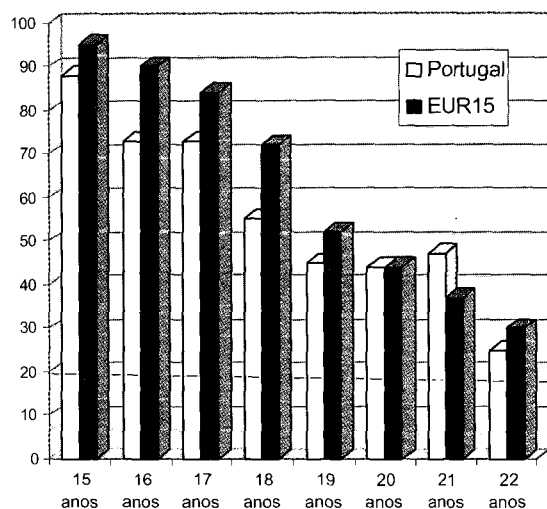


Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

Portugal, conjuntamente com a Itália, é um dos países europeus em que a escolaridade obrigatória termina mais cedo, aos 14 anos de

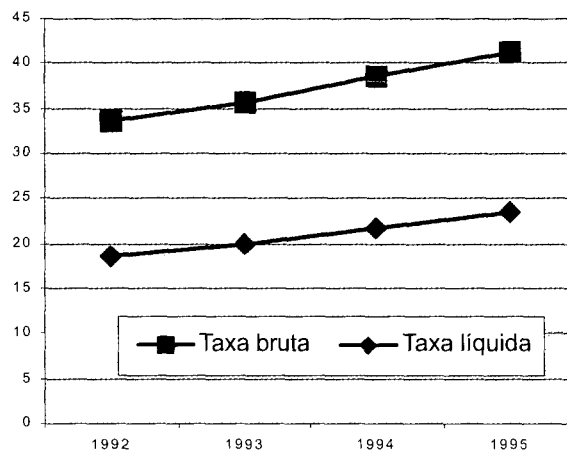
idade. Este facto está na base de uma das mais baixas taxas de participação no ensino da população portuguesa com 15 anos de idade, figurando apenas a Grécia com um valor inferior. Para a população com 16 anos, Portugal ocupa mesmo a última posição, distanciando-se da média europeia.

Gráf. 3.12-Participação da população em todos os níveis de ensino, por idades, em Portugal e na União Europeia (%) (1994)



Fonte: OCDE-Education at a Glance, OECD Indicators

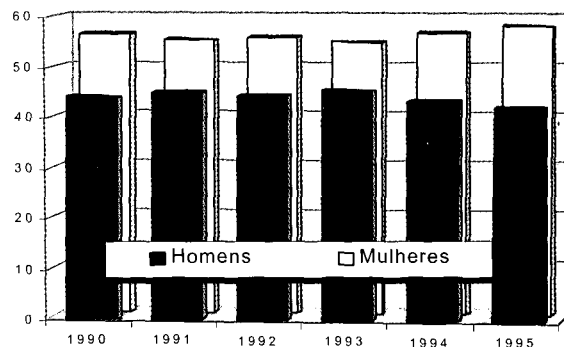
Gráf. 3.13-Taxas de escolarização no ensino superior (%) (1992-1995)



Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

A população estudantil feminina representa mais de metade dos estudantes neste nível de ensino. Para cada 100 homens a frequentar o ensino superior, em 1990, existiam cerca de 137 mulheres, aumentando para 140 mulheres para cada 100 homens, em 1995.

Gráf. 3.14-População a frequentar o ensino superior, por sexo (%) (1990-1995)



Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

3.2.4 ENSINO SUPERIOR

No período 1991-1995, o ensino superior é de todos o mais dinâmico, registando uma taxa média de crescimento de 10% ano, o que representa mais cerca de 100 000 alunos.

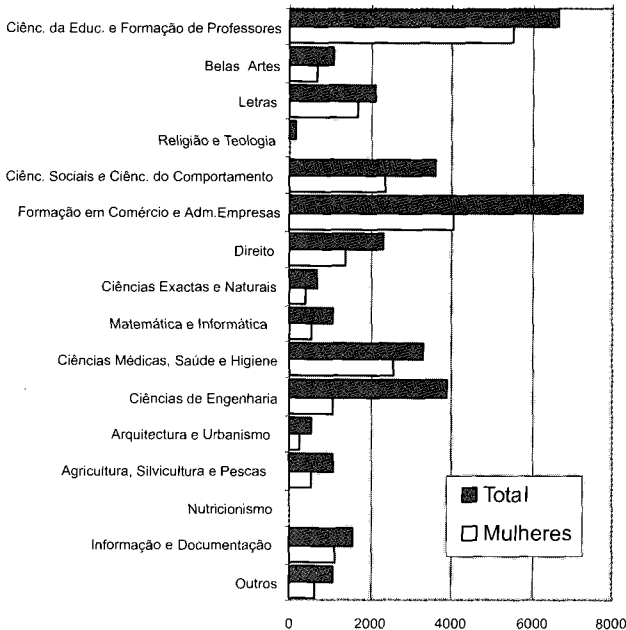
A taxa bruta de escolarização no ensino superior, ou seja, o número de indivíduos a frequentar o ensino superior relativamente à população em idade normal de frequência (18-22 anos), aumentou de 33,5% em 1992 para 41,1% em 1995. No entanto, a taxa líquida de escolarização apresenta uma evolução mais favorável, consubstanciando-se numa maior proporção de indivíduos dos 18 aos 22 anos a frequentar o ensino superior.

Gráf. 3.15-Número de alunos diplomados, por ramo científico e sexo (1995)*

Em 1995, foi atribuído um grau de ensino superior a 36 410 indivíduos, dos quais 63% eram mulheres.

Os ramos “Formação em comércio e administração de empresas”, “Ciências da educação e formação de professores” e “Ciências de engenharia” representam cerca de 49% do total de diplomados.

São ramos essencialmente femininos: “Ciências da educação e formação de professores”, “Letras”, “Nutricionismo”, “Ciências médicas, saúde e higiene” e “Informação e documentação”. As mulheres representam mais de 70% dos diplomados nestes ramos de ensino, atingindo mesmo 83,2% no ramo “Ciências da educação e formação de professores”. Por seu lado, são tipicamente masculinos os ramos “Religião e teologia”, “Ciências de engenharia”, “Arquitectura e urbanismo” e “Matemática e informática”.



*Refere-se ao final do ano lectivo 1994/95.
Fonte: Ministério da Educação-Estatísticas da Educação

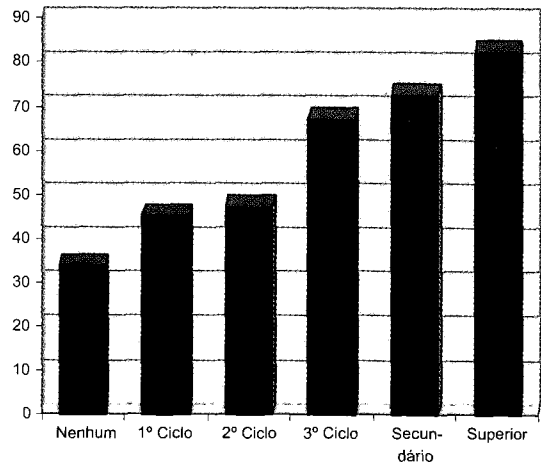
A frequência de um nível de ensino mais elevado depende, de alguma forma, do ambiente sócio-económico e familiar dos jovens. Consta-se que, quanto mais elevado é o nível de ensino atingido pelos pais, maior é a probabilidade de os seus filhos frequentarem o ensino superior, embora, ao longo do período, se note uma maior participação no ensino superior de indivíduos cujos pais têm um menor nível de instrução.

Quadro 3.13-Estudantes do ensino superior, de 18 e mais anos, segundo o nível de ensino atingido pelo pai ou mãe (%) (1992-1995)

Ano	Nível de ensino					Ensino superior
	Nenhum	Ensino básico			Ensino secundário	
		1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo		
1992	19,2	41,9	54,9	58,2	65,9	84,4
1993	27,7	40,4	55,6	59,3	72,7	88,7
1994	28,6	43,5	52,2	64,6	69,9	82,4
1995	33,9	45,2	47,1	67,3	72,5	82,4

Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

Gráf. 3.16-Estudantes do ensino superior, de 18 e mais anos, segundo o nível de ensino atingido pelo pai ou mãe (%) (1995)



Fonte: INE-Inquérito ao emprego

Em termos internacionais, a análise comparativa da participação no ensino superior por grupo etário deverá ser feita com algum cuidado, uma vez que os valores reflectem também as diferentes durações dos programas de ensino superior nos diversos países.

Embora a maior participação no ensino superior se refira ao grupo etário 18-21 anos, em países como a Áustria, Alemanha, Dinamarca, Finlândia e Suécia, esta só é atingida entre os 22 e 25 anos, traduzindo, em parte, a entrada relativamente tardia neste nível de ensino e a maior duração dos programas.

Na União Europeia, o ensino superior acolhe, em média, cerca de 22% da população dos 18 aos 21 anos, contra 18% em Portugal. No entanto, esta diferença reduz-se para os grupos etários 22-25 e 26-29 anos.

Quadro 3.14-Taxa líquida de escolarização no ensino superior, por grupos etários, na União Europeia (%)
(1994)

	18-21 anos	22-25 anos	26-29 anos
Alemanha	10,6	17,0	11,4
Áustria	14,2	15,0	8,5
Bélgica	40,7	16,5	3,6
Dinamarca	8,9	22,6	11,2
Espanha	25,6	17,5	5,5
Finlândia	17,5	27,4	12,9
França	34,2	17,7	4,6
Grécia	32,9	10,6	3,2
Irlanda	27,2	15,5	x
Itália	x	x	x
Luxemburgo	x	x	x
Holanda	23,2	18,7	5,6
Portugal	17,9	15,7	5,9
Reino Unido	25,8	9,3	4,8
Suécia	13,0	16,6	7,5

Fonte: OCDE-Education at a Glance, OECD Indicators

A expansão do ensino superior é largamente induzida pela crescente participação das mulheres neste nível de ensino. Em geral, as diferenças de participação por sexo são favoráveis para a população feminina.

Portugal, conjuntamente com a França, detêm as maiores diferenças de participação, entre homens e mulheres, consolidando a sua posição global no conjunto da União Europeia.

Quadro 3.15-Taxa líquida de escolarização no ensino superior, da população dos 17 aos 34 anos, por sexo, na União Europeia (%)
(1994)

	HM	H	M
Alemanha	9,3	10,2	8,4
Áustria	9,0	x	x
Bélgica	13,2	13,1	13,4
Dinamarca	10,8	10,3	11,3
Espanha	11,7	10,8	12,7
Finlândia	14,0	13,2	14,9
França	13,6	12,2	15,1
Grécia	10,5	10,5	10,6
Irlanda	x	x	x
Itália	x	x	x
Luxemburgo	x	x	x
Holanda	10,7	11,2	10,3
Portugal	9,9	8,5	11,3
Reino Unido	9,3	9,2	9,3
Suécia	9,2	8,7	9,8

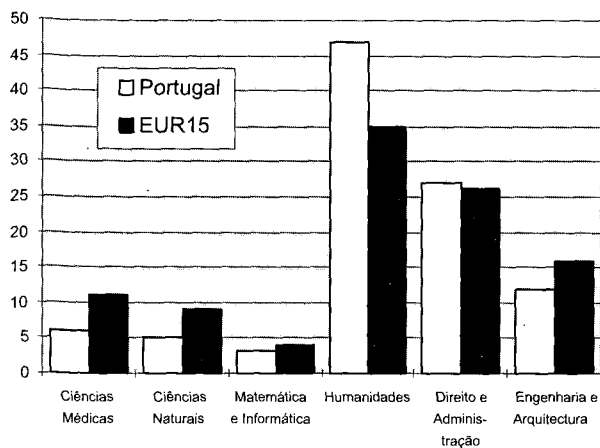
Fonte: OCDE-Education at a Glance, OECD Indicators

Nos países europeus, em geral, a maior concentração de diplomados do ensino superior universitário está no ramo "Humanidades" e em "Direito e Administração".

A proporção de diplomados em "Humanidades" varia entre os 25% na Bélgica e Itália e o valor máximo de 47%, em Portugal.

Em geral, são as áreas científicas aquelas em que a percentagem de diplomados é menor.

Gráf. 3.17-Diplomados no ensino superior universitário, por ramo científico, em Portugal e na União Europeia (%) (1994)



Fonte: OCDE -Education at a Glance, OECD Indicators

A maioria dos diplomas em "Humanidades" e "Ciências Médicas", nos países da União Europeia, são atribuídos a mulheres; no entanto, estas estão em clara desvantagem em "Engenharia e Arquitectura" e "Matemática e Informática".

De referir que, em Portugal, excepto no caso da "Engenharia e Arquitectura" onde a proporção de mulheres diplomadas foi de 31%, a componente feminina é maioritária nos restantes domínios.

Quadro 3.16-Diplomas do ensino superior universitário atribuídos a mulheres, por domínio de estudos (%) (1994)

	Ciências Médicas	Ciências Naturais	Matemática e Informática	Humanidades	Direito e Administração	Engenharia e Arquitectura
Alemanha	46	37	29	55	45	14
Áustria	55	39	22	61	41	13
Bélgica	61	42	25	62	48	23
Dinamarca	88	46	29	64	40	25
Espanha	72	50	35	69	38	4
Holanda	69	35	13	61	32	x
Finlândia	67	47	13	74	52	15
França	x	x	x	x	x	x
Grécia	x	x	x	x	x	x
Irlanda	56	51	29	66	49	17
Itália	48	49	49	76	48	24
Luxemburgo	x	x	x	x	x	x
Portugal	69	57	51	72	57	31
Reino Unido	67	46	27	63	48	18
Suécia	62	49	21	71	51	22

Fonte: OCDE -Education at a Glance, OECD Indicators

3.3 - ESTABELECIMENTOS DE ENSINO E PESSOAL DOCENTE

Quadro 3.17-Número de estabelecimentos públicos e privados, por níveis de ensino (1991-1994)

Nível de ensino	1991	1992	1993	1994(*)
Educação pré-escolar				
Total	5 050	5 314	5 388	5 106
Público	3 060	3 271	3 313	3 285
Privado	1 990	2 043	2 075	1 821
Ensino básico 1º ciclo				
Total	10 617	10 546	10 308	10 104
Público	9 839	9 786	9 639	9 512
Privado	778	760	669	592
Ensino básico 2º ciclo				
Total	1 805	1 776	1 758	1 663
Público	1 531	1 517	1 519	1 457
Privado	274	259	239	206
Ensino básico 3º ciclo				
Total	1 088	1 124	1 197	1 187
Público	850	892	975	998
Privado	238	232	222	189
Ensino Secundário (**)				
Total	652	660	663	642
Público	489	492	503	501
Privado	163	168	160	141
Ensino Superior				
Total	244	250	272	282
Público	138	144	145	154
Privado	106	106	127	127

Os estabelecimentos de ensino e o pessoal docente, são recursos essenciais ao funcionamento do sistema educativo e a sua evolução está intrinsecamente ligada à do número de alunos matriculados em cada nível de ensino.

Entre 1991 e 1994, os estabelecimentos onde se lecciona o 1.º ciclo do ensino básico reduziram-se de 10 617 para 10 104. A sua evolução acompanhou, embora com um certo desfazamento, a evolução demográfica, que resultou na quebra do número de alunos a frequentar este grau de ensino.

No entanto, continuando a ser de longe os mais numerosos, estes estabelecimentos são também aqueles em que a ocupação média neste grau de ensino é das menores, nomeadamente no ensino público.

O contributo do ensino privado é fundamental, principalmente na educação pré-escolar e no ensino superior, representando, em 1995, 56,3% e 36% dos alunos, respectivamente.

Nota: Cada estabelecimento de ensino é contado tantas vezes quantos os níveis de ensino que ministra.

(*) Inclui dados relativos a 1993, para a Região Autónoma da Madeira.

(**) Não contempla as escolas profissionais.

Fonte: Ministério da Educação-Estatísticas da Educação

Quadro 3.18-Alunos matriculados, por nível e modalidade de ensino (%) (1990-1995)

Ano	Educação pré-escolar		Ensino básico		Ensino secundário		Ensino superior	
	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado
1990	47,4	52,6	92,1	7,9	93,0	7,0	x	x
1991	x	x	91,7	8,3	89,8	10,2	68,7	31,3
1992	41,7	58,3	91,7	8,3	88,0	12,0	67,0	33,0
1993	42,4	57,6	91,9	8,1	87,9	12,1	65,9	34,1
1994	44,3	55,7	91,9	8,1	87,5	12,5	65,0	35,0
1995(*)	43,7	56,3	91,6	8,4	87,0	13,0	64,0	36,0

(*) Dados provisórios.

Fonte: INE e Ministério da Educação-Estatísticas da Educação

Quadro 3.19-Rácio alunos/estabelecimentos, por nível de ensino
(1991-1994)

Nível de ensino	1991	1992	1993	1994
Educação pré-escolar				
Total	35	34	34	36
Público	x	23	23	25
Privado	x	51	51	57
Ensino básico 1.º ciclo				
Total	62	58	57	57
Público	61	58	56	56
Privado	67	61	67	80
Ensino básico 2.º ciclo				
Total	196	191	195	193
Público	214	205	207	203
Privado	100	106	118	122
Ensino básico 3.º ciclo				
Total	450	435	418	427
Público	522	498	470	466
Privado	188	194	191	221
Ensino secundário(*)				
Total	598	604	627	671
Público	736	743	762	794
Privado	183	197	203	236
Ensino superior				
Total	899	990	1 017	1 070
Público	1 092	1 152	1 257	1 269
Privado	648	771	742	828

(*) Não contempla escolas profissionais.

Fonte: Ministério da Educação-Estatísticas da Educação

No período 1991-1993, o número de docentes do 1.º ciclo do ensino básico manteve-se relativamente estável. A redução do número de alunos a frequentar este grau de ensino começa a reflectir-se no número de docentes com algum desfasamento, ou seja, a partir de 1994.

Quadro 3.20-Pessoal docente, por nível e modalidade de ensino (Nº)
(1991-1995)

Nível de ensino	1991	1992	1993	1994	1995(**)
Educação pré-escolar (*)					
Total	5 621	5 717	5 813	6 139	7 646
Público	4 223	4 323	4 261	4 534	x
Privado	1 398	1 394	1 552	1 605	x
Ensino básico 1.º ciclo					
Total	43 531	42 769	43 070	42 053	41 367
Público	41 391	40 569	40 813	39 839	39 153
Privado	2 140	2 200	2 257	2 214	2 214
Ensino básico (2.º e 3.º ciclos) e secundário					
Total	99 383	100 639	104 841	106 828	109 828
Público	89 991	90 677	94 894	97 997	100 997
Privado	9 392	9 962	9 947	8 831	8 831
Ensino superior					
Total	x	x	x	x	x
Público	x	15 519	15 947	15 669	16 087
Privado	x	x	x	x	x

(*) Os dados referem-se apenas à educação pré-escolar da rede do Ministério da Educação.

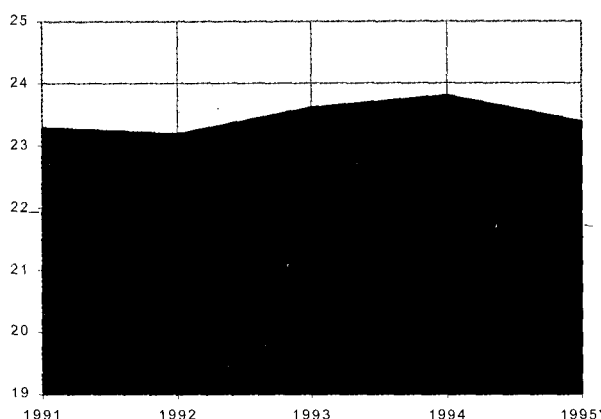
(**) Dados provisórios.

Fonte: Ministério da Educação-Estatísticas da Educação

3.4 - DESPESAS EM EDUCAÇÃO

A população escolar representa, nos últimos anos, quase um quarto da população residente. A manutenção e desenvolvimento de um sistema educativo com esta dimensão relativa envolve um investimento considerável de recursos.

Gráf. 3.18-População escolar em percentagem da população residente total (1991-1995)



*Dados provisórios.

Fonte: INE-Estimativas da População Residente; Ministério da Educação-Estatísticas da Educação

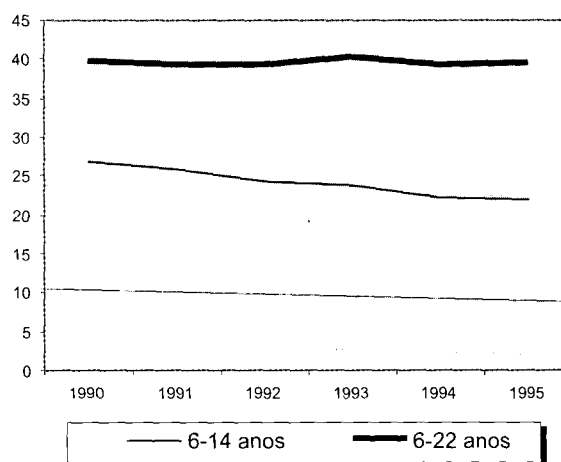
A taxa de dependência económica da população escolar poderá ser um indicador do esforço desenvolvido pelo país em educação.

Em 1995, este indicador para a população escolar dos 6 aos 14 anos é de 21,9%, ou seja, para cada jovem dos 6 aos 14 anos de idade (grupo etário correspondente à escolaridade obrigatória) que frequenta um grau de ensino, existem 4,6 adultos activos. Observou-se no período 1990-1995 um decréscimo desta taxa de dependência, o que se traduziu na redução do encargo económico por activo.

O alargamento da escolaridade a níveis de ensino cada vez mais elevados traduz-se num maior encargo financeiro para o país. Assim, interessa analisar uma taxa de dependência económica alargada a um grupo etário teoricamente passível de completar o ensino superior, isto é dos 6 aos 22 anos de idade. Nestas circunstâncias e ao longo do período

em análise não se observam alterações significativas, mantendo-se 2,5 adultos activos para cada jovem dos 6 aos 22 anos a frequentar um grau de ensino.

Gráf. 3.19-Taxa de dependência económica da população escolar, por grupo etário (%) (1990-1995)



Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

Em 1994, as despesas públicas em educação foram calculadas em 935 256 milhões de escudos, verificando-se, entre 1988 e 1994, um crescimento médio de cerca de 16% ao ano.

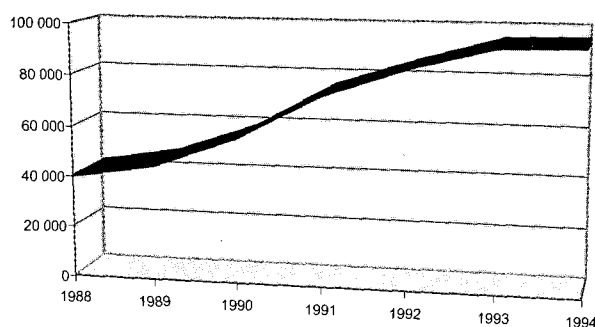
Quadro 3.21-Despesa das administrações públicas em educação (1988-1994)

Ano	Total (10 ⁶ Esc)	Percentagem do PIB
1988	394 540	5,6
1989	452 643	5,4
1990	560 226	5,7
1991	731 689	6,5
1992	840 952	6,6
1993	925 238	6,9
1994	935 256	6,4

Fonte: INE-Contas Nacionais

As despesas públicas em educação, *per capita*, mais que duplicaram no período considerado, atingindo cerca de 94 000 escudos em 1994.

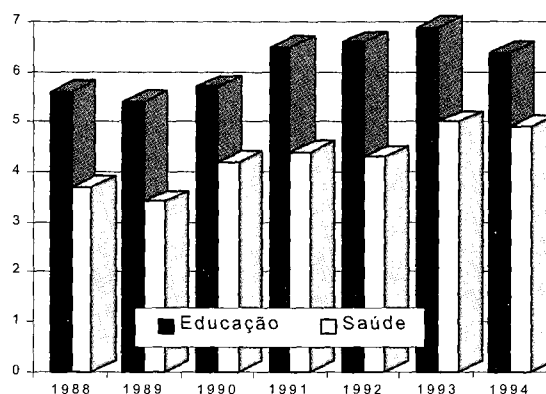
Gráf. 3.20-Despesa das administrações públicas em educação, *per capita* (Esc.) (1988-1994)



Fonte: INE-Contas Nacionais; Estimativas da População Residente

A avaliação relativa da despesa pública neste domínio é possível através da comparação com outros sectores, nos quais a acção do Estado reveste importância fundamental, em particular a saúde. Enquanto as despesas públicas em saúde, ao longo do período 1988-1994, variam entre 3,7% e 4,9% do produto interno bruto, a educação absorve sempre proporções superiores, atingindo 6,4% do PIB, em 1994.

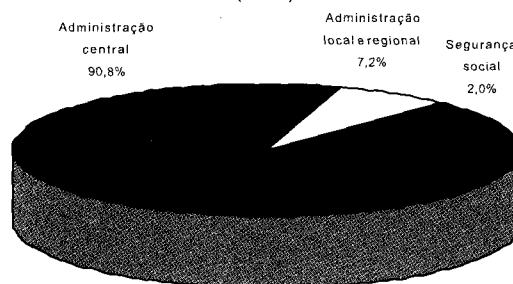
Gráf. 3.21-Despesas públicas em educação e saúde, em percentagem do PIB (1988-1994)



Fonte: INE - Contas Nacionais

A administração central é o principal financiador da educação, cabendo às autarquias uma pequena fatia de apenas 7,2% da despesa pública. A segurança social participa com 2% do total.

Gráf. 3.22-Repartição das despesas públicas em educação, por sub-sector institucional da administração pública (1994)



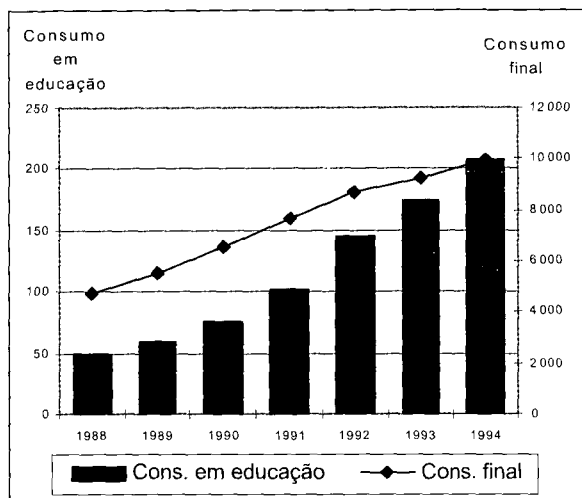
Fonte: INE-Contas Nacionais

3.5. CONSUMO DAS FAMÍLIAS

O consumo das famílias em educação cresceu, em termos nominais, a uma média anual de 27,6 % ao longo do período 1988-1994. Esta evolução representa a afectação de uma maior parcela do cabaz de consumo à educação, uma vez que este aumento é claramente superior ao verificado no total do consumo final, particularmente nos últimos anos.

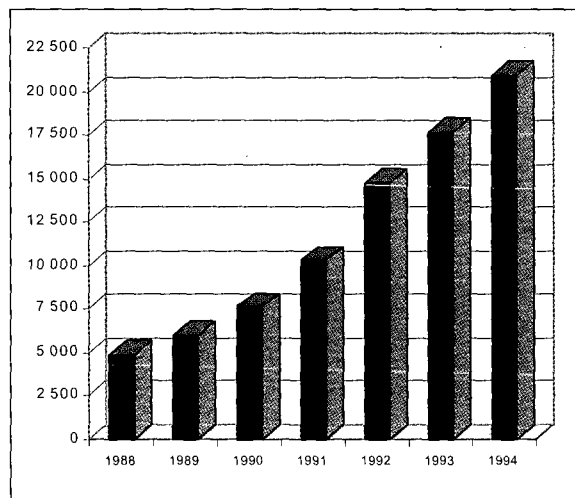
Em 1994, cada habitante gastou em educação mais de quatro vezes o valor que despendeu em 1988 (a preços correntes).

Gráf. 3.23-Consumo final total, e em educação, das famílias (10⁹ Esc.) (1988-1994)



Fonte: INE-Contas Nacionais

Gráf. 3.24-Consumo final per capita das famílias, em educação (Esc.) (1988-1994)



Fonte: INE-Contas Nacionais; Estimativas da População Residente

CONCEITOS

Consumo final das famílias (óptica SEC):

Valor dos bens e serviços, para satisfação das necessidades individuais, adquiridos, autoconsumidos ou recebidos em géneros, pelas famílias. Compreende as rendas imputadas de habitação própria e os serviços domésticos utilizados pelas famílias com recurso a pessoal remunerado. Não inclui o valor da aquisição da habitação.

Taxa bruta de escolarização:

Proporção da população residente que está a frequentar um grau de ensino, relativamente ao total da população residente do grupo etário correspondente às idades normais de frequência desse grau de ensino.

Taxa de analfabetismo:

Relação entre a população com 10 e mais anos que não sabe ler nem escrever e a população total com 10 e mais anos.

Taxa de dependência económica da população escolar:

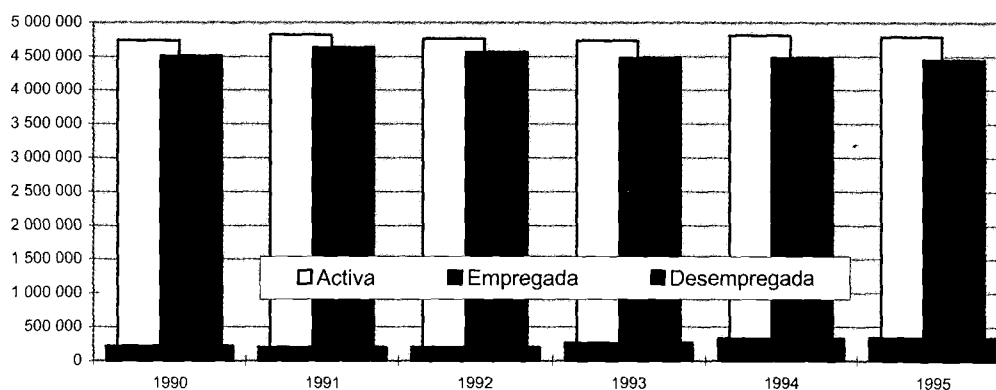
Proporção da população de um determinado grupo etário que frequenta um grau de ensino, relativamente à população activa.

Taxa líquida de escolarização:

Proporção da população residente, do grupo etário correspondente às idades normais de frequência de um ciclo de estudos, que está a frequentar esse ciclo de estudos, relativamente ao total da população residente desse grupo etário.

- O crescimento da população activa é consequência da maior participação das mulheres no mercado de trabalho - entre 1990 e 1995 cresce 6%, enquanto a população activa masculina diminui 2,2%.
- A terciarização do emprego foi-se consolidando entre 1990 e 1995; todavia, a Agricultura ainda absorve 11,5% do emprego neste último ano.
- Em 1995, do total da população empregada, cerca de 6% acumulava ao emprego principal uma segunda actividade.
- O Alentejo é a região com a taxa de desemprego mais elevada (11,7% em 1995). Pertence ao Centro a taxa de desemprego mais baixa (4,0%).
- O desemprego de longa duração (mais de 12 meses) atinge 39,7% do total de desempregados em 1995. Destes, 41,3% estão desempregados há mais de 2 anos.
- O aumento do desemprego fez crescer o número de famílias em que existe mais de 1 desempregado: 6,3% em 1992, para 11,2% em 1995.

População activa, empregada e desempregada (Nº)
(1990-1995)



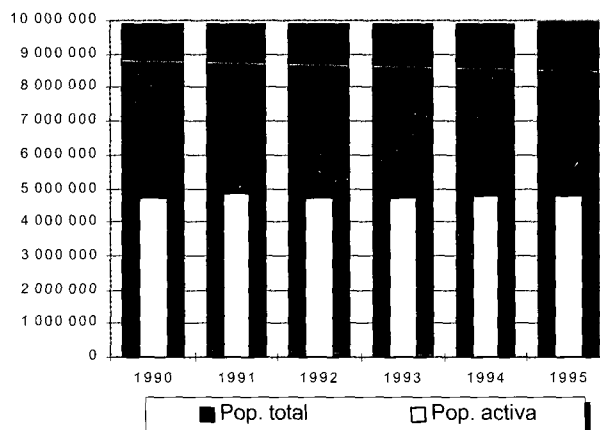
Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

4.1 - POPULAÇÃO ACTIVA

Em 1990, a população activa foi estimada em 4 728 milhares de indivíduos, o que, relativamente à população residente desse mesmo ano, se traduz numa taxa de actividade de 47,8%. No decurso do período até 1995 registam-se algumas oscilações, situando-se neste último ano em 4 790 milhares de indivíduos, valor que corresponde a uma taxa de actividade de 48,3%.

O acréscimo de 1,3% que se registou neste período é resultante fundamentalmente da maior participação das mulheres no mercado de trabalho; com efeito, a população activa feminina cresce praticamente 6%, enquanto a população activa masculina “perde” 60 400 indivíduos, ou seja, -2,2%.

Gráf. 4.1-População total e população activa (Nº)
(1990-1995)



Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

Quadro 4.1-População activa, por sexo (Nº)
(1990-1995)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Total	4 728 365	a) 4 821 400 b) 4 688 412	4 759 227	4 736 200	4 804 531	4 789 131
Homens	2 699 072	a) 2 708 009 b) 2 639 111	2 670 680	2 628 376	2 653 980	2 638 588
Mulheres	2 029 293	a) 2 113 131 b) 2 049 301	2 088 547	2 107 824	2 150 551	2 150 543

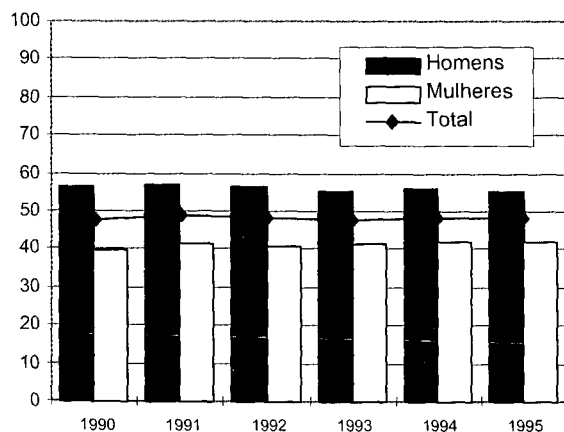
a) Série 1983-1991.

b) Série 1992 e seguintes.

Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

Assim, a taxa de actividade feminina, que em 1990 foi estimada em 39,6%, passa para 41,8% em 1995, enquanto a taxa de actividade relativa aos homens desce de 56,5% para 55,3%.

Gráf. 4.2-Taxa de actividade, por sexo (%)
(1990-1995)



Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

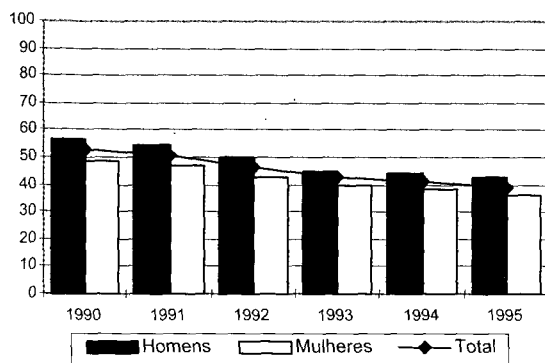
Se, globalmente, a taxa de actividade se manteve num valor médio de 48%, é no entanto importante analisar o comportamento dos vários segmentos etários.

Um primeiro aspecto a referir é a quebra significativa de actividade por parte dos jovens com idades compreendidas entre os 14 e os 24 anos, como mostra o gráfico 4.3, sendo essa quebra maior no caso dos indivíduos de sexo masculino.

Os dados respeitantes ao Inquérito ao Emprego foram objecto de reapuramento com base numa série revista de estimativas de população residente. O objectivo deste reapuramento foi o de minimizar o efeito de quebra da série 1990, 1991 e 1992, e seguintes, embora naturalmente se mantenham algumas discrepâncias em virtude de se trabalhar com 2 desenhos de amostra distintos.

Alguns valores nacionais e os que se apresentam quando se efectuam comparações com os restantes países da União Europeia, resultam dos períodos temporais a que os dados se referem; em termos nacionais, os dados são sempre médias anuais; na comparação internacional, os dados têm por base apenas o inquérito realizado na Primavera.

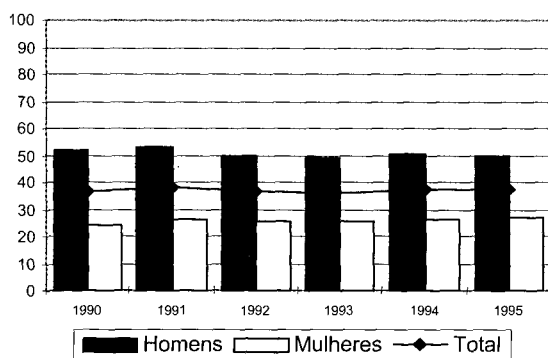
Gráf. 4.3-Taxa de actividade, 14 aos 24 anos, por sexo (%) (1990-1995)



Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

Por outro lado, o escalão diametralmente oposto (50 e mais anos) tem um comportamento idêntico mas que, nos últimos dois anos, sofre uma inflexão estimando-se uma taxa de 37,2% para 1995, um valor mais elevado do que o obtido em 1990 (36,7%).

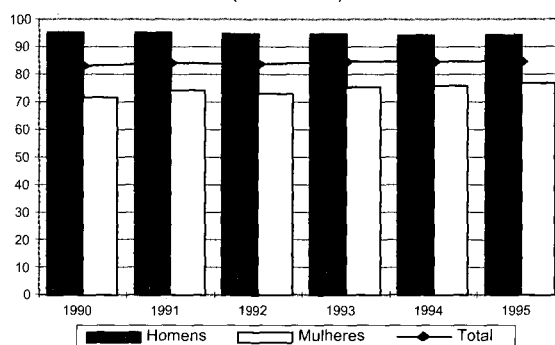
Gráf. 4.4-Taxa de actividade, 50 e mais anos, por sexo (%) (1990-1995)



Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

A população incluída no escalão 25-49 anos, população "adulto", apresenta uma evolução de sentido positivo, em consequência como já foi referido, do comportamento da taxa de actividade feminina. Face a 1992, em que a taxa de actividade feminina se estima em 73,4%, passa para um valor médio de 75,9% nos últimos 3 anos, enquanto que, para os indivíduos de sexo masculino, se em 1992 a taxa de actividade era de 94,8%, a média nos 3 anos seguintes é de 94,5%.

Gráf. 4.5-Taxa de actividade, 25 aos 49 anos, por sexo (%) (1990-1995)



Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

No quadro da União Europeia e para 1995, verifica-se, em primeiro lugar, que a taxa de actividade estimada para Portugal (58,1%) é superior à homóloga da comunidade (55,2%).

Na desagregação por grupo etário, dois aspectos ressaltam da comparação - a taxa de actividade dos jovens em Portugal (43,1%) é mais baixa do que a média europeia (47,2%) sendo, todavia, no conjunto dos países mediterrânicos da Europa, a mais elevada. Em contrapartida, a taxa de actividade da população com 50 e mais anos (37,3%) é mais elevada do que a da União Europeia (28,3%), sendo mesmo a mais elevada relativamente aos outros países.

No que respeita ao grupo etário 25-49 anos, Portugal ocupa a quinta posição. Com valores superiores ao estimado para o nosso país, estão os países do Norte da Europa e ainda a França (87,1%).

Quadro 4.2-Taxa de actividade(*), por grupo etário, na União Europeia (%) (1995)

	Total	15-24 anos	25-49 anos	50 e + anos
EUR15	55,2	47,2	82,1	28,3
Alemanha	57,7	52,5	84,0	32,3
Áustria	59,4	61,7	85,2	27,1
Bélgica	50,5	33,9	83,0	19,3
Dinamarca	64,6	73,2	88,2	34,3
Espanha	48,2	41,3	76,2	23,4
Finlândia	61,1	49,6	86,0	31,8
França	55,4	35,7	87,1	24,5
Grécia	49,2	36,7	76,0	28,6
Holanda	59,2	62,0	81,2	25,7
Irlanda	53,9	45,0	74,6	31,0
Itália	47,4	38,8	74,0	22,1
Luxemburgo	50,8	41,2	75,6	21,2
Portugal	58,1	43,1	85,3	37,3
Reino Unido	61,5	63,7	84,1	33,8
Suécia	x	50,4	90,9	x

(*) População de 15 e mais anos.

Fonte: EUROSTAT-Inquérito às Forças do Trabalho

4.2 - EMPREGO

Em 1990, a população empregada era da ordem dos 4 509 milhares de indivíduos, valor que, no ano seguinte e em consequência dum crescimento de 2,6%, se eleva para 4 624,4 milhares. A partir de 1991, esta situação sofre uma inflexão de sinal contrário, donde resultou uma perda de 175 600 indivíduos, no período entre 1991 e 1995.

A evolução da estrutura sectorial do emprego caracterizou-se por duas linhas de força: a diminuição crescente do volume de emprego na agricultura e, em menor escala, na indústria, e por uma crescente importância do sector dos serviços. É assim que, em 1995, este sector absorve mais de metade dos efectivos da população empregada, enquanto a indústria se detém por 32,1% e a agricultura por 11,5%.

Quadro 4.3-Estrutura do emprego, por sector de actividade
(1990-1995)

	1990		1991		1992		1993		1994		1995	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Total	4 509 029	100,0	a) 4 624 360 b) 4 524 240	100,0 100,0	4 564 608	100,0	4 477 834	100,0	4 478 848	100,0	4 448 725	100,0
Agricultura	804 345	17,8	a) 802 609 b) 537 881	17,4 11,9	525 172	11,5	517 931	11,6	527 156	11,8	512 938	11,5
Indústria	1 553 666	34,5	a) 1 551 697 b) 1 513 864	33,6 33,5	1 510 777	33,1	1 468 793	32,8	1 463 012	32,7	1 427 611	32,1
Serviços	2 149 093	47,7	a) 2 268 723 b) 2 472 494	49,1 54,6	2 528 659	55,4	2 491 110	55,6	2 488 680	55,6	2 508 176	56,4
Mal definido	1 925	0,04	a) 1 331	0,03	-	-	-	-	-	-	-	-

a) Série 1983-1991.

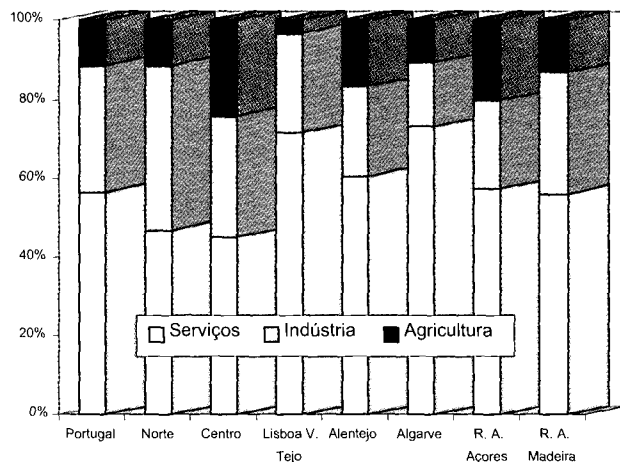
b) Série 1992 e seguintes.

Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

Gráf. 4.6-Estrutura do emprego, por sector de actividade e região
(1995)

A terciarização é particularmente visível nas regiões a sul do Tejo: Algarve (72,9%), Lisboa e Vale do Tejo (71,3%) e, embora com uma percentagem mais baixa, o Alentejo (60,6%). Tanto a região do Norte (46,7%) como a do Centro (44,8%) registaram em 1995 percentagens inferiores a 50%, sendo também aquelas em que a indústria, particularmente no Norte, ainda envolve percentagens superiores a 30%.

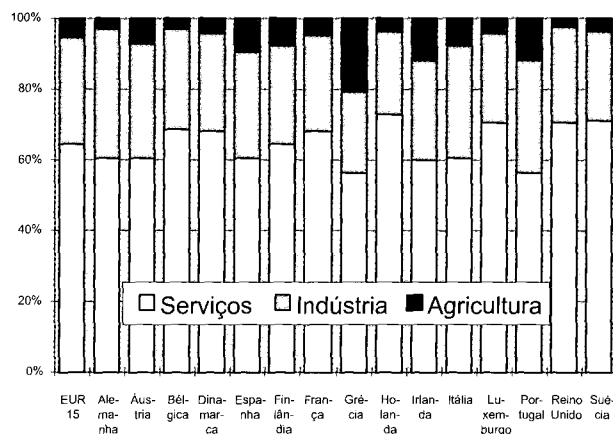
O sector dos serviços é também aquele que mais contribui para o emprego nas regiões autónomas, nomeadamente nos Açores.



Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

Embora Portugal tenha uma estrutura semelhante à existente no conjunto da União Europeia, continua a ter, mesmo em 1995, um peso relativo de emprego agrícola superior ao dobro da média da comunidade. Só a Grécia (20,4%) e a Irlanda (12,0%) têm ainda valores superiores ao de Portugal. O peso dos serviços, que, para este ano, foi calculado em 56,3% no nosso país, regista a par da Grécia o peso percentual mais baixo da União Europeia (64,5%). Os valores mais elevados encontram-se na Holanda (72,8%), na Suécia (71,0%), no Luxemburgo (70,9%) e no Reino Unido (70,5%).

Gráf. 4.7-Estrutura do emprego, por sector de actividade, na União Europeia (1995)

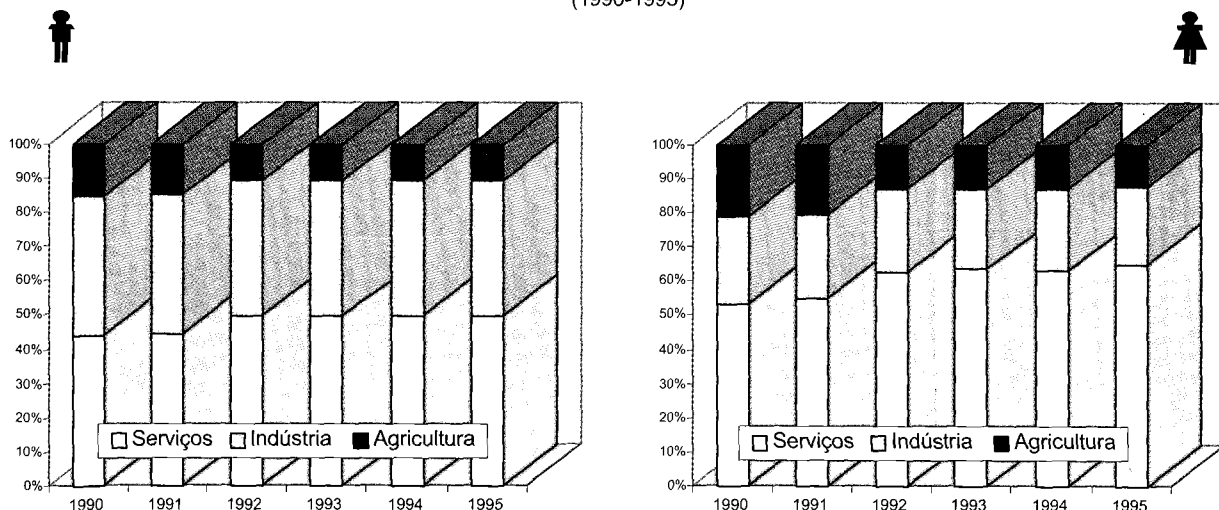


Fonte: EUROSTAT-Inquérito às Forças do Trabalho

É fundamentalmente na área dos serviços que o emprego feminino tem maior expressão, em resultado da progressiva perda de importância da agricultura e da indústria.

No que respeita a emprego masculino, embora com peso relativo preponderante nos serviços, mantém uma percentagem próxima dos 40% na indústria.

Gráf. 4.8-Estrutura do emprego, por sector de actividade e sexo (1990-1995)



Nota: Actividades mal definidas: Estão incluídas em 1990 e 1991 - 0,04% e 0,02% para os homens e 0,05% e 0,02% para as mulheres, respectivamente.

Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

Entre 1990 e 1995, o **emprego assalariado** tem uma evolução positiva até 1992, registando, a partir desse ano, quebras sucessivas até 1995 (-5,5%).

O **emprego por conta própria** tem uma evolução diferente do emprego assalariado: cresce nos dois primeiros anos em cerca de 6,2%, enquanto em 1992 e 1993 estabiliza num valor médio de 1 084,2 milhares. Só em 1994 e 1995 retoma o crescimento, aumentando 5,7% relativamente a 1993.

Quadro 4.4-Estrutura do emprego, por situação na profissão (Nº)
(1990-1995)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Total	4 509 029	a) 4 624 360 b) 4 524 240	4 564 608	4 477 834	4 478 848	4 448 725
Trabalhadores por conta própria	1 163 812	a) 1 235 581 b) 1 074 056	1 082 893	1 085 485	1 130 803	1 147 190
Com pessoal ao serviço	209 161	a) 235 003 b) 282 029	279 297	284 062	289 293	285 470
Sem pessoal ao serviço	954 651	a) 1 000 578 b) 792 027	803 596	801 423	841 510	861 720
Trabalhadores por conta de outrem	3 188 406	a) 3 220 266 b) 3 367 145	3 396 761	3 304 427	3 243 880	3 210 686
Outro	156 810	a) 168 513 b) 83 039	84 954	87 921	104 096	90 814

a) Série 1983-1991.

b) Série 1992 e seguintes.

Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

Numa vertente comunitária, Portugal regista um peso muito mais elevado na categoria de trabalhadores por conta própria (26%) do que o estimado para a União Europeia (15,0%), sendo mesmo, a seguir à Grécia, o país com maior valor percentual. Pertencem, aliás, aos países do Sul e ainda à Irlanda, estruturas de emprego em que esta categoria é significativamente mais elevada do que a média comunitária. Em consequência, são também os países mediterrânicos e ainda a Irlanda, aqueles em que a proporção de trabalhadores por conta de outrem não atinge os 80%.

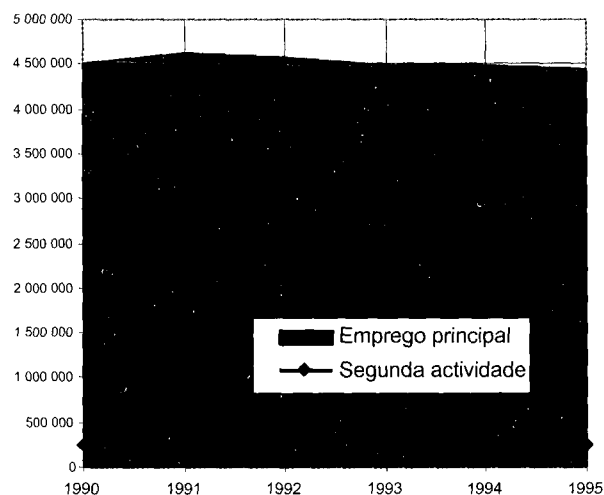
Em acumulação com a sua actividade principal, cerca de 246 000 indivíduos empregados exerciam uma **segunda actividade** em 1990. Ao longo dos anos seguintes, a tendência foi de sentido ligeiramente crescente até 1992, para a partir desse ano sofrer uma inflexão de sinal contrário, estimando-se em 247 000 indivíduos em 1995, ou seja, um valor muito aproximado ao de 1990.

Quadro 4.5-Estrutura do emprego, por situação na
profissão, na União Europeia (%)
(1995)

	Por conta própria	Por conta de outrem	Família- res não remune- rados
EUR15	15,0	82,8	2,3
Alemanha	9,4	89,3	1,4
Áustria	10,8	85,7	3,4
Bélgica	15,4	82,1	2,5
Dinamarca	8,4	90,5	1,2
Espanha	21,8	74,5	3,7
Finlândia	14,3	84,2	1,5
França	11,6	86,4	2,0
Grécia	33,8	53,9	12,3
Holanda	11,5	87,3	1,3
Irlanda	20,8	77,9	1,3
Itália	24,5	71,0	4,5
Luxemburgo	10,0	88,7	1,3
Portugal	25,8	72,3	2,0
Reino Unido	13,0	86,5	0,5
Suécia	11,3	88,2	0,5

Fonte: EUROSTAT-Inquérito às Forças do Trabalho

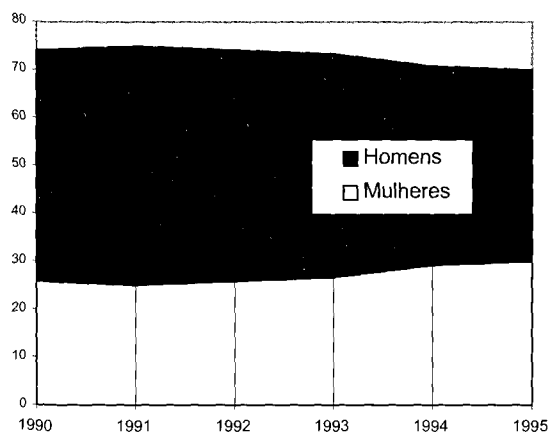
Gráf. 4.9-População empregada que exerce
uma segunda actividade (Nº)
(1990-1995)



Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

Esta segunda actividade é praticada maioritariamente pelos homens, embora, face a 1990, a sua importância relativa tenha diminuído cerca de 4 pontos percentuais em 1995.

Gráf. 4.10-População empregada que exerce uma segunda actividade, por sexo (%) (1990-1995)

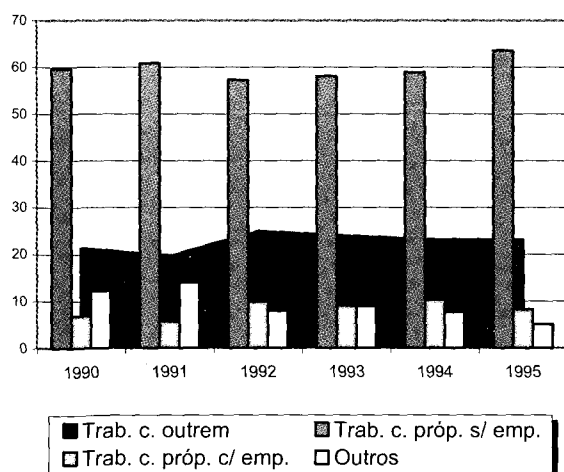


Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

Por outro lado, uma segunda característica que o exercício de uma segunda actividade assume, é o facto de que mais de 60% do total dos indivíduos a exercem na qualidade de trabalhadores por conta própria.

Os trabalhadores por conta de outrem representam neste conjunto uma fatia correspondente a 23%.

Gráf. 4.11-População empregada que exerce uma segunda actividade, por situação na profissão (%) (1990-1995)

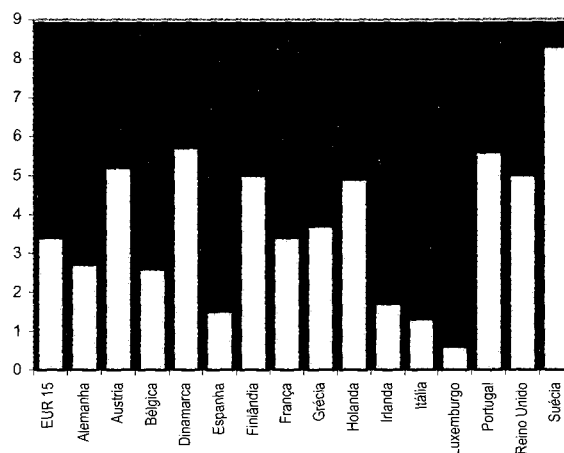


Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

Portugal constitui, juntamente com os países nórdicos, o Reino Unido e a Áustria, o conjunto de países nos quais o exercício de outras actividades para além do emprego principal, tem mais expressão (valores superiores a 5%).

No conjunto da União Europeia, esta percentagem desce para 3,4%, a que correspondem 5,1 milhões de indivíduos.

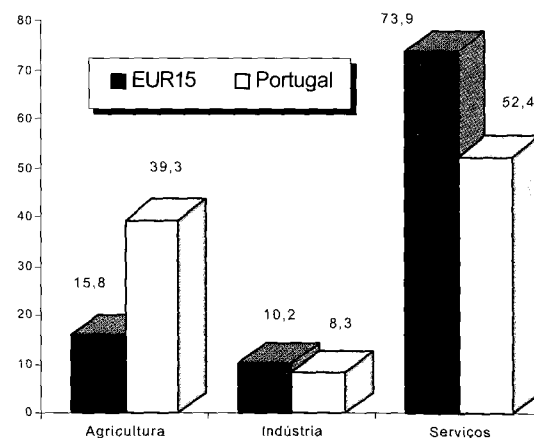
Gráf. 4.12-População empregada que exerce uma segunda actividade, na União Europeia (%) (1995)



Fonte: EUROSTAT-Inquérito às Forças do Trabalho

Um último aspecto a referir é o facto de a agricultura e particularmente os serviços serem os sectores que mais propiciam esta segunda actividade; quando se compara com a União Europeia, Portugal tem, todavia, ainda um peso relativo na agricultura que é mais do dobro do que sucede no conjunto da União Europeia.

Gráf. 4.13-População empregada que exerce uma segunda actividade, por sector de actividade, em Portugal e na União Europeia (%) (1995)



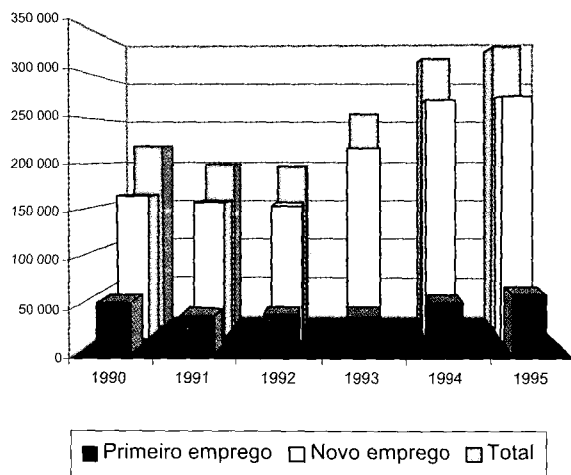
Fonte: EUROSTAT-Inquérito às Forças do Trabalho

4.3 - DESEMPREGO

Em 1990, o desemprego global foi estimado em 219 mil indivíduos, o que correspondia a uma taxa de desemprego de 4,6%.

Até 1992 o desemprego registou uma evolução decrescente, para, a partir desse ano, se inverter a tendência e, em 1995, se fixar em 340 406 indivíduos, com uma taxa de desemprego de 7,1%.

Gráf. 4.14-População desempregada, segundo o tipo de desemprego (Nº)
(1990-1995)



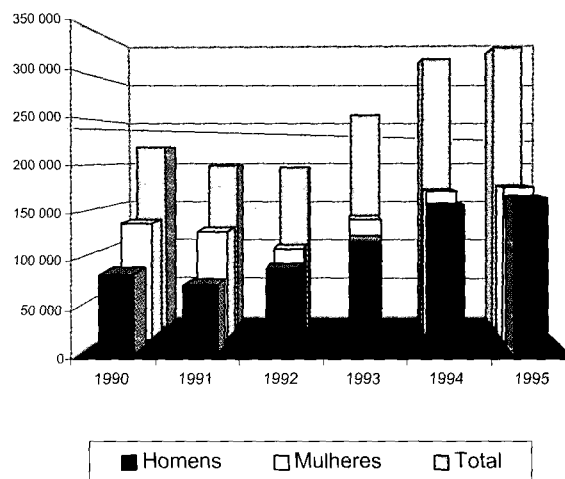
Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

É sobretudo a situação relativa à procura de novo emprego, a componente determinante do volume de desemprego: em qualquer dos anos em análise, este tipo de desemprego representa uma percentagem acima dos 70%.

Se o desemprego no início da década de 90 foi, principalmente, uma realidade marcadamente feminina, particularmente na vertente primeiro emprego (65,6%) e ligeiramente menos no novo

emprego (59,4%), no decorrer dos anos seguintes foi atingindo de forma crescente os homens; em 1995 a quota de desemprego feminino tinha baixado para 54% no que respeita ao primeiro emprego e 50,2% no novo emprego.

Gráf. 4.15-População desempregada, por sexo (Nº)
(1990-1995)



Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

Numa vertente regional, o Alentejo é a região em que o desemprego regista maior expressão ao longo do período em análise: 1,6 vezes mais do que a média nacional. Merece ainda referência a evolução registada nas regiões autónomas: por um lado, a Madeira, que manteve a taxa de desemprego ao nível da que foi estimada para 1990, e os Açores, que registou o maior crescimento face à evolução verificada em termos nacionais.

Quadro 4.6-Taxa de desemprego, por região (%)
(1990-1995)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Portugal	4,6	4,1	4,1	5,5	6,8	7,1
Norte	3,2	3,1	3,6	4,8	6,0	6,3
Centro	2,3	2,4	2,7	3,7	4,1	4,0
Lisboa e Vale do Tejo	6,4	4,9	5,0	6,5	8,5	9,1
Alentejo	11,6	11,4	7,7	9,6	11,0	11,7
Algarve	4,1	3,8	3,0	5,7	7,0	6,6
R. A. Açores	3,9	3,7	3,6	4,8	6,5	7,9
R. A. Madeira	5,4	3,8	3,3	4,0	4,8	5,0

Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

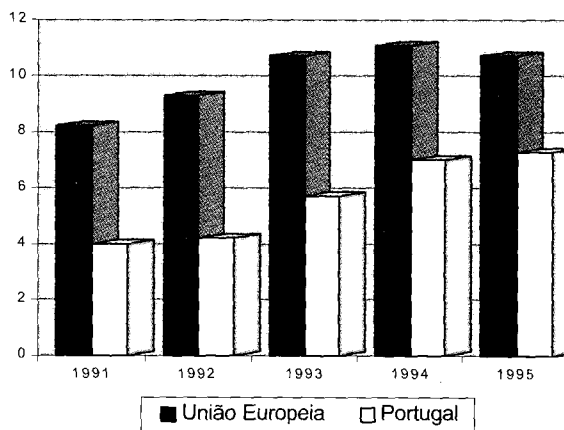
No período que vai de 1991 a 1994, a União Europeia registou uma grave crise de desemprego, traduzida por taxas de desemprego crescentes atingindo, em 1994, 11,1% da população activa; no entanto a partir de 1993, a taxa de crescimento do desemprego sofre um certo abrandamento e mesmo uma quebra em 1995.

Portugal acompanha a evolução descrita até 1993 (embora com valores mais reduzidos) mas, ao contrário da comunidade, manteve o crescimento do desemprego mesmo em 1995.

São sobretudo os jovens os mais afectados pelo desemprego, tanto no nosso país, como na União Europeia: a taxa de desemprego dos indivíduos com idades até aos 24 anos é, em média, o dobro da taxa de desemprego dos indivíduos com idade igual ou superior a 25 anos.

Por outro lado, em qualquer dos grupos etários considerados, as taxas de desemprego são mais elevadas no que respeita aos indivíduos do sexo feminino.

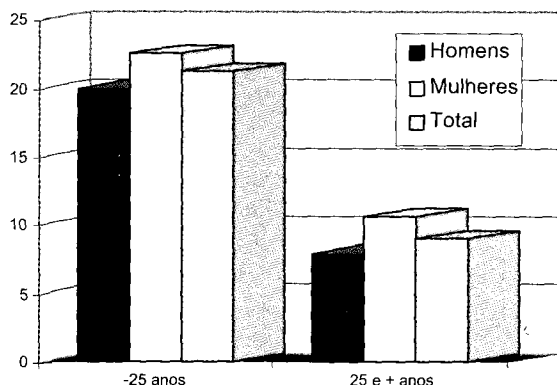
Gráf. 4.16-Taxa de desemprego, em Portugal e na União Europeia (%)
(1991-1995)



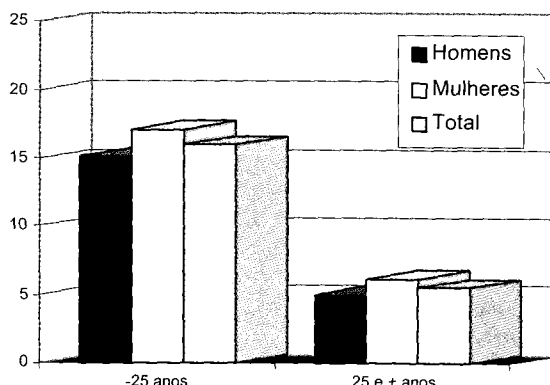
Fonte: EUROSTAT-O Desemprego na União Europeia

Gráf. 4.17-Taxa de desemprego, em Portugal e na União Europeia, por sexo e grupo etário (%)
(1995)

UNIÃO EUROPEIA



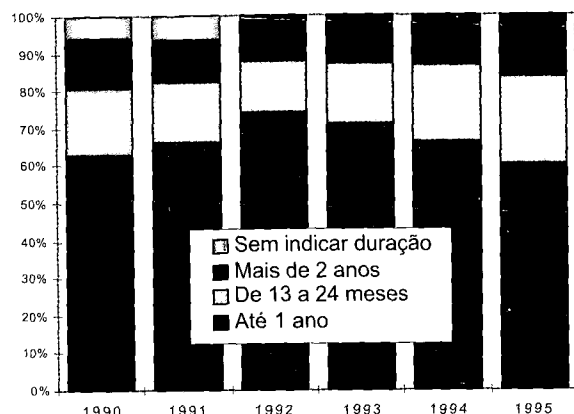
PORTUGAL



Fonte: EUROSTAT-Inquérito às Forças do Trabalho

A população desempregada com duração de procura de emprego superior a 1 ano representa, em média, 31,2% do total, do qual 43,0% se refere à procura com duração superior a 2 anos.

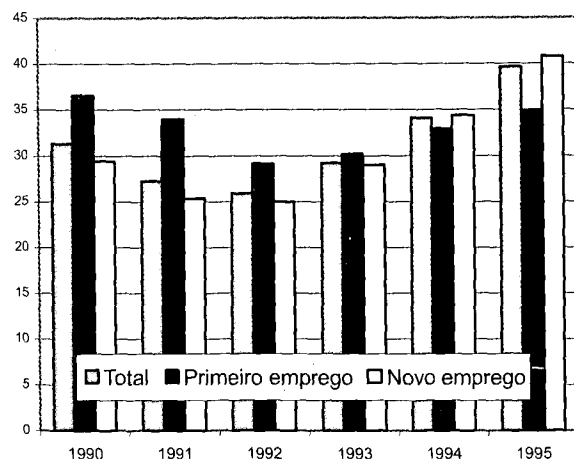
Gráf. 4.18-População desempregada, por escalões de duração da procura de emprego (1990-1995)



Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

Entre 1990 e 1993, as maiores dificuldades em conseguir um emprego eram sentidas pela população que nunca tinha trabalhado; nos dois últimos anos, a situação alterou-se: são agora os indivíduos que já exerceram uma actividade aqueles que têm maiores dificuldades em encontrar novamente um emprego - em 1995, 40,8% procurava novo emprego há mais de 1 ano, período que, na procura do 1.º emprego, representava 35,0%.

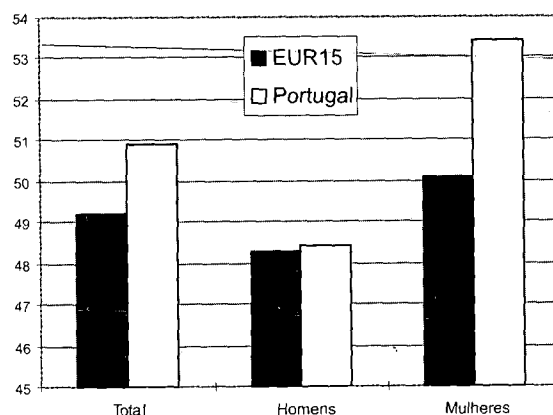
Gráf. 4.19-População desempregada, que procura emprego há mais de 1 ano, por tipo de desemprego (%) (1990-1995)



Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

No contexto europeu e para 1995, Portugal está um pouco acima da média comunitária no que respeita a desemprego de longa duração (12 meses e mais). Esta situação é ainda mais significativa no caso das mulheres: 53,4% do total de desempregadas em Portugal, para um valor de 50,1% na União Europeia.

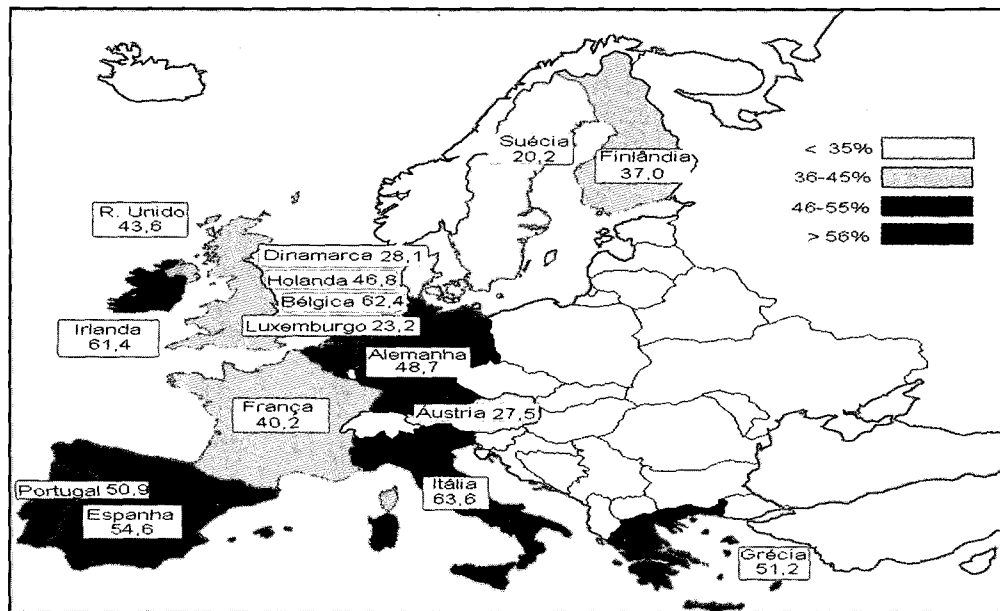
Gráf. 4.20-População desempregada há 1 ano e mais, por sexo, em Portugal e na União Europeia (%) (1995)



Fonte: EUROSTAT-Inquérito às Forças do Trabalho

Comparando com os restantes países, verifica-se que este tipo de desemprego afecta principalmente a população (homens e mulheres) dos países do Sul, aos quais se deve ainda acrescentar a Bélgica (62,4%) e a Irlanda (61,4%). Embora Portugal detenha um valor elevado (50,9%) é contudo, no conjunto dos países do Sul, aquele que detém a menor percentagem.

Gráf. 4.21-População desempregada, há 1 ano e mais, na União Europeia (%)
(1995)



Nota: Relativamente ao Luxemburgo: dado pouco fiável em consequência da dimensão reduzida da amostra.

Fonte: EUROSTAT-Inquérito às Forças do Trabalho

4.4 - O DESEMPREGO NA FAMÍLIA

Se, em 1992, o desemprego atingia 184 000 famílias, o que correspondia a 5,7% do total de famílias existente no país, três anos depois, em 1995, o número de famílias em que existia pelo menos um desempregado tinha subido para 303 657, ou seja, 9,1% do total.

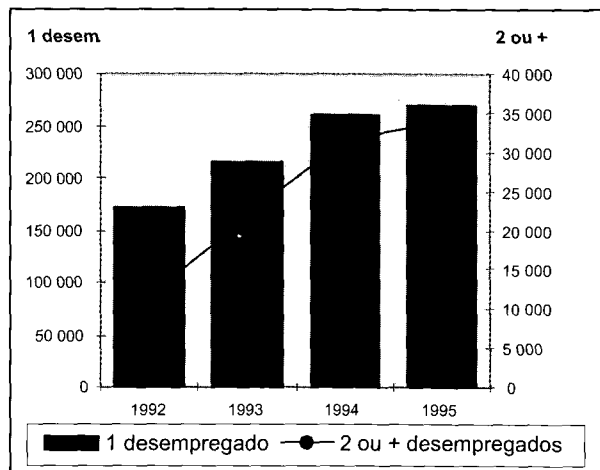
Por outro lado, o agravamento do desemprego tem ainda outro reflexo na família: não só cresce o número de famílias com desempregados mas cresce também o número de desempregados por família; a percentagem das famílias com mais de 1 desempregado representava 6,3% em 1992, vindo esta percentagem a aumentar até 1995, ano em que se estimava em 11,2%.

Quadro 4.7-Famílias, com e sem desempregados,
em percentagem do total, por região - NUTS I
(1992-1995)

NUTS I	1992	1993	1994	1995
Portugal	100,0	100,0	100,0	100,0
Sem desempregados	94,3	92,8	91,1	90,9
Com desempregados	5,7	7,2	8,9	9,1
Continente	100,0	100,0	100,0	100,0
Sem desempregados	94,3	92,7	91,1	90,8
Com desempregados	5,7	7,3	8,9	9,2
R. A. Açores	100,0	100,0	100,0	100,0
Sem desempregados	95,1	93,7	91,7	90,3
Com desempregados	4,9	6,3	8,3	9,7
R. A. Madeira	100,0	100,0	100,0	100,0
Sem desempregados	95,1	93,6	92,5	92,6
Com desempregados	4,9	6,4	7,5	7,4

Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

Gráf. 4.22-Número de famílias, com 1 ou mais
pessoas desempregadas
(1992-1995)



Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

Regionalmente, a evolução que se registou na Madeira é oposta à que aconteceu quer nos Açores, quer no Continente. Na Madeira, o número de famílias com pelo menos 1 desempregado registou uma diminuição de 2,1%, entre 1992 e 1995, diminuição essa que se deve ao facto de diminuir o número de famílias com mais de 1 desempregado.

A Região Autónoma dos Açores, tendo uma evolução idêntica à do país, atingiu nos dois últimos anos valores percentuais relativamente a famílias com 2 e mais desempregados muito mais elevados do que a média global.

Quadro 4.8-Famílias com desempregados, segundo o número de desempregados por família e região - NUTS I (%) (1992-1995)

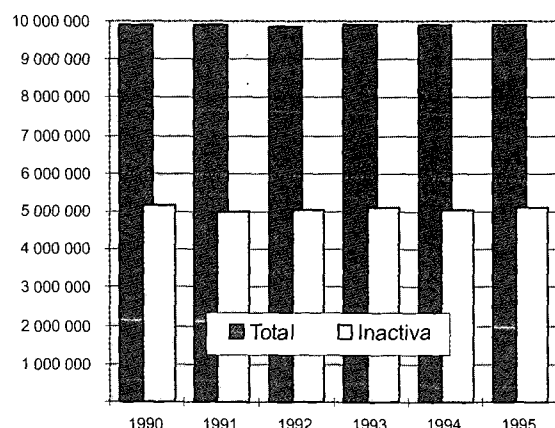
NUTS I	1992	1993	1994	1995
Portugal	100,0	100,0	100,0	100,0
1 desempregado	93,7	90,7	89,2	88,8
2 ou mais desempreg.	6,3	9,3	10,8	11,2
Continente	100,0	100,0	100,0	100,0
1 desempregado	93,7	90,6	89,1	88,8
2 ou mais desempreg.	6,3	9,4	10,9	11,2
R. A. Açores	100,0	100,0	100,0	100,0
1 desempregado	95,8	92,3	88,8	86,6
2 ou mais desempreg.	4,2	7,7	11,2	13,4
R. A. Madeira	100,0	100,0	100,0	100,0
1 desempregado	91,5	96,6	96,8	95,2
2 ou mais desempreg.	8,5	3,4	3,2	4,8

Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

4.5 - POPULAÇÃO INACTIVA

No período compreendido entre 1990 e 1995, a população inactiva (estudantes, domésticos, reformados, etc.) registou um ligeiro decréscimo de 0,6% sendo, em média, da ordem dos 5 milhões de indivíduos.

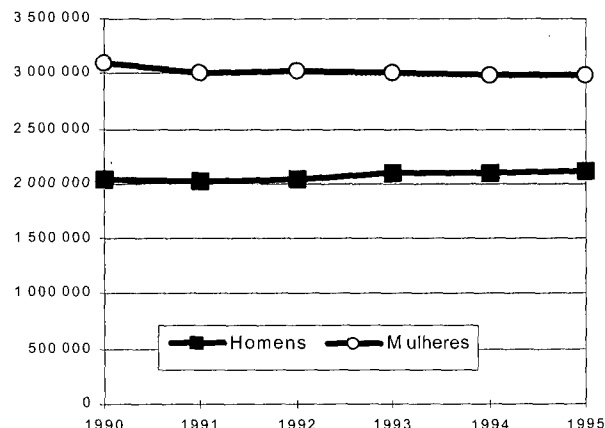
Gráf. 4.23-População total e inactiva (Nº) (1990-1995)



Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

Mais de metade desta população é constituída por indivíduos do sexo feminino embora, ao longo do período em análise, a sua proporção relativa tenha vindo a descer (60,4% em 1990 para 58,6% em 1995).

Gráf. 4.24-População inactiva, por sexo (Nº) (1990-1995)



Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

Quadro 4.9-População inactiva, por grupo etário e sexo (10³)
(1990-1995)

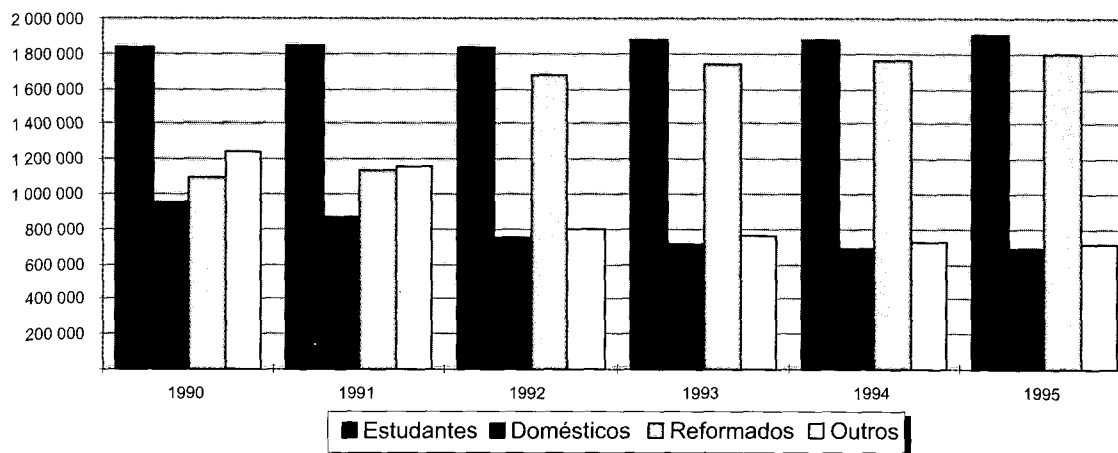
	TOTAL	HOMENS	MULHERES
1990			
Total	5 133,1	2 034,1	3 098,9
Até 13 anos	1 753,3	907,6	845,7
14-59 anos	1 816,7	545,8	1 271,0
60 e mais anos	1 563,0	580,7	982,3
1991			
Total	5 011,8	2 011,5	3 000,3
Até 13 anos	1 750,7	914,1	836,6
14-59 anos	1 739,4	540,0	1 199,4
60 e mais anos	1 521,7	557,4	964,3
1992			
Total	5 062,8	2 040,4	3 022,4
Até 13 anos	1 676,8	865,7	811,0
14-59 anos	1 884,7	600,2	1 284,5
60 e mais anos	1 501,4	574,5	926,8
1993			
Total	5 105,7	2 095,0	3 010,7
Até 13 anos	1 607,1	835,2	771,9
14-59 anos	1 940,6	662,4	1 278,2
60 e mais anos	1 558,0	597,4	960,6
1994			
Total	5 062,1	2 080,9	2 891,2
Até 13 anos	1 505,2	787,9	717,4
14-59 anos	1 981,1	691,5	1 289,6
60 e mais anos	1 575,7	601,5	974,2
1995			
Total	5 099,9	2 110,4	2 990,0
Até 13 anos	1 476,1	763,2	713,0
14-59 anos	2 020,0	730,2	1 289,8
60 e mais anos	1 603,8	617,0	986,8

São os jovens (até 13 anos) e os idosos (60 e mais anos) a componente principal da população inactiva; no entanto, é de salientar que, se em 1990, a quota dos jovens era de 34,2% e a dos idosos 30,4%, as posições relativas vão-se alterando no sentido do maior peso percentual do grupo etário 60 e mais anos (31,4% em 1995), a par dum decréscimo de importância dos jovens (28,9%); é o fenómeno do envelhecimento da população, como já foi referido no primeiro capítulo desta publicação.

O aumento da escolaridade obrigatória e mesmo a continuação dos estudos, têm-se traduzido por um crescimento percentual dos "estudantes"; por outro lado, o crescimento da população com 60 e mais anos tem contribuído para o crescimento do peso relativo dos reformados na população inactiva.

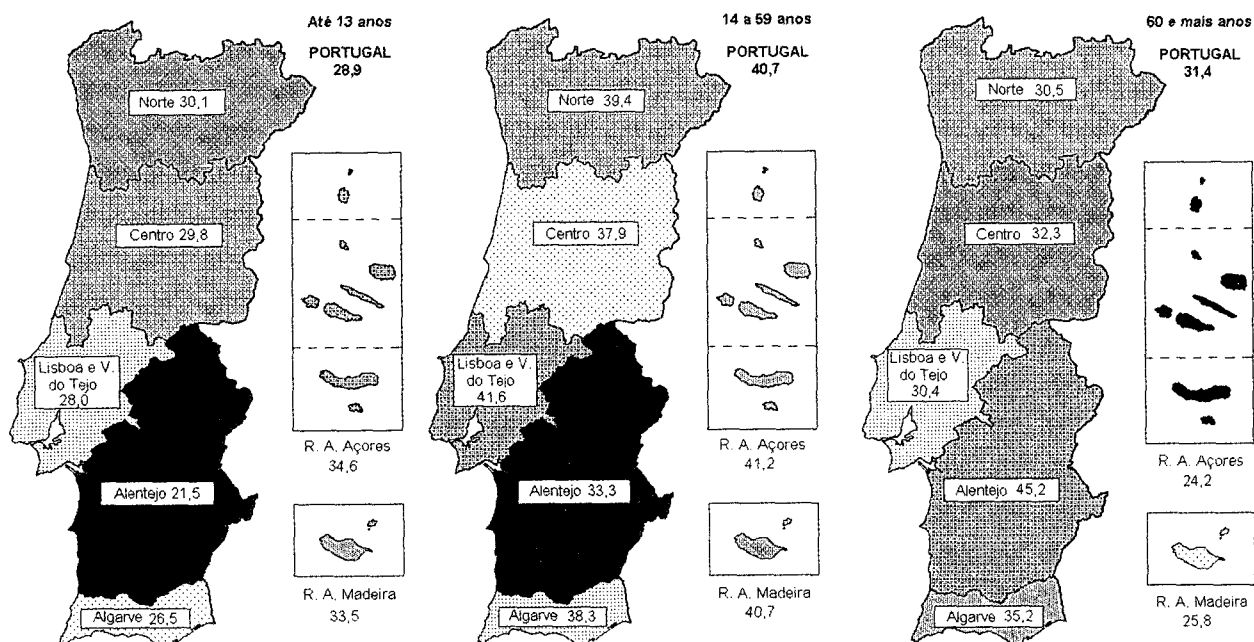
Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

Gráf. 4.25-Estrutura da população inactiva (Nº)
(1990-1995)



Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

Gráf. 4.26-População inactiva por região - NUTS II (%)
(1995)

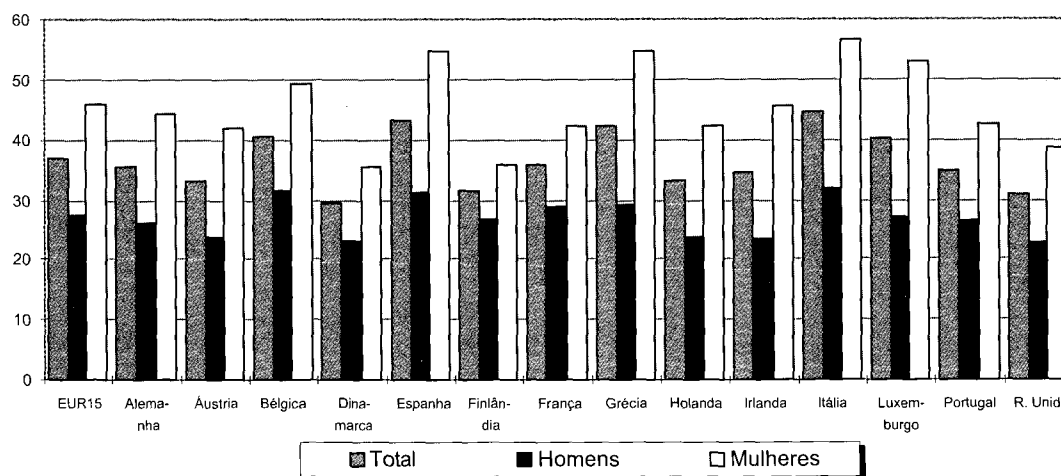


Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

Em 1995, a União Europeia tinha 134 850 milhares de indivíduos com 15 e mais anos como população inactiva, o que correspondia a 36,9% da população total.

A proporção da população inactiva na população total varia muito entre os países: assim, com percentagem superior a 40% encontra-se a Bélgica (40,5%), a Grécia (42,4%), a Espanha (43,2%), a Itália (44,5%) e o Luxemburgo (40,2%); os valores mais baixos estão em dois países nórdicos - a Dinamarca (29,4%) e a Finlândia (31,4%) e ainda no Reino Unido (30,9%). Portugal, em que esta percentagem é de 35,0%, encontra-se numa situação intermédia entre os dois pólos.

Gráf. 4.27-População inactiva, com 15 e mais anos, na União Europeia(*) (%)
(1995)



Dados não disponíveis relativamente à Suécia.
Fonte: EUROSTAT-Inquérito às Forças do Trabalho

CONCEITOS E NOTAS METODOLÓGICAS

População activa (mão-de-obra):

Conjunto de indivíduos com 14 e mais anos que, no período de referência, constituem a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados).

População empregada:

Abrange todos os indivíduos com 14 e mais anos que, na semana de referência, tenham efectuado trabalho de pelo menos uma hora, mediante o pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros. Engloba também os indivíduos que não estavam ao serviço à data da recolha mas mantinham uma ligação formal com o seu emprego, os indivíduos que tendo uma empresa não estavam temporariamente ao trabalho por uma razão específica e os indivíduos que, em situação de pré-reforma, se encontrem a trabalhar no período de referência.

População desempregada:

Abrange todos os indivíduos com 14 e mais anos que, no período de referência, não tinham trabalho remunerado nem qualquer outro; que estavam disponíveis para trabalhar num trabalho remunerado ou não; que tinham procurado um trabalho nos últimos 30 dias, remunerado ou não.

População inactiva:

Conjunto de indivíduos, qualquer que seja a sua idade, que na semana de referência não podem ser considerados economicamente activos, isto é, não estão empregados nem desempregados, nem a cumprir o serviço militar obrigatório.

Taxa de actividade:

É a relação entre “População Activa” e “População Total”.

Taxa de desemprego:

É a relação entre “População desempregada” e “População activa”.

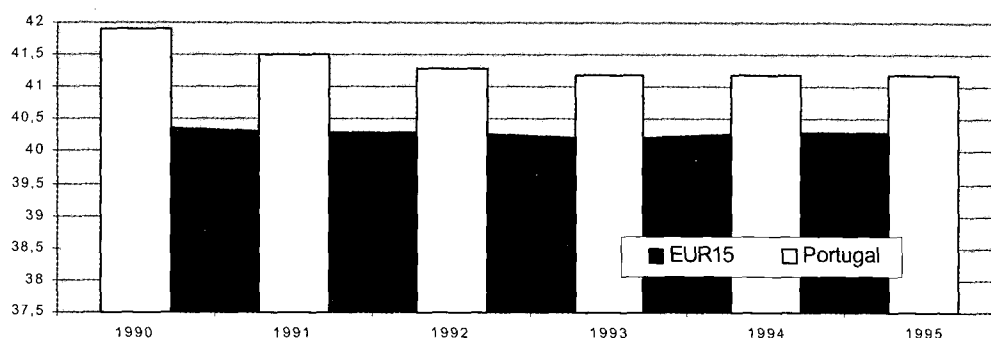
INQUÉRITO AO EMPREGO:

Inquérito por amostragem junto das famílias do Continente, Açores e Madeira. O objectivo deste inquérito é o de quantificar e caracterizar a população activa e inactiva (emprego, duração do trabalho, desemprego, fluxos de mão-de-obra, educação e formação, etc.). É realizado com periodicidade trimestral (Janeiro, Abril, Julho e Outubro) sendo a recolha realizada durante 6 semanas através de entrevista directa. O período de referência é a semana anterior à da entrevista. Abrange toda a população residente no país há três meses ou mais, ou que, sendo residente há menos de 3 meses, não ocupe outro alojamento de forma permanente.

A unidade de amostragem é o alojamento, embora a unidade estatística seja o indivíduo. Os resultados apurados na amostra são extrapolados para o total da população a partir de estimativas independentes da população.

- Entre 1988 e 1992, o custo médio mensal por trabalhador no conjunto da Indústria (incluindo Construção e Electricidade) e dos Serviços, quase duplicou; (95 mil escudos em 1988, subiu para 171 mil escudos em 1992); todavia, quando comparado com os restantes países da União Europeia, Portugal ocupa a última posição qualquer que seja a actividade considerada.
- Em termos médios, entre 1990 e 1994 o leque salarial sofreu um alargamento, passando de 4,0 para 4,2.
- Em 1995, o número médio de horas habitualmente trabalhadas pelo conjunto da população empregada estimava-se em 42,3, enquanto relativamente aos trabalhadores por conta de outrem o valor era ligeiramente mais baixo: 40,4 horas. As mulheres apresentam durações habituais de trabalho mais baixas do que os homens, em qualquer das categorias consideradas.
- O trabalho a tempo parcial é exercido apenas por cerca de 8% da população a trabalhar por conta de outrem. São sobretudo as mulheres que trabalham a tempo parcial; em 1995, representavam 69% do total.
- Em 1995, 11% dos trabalhadores por conta de outrem não tinham contrato de trabalho permanente, valor sensivelmente idêntico aos dois anos anteriores.
- A Agricultura (21,2%), a Construção (18,1%) e a Indústria Extractiva (17,8%), são as actividades em que a taxa de incidência dos acidentes de trabalho é mais elevada.

Número médio de horas trabalhadas habitualmente, pelos trabalhadores por conta de outrem a tempo completo, em Portugal e na União Europeia (1990-1995)



Fonte: EUROSTAT-Anuário Estatístico

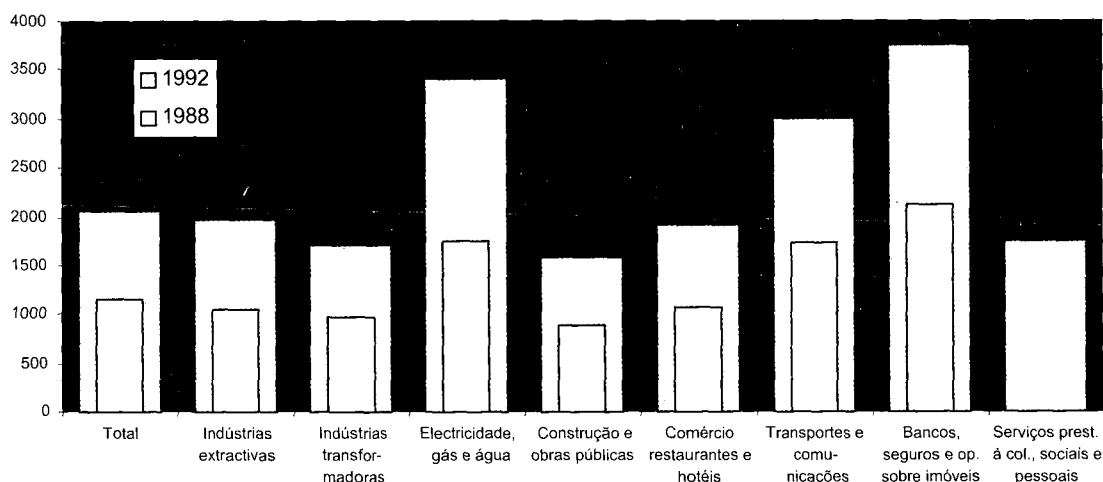
5.1 - CUSTO DA MÃO-DE-OBRA

Entre 1988 e 1992, o **custo médio anual** por trabalhador, sofreu um acréscimo total da ordem dos 81%, passando de 1 139 para 2 056 milhares de escudos.

É na área dos Serviços que o custo do factor trabalho é “mais caro”, particularmente no sector que abrange os Bancos, os Seguros e as Operações sobre Imóveis, tendo sido também nos Bancos que se registou o maior acréscimo (120%).

Analisando as actividades ligadas à Indústria e Construção, tanto para 1988 como para 1992, verifica-se ser nesta última onde o valor é mais baixo e na Electricidade, Gás e Água o mesmo é mais elevado. A Indústria Transformadora foi a actividade que, no conjunto da Indústria, registou o menor aumento (76,2%).

Gráf. 5.1-Custo médio anual por trabalhador
na Indústria e nos Serviços (10³ Esc.)
(1988, 1992)



Fonte: DE MTS (Departamento de Estatística do Ministério do Trabalho e da Solidariedade)-Custo da Mão-de-Obra

Em termos comunitários e analisando o custo horário, medido em ECU, verifica-se que Portugal apresenta o custo horário mais baixo no conjunto da comunidade, no que respeita à **Indústria**. As maiores diferenças situam-se ao nível das Indústrias Extractivas (-12,9 ECU) e Indústrias Transformadoras (-12,2 ECU).

No sector que compreende os **Serviços**, apenas a Grécia (6,75 ECU) apresenta um custo horário inferior ao apurado para o nosso país (7,8). Para o conjunto das actividades neste sector, a diferença entre o custo horário nacional e o da comunidade é de 7,3 ECU, inferior à diferença registada para a Indústria (11,9).

Quadro 5.1-Custo horário de mão-de-obra, por actividade económica, na União Europeia(*) (ECU)
(1992)

NACE Rev. 1	EUR	Ale- ma- nha (1)	Ale- ma- nha (2)	Bél- gi- ca	Di- na- mar- ca	Es- pa- nha	Fran- ça	Gré- cia	Ho- lan- da	Ir- lan- da	Lu- xem- bur- go	Por- tu- gal	Rei- no Uni- do
Indústria	17,49	23,14	11,97	21,27	19,28	15,11	19,12	6,97	19,27	12,80	17,16	5,55	13,11
Indústrias extractivas	20,75	x	x	21,97	20,78	15,37	24,57	6,75	16,67	13,60	19,98	7,82	12,52
Indústrias transformadoras	17,56	23,26	10,95	20,46	19,07	15,17	19,43	6,68	19,25	12,29	18,82	5,41	12,57
Electricidade, gás e água	22,40	30,36	14,90	x	23,20	25,17	21,16	9,28	21,29	19,32	28,81	11,49	18,91
Construção	15,80	20,46	12,53	19,08	19,91	13,30	17,00	-	18,71	13,16	13,11	4,93	12,75
Serviços	15,16	x	x	21,97	20,78	15,37	19,46	6,75	16,67	13,60	19,98	7,82	12,52
Comércio e reparação	12,88	x	x	19,23	19,31	12,50	17,02	6,23	15,13	10,73	13,80	6,23	10,14
Hotéis e restaurantes	9,11	-	x	12,38	19,60	10,37	13,71	5,48	12,71	-	9,48	4,35	7,25
Agências de viagens e turismo	12,45	-	x	16,68	21,76	14,72	18,47	5,58	13,79	9,44	16,78	10,30	11,69
Intermediários financeiros	23,46	27,50	15,06	32,98	23,78	24,70	27,00	8,94	22,20	20,70	29,78	16,64	19,80
Operações s/ imóveis e servi- ços prestados às empresas	18,33	x	-	21,29	21,14	17,17	21,91	6,47	17,05	12,42	17,47	7,57	16,38

(*) Dados não disponíveis relativamente a Itália.

(1) (R.F.A.), antes de 03-10-1990.

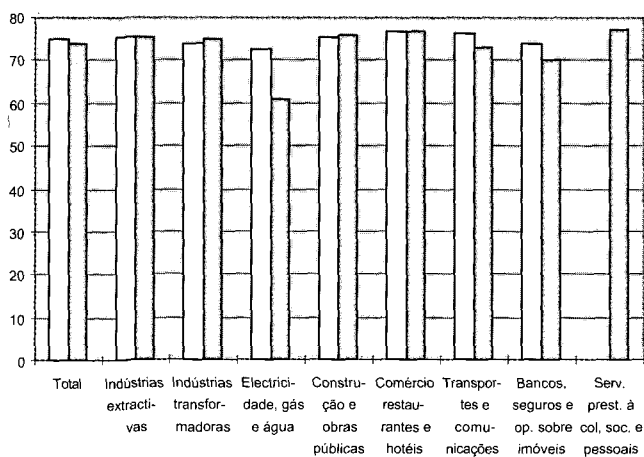
(2) Novos Länders e Berlim Este.

Fonte: EUROSTAT-Custo da Mão-de-Obra, Principais Resultados

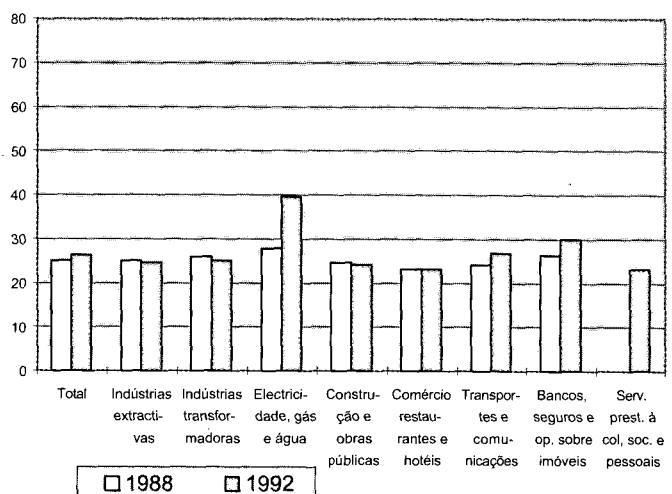
Em 1992, a análise do **custo em função da sua estrutura**, custo directo - *versus* custo indirecto, mostra que, em termos globais, o custo directo se manteve acima dos 70%, tendo-se registado, relativamente a 1988, um ligeiro decréscimo.

Gráf. 5.2-Estrutura do custo da mão-de-obra, por actividade económica (%)
(1988, 1992)

CUSTO DIRECTO



CUSTO INDIRECTO



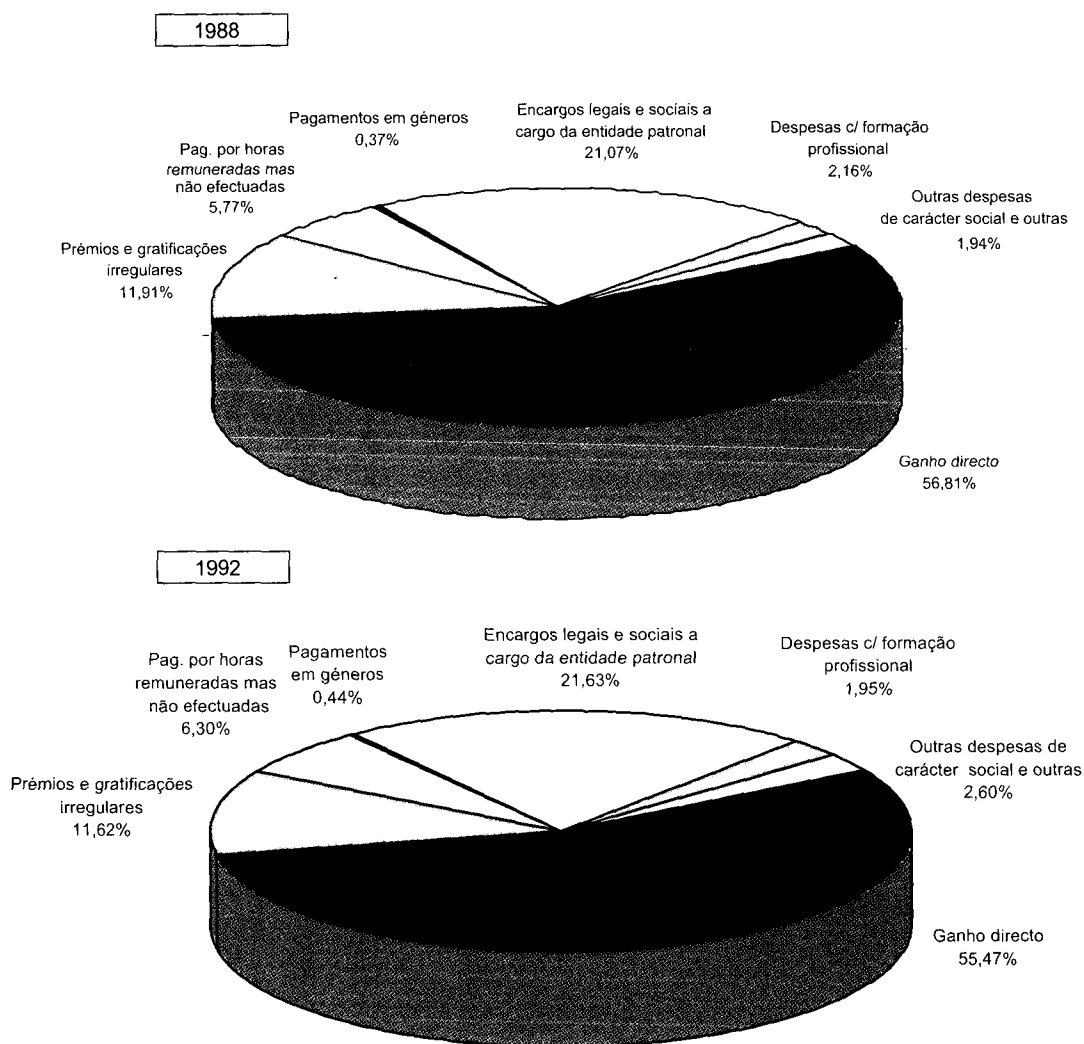
Nota: Custo Directo = Ganho directo + prémios e gratificações irregulares e outros pagamentos;
Custo Indirecto = Encargos legais, sociais, convencionais e facultativos, e outros custos.

Fonte: DE MTS-Custo da Mão-de-Obra

Em termos sectoriais e com excepção da “Electricidade, Gás e Água” e dos “Bancos, Seguros e Operações sobre Imóveis” não se registaram oscilações significativas nesta estrutura. Naquelas duas actividades, a diminuição do peso do custo directo é compensado no custo indirecto através dos encargos sociais, convencionais e facultativos.

O ganho directo, no qual a remuneração base constitui 48,0% em 1992, continua a ser a componente mais importante do custo directo (acima dos 55%), embora, relativamente a 1988, tenha baixado de 56,8% para 55,5%.

Gráf. 5.3-Estrutura do custo da mão-de-obra, segundo a natureza das despesas
(1988, 1992)



Fonte: DE MTS-Custo da Mão-de-Obra

No âmbito do custo indirecto, os encargos sociais a cargo da entidade patronal, que em 1992 constituem 24% do custo total, têm como principal componente os encargos legais - representam cerca de 17%. As restantes parcelas compreendem fundamentalmente os regimes complementares de reforma e de seguro de doença (4%), as prestações sociais pagas directamente ao trabalhador (0,6%) e outras despesas de carácter social (1,8%).

Analisando a estrutura do custo numa óptica comunitária, verifica-se que, qualquer que seja a actividade considerada, Portugal tem sempre um peso relativo do custo directo inferior à média comunitária; destaca-se o ramo de actividade Electricidade, Gás e Água em resultado da importância dos encargos sociais, contratuais e facultativos, cujo valor é o mais elevado no conjunto da comunidade (21,65% em Portugal face a 9,77 na Comunidade). A Dinamarca, é, relativamente aos demais países, aquele que apresenta, para todos os sectores, o peso relativo mais elevado do custo directo.

Quadro 5.2-Estrutura do custo da mão-de-obra, segundo a natureza das despesas, na União Europeia (em percentagem do custo total) (1992)

Actividades	EUR	Ale- ma- nha (1)	Ale- ma- nha (2)	Bél- gi- ca	Di- na- mar- ca	Es- pa- nha	Fran- ça	Grê- cia	Ho- lan- da	Ir- lan- da	Lu- xem- bur- go	Por- tu- gal	Rei- no Uni- do
INDÚSTRIA													
Custo Directo	76,28	76,55	77,76	67,94	93,22	73,60	68,58	78,96	74,91	82,74	84,13	74,07	84,57
Remunerações directas (Total)	75,75	76,41	77,53	67,83	92,53	73,44	68,42	78,03	74,83	82,04	83,89	73,80	82,32
Total de encargos de Segurança Social	21,12	21,44	19,41	31,50	3,42	22,50	28,50	20,00	22,60	14,43	15,25	20,78	12,36
Total dos encargos legais	15,33	14,29	16,30	27,45	2,14	20,60	21,65	19,24	15,75	8,13	13,03	17,74	7,55
Total dos encargos convencionais, contratuais e facultativos	3,80	4,17	0,51	2,95	1,28	0,60	5,04	0,70	5,83	5,59	1,48	2,71	3,78
Prestações sociais directas	1,99	2,98	2,60	1,11	-	1,30	1,80	0,06	1,02	0,72	0,75	0,33	1,02
Outros custos	2,59	2,06	3,01	1,46	3,44	4,02	2,57	0,89	2,53	2,92	0,62	5,15	3,11
Subsídios e taxas	0,16	0,04	0,18	0,92	0,18	0,12	0,47	0,85	0,04	0,08	0,01	0,00	0,03
Custo mensal por TCO (ECU)	2481	3098	1708	2726	2670	2095	2571	1125	2563	2061	2405	829	2132
ELECTRICIDADE, GAS E AGUA													
Custo Directo	71,21	67,13	77,04	...	89,56	68,97	65,51	78,00	77,52	81,35	78,66	60,68	79,60
Remunerações directas (Total)	70,27	66,47	76,57	...	89,03	68,58	64,68	77,67	77,43	80,60	78,51	60,63	77,61
Total de encargos de Segurança Social	25,28	30,33	18,81	...	7,22	26,69	29,88	21,40	20,28	16,33	20,02	35,42	15,42
Total dos encargos legais	12,72	11,99	14,40	...	2,46	16,84	23,52	21,34	13,12	2,72	10,06	12,28	6,26
Total dos encargos convencionais, contratuais e facultativos	9,77	14,61	1,77	...	4,76	3,48	5,29	0,05	4,21	11,94	8,85	21,65	7,69
Prestações sociais directas	2,79	3,73	2,64	...	-	6,38	1,07	0,01	2,96	1,66	1,10	1,49	1,47
Outros custos	3,52	2,56	4,14	...	3,24	4,43	4,17	0,17	2,24	2,32	1,32	3,90	5,03
Subsídios e taxas	0,06	0,01	0,00	...	0,04	0,09	0,48	0,46	0,04	-	-	-	0,05
Custo mensal por TCO (ECU)	3176	4043	2113	...	3206	3413	2889	1489	2861	2838	3895	1620	2874
CONSTRUÇÃO													
Custo Directo	75,96	75,85	76,21	62,42	93,60	71,16	71,85	-	71,79	81,64	83,64	75,76	84,86
Remunerações directas (Total)	75,27	75,82	76,18	62,32	92,95	71,13	71,75	-	71,78	81,20	83,49	75,29	81,33
Total de encargos de Segurança Social	21,31	22,14	21,06	37,90	2,39	22,10	26,66	-	25,55	15,40	15,96	19,69	11,90
Total dos encargos legais	17,15	17,15	17,88	36,19	1,67	21,43	21,11	-	19,25	7,84	15,06	19,09	8,03
Total dos encargos convencionais, contratuais e facultativos	2,66	2,21	0,55	0,59	0,72	0,16	4,79	-	5,80	7,06	0,38	0,52	3,02
Prestações sociais directas	1,51	2,78	2,63	1,12	-	0,51	0,76	-	0,50	0,51	0,52	0,07	0,84
Outros custos	2,77	2,19	2,93	0,76	4,12	6,84	1,18	-	2,71	3,04	0,42	4,55	3,27
Subsídios e taxas	0,17	0,08	0,20	1,10	0,10	0,10	0,38	-	0,05	0,09	0,01	-	0,04
Custo mensal por TCO (ECU)	2285	2796	1860	2273	2771	1889	2314	-	2415	2419	1901	755	2194
SERVIÇOS													
Custo Directo	76,87	x	x	66,84	90,20	74,59	68,32	77,44	77,15	81,77	83,21	73,70	84,86
Remunerações directas (Total)	75,07	x	x	66,18	89,18	74,26	68,11	76,49	77,00	79,70	81,84	72,86	80,59
Total de encargos de Segurança Social	19,71	x	x	31,75	4,58	21,77	27,89	21,77	20,56	15,28	15,04	22,25	11,78
Total dos encargos legais	14,64	x	x	27,87	1,61	19,05	21,62	20,84	14,31	8,17	10,46	15,84	7,07
Total dos encargos convencionais, contratuais e facultativos	4,03	x	x	2,68	2,97	1,18	5,13	0,91	4,98	6,37	2,90	6,14	3,84
Prestações sociais directas	1,04	x	x	1,21	-	1,54	1,15	0,02	1,27	0,74	1,68	0,27	0,88
Outros custos	2,88	x	x	1,67	3,67	3,79	2,18	0,57	2,32	3,00	1,76	4,05	3,37
Subsídios e taxas	0,67	x	x	0,28	2,04	0,15	1,71	0,70	0,03	0,04	0,01	0,00	0,01
Custo mensal por TCO (ECU)	2233	x	x	3058	2868	2179	2669	1086	2319	2047	2851	1163	1973

(1) (R.F.A.) antes de 03-10-1990.

(2) Novos Länders e Berlim Este.

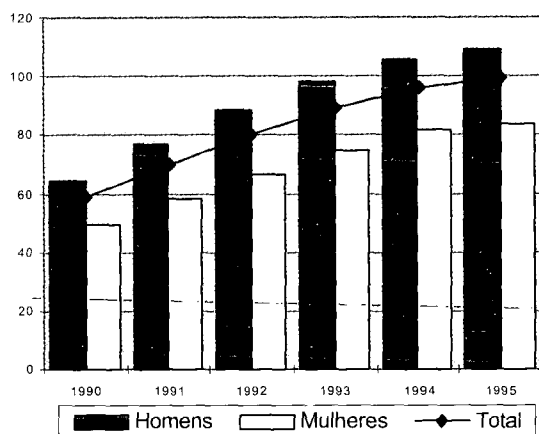
(*) Dados não disponíveis relativamente a Itália.

Fonte: EUROSTAT-Custo da Mão-de-Obra, Principais Resultados

5.2 - REMUNERAÇÕES

A remuneração média mensal de base, para o conjunto dos trabalhadores por conta de outrem, (TCO) passou de 59 mil escudos, em 1990, para 99 mil, em 1995, o que corresponde a uma taxa média de crescimento anual da ordem dos 11%. No entanto, e tal como mostra o gráfico 5.6, os acréscimos anuais apresentaram uma tendência decrescente.

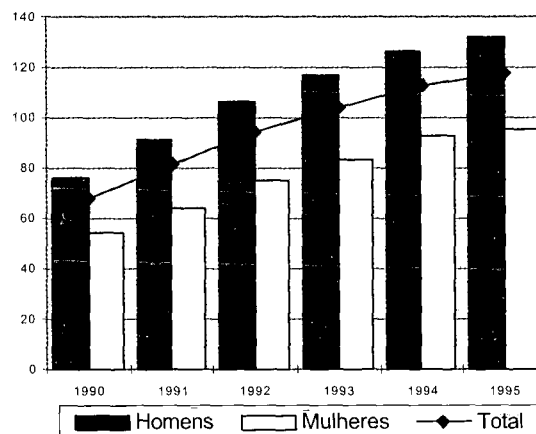
Gráf. 5.4-Remuneração média mensal de base, no Continente, por sexo (10³ Esc.) (1990-1995)



Fonte: DE MTS-Quadros de Pessoal

No mesmo período, o ganho médio mensal sofreu um aumento superior ao da remuneração média mensal base (taxa média de crescimento de 12,0%) passando de 67 800 escudos para 117 mil escudos.

Gráf. 5.5-Ganho médio mensal, no Continente, por sexo (10³ Esc.) (1990-1995)

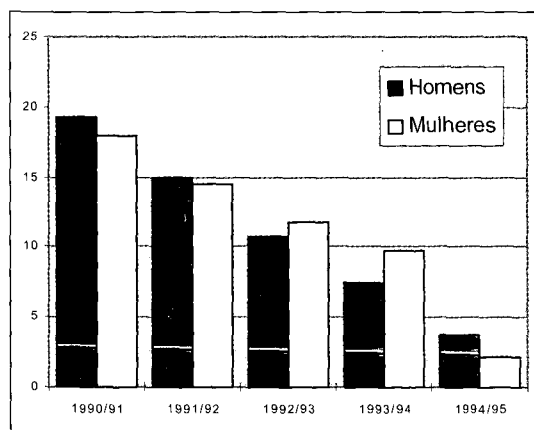


Fonte: DE MTS-Quadros de Pessoal

A remuneração média mensal base e ganho, referem-se aos TCO com duração de trabalho a tempo completo.

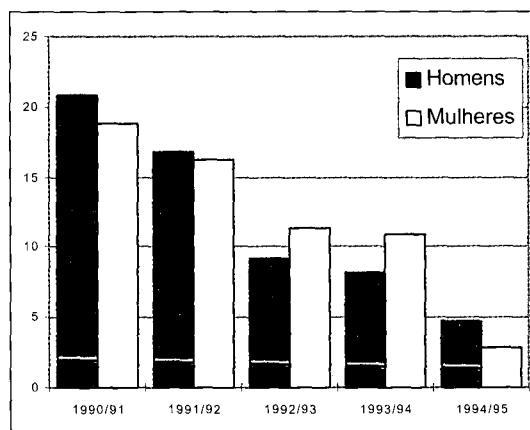
Comparando as remunerações base e o ganho, auferidos quer pelos homens quer pelas mulheres, verifica-se que os primeiros, em média ganham, respectivamente, 1,3 e 1,4 vezes mais do que os indivíduos de sexo feminino. Contudo, a partir de 1992, a taxa de crescimento tanto no que concerne à remuneração base como no que se refere ao ganho é maior no caso das mulheres, voltando a ser inferior no último ano.

Gráf. 5.6-Taxas de crescimento da remuneração média mensal de base, no Continente, por sexo (%) (1990-1995)



Fonte: DE MTS-Quadros de Pessoal

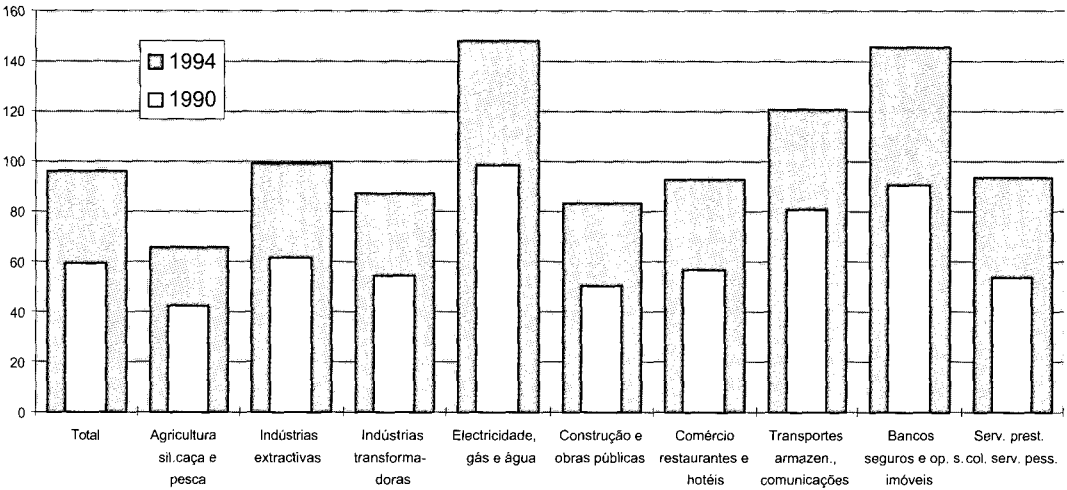
Gráf. 5.7-Taxas de crescimento do ganho médio mensal, no Continente, por sexo (%) (1990-1995)



Fonte: DE MTS-Quadros de Pessoal

No conjunto dos anos em análise, a remuneração média mensal base mais baixa situa-se na Agricultura, seguindo-se a Construção e Obras Públicas. Pertencem à “Electricidade, Gás, e Água”, e “Bancos, Seguros e Operações sobre Imóveis” as remunerações mais elevadas, com valores, respectivamente, 1,6 e 1,5 vezes acima da média global.

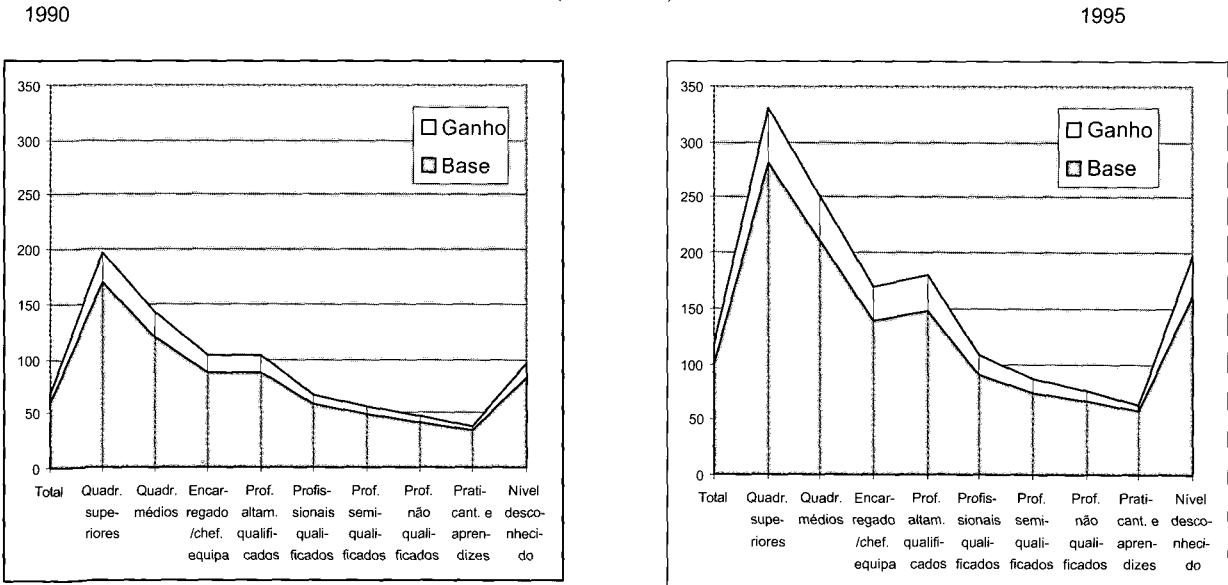
Gráf. 5.8-Remuneração média mensal de base por actividade, no Continente (10³ Esc.)
(1990, 1994)



DE MTS-Quadros de Pessoal

Atendendo aos níveis de qualificação, verifica-se que entre 1990 e 1995 o leque salarial, em termos médios, sofreu um alargamento, passando de 4,0 para 4,2 (excluindo deste cálculo os praticantes e aprendizes). O afastamento do leque salarial, no que respeita ao ganho total, sofreu um distanciamento da mesma ordem de grandeza, passando de 4,2 para 4,4.

Gráf. 5.9-Remuneração média mensal de base e ganho, por níveis de qualificação, no Continente (10³ Esc.)
(1990, 1995)



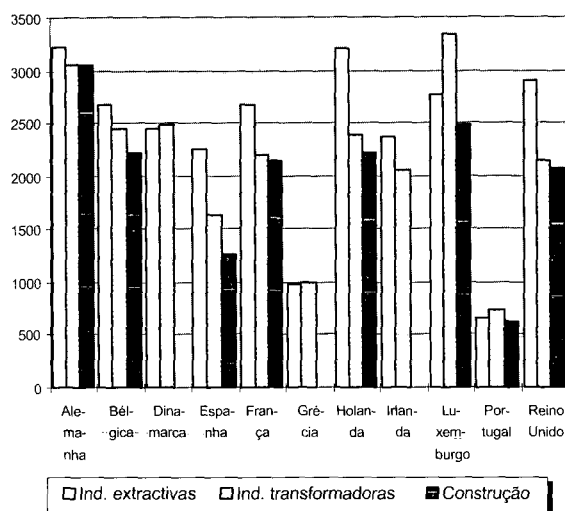
Fonte: DE MTS-Quadros de Pessoal

Em termos globais, a posição dos trabalhadores por conta de outrem, empregados, é claramente desfavorável quando se compara com os restantes países da comunidade. Particularmente no caso da

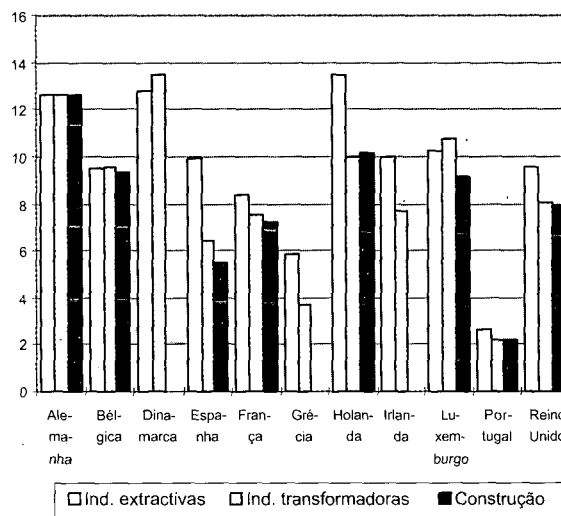
Indústria e Construção, o ganho médio mensal bruto dos empregados portugueses é o mais baixo no conjunto dos países para os quais se dispõe de informação.

No mesmo tipo de comparação, mas considerando o ganho médio horário bruto dos operários na Indústria, Portugal continua a ser o país com o menor ganho médio horário.

Gráf. 5.10-Ganho médio mensal bruto dos empregados na Indústria, em alguns países da União Europeia(*) (ECU) (Outubro 1993)



Gráf. 5.11-Ganho médio mensal bruto dos empregados na Indústria, em alguns países da União Europeia(*) (ECU) (Outubro 1993)

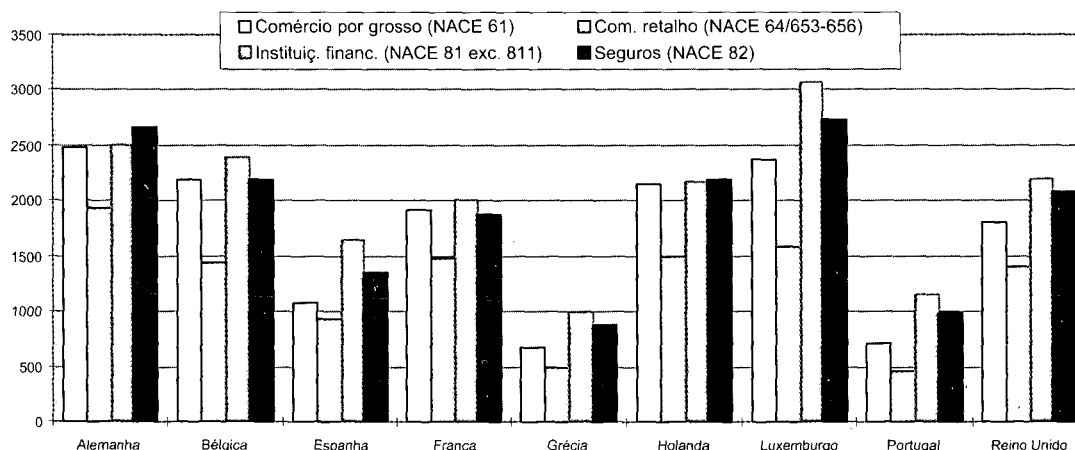


(*) Médias trimestrais - Março e Setembro: Espanha, Grécia e Irlanda. Alemanha (R. F. A.) anterior a 1990/10/31. Dados não disponíveis relativamente à Construção para a Dinamarca, Grécia e Irlanda. Dados não disponíveis no referente a Itália.

Fonte: EUROSTAT-Ganho: Indústria e Serviços

No que respeita aos Serviços, Portugal ocupa o penúltimo lugar, com excepção do Comércio a Retalho, em que detém a última posição.

Gráf. 5.12-Ganho médio mensal bruto dos empregados nos Serviços, em alguns países da União Europeia(*) (ECU) (Outubro 1993)



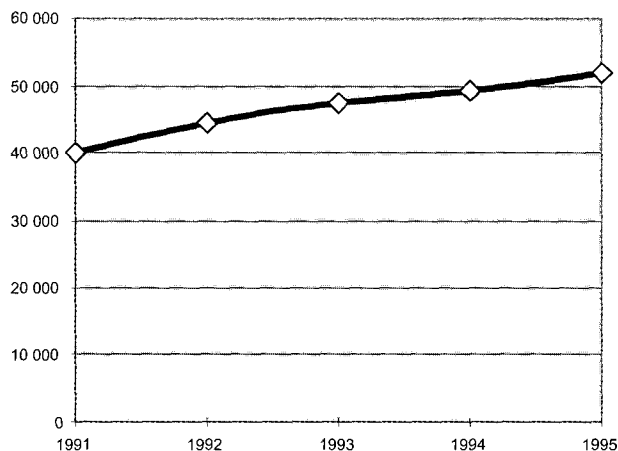
(*) Médias trimestrais para Espanha e Grécia. Os dados referem-se: relativamente a Espanha, a Outubro de 1992, no Comércio por grosso; à Grécia, a Abril de 1994, no referente a Instituições Financeiras e a Seguros; à Alemanha (R. F. A.) anterior a 1990/10/03, incluindo no Comércio por grosso a NACE 62 e a Retalho, a NACE 651 e 652.

Fonte: EUROSTAT-Ganho: Indústria e Serviços

5.3 - SALÁRIO MÍNIMO

Em 1995, e com exclusão dos trabalhadores englobados nos "Serviços domésticos", o salário mínimo foi fixado em 52 000 escudos. Comparativamente a 1991, este valor representa um acréscimo de 29,7%.

Gráf. 5.13-Remuneração mínima mensal(*) (Esc.)
(1991-1995)



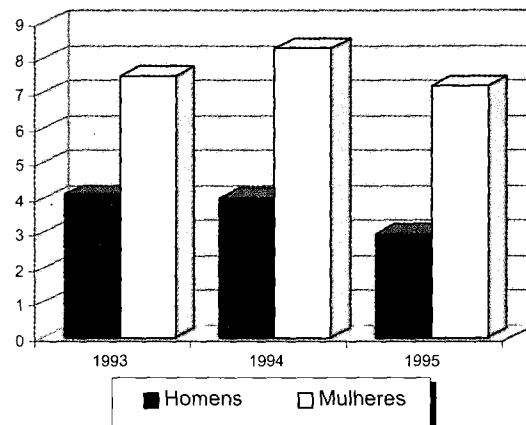
Trabalhadores não pertencentes aos "Serviços domésticos"

Fonte: DE MTS

No período 1993-1995, e no âmbito das actividades observadas pelo Inquérito aos Ganhos, o número de trabalhadores abrangido representou, em média, 5,2% do total de trabalhadores por conta de outrem.

São sobretudo as mulheres que recebem este tipo de salário; em termos percentuais, em 1995, o número de mulheres representava mais do dobro do relativo aos homens.

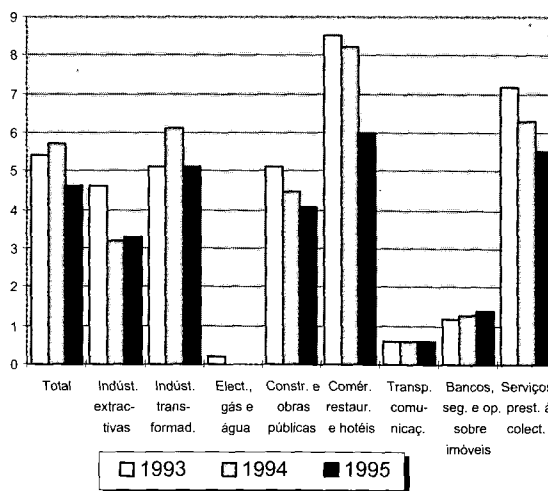
Gráf. 5.14-Trabalhadores que recebem o salário mínimo, no Continente, em relação ao número total de trabalhadores, por sexo (%)
(1993-1995)



Fonte: DE MTS-Ganhos Médios, Abril

Relativamente aos 3 anos em análise, verifica-se que a maior percentagem de trabalhadores que auferem este tipo de salário se situa no "Comércio, Restaurantes e Hotéis" e, em 2.º lugar, nos "Serviços Prestados à Colectividade e Serviços Pessoais".

Gráf. 5.15-Trabalhadores que recebem o salário mínimo, no Continente, por actividade económica (%)
(1993-1995)



Fonte: DE MTS-Ganhos Médios, Abril

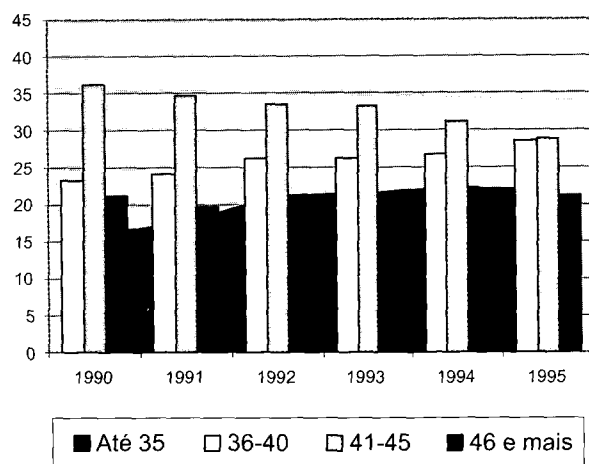
5.4 - DURAÇÃO DE TRABALHO

A distribuição da população empregada por escalões de **duração (habitual) semanal de trabalho**, mostra que mais de metade desta população se situa no escalão compreendido entre as “35 e 45 horas”, embora, entre 1990 e 1995, tenha havido uma tendência para aumentar a percentagem dos que trabalham entre as “36 e 40”, em detrimento do escalão “41-45 horas”.

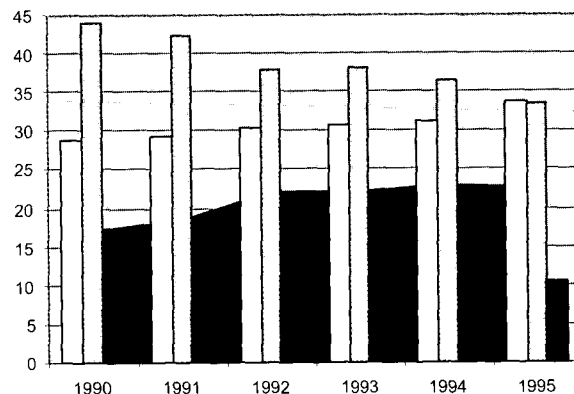
Outro aspecto a referir é o facto de que se encontra relativamente estável a proporção dos que trabalham “46 e mais horas”. O escalão de duração mais reduzida (até 35 horas) e que compreende muito do trabalho a tempo parcial, registou uma subida de 5%.

Gráf. 5.16-**População empregada e trabalhadores por conta de outrem, por escalões de duração (habitual) de trabalho (%)**
(1990-1995)

POPULAÇÃO EMPREGADA (TOTAL)



TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM



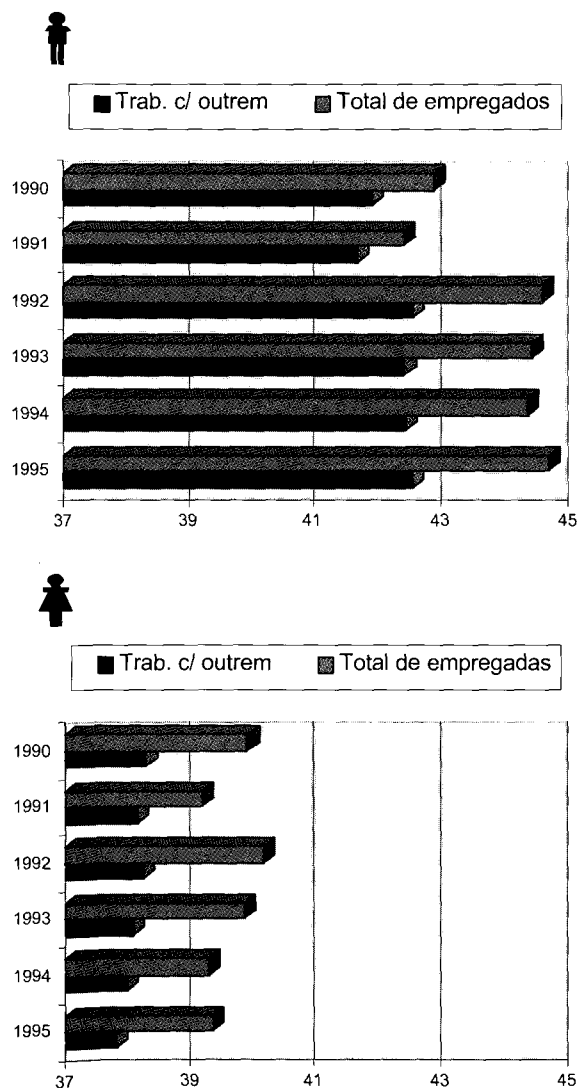
Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

A mesma distribuição, mas para os trabalhadores por conta de outrem (TCO), quando comparados com a população empregada, mostra, em primeiro lugar, que a percentagem dos que trabalham mais horas é praticamente metade do que sucede com o total da população empregada; quem trabalha “46 e mais horas”, serão em princípio outras categorias de população empregada que não os TCO. Por outro lado, é muito mais acentuado o peso relativo destes trabalhadores no escalão “36 a 45 horas”; é praticamente idêntica, num caso e noutro, a proporção dos que trabalham até 35 horas.

O número médio de horas habitualmente realizadas por semana pela população empregada tem-se mantido à volta das 42 horas semanais, sendo este valor ligeiramente superior no caso dos indivíduos do sexo masculino. As mulheres trabalham habitualmente, em média, menos horas do que os homens, estimando-se em 39,7 horas a duração média habitual semanal destas.

Face ao total da população empregada, os trabalhadores por conta de outrem têm durações médias habituais mais baixas, sendo essa diferença mais significativa no caso dos homens.

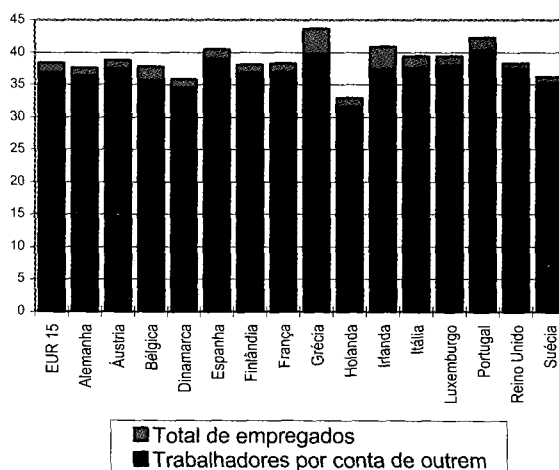
Gráf. 5.17-Número médio de horas semanais habitualmente efectuadas pela população empregada e trabalhadores por conta de outrem (1990-1995)



Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

Portugal apresenta, em 1995, quer para o total de empregados (42,3), quer para os trabalhadores por conta de outrem (40,4), valores muito superiores aos praticados na União Europeia (38,4 e 36,9, respectivamente); só a Grécia regista um valor superior ao de Portugal, no que respeita ao total de empregados (43,6).

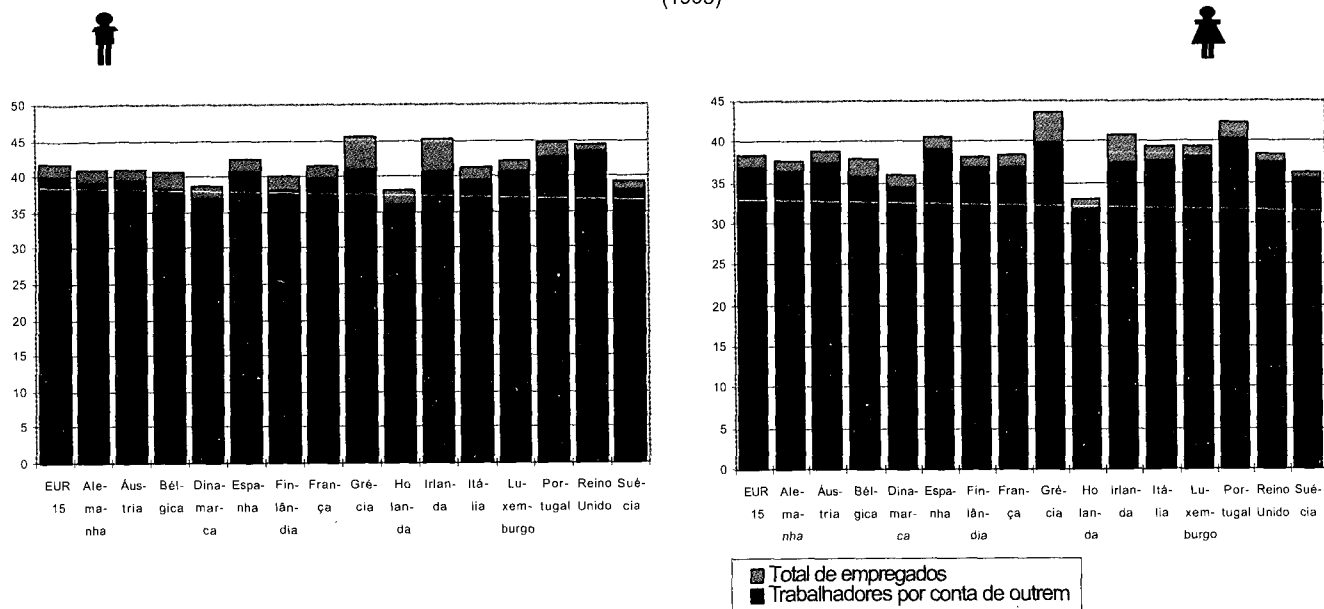
Gráf. 5.18-Número médio de horas semanais habitualmente efectuadas pela população empregada e pelos trabalhadores por conta de outrem, na União Europeia (1995)



Fonte: EUROSTAT-Inquérito às Forças do Trabalho

Relativamente à média da União Europeia, que se situa em 36,9 horas para os TCO, o número médio de horas efectuadas em Portugal é de cerca de 3,5 horas a mais; esta diferença é ainda maior no caso das mulheres (+5 horas).

Gráf. 5.19- Número médio de horas semanais habitualmente efectuadas pela população empregada e trabalhadores por conta de outrem, na União Europeia (1995)

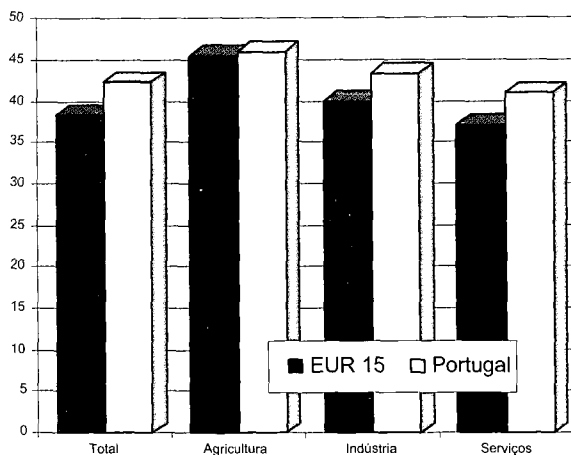


Fonte: EUROSTAT-Inquérito às Forças do Trabalho

Na União Europeia, a Agricultura continua a ser o sector em que é mais elevado o número médio de horas trabalhadas habitualmente pela população empregada (mais de 45 horas). Na Indústria, este valor desce para 40 horas e, nos Serviços, para 37,1 horas.

Portugal pratica, em qualquer dos sectores, durações habituais semanais superiores às referidas, como se pode verificar pelo gráfico 5.20.

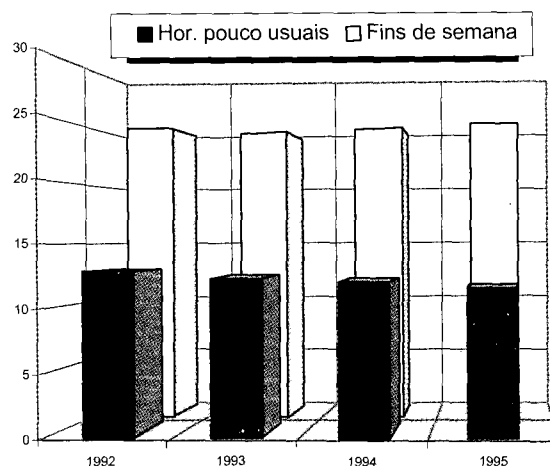
Gráf. 5.20-Número médio de horas semanais praticadas pela população empregada, na União Europeia e em Portugal (%) (1995)



Fonte: EUROSTAT-Inquérito às Forças do Trabalho

No período compreendido entre 1992 e 1995, em média, cerca de 25% dos trabalhadores por conta de outrem (TCO), **trabalham ao fim de semana** (independentemente de trabalharem nos outros dias) e 12% em **horários pouco usuais** (fins de tarde, etc.).

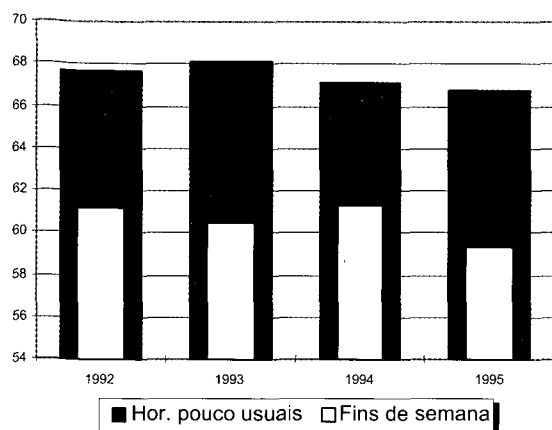
Gráf. 5.21-Trabalhadores por conta de outrem, que trabalham ao fim de semana e em horários pouco usuais (%)* (1992-1995)



*Em percentagem do total de trabalhadores por conta de outrem
Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

São sobretudo os homens que trabalham desta forma, com valores superiores a 60%, particularmente nos horários pouco usuais. Só em 1995 o trabalho ao fim de semana é ligeiramente inferior a esta percentagem.

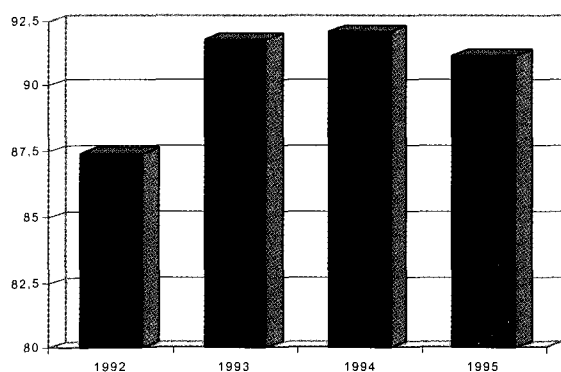
Gráf. 5.22-Trabalhadores por conta de outrem, do sexo masculino, que trabalham ao fim de semana e em horários pouco usuais (%)* (1992-1995)



Em percentagem dos TCO (homens e mulheres), que trabalham ao fim de semana ou em horários pouco usuais.
Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

O trabalho no domicílio não tem entre nós uma expressão muito significativa: em 1992 trabalhavam no domicílio cerca de 36 000 indivíduos (1,06% dos TCO), valor que se mantém relativamente estável nos anos seguintes. A esmagadora maioria dos indivíduos que trabalham em casa pertence ao sexo feminino (91% em 1995).

Gráf. 5.23-Trabalhadores por conta de outrem, do sexo feminino, que trabalham no domicílio (%)* (1992-1995)

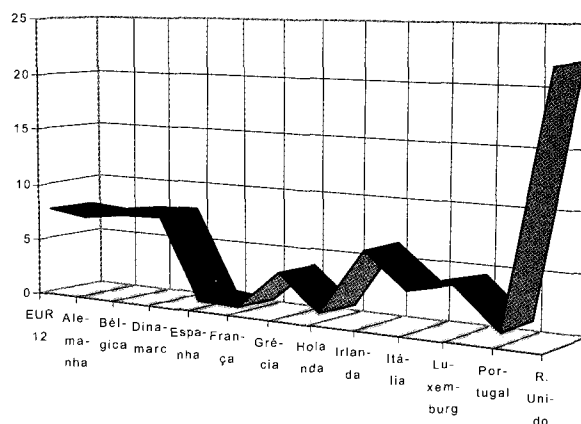


*Em percentagem do total de trabalhadores por conta de outrem que trabalham no domicílio.
Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

Se o trabalho no domicílio em Portugal não representa mais de 1% da totalidade dos trabalhadores por conta de outrem, existem outros países da comunidade em que esta forma de trabalho é bem mais representativa; é o caso do Reino Unido (22,1%) e da Dinamarca (7,8%). Valores inferiores ao estimado para

Portugal pertencem à França (0,5%), à Espanha (0,7%) e à Holanda (0,8%).

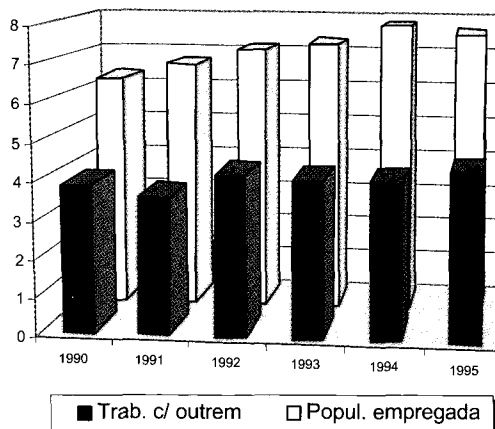
Gráf. 5.24-Trabalhadores por conta de outrem a trabalhar no domicílio, na União Europeia (%) (1993)



Fonte: EUROSTAT-Estatísticas Rápidas: O Trabalho Atípico na União Europeia, 1992-1993

Quando se analisa a duração de trabalho numa óptica **tempo completo versus tempo parcial** (período de trabalho com uma duração inferior à duração normal de trabalho em vigor na empresa ou na respectiva profissão), verifica-se que tem havido uma tendência para o aumento de população empregada a trabalhar a tempo parcial, seja globalmente, seja enquanto TCO. No entanto, e tal como mostra o gráfico 5.25, em qualquer dos anos considerados a percentagem de trabalhadores a tempo parcial não atinge os 8%, sendo esta percentagem mais baixa no caso dos trabalhadores por conta de outrem (4,1%).

Gráf. 5.25-População empregada e trabalhadores por conta de outrem a trabalhar a tempo parcial (%) (1990-1995)



Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

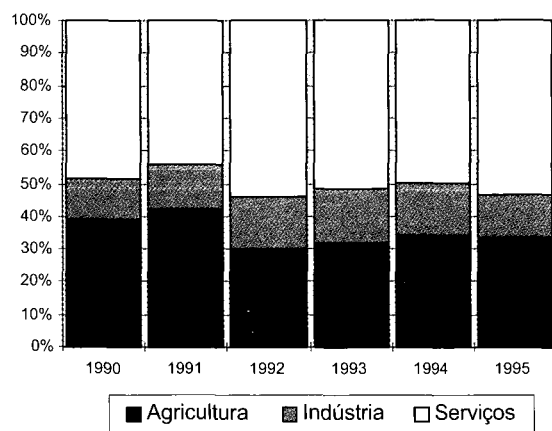
Gráf. 5.26-População empregada a trabalhar a tempo parcial, por sexo (%) (1990-1995)



Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

Este tipo de horário assume duas características: é praticado maioritariamente pelas mulheres (superior a 65%) e é particularmente significativo nos Serviços, (superior a 50% nos últimos 4 anos).

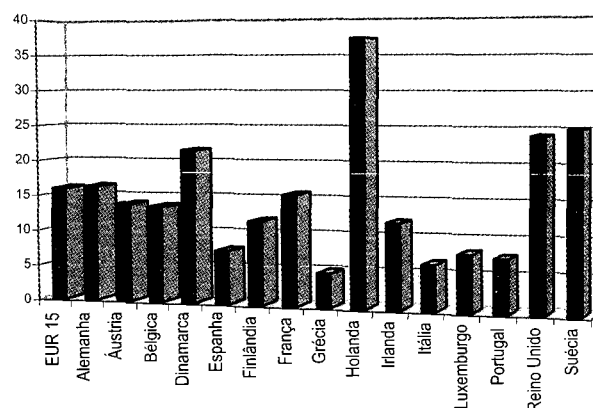
Gráf. 5.27-População empregada a trabalhar a tempo parcial, por sector de actividade (1990-1995)



Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

Em 1995, 16% da população empregada na União Europeia trabalhava a tempo parcial, o que corresponde a cerca de 24 milhões de indivíduos. Os valores mais elevados situam-se na Holanda (37,3%), na Suécia (25,0%), no Reino Unido (24,0%) e na Dinamarca (21,6%). Os países do Sul da Europa, juntamente com o Luxemburgo, registam valores inferiores a 10%, sendo a Grécia o país em que essa percentagem é mais baixa (4,8%).

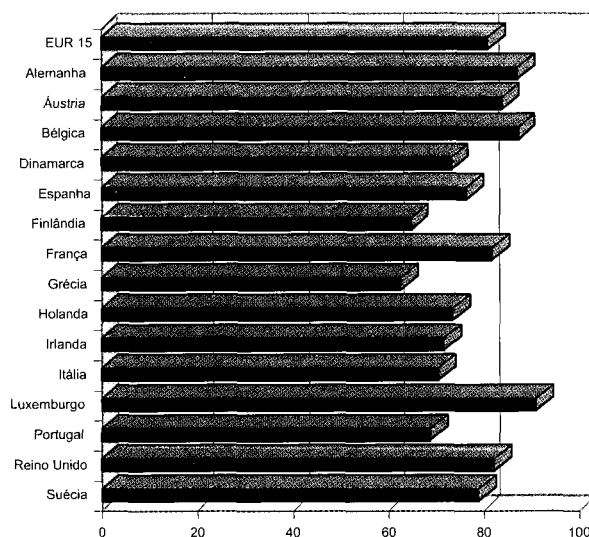
Gráf. 5.28-População empregada a trabalhar a tempo parcial, na União Europeia (%) (1995)



Fonte: EUROSTAT-Inquérito às Forças do Trabalho

Tal como em Portugal, nos outros países da comunidade o trabalho a tempo parcial é praticado principalmente pelas mulheres (80,9%, média da União Europeia). No entanto, com excepção da Finlândia (65,0%) e da Grécia (62,5%), em todos os demais países a percentagem de indivíduos do sexo feminino a trabalhar a tempo parcial é superior ao estimado para Portugal (69,2% de mulheres contra 30,8% de homens).

Gráf. 5.29-População empregada feminina a trabalhar a tempo parcial(*), na União Europeia (%) (1995)



(*) Relativamente ao total da população empregada a trabalhar a tempo parcial.

Fonte: EUROSTAT-Inquérito às Forças do Trabalho

5.5 - RELAÇÕES DE TRABALHO

Em 1995, cerca de 356 000 indivíduos trabalharam sem contrato de trabalho permanente, o que corresponde a 11,1% da totalidade dos trabalhadores por conta de outrem. Em 1990, este valor era superior (cerca de 572 mil indivíduos) tendo vindo a registar, desde esse ano, uma evolução tendencialmente decrescente.

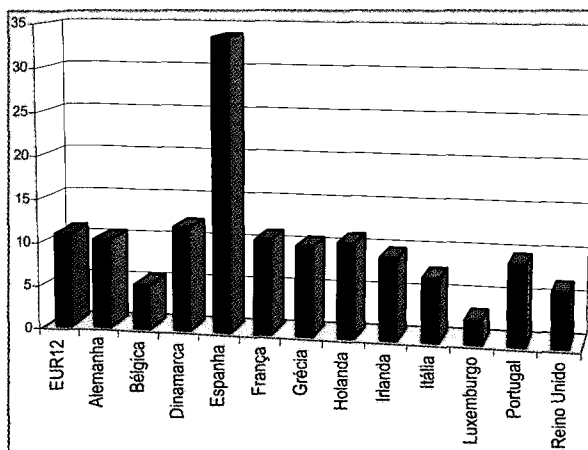
Quadro 5.3-Trabalhadores por conta de outrem, segundo o tipo de contrato (Nº)
(1990-1995)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Trabalhadores por conta de outrem	3 118 406	3 220 265	3 396 761	3 304 427	3 243 880	3 210 685
Com contrato permanente	2 546 001	2 690 999	2 980 419	2 941 386	2 897 105	2 855 117
Com contrato não permanente	572 405	529 267	416 342	363 041	346 775	355 569

Fonte: INE-Inquérito ao Emprego

Numa vertente comunitária (dados de 1994), desde logo ressalta a posição da Espanha, cuja percentagem de trabalhadores com contrato não permanente é superior a 30%. O Luxemburgo situa-se no extremo oposto, com um valor percentual de apenas 2,7%. Com valores inferiores ao de Portugal (9,3%) encontram-se, ainda, o Reino Unido (6,3%), a Itália (7,3%) e a Bélgica (5,1%).

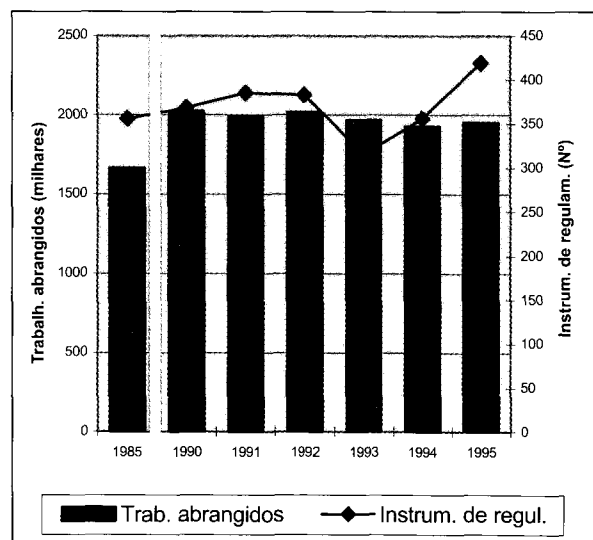
Gráf. 5.30-Trabalhadores por conta de outrem com contrato não permanente, na União Europeia (%)
(1994)



Fonte: EUROSTAT-Inquérito às Forças do Trabalho

Entre 1990 e 1995, e não obstante algumas flutuações, verifica-se que o número de trabalhadores abrangidos por **regulamentação colectiva** tem permanecido relativamente estável.

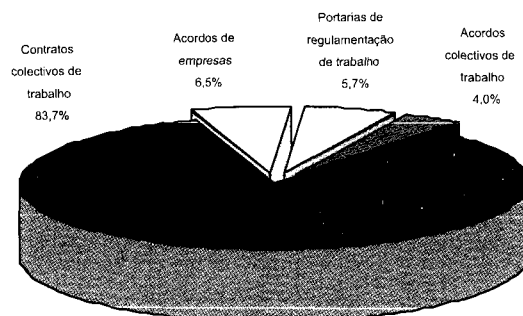
Gráf. 5.31-Trabalhadores abrangidos por regulamentação colectiva e número de instrumentos de regulamentação, no Continente
(1985, 1990-1994)



Fonte: DE MTS-Quadros de Pessoal

Gráf. 5.32-Trabalhadores abrangidos por instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho, no Continente (1995)

No conjunto dos diversos instrumentos de regulamentação colectiva em vigor, o Contrato Colectivo de Trabalho (CCT) é a forma negocial com maior expressão (84% em 1995).



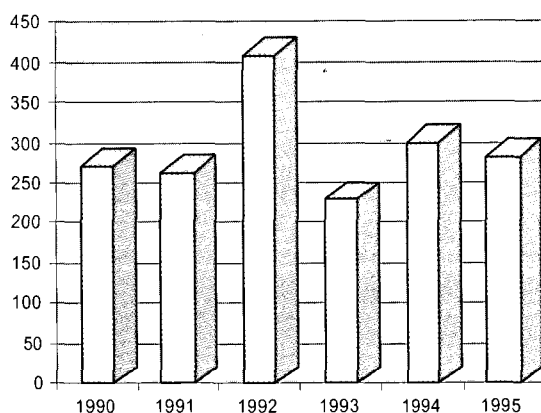
Fonte: DE MTS-Quadros de Pessoal

5.6 - CONFLITOS DE TRABALHO

Os conflitos de trabalho, nomeadamente as greves, têm uma evolução irregular, uma vez que a existência destes conflitos deriva fundamentalmente de negociações colectivas, cuja periodicidade varia de sector para sector e cuja duração pode, em alguns casos, ser relativamente longa.

Assim, o número de greves apresenta oscilações ao longo do período 1990-1995, podendo-se dizer que 1992 foi um ano de grande conflitualidade laboral, medida através dos principais indicadores: número de greves, número de trabalhadores abrangidos e número de dias de trabalho perdido.

Gráf. 5.33-Número de greves(*) (1990-1995)

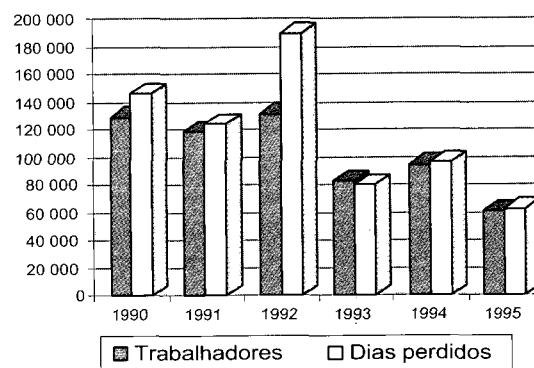


Nota: Não inclui administração pública.

(*) Uma greve pode desenvolver-se em mais que uma actividade económica e em mais que um período de referência (mês, trimestre, etc.).

Fonte: DE MTS-Anuário de Estatísticas Sociais; Greves

Gráf. 5.34-Número de trabalhadores(*) envolvidos e número de dias perdidos, como consequência de greves efectuadas (1990-1995)



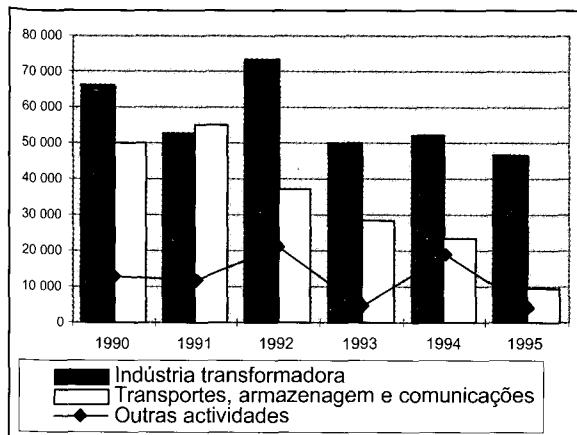
Nota: Não inclui administração pública.

(*) Se um trabalhador ou um grupo de trabalhadores participarem em mais do que uma greve, no período de referência, serão quantificados tantas vezes quantas as participações em greves, ocorridas nesse período.

Fonte: DE MTS-Anuário de Estatísticas Sociais; Greves

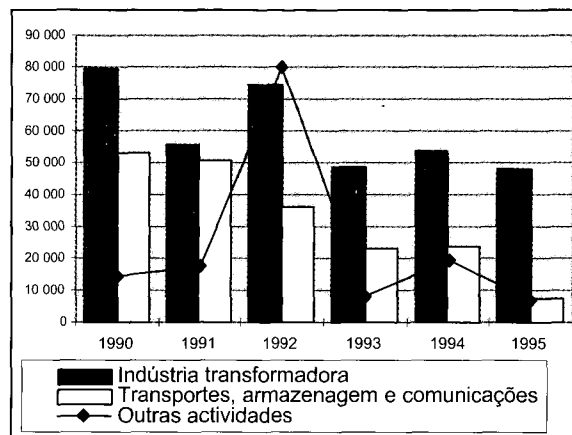
Uma análise sectorial mostra que a maior incidência se situa na Indústria Transformadora - 76% das greves e 77% dos trabalhadores e dias perdidos (ano 1995) - seguindo-se o sector dos Transportes, Armazenagem e Comunicações, embora com valores bem menos significativos (10% e 16%, respectivamente).

Gráf. 5.35-Número de trabalhadores envolvidos em greves, por ramo de actividade económica (1990-1995)



Fonte: DE MTS-Anuário de Estatísticas Sociais; Greves

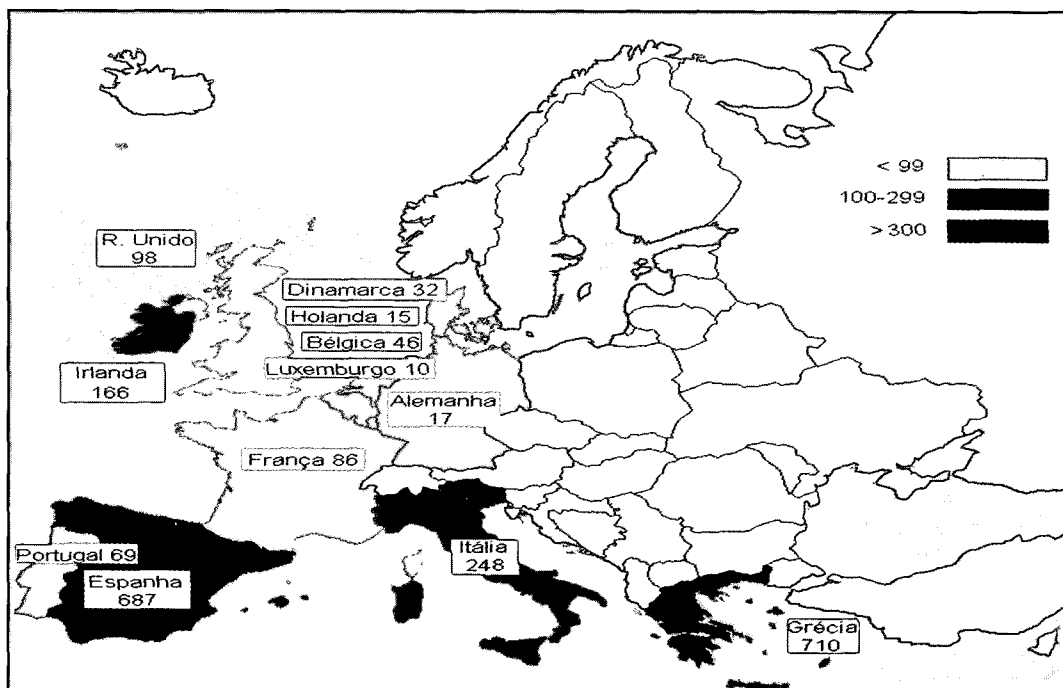
Gráf. 5.36-Número de dias perdidos, em consequência de greves efectuadas, por ramo de actividade económica (1990-1995)



Fonte: DE MTS-Anuário de Estatísticas Sociais; Greves

No quadro da União Europeia, verifica-se que, no período 1988/92, Portugal registou uma conflitualidade média de 69 dias perdidos, a França 86 e o Reino Unido 98. No conjunto dos países do Sul, Portugal regista o valor mais baixo - este indicador assumiu o valor de 710 na Grécia, 687 na Espanha e 248 na Itália. O Luxemburgo (10), a Alemanha (17) e a Áustria (5) são os países que detêm os valores mais baixos.

Gráf. 5.37-Número médio de dias de trabalho perdidos, por 1000 trabalhadores por conta de outrem, na União Europeia(*) (1988/92)



Nota: Âmbito sectorial coberto: Indústria transformadora, Construção, Comércio e reparações, Hotéis e restaurantes, Actividades financeiras, Actividades imobiliárias, locação e serviços prestados às empresas.

(*) EUR12.

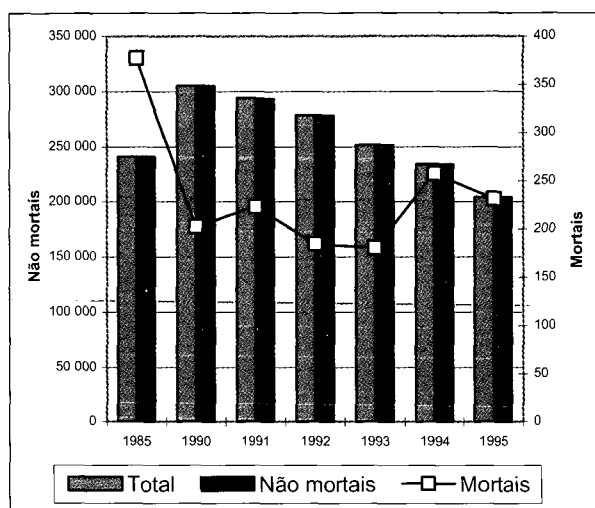
Fonte: EUROSTAT-Estatísticas Rápidas: A Evolução dos Conflitos de Trabalho no Espaço Económico Europeu (1983-1992)

5.7 - ACIDENTES DE TRABALHO

De 1990 a 1995, o número de acidentes de trabalho registou uma evolução de sentido decrescente (305 512 para 204 273), que se traduziu numa quebra de 33,1%. Esta evolução é de sentido contrário à que aconteceu de 1985 a 1990, em que passou de 241 203 para 305 512 (+26,7%).

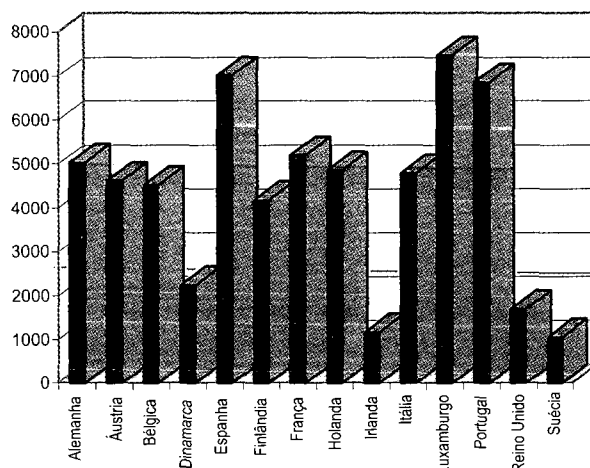
Em 1993, Portugal era o 3.º país da União Europeia no que respeita ao número de dias perdidos por acidentes de trabalho com paragem de mais de 3 dias, por 100 000 empregados. Com valores mais elevados do estimado para o nosso país (6848) encontra-se o Luxemburgo (7465) e a Espanha (7005).

Gráf. 5.38-Acidentes de trabalho, segundo a consequência (1985, 1990-1995)



Fonte: DE MTS-Estatísticas - Acidentes de Trabalho

Gráf. 5.39-Número de acidentes de trabalho com paragem de mais de 3 dias, por 100 000 empregados, na União Europeia(*) (1993)



(*) Dados não disponíveis relativamente à Grécia.

Fonte: EUROSTAT-Estatísticas Rápidas: Os Acidentes de Trabalho na União Europeia, em 1993

Qualquer que seja o ano em análise, verifica-se que, em Portugal, os sectores que registam uma maior incidência de acidentes são a Construção, a Agricultura e a Indústria.

Quadro 5.4-Taxa de incidência dos acidentes de trabalho, por ramo de actividade económica (1990-1995)

Ramos de actividade económica	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Total	13,0	12,7	11,7	10,9	10,4	9,3
Agricultura, silvicultura, caça e pesca	14,6	12,9	17,7	17,8	18,2	21,2
Indústrias extractivas	13,0	11,0	14,1	13,9	13,4	17,8
Indústrias transformadoras	14,6	14,6	14,9	13,9	13,3	10,9
Electricidade, gás e água	6,8	6,1	7,1	6,1	4,3	3,1
Construção e obras públicas	19,0	20,2	21,0	18,9	17,7	18,1
Comércio por grosso e a retalho, restaurantes e hotéis	8,4	7,2	5,7	5,4	5,3	6,1
Transportes, armazenagem e comunicações	7,2	5,7	5,6	5,5	5,1	5,0
Bancos e outras instituições financeiras, seguros, operações sobre imóveis e serviços prestados às empresas	2,7	2,1	1,6	1,4	1,5	2,2

Fonte: DE MTS- Estatísticas - Acidentes de Trabalho

CONCEITOS E NOTAS METODOLÓGICAS

Acidente de trabalho:

É acidente de trabalho o acidente que se verifica no local e no período de trabalho e produza directa ou indirectamente lesão corporal, perturbação funcional ou doença de que resulte a morte ou redução da capacidade de trabalho ou de ganho.

Considera-se também acidente de trabalho o ocorrido:

a) fora do local ou do tempo de trabalho, quando verificado na execução de serviços determinados pela entidade patronal;

b) na ida para o local de trabalho ou no regresso deste, quando for utilizado meio de transporte fornecido pela entidade patronal, ou quando o acidente seja consequência de particular perigo de percurso normal ou de outras circunstâncias que tenham agravado o risco do mesmo percurso;

c) na execução de serviços espontaneamente prestados e de que possa resultar proveito económico para a entidade patronal.

São contabilizados os acidentes que implicam ausência ao trabalho no mínimo de um dia (para além do primeiro dia), ou aqueles que, embora não resultem em perda de trabalho, comportem despesas para as entidades responsáveis.

Acordo colectivo de trabalho (ACT):

Instrumento de regulamentação colectiva de trabalho, de natureza convencional, celebrado entre vários empregadores e uma ou mais organizações sindicais.

Acordo de empresa (AE):

Instrumento de regulamentação colectiva de trabalho de natureza convencional celebrado entre um empregador e uma ou mais organizações sindicais.

Actividade principal:

Considera-se como actividade principal do indivíduo, aquela em que habitualmente trabalha mais horas por semana, sendo o ramo de actividade aquele que ocupa maior número de pessoas no estabelecimento onde trabalha.

Contrato colectivo de trabalho (CCT):

Instrumento de regulamentação colectiva de trabalho, de natureza convencional, celebrado entre uma ou mais associações patronais e uma ou mais associações sindicais.

Custo da mão-de-obra:

Custos suportados pela entidade empregadora com o emprego de mão-de-obra. Abrange o salário de base e complementos pagos, nomeadamente prémios e subsídios fixos, horas extraordinárias, prémios e gratificações, indemnizações, despesas para a segurança social, seguros com acidentes e velhice, abonos familiares, despesas com formação profissional e outras similares.

Custo directo da mão-de-obra:

Parte do custo suportado pela entidade empregadora, no período de referência, com emprego da mão-de-obra, a qual está relacionada com o tempo trabalhado ou trabalho fornecido. Inclui, para além da remuneração base em dinheiro, os prémios, subsídios e gratificações regulares e irregulares, o pagamento das horas extraordinárias, o pagamento das horas remuneradas mas não efectuadas, assim como os pagamentos em géneros.

Custo indirecto da mão-de-obra:

Parte do custo da mão-de-obra suportado pela entidade empregadora, no período de referência, que não está directamente ligado ao tempo trabalhado ou trabalho fornecido. Inclui as contribuições patronais obrigatórias e facultativas para os regimes de segurança social obrigatórios e regimes complementares (pensões, seguros, etc.), as prestações sociais pagas directamente pela entidade empregadora aos seus trabalhadores (complementos aos subsídios de doença e de acidente de trabalho, complemento às pensões de reforma e sobrevivência, prestações familiares, subsídios de apoio aos estudos e/ou filhos, etc.), as despesas de formação profissional, os custos relativos aos serviços sociais (cantinas/refeitórios, creches/infantários, serviços médico-sociais, colónias de férias, etc.) e outros custos de mão-de-obra (despesas de transporte dos trabalhadores entre o domicílio e o local de trabalho, custos de recrutamento, etc.).

Duração habitual de trabalho:

Número de horas semanais executadas com carácter habitual, mesmo que não realizadas na semana de referência. Inclui as horas extraordinárias feitas com carácter regular.

Empregados:

Indivíduos que tendo idade igual ou superior a 14 anos, tinham, no período de referência, efectuado trabalho de pelo menos uma hora, mediante o pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros. Inclui os indivíduos que, tendo um emprego, não estavam ao serviço no período de referência mas mantinham uma ligação formal com o seu emprego; tendo uma empresa, não estavam temporariamente ao trabalho por uma razão específica e os que, em situação de pré-reforma, se encontrem a trabalhar no período de referência.

Ganho:

Montante ilíquido em dinheiro e/ou géneros, pago no período de referência com carácter regular, pelas horas de trabalho efectuado, assim como o pagamento de horas remuneradas mas não efectuadas (feriados, férias e faltas justificadas que não impliquem perda de remuneração). Inclui, para além da remuneração base, todos os subsídios com carácter regular (alimentação, alojamento, diuturnidades, antiguidade, função, produtividade, trabalho por turnos, nocturno, trabalhos penosos, etc.), bem como o pagamento por horas extraordinárias.

Greve:

Considera-se greve, em sentido amplo, a abstenção ou perturbação temporária e concertada dos termos normais de prestação de trabalho por parte de um grupo de trabalhadores, tendo em vista forçar as entidades empregadoras ou os poderes públicos à aceitação das suas reivindicações.

I.R.C.T. (Instrumentos de Regulamentação Colectiva de Trabalho):

Conjunto de normas de natureza convencional, arbitral ou administrativa, aplicável às relações profissionais estabelecidas entre os seus destinatários (trabalhadores, empregadores e/ou respectivas organizações representativas).

Número de trabalhadores em greve:

Se um trabalhador ou grupo de trabalhadores participam em mais de uma greve no período de referência, serão quantificados tantas vezes quantas as participações em greves ocorridas no período.

Portaria de regulamentação de trabalho (PRT):

Instrumento de regulamentação colectiva de trabalho, de natureza administrativa, emitido quando se mostra inviável o recurso a outro tipo de instrumento de regulamentação colectiva de trabalho (IRCT).

Remuneração base:

Montante líquido (antes da dedução de quaisquer descontos) em dinheiro ou géneros a que o trabalhador tem ou teria direito no mês de referência e correspondente às horas normais de trabalho.

Taxa de incidência (acidentes de trabalho):

Razão entre o número de acidentes ocorridos no período em estudo e o número de trabalhadores expostos ao risco no mesmo período.

$$\text{Taxa de incidência} = \frac{\text{número total de acidentes de trabalho}}{\text{número de trabalhadores por conta de outrem}} \times 100$$

Trabalhador a tempo completo:

É aquele cujo período de trabalho tem uma duração igual ou superior à duração normal de trabalho em vigor na empresa/estabelecimento ou na respectiva profissão.

Trabalhador a tempo parcial:

É aquele cujo período de trabalho tem uma duração inferior à duração normal de trabalho em vigor na empresa / estabelecimento ou na respectiva profissão.

Trabalhador por conta de outrem:

Todo o indivíduo que trabalha para um empregador, público ou privado, e que recebe um pagamento em dinheiro ou géneros. Inclui o trabalho no domicílio, desde que sob a responsabilidade de terceiros.

Trabalho não permanente:

Trabalho sob o regime de contrato a termo (com duração limitada e definida por escrito) ou sem contrato permanente (sazonal, ocasional, temporário).

INQUÉRITO AOS GANHOS

Inquérito por amostragem, com periodicidade semestral, realizado pelo DE MTS, junto dos estabelecimentos com trabalhadores por conta de outrem, excepção feita à actividade económica da Construção Civil e Obras Públicas, onde o inquérito se destina à empresa. O objectivo deste inquérito é o de obter dados sobre Remuneração Média de Base e Ganho Médio. O inquérito abrange todo o território nacional e estende-se a todas as actividades económicas excepto Agricultura, Caça e Pesca, Serviços Domésticos e Administração Pública. O universo de seleção da amostra tem por base o ficheiro dos "Quadros de Pessoal".

INQUÉRITO AO CUSTO DA MÃO-DE-OBRA

Inquérito por amostragem, com periodicidade quadrienal, realizado pelo DE MTS, junto das empresas (Construção e Serviços) e dos Estabelecimentos (Indústria). O objectivo deste inquérito é o de conhecer os custos efectivos suportados pela entidade patronal e resultantes do emprego de mão-de-obra, quer em termos globais, quer médios.

É realizado no âmbito de um Regulamento do Conselho para o conjunto dos países da União Europeia, facto que torna possível a comparabilidade com os restantes países.

O universo de selecção da amostra é constituído a partir dos "Quadros de Pessoal". O inquérito abrange todos os sectores de actividade com excepção da Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca e ainda dos Serviços Prestados à Colectividade, Sociais e Pessoais, onde apenas são contempladas as actividades relativas a Institutos Científicos e de Investigação, a Reparação de Automóveis e Motocicletas e também os Estúdios e Laboratórios de Fotografia.

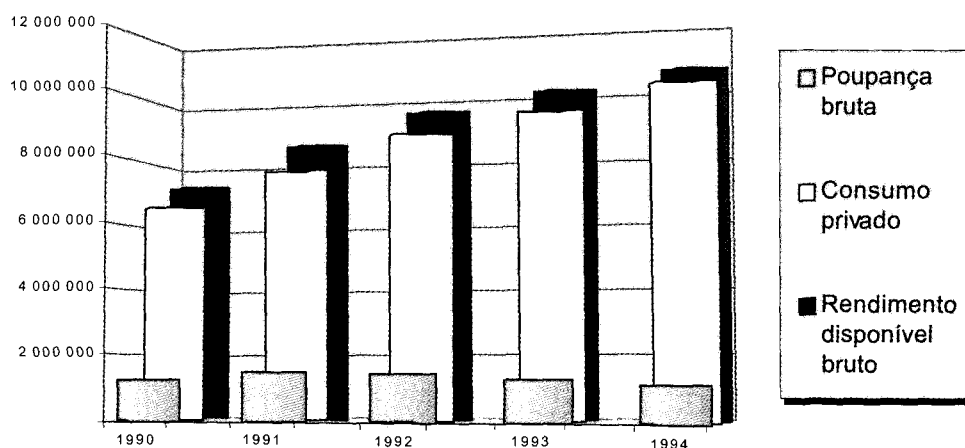
QUADROS DE PESSOAL

Através do aproveitamento estatístico do instrumento administrativo "Quadro de Pessoal" (Decreto-lei nº 332/93, de 25 de Setembro e Portaria nº 46/94, de 17 de Janeiro), o DE MTS apura e divulga um conjunto de dados relativos a emprego, duração de trabalho, remunerações e regulamentação colectiva de trabalho.

O período de referência dos dados (ano de 94) é o mês de Outubro. Para os anos anteriores é o mês de Março. O universo abrangido refere-se a toda a unidade que tenha pelo menos 1 trabalhador por conta de outrem; está apenas excluída deste universo a Administração Pública.

- Entre 1990 e 1994, o *Rendimento Disponível Bruto per capita*, das famílias, registou um *acréscimo real* de 4,7%, passando de 742,6 milhares de escudos para 776,2 milhares de escudos.
- As famílias portuguesas passaram a poupar menos: de 1990 para 1994, a taxa de poupança, em percentagem do rendimento disponível, desceu de 16,4 para 10,2%.
- Embora a alimentação tenha continuado a absorver, em 1994/95, o maior quinhão, 24%, do total das despesas médias dos agregados familiares (33,2% em 1989/90), a habitação e os transportes, em conjunto, passaram a representar 39,5% (contra 28,2% em 1989/90).
- Em 1994/95, a região de Lisboa e Vale do Tejo é a região mais “consumista” e a Região Autónoma da Madeira a que tem a menor despesa média per capita; esta situação tem correspondência na receita média líquida per capita que, no primeiro caso, é a mais elevada, cabendo à Madeira o valor mais baixo, relativamente à média nacional.
- Entre 1990 e 1995, agravou-se a desigualdade na distribuição do rendimento: em 1990, 70% da população era detentora de 52% da receita líquida; em 1995, esta percentagem baixou para 49%.

**Rendimento disponível bruto, consumo privado e poupança
bruta, das famílias (10⁶ Esc.)
(1990-1994)**



Fonte: INE-Contas Nacionais

6.1 - RENDIMENTO

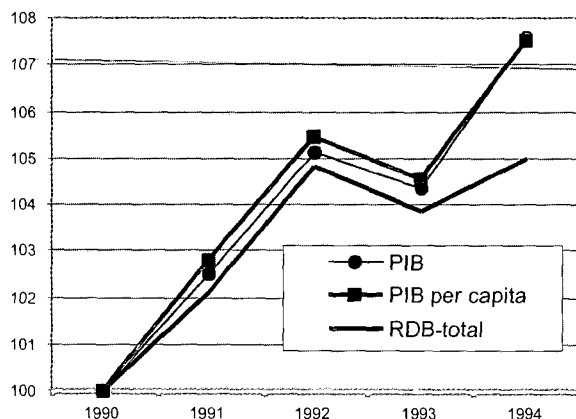
Em 1990, o Produto Interno Bruto (PIB) português era estimado em 9 855 074 milhões de escudos. No período que se segue até 1994 aumentou, em termos reais, 7,6%, o que se traduz numa taxa anual média de crescimento de 1,8%. O PIB *per capita* acompanha esta evolução (+7,5%), passando em termos nominais de 995,6 para 1 477,4 milhares de escudos no período em causa.

Quadro 6.1-Produto interno bruto (PIB) e produto interno bruto *per capita*
(1990-1994)

	1990	1991	1992	1993	1994
PIB a preços correntes (10 ⁶ Esc.)	9 855 074	11 315 213	12 703 076	13 463 122	14 628 822
PIB a preços de 1990 (10 ⁶ Esc.)	9 855 074	10 102 869	10 361 400	10 285 044	10 600 596
PIB per capita (Esc.)	995 604	1 146 287	1 287 427	1 362 572	1 477 336

Fonte: INE-Contas Nacionais

Gráf. 6.1-Crescimento real do PIB, do PIB *per capita* e do RDB-total - 1990 = 100 -
(1990-1994)

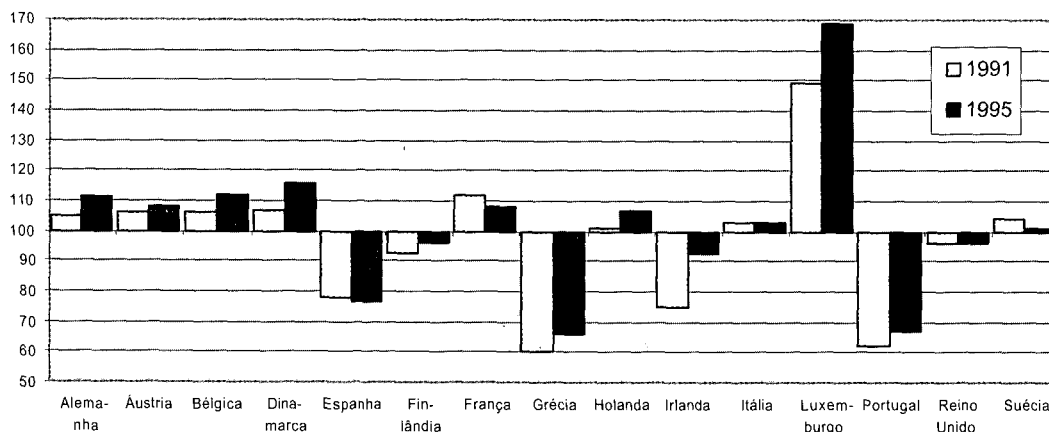


Fonte: INE-Contas Nacionais

O Rendimento Disponível Bruto (RDB) para o total da economia regista, no mesmo período, um crescimento menos acentuado que o PIB (5,0%), em consequência, quer da quebra verificada em 1993, que foi de maior amplitude da que sucedeu no PIB, quer da retoma em 1994, a qual foi de menor dimensão.

Numa vertente comunitária e utilizando como rácio o PIB por habitante expresso em PPC, (paridades do poder de compra), verifica-se que, embora tendo registado um aumento de 21,1%, Portugal se encontra na penúltima posição. Só a Grécia apresenta um valor inferior ao do nosso país. A Espanha está 10 pontos percentuais acima do valor estimado para Portugal. Pertence ao Luxemburgo o valor mais elevado.

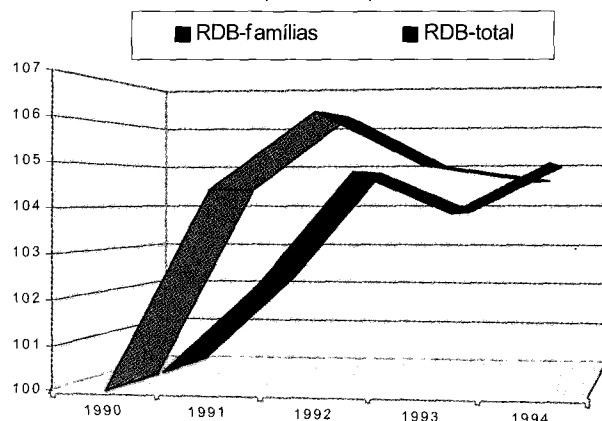
Gráf. 6.2-Produto interno bruto *per capita*, em PPC, na União Europeia (EUR15=100)
(1991, 1995)



Fonte: EUROSTAT-Estatísticas Rápidas: Produto Interno Bruto, Valores Oficiais 1995

Entre 1990 e 1994, as famílias viram o seu Rendimento Disponível Bruto crescer, em termos reais, 4,7%. No entanto, quando comparado com o rendimento disponível total, verifica-se que este último cresceu a uma taxa ligeiramente superior (5,0%). Além disso, logo em 1991 o rendimento das famílias registava uma taxa de crescimento real de 4,4%. Em 1992, verifica-se já uma desaceleração que, nos anos seguintes, se vai traduzir por taxas de crescimento de sinal negativo.

Gráf. 6.3-Crescimento real do rendimento disponível bruto (total e das famílias)
- 1990=100 -
(1990-1994)



Fonte: INE-Contas Nacionais

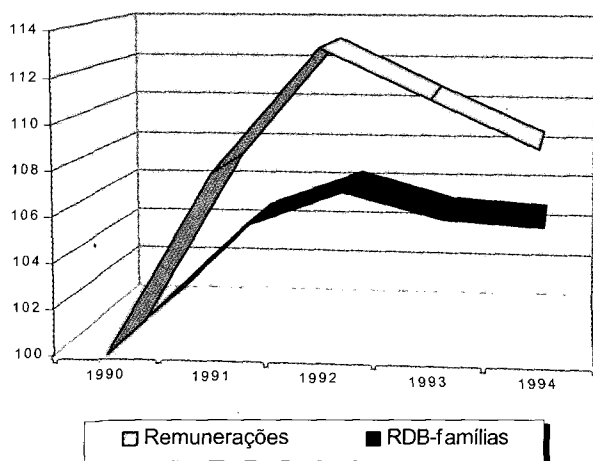
A esta evolução do rendimento das famílias está associado o comportamento das remunerações, as quais representam, em média, 60% daquele montante.

Quadro 6.2-Rendimento disponível bruto total, rendimento disponível bruto das famílias e rendimento disponível bruto das famílias *per capita*
(1990-1994)

	1990	1991	1992	1993	1994
Rendimento disponível bruto total (10 ⁶ Esc.)	10 406 728	11 901 679	13 374 398	14 145 725	15 078 339
Rendim. disponível bruto das famílias (10 ⁶ Esc.)	7 350 389	8 594 210	9 560 143	10 094 916	10 607 171
Rendim. dispon. bruto das fam. <i>per capita</i> (Esc.)	742 569	870 636	968 898	1 021 683	1 071 198

Fonte: INE-Contas Nacionais

Gráf. 6.4-Crescimento real do rendimento disponível bruto das famílias e das remunerações
- 1990=100 -
(1990-1994)



Fonte: INE-Contas Nacionais

Tomando como medida o valor do Rendimento Disponível Bruto das famílias *per capita*, em termos da sua distribuição regional, detectam-se assimetrias entre regiões. É assim que se verifica que o rendimento *per capita* mais elevado, e muito superior à média nacional, se localiza na região de Lisboa e Vale do Tejo e, em menor proporção, na região do Algarve e na Região Autónoma da Madeira. O rendimento disponível mais baixo pertence ao Alentejo e à Região Autónoma dos Açores.

Quando se compara com a distribuição existente em 1990, verifica-se que cabe às regiões autónomas o maior crescimento, enquanto o Alentejo continua a ser a região com a situação mais desfavorável, tendo-se mesmo registado um maior afastamento relativamente à média do país.

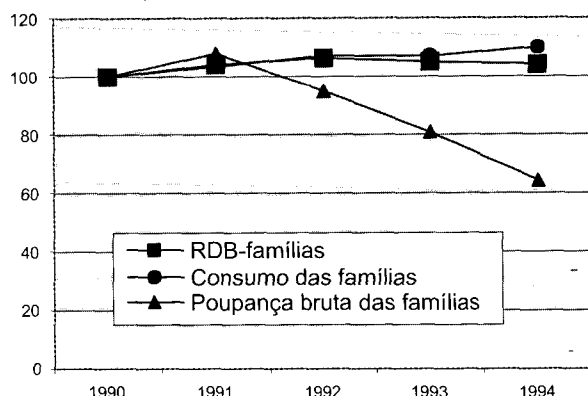
Quadro 6.3-Rendimento disponível bruto das famílias, por região
(1990, 1994)

	RDB (per capita) (10 ³ Esc.)		Índice (%) (Portugal=100)	
	1990	1994	1990	1994
Portugal	743	1 071	100	100
Norte	655	947	88	88
Centro	680	984	92	92
Lisboa e Vale do Tejo	886	1 274	119	119
Alentejo	634	893	85	83
Algarve	801	1 111	108	104
R. A. Açores	590	877	79	82
R. A. Madeira	759	1 169	102	109

Fonte: INE-Contas Regionais

Um outro aspecto a referir, é a forma como as famílias “empregam” o rendimento disponível bruto de que são detentoras, isto é, como repartem o rendimento entre o consumo e a poupança.

Gráf. 6.5-Crescimento real do rendimento disponível bruto, do consumo e da poupança bruta das famílias - 1990=100 -
(1990-1994)



Fonte: INE-Contas Nacionais

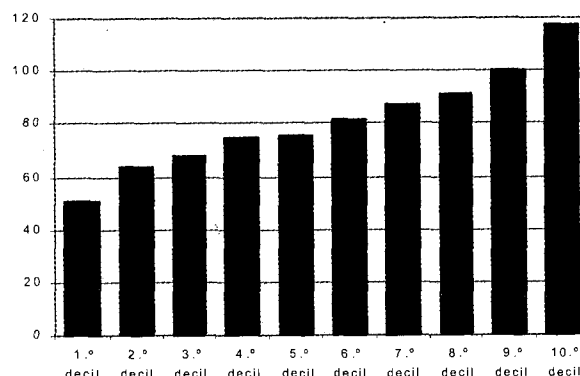
Entre 1990 e 1991, a uma variação positiva de 4,4% do rendimento das famílias correspondia uma variação do mesmo sinal de 3,7% no consumo e de 7,8% na poupança, ou seja, as famílias “preferiam poupar”. No decurso dos anos seguintes, até 1994, o consumo continua a crescer, embora com alguma desaceleração, enquanto a poupança regista, pelo contrário, quebras cada vez maiores. A taxa de poupança passa de 16,4% para 10,2%, o que significa uma quebra de mais de 50%.

Parece assim poder deduzir-se que, entre 1990 e 1994, se assiste a uma alteração muito significativa do comportamento das famílias. Ao longo deste período, a opção das famílias é cada vez mais uma opção de consumo, em detrimento da poupança, característica da

população portuguesa nas décadas anteriores. O alargamento da segurança social, o aumento do rendimento das famílias, a diversificação da oferta de bens de consumo e as facilidades de crédito, são alguns dos factores explicativos desta mudança de comportamento.

No entanto, se em termos globais, o consumo cresceu mais do que a poupança, uma análise mais detalhada mostra que o comportamento atrás referido por parte da população tem contornos bem definidos. Utilizando como indicador a relação despesa/receita (embora se admita que, por várias razões, as receitas indicadas pelos agregados estejam naturalmente subavaliadas), o gráfico 6.6 mostra que são os escalões que apresentam níveis de despesa mais elevados, aqueles em que a preferência pelo consumo é mais clara, ao que não será alheia a respectiva capacidade de endividamento; à medida que se desce em termos de nível de despesa, a preferência pelo consumo vai-se reduzindo, sucedendo que, particularmente nos três primeiros decis, existe ainda alguma poupança significativa.

Gráf. 6.6-Relação despesa/receita dos agregados familiares, segundo decis de agregados
(1994/95)



Fonte: INE-Inquérito aos Orçamentos Familiares

As receitas anuais líquidas dos agregados são também uma forma de analisar o nível de vida das famílias. Entre 1989/90 e 1994/95, estas receitas subiram cerca de 24%, em termos reais, passando de 2 044 para 2 529 milhares de escudos.

Quadro 6.4-Receitas líquidas médias anuais (Esc.)
(1989/90, 1994/95)

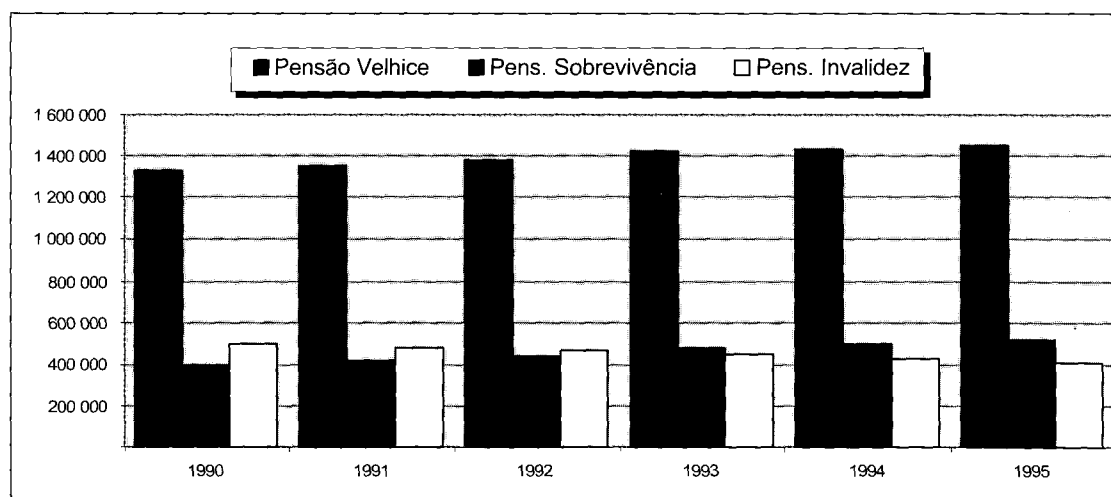
I. O. F. 1989/90				I. O. F. 1994/95	
A preços de 1989/90		A preços de 1995		A preços de 1995	
Agregado	Per capita	Agregado	Per capita	Agregado	Per capita
1 273 448	434 940	2 043 778	698 047	2 529 136	902 393

Fonte: INE-Inquérito aos Orçamentos Familiares

Das três grandes fontes de rendimento, o trabalho continua a ser a principal componente, não obstante o ligeiro decréscimo verificado nos anos em análise (-2,6 pontos percentuais).

Ainda no âmbito das receitas, é de referir o acréscimo das transferências periódicas, que subiu de 15,1% para 18,1%. Para esta evolução, contribuiu fundamentalmente o crescimento da rubrica "Pensões" que, em 1989/90, representava 84% deste total e que subiu para 88% em 1994/95. Neste mesmo período, o número de beneficiários da segurança social no que respeita a pensões de velhice, sobrevivência e invalidez, passava de 2 222 643 para 2 387 184, o que significa um aumento de 7,4%.

Gráf. 6.7-Número de beneficiários, por tipo de pensão
(1990-1995)



Fonte: Ministério do Trabalho e da Solidariedade-Estatísticas da Segurança Social

Dois outros aspectos merecem ainda ser referidos e que dizem respeito às "Receitas em natureza" - o forte aumento da autolocação, praticamente o dobro da proporção registada em 1989/90, e o quase desaparecimento dos salários em natureza, que passam de 5,6 para 0,8%, em 1994/95.

Quadro 6.5-Estrutura das receitas líquidas médias anuais dos agregados
(1989/90, 1994/95)

	I. O. F. 1989/90		I. O. F. 1994/95	
	A preços de 1995(*) (Esc.)	(%)	A preços de 1995 (Esc.)	(%)
Total	2 043 778	100,0	2 529 136	100,0
Receitas Monetárias Ordinárias				
Do trabalho por conta de outrem	961 561	47,0	1 159 018	45,8
Do trabalho por conta própria	280 766	13,7	312 309	12,3
Rendimentos de propriedade	69 846	3,4	60 148	2,4
Transferências periódicas	308 724	15,1	457 174	18,1
Receitas Monetárias Extraordinárias				
Indemnizações por despedimento	3 563	0,2	10 779	0,4
Transferências não periódicas	68 161	3,3	74 689	3,0
Receitas em Natureza				
Autoconsumo	72 671	3,6	50 430	2,0
Autoabastecimento	23 255	1,1	19 386	0,8
Autolocação	116 694	5,7	271 144	10,7
Salário em natureza	114 142	5,6	20 859	0,8
Transferências não monetárias	24 395	1,2	93 200	3,7

(*) Os valores do IOF 1989/90 foram actualizados para 1995 utilizando o IPC total, excluindo habitação.

Fonte: INE-Inquérito aos Orçamentos Familiares

Com uma receita média anual de 4 046 milhares de escudos, os trabalhadores por conta de outrem do sector privado (excepto pessoal operário) são, em 1994/95, a categoria que apresenta a receita mais elevada (1,6 vezes a média nacional), vindo em segundo lugar a categoria correspondente ao sector público.

Para além destas duas categorias, apenas os trabalhadores por conta própria (excepto agricultura) e os reformados registaram também um acréscimo da respectiva posição face à média nacional; as restantes categorias, pelo contrário, viram as suas receitas relativas diminuírem, sendo essa quebra altamente desfavorável para a categoria "alunos/estudantes/serviço militar obrigatório" e, em menor grau, para os "incapacitados permanentes para o trabalho" e os "domésticos".

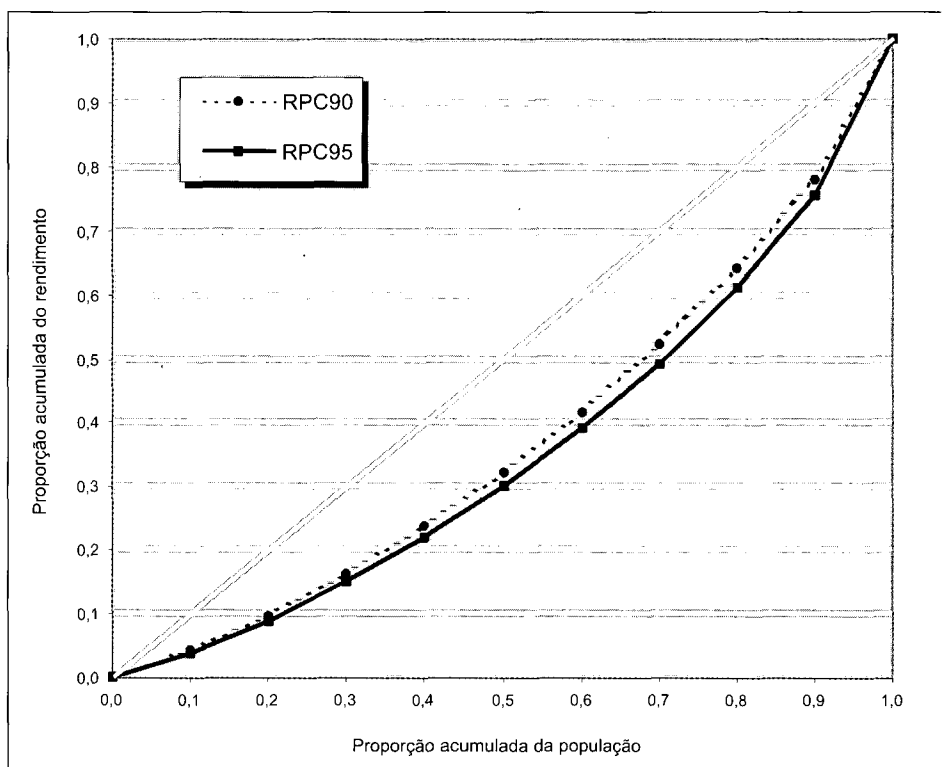
Quadro 6.6-Receitas líquidas médias anuais dos agregados, segundo a categoria
sócio-económica do representante do agregado - valores médios
(1989/90, 1994/95)

	1989/90		1994/95	
	Valor (Esc.)	Índice (%)	Valor (Esc.)	Índice (%)
Total	1 273 448	100,0	2 529 136	100,0
Sector privado				
Trabalhadores por conta de outrem (pes. operário)	1 328 830	104,3	2 527 390	99,9
Outros trabalhadores por conta de outrem	1 902 571	149,4	4 045 556	160,0
Sector público				
Trabalhadores por conta de outrem (pes. operário)	1 393 628	109,4	2 595 584	102,6
Outros trabalhadores por conta de outrem	1 934 673	151,9	3 976 063	157,2
Trabalhadores por conta própria (excl. agricultura)	1 679 234	131,9	3 431 691	135,7
Empresários e trabalhadores agrícolas	1 072 539	84,2	1 915 463	75,7
Desempregados	1 296 072	101,8	2 290 335	90,6
Reformados	798 963	62,7	1 695 317	67,0
Alunos/estudantes/Serviço Militar Obrigatório	1 791 929	140,7	2 236 175	88,4
Domésticos	970 210	76,2	1 648 791	65,2
Incapacitados permanentes para o trabalho	1 062 255	83,4	1 587 436	62,8
Outros	1 389 030	109,1	2 078 368	82,2

Fonte: INE-Inquérito aos Orçamentos Familiares

Em 1989/90, a receita líquida média anual *per capita* era de 435 mil escudos. A este valor médio correspondiam diferentes graus de desigualdade, medidos através da concentração dessa receita. Com efeito, 70% da população era detentora de 52% da receita líquida total; os restantes 30% da população retinham o equivalente a 48% da receita. De acordo com o último Inquérito aos Orçamentos Familiares, a receita líquida média anual *per capita* sofreu um acréscimo de 29,3%, atingindo 902 milhares de escudos. No entanto, e como mostra a curva de Lorenz, verifica-se que se assistiu a uma maior concentração desse rendimento: em 1994/95, 70% da população dispunha de 49% do rendimento, o que traduz uma maior desigualdade na respectiva distribuição.

Gráf 6.8-Curvas de Lorenz da distribuição do rendimento líquido *per capita* (RPC)
(1989/90, 1994/95)



Fonte: INE-Inquérito aos Orçamentos Familiares

A curva de Lorenz mostra o grau de desigualdade de distribuição do rendimento. Constrói-se, ordenando a população segundo escalões de rendimento, indo do escalão de menor rendimento até ao mais elevado. A diagonal representa a distribuição ideal, ou seja, por exemplo 50% da população seria detentora de 50% do rendimento. Quanto maior for o afastamento relativamente à diagonal maior será a desigualdade da distribuição do rendimento.

6.2 - NÍVEL DE PREÇOS

O nível de preços é uma variável que influencia a economia (em termos globais e numa óptica social), o rendimento e, consequentemente, o consumo das famílias. Considerando 1991 como ano base, verifica-se que, nos anos seguintes, o Índice de Preços no Consumidor (IPC) registou uma tendência para o abrandamento, registando-se, em 1995, uma variação homóloga anual de 4,1%.

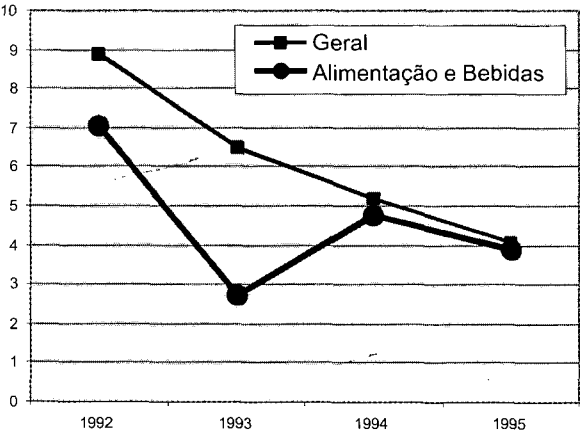
Analisando as várias classes que constituem o índice global, verifica-se que, em 1995, a “Alimentação e Bebidas”, o “Vestuário e Calçado” e o “Conforto da Habitação” apresentam valores inferiores ao índice total, enquanto outras categorias, particularmente a “Saúde”, apresentam valores bastante mais elevados.

Quadro 6.7-Índices de preços no consumidor - 1991=100 -
(1991-1995)

Classes	1991	1992	1993	1994	1995
Alimentação e Bebidas	100,00	107,05	109,98	115,22	119,78
Vestuário e Calçado	100,00	111,81	119,63	124,57	126,98
Conforto da Habitação	100,00	109,58	117,28	121,53	125,49
Saúde	100,00	115,35	129,86	141,70	150,53
Transportes e Comunicações	100,00	109,63	121,86	129,10	135,38
Ensino, Cultura e Distração	100,00	109,39	119,72	128,86	137,04
Tabaco e Despesas do Fumador	100,00	118,86	132,51	140,66	149,45
Outros bens e Serviços	100,00	108,56	122,79	130,93	138,13
Total, excluindo "Habitação"	100,00	108,93	116,02	122,06	127,11

Fonte: INE-Índice de Preços no Consumidor

Gráf. 6.9-IPC - Variação anual dos índices “geral”
e “alimentação e bebidas” (%)
(1992-1995)

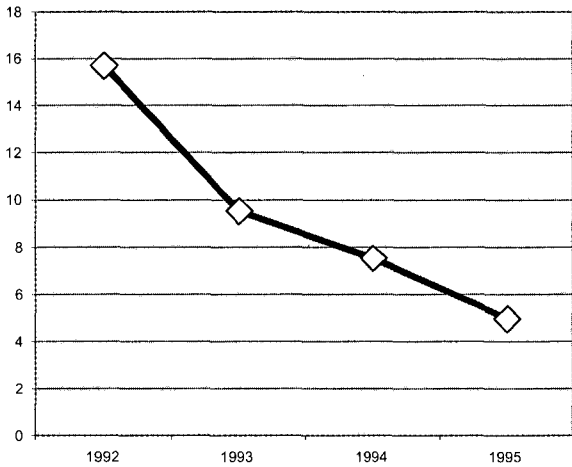


Fonte: INE-Índice de Preços no Consumidor

Embora a descida do índice geral seja o resultado de uma quebra significativa em algumas classes, reveste particular importância a classe “Alimentação e Bebidas” dado o peso relativo da sua contribuição para o índice (41,69%), em resultado da proporção que esta classe ainda assume no contexto da despesa das famílias, em especial das de menores recursos financeiros. Como se pode ver no

gráfico 6.9, a variação do índice relativo à alimentação era estimada, em 1992, em 7,05%, tendo caído para 3,9% em 1995, o que significa uma quebra superior a 50%. Embora não incluído no índice geral, a habitação apresenta também, ao longo do mesmo período, uma evolução de sentido decrescente, assumindo em 1995 uma variação de 5,0% face ao ano transacto.

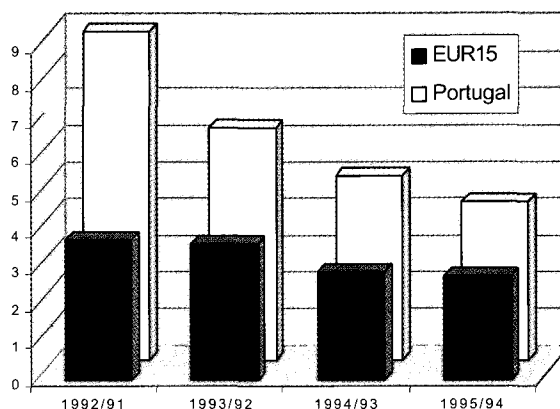
Gráf. 6.10-IPC - Variação anual do índice
de habitação (%)
(1992-1995)



Fonte: INE-Índice de Preços no Consumidor

Gráf. 6.11-Variação anual do índice geral de preços no consumidor, em Portugal e na União Europeia - 1985=100- (%) (1991-1995)

Quando se compara a evolução do índice de preços nacional com o da Europa dos quinze, pese embora alguma prudência, em virtude dos índices não estarem, nesta data, ainda totalmente harmonizados, Portugal regista, nos anos aqui referidos, uma tendência de decréscimo bastante mais acentuada do que a média europeia; este facto vai traduzir-se numa aproximação gradual dos níveis de preços.



Fonte: EUROSTAT-Estatísticas de Base da União Europeia

6.3 - CONSUMO

Em 1989/90, de acordo com os resultados do Inquérito aos Orçamentos Familiares (IOF), a despesa média anual dos agregados familiares estimava-se em 1304 milhares de escudos, ou seja, 448 mil escudos *per capita*. Cinco anos mais tarde, a despesa média dos agregados tinha subido para 2319 milhares de escudos, o que corresponde a 821 mil escudos *per capita*. Embora a preços dos respectivos anos, a despesa média quase tenha duplicado, (+1,8 vezes), a preços de 1995 o acréscimo é menos significativo (apenas 1,1 vezes mais).

Quadro 6.8-Despesa média anual total e *per capita* (Esc.) (1989/90, 1994/95)

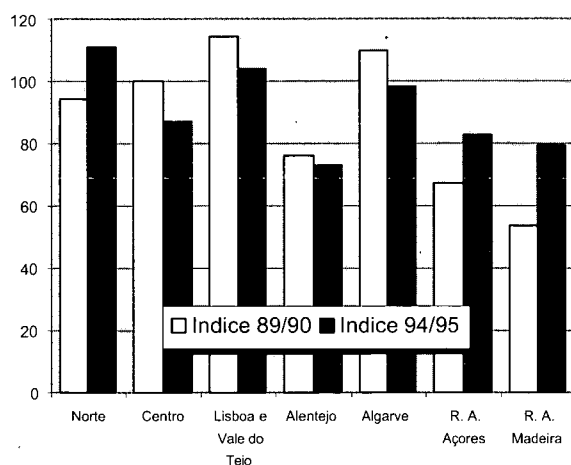
I. O. F. 1989/90				I. O. F. 1994/95	
A preços de 1990		A preços de 1995		A preços de 1995	
Agregado	Per capita	Agregado	Per capita	Agregado	Per capita
1 304 293	448 274	2 093 292	719 448	2 319 390	820 814

Fonte: INE-Inquérito aos Orçamentos Familiares

O mesmo tipo de análise mas por regiões, mostra algumas situações distintas, facto que resulta dos diferentes níveis de rendimento de que as respectivas populações são detentoras. Em relação a 1989/90, Lisboa e Vale do Tejo e Algarve eram as duas únicas regiões com despesas médias acima do estimado a nível nacional, quer em termos do agregado familiar, quer *per capita*.

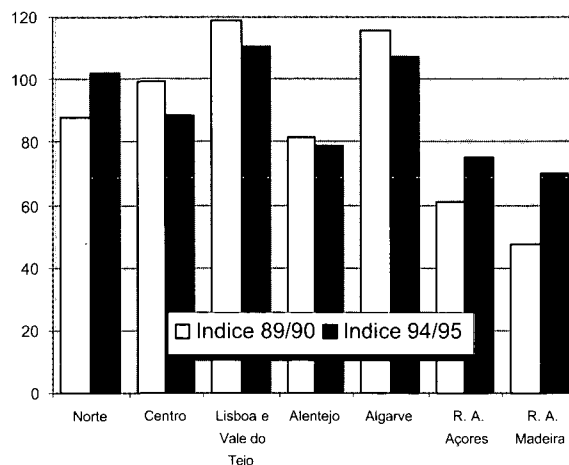
Os valores mais baixos situavam-se nas regiões autónomas, particularmente na Madeira. A despesa média na região de Lisboa era o dobro da da Madeira, no que respeita a agregados, e 2,5 vezes mais, *per capita*.

Gráf. 6.12-Despesas médias anuais dos agregados, por região - Portugal =100 - (%)
(1989/90, 1994/95)



Fonte: INE-Inquérito aos Orçamentos Familiares

Gráf. 6.13-Despesas médias anuais dos agregados, per capita, por região - Portugal =100 - (%)
(1989/90, 1994/95)



Fonte: INE-Inquérito aos Orçamentos Familiares

Quando se compara, em preços correntes, as duas estruturas de despesa (1989/90 e 1994/95), verificam-se algumas alterações: embora Lisboa e Vale do Tejo se mantenha como a região “mais consumista”, o respectivo índice sofreu um recuo, baixando de 113,9 (Portugal=100) para 103,7. O mesmo aconteceu ao Algarve, ao Centro e, em menor dimensão, ao Alentejo; as duas primeiras apresentam agora uma despesa média inferior à média nacional. As restantes regiões viram a sua despesa média crescer, sendo esse acréscimo mais significativo nas regiões autónomas.

Quadro 6.9-Despesa média anual per capita, por região (Esc.)
(1989/90, 1994/95)

	Portugal	Norte	Centro	Lisboa e Vale do Tejo	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Despesa média anual, per capita (IOF 1989/90)-Preços 1990	448 274	394 815	444 830	532 386	366 614	518 992	272 194	212 614
Despesa média anual, per capita (IOF 1989/90)-Preços 1995	719 448	633 650	713 920	854 441	588 389	832 945	436 852	341 230
Despesa média anual, per capita (IOF 1994/95)-Preços 1995	820 814	835 463	726 085	905 766	646 436	880 568	618 137	572 332

Fonte: INE-Inquérito aos Orçamentos Familiares

Mas como é que os agregados despendem o seu orçamento?

Tal como em 1989/90, em 1994/95 mais de 60% do orçamento familiar é absorvido por 3 categorias de bens - a “Alimentação, Bebidas e Tabaco”, a “Habitação, Aquecimento e Iluminação” e os “Transportes e Comunicações”. Se a importância relativa deste conjunto se mantém praticamente idêntica (60,4% e 63,4%, respectivamente, a preços de 1995), uma alteração muito significativa sucedeu no decurso do período em análise. Não obstante a alimentação continuar a ser a maior parcela do orçamento - cerca de 24% - está apenas a uma distância de 3 pontos percentuais da habitação e a 5 dos transportes, quando, há cinco anos atrás, a alimentação representava 29,1% do orçamento total, ou seja, o dobro quer da habitação, quer dos transportes.

Este recuo da importância relativa das despesas de alimentação significa, possivelmente, que com o aumento do nível de vida, as necessidades alimentares se aproximaram, em média, da saturação, e que as famílias dão agora uma maior importância a outros tipos de bens. É assim que, proporcionalmente, as despesas relacionadas com a "Habitação", e com os "Transportes e Comunicações" sofreram acréscimos de 6,3 e 1,9 pontos percentuais, respectivamente.

Quadro 6.10-Estrutura das despesas médias anuais dos agregados
(1989/90, 1994/95)

	1989/90		1989/90		1994/95	
	A preços de 1990 (Esc.)	%	A preços de 1995(*) (Esc.)	%	A preços de 1995 (Esc.)	%
Total	1 304 293	100,0	2 093 292	100,0	2 319 390	100,0
1. Prod. Alimentares, Bebidas e Tabaco	432 970	33,2	612 851	29,1	553 376	23,9
2. Vestuário e Calçado	121 210	9,3	194 292	9,2	145 519	6,3
3. Habitação, Aquecimento e Iluminação	161 670	12,4	301 133	14,3	477 551	20,6
4. Móveis, Artigos de Decoração.						
Equipamento Doméstico. Manutenção	93 690	7,2	140 648	6,7	160 872	6,9
5. Serviços Médicos e de Saúde	38 890	3,0	73 137	3,5	106 886	4,6
6. Transportes e Comunicações	205 770	15,8	357 580	17,0	439 321	18,9
7. Distrações, Espectáculos, Instrução e Cultura	48 540	3,7	77 291	3,7	96 950	4,2
8. Outros Bens e Serviços	166 040	12,7	281 023	13,3	286 029	12,3
9. Outras Despesas	35 510	2,7	68 109	3,2	52 886	2,3

Nota: Os valores do IOF 1989/90, foram actualizados para 1995, utilizando os valores do IPC por classes.

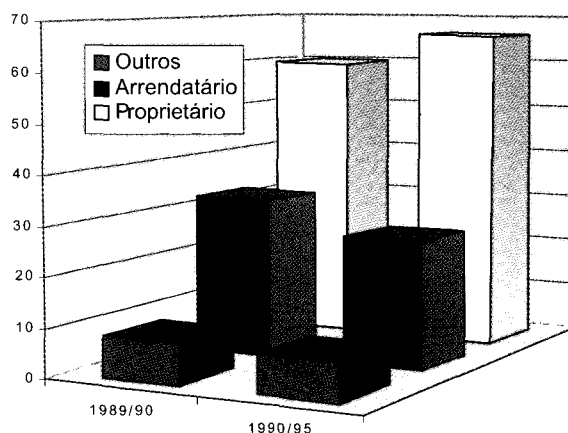
Fonte: INE-Inquérito aos Orçamentos Familiares

O aumento das despesas com a habitação está certamente ligado à forma de ocupação. Se, em 1989/90, as famílias detentoras de casa própria representavam 59,5% do total, em 1994/95 esta percentagem subiu para 66,2%.

A seguir à alimentação e à habitação, os "Transportes e Comunicações" são a terceira componente mais importante do orçamento familiar - em 1989/90 os agregados gastavam cerca de 358 milhares de escudos nesta rubrica; em 1994/95 este valor sobe 23%.

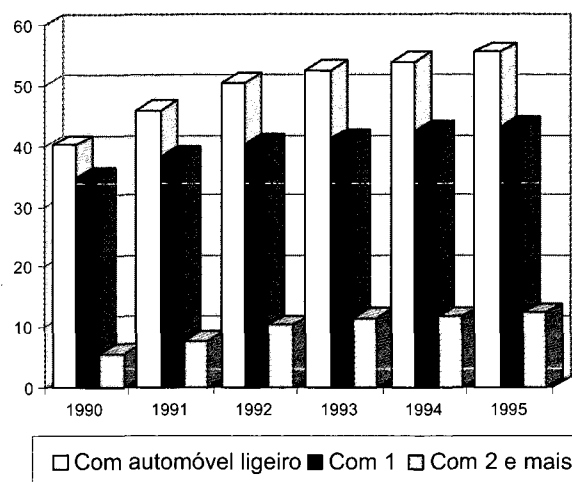
Este aumento é devido, fundamentalmente, ao acréscimo da compra de veículos e da consequente despesa de manutenção. Do total das despesas com transportes e comunicações, 38,7% destinam-se à compra de veículos e 44,5% à sua utilização. Tal como mostra o gráfico 6.15, em 1994/95, 1 em cada 2 famílias dispõe de veículo próprio. Em paralelo, cresce também o número de agregados que dispõem de mais de uma viatura. De acordo com os dados do inquérito aos indicadores de conforto, entre 1990 e 1995 mais que duplicou a proporção de agregados com 2 ou mais automóveis.

Gráf. 6.14-Distribuição dos agregados, por regime de ocupação do alojamento (%)
(1989/90, 1994/95)



Fonte: INE-Inquérito aos Orçamentos Familiares

Gráf. 6.15-Agregados familiares com automóvel ligeiro/misto (%) (1990-1995)



Fonte: INE-Indicadores de Conforto

A generalização do telefone está na origem do crescimento das despesas dos serviços de comunicações. Quase $\frac{3}{4}$ das famílias dispõem de telefone em 1995, gastando em média, 3,7 milhares de escudos por mês.

O envelhecimento da população e a consequente necessidade de maiores cuidados

de saúde, será um dos factores explicativos do elevado aumento das despesas ligadas à saúde (+46%).

Portugal tem um padrão de consumo semelhante aos países do Sul da Europa, no que respeita a algumas classes de despesas, enquanto que, em outros tipos de despesas se aproxima mais de países como o Reino Unido, a Suécia ou a Holanda.

Estão no primeiro caso, por exemplo, as despesas com "Alimentação e Bebidas" e, em menor dimensão, a "Cultura e Destracção". De referir que Portugal é o país que, proporcionalmente, menos despendeu em "Cultura e Destracção" (3,6%); no extremo oposto, o Reino Unido afecta três vezes mais a esta área.

Em contrapartida, nos "Transportes e Comunicações", Portugal surge em 1.º lugar, muito próximo do Reino Unido, da Suécia e da Finlândia.

Quadro 6.11-Estrutura das despesas dos agregados familiares, em alguns países da União Europeia (%) (1994-95)

Classe	Bélgica	Espanha	Finlândia	Grécia	Holanda	Itália	Luxemburgo	Portugal	Reino Unido(*)	Suécia(**)
Prod. Alimentares e Beb. não Alcoólicas	14,6	22,8	16,0	17,8	12,1	21,2	12,3	21,1	16,3	20,4
Beb. Alcoólicas, Tabaco e Estupefacientes	2,3	2,4	3,3	3,4	2,3	2,4	2,2	2,8	4,5	3,5
Artigos de Vestuário e Calçado	7,5	8,0	4,6	12,9	6,0	7,3	8,5	6,3	7,7	6,7
Rendas, Água, Electricidade, Gás	14,1	23,5	29,0	24,0	27,2	24,1	27,4	21,0	9,5	18,8
Mobiliário e Artigos Domésticos	8,2	6,2	4,5	6,7	7,1	6,2	9,3	6,5	9,6	5,8
Saúde	5,0	2,8	4,0	5,2	1,5	3,0	1,4	4,6	1,4	2,2
Transportes	13,2	11,5	13,5	9,3	9,5	13,1	13,8	15,2	14,0	13,8
Comunicações	2,1	1,5	2,0	1,6	1,7	1,9	1,4	2,0	2,5	1,9
Cultura e Destracção	13,3	6,7	9,7	3,9	9,5	8,0	11,5	3,6	14,6	13,8
Ensino	0,6	1,2	0,2	2,2	1,2	0,6	0,7	1,0	1,7	0,2
Hotéis, Cafés e Restaurantes	6,9	8,6	4,2	5,1	6,0	5,1	4,2	9,1	9,7	3,7
Outros Bens e Serviços	12,2	4,8	9,0	7,9	15,9	7,1	7,3	6,8	8,5	9,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

(*) Sem rendas imputadas e reais.

(**) Sem rendas imputadas.

Fonte: EUROSTAT-Doc. E2/EBM/106/97-GT - Orçamentos Familiares

Embora a despesa média anual dos agregados familiares tenha crescido, em termos reais, cerca de 11% nos cinco anos que medeiam entre 1989/90 e 1994/95, verifica-se que esse crescimento não foi uniforme para o conjunto dos agregados. A análise da despesa média anual por decís de despesa,

mostra que este crescimento tem origem, fundamentalmente, nos estratos de população com maiores níveis de despesa, os quais apresentaram variações positivas entre 10 e 15%. Pelo contrário, os agregados com menor nível de despesa viram essa mesma despesa manter-se ou mesmo reduzir-se, face a 1989/90.

Quadro 6.12-Despesas médias anuais, dos agregados, ordenados por decis de despesa
(1989/90, 1994/95)

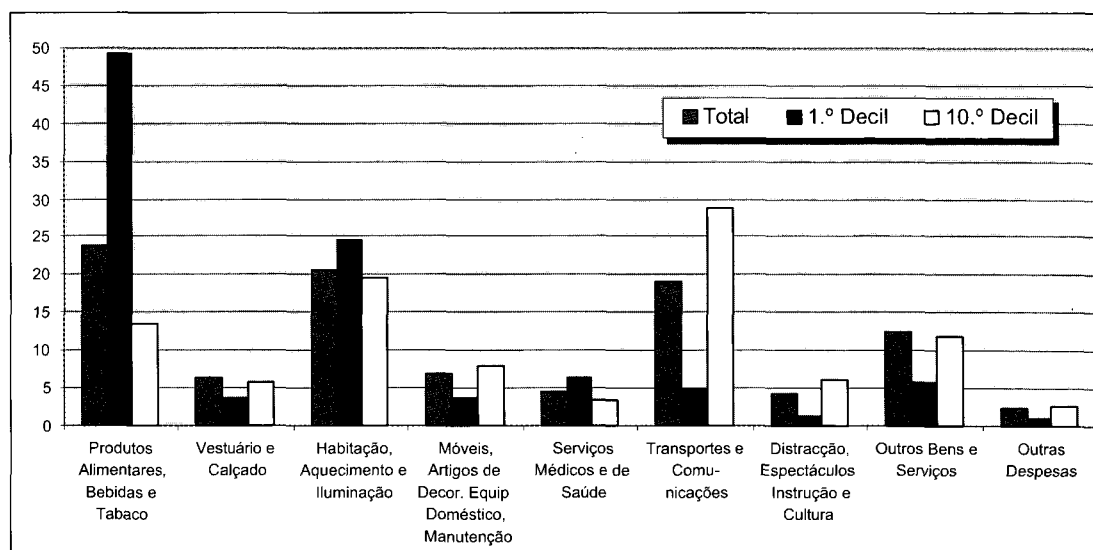
	Despesa média do decil IOF 89/90 A preços de 1995* (Esc.)	Despesa média do decil IOF 94/95 A preços de 1995 (Esc.)	Variação (4=3/2)
1	2	3	4
Média nacional	2 093 292	2 319 390	1,11
1.º Decil	350 629	340 340	0,97
2.º Decil	655 180	644 510	0,98
3.º Decil	925 177	929 410	1,00
4.º Decil	1 178 868	1 231 020	1,04
5.º Decil	1 459 201	1 566 900	1,07
6.º Decil	1 776 367	1 947 150	1,10
7.º Decil	2 173 169	2 397 420	1,10
8.º Decil	2 703 790	3 023 830	1,12
9.º Decil	3 570 885	4 030 750	1,13
10.º Decil	6 137 582	7 081 280	1,15

*Os valores do IOF 1989/90 foram actualizados para 1995, utilizando o IPC Total, excluindo habitação.

Fonte: INE-Inquérito aos Orçamentos Familiares

A forma como os agregados estruturam a sua despesa é fortemente condicionada pelo próprio nível de despesa. Nos agregados cuja despesa média anual é inferior a 513 milhares de escudos, as necessidades básicas (alimentação, vestuário e habitação), em 1994/95, representam 4/5 do total da despesa, enquanto que nos agregados com maior nível de despesa (10.º decil), absorvem menos de metade (39%). Ao invés, os “Transportes e Comunicações” e outro tipo de despesas, como as relacionadas com a “Cultura e Recreio”, representam, para este último escalão, 4 vezes mais do que para o primeiro.

Gráf. 6.16-Estrutura das despesas médias anuais dos agregados, segundo decis de agregados, ordenados pela despesa total nacional (%)
(1994-1995)

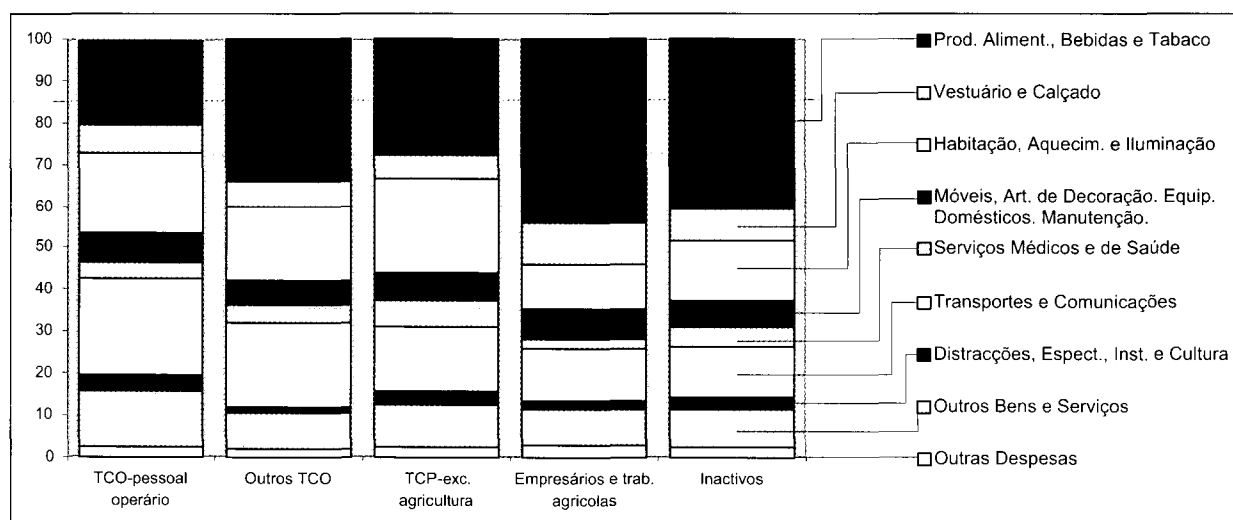


Fonte: INE-Inquérito aos Orçamentos Familiares

No que respeita à categoria sócio económica do representante do agregado familiar, não parecem existir grandes diferenças entre os diversos grupos, excepto no que se refere à "Alimentação", "Habitação" e "Transportes".

Com efeito, enquanto o "pessoal operário" afecta 20% do total do consumo à "Alimentação" as categorias formadas pelos "inactivos" e pelos "empresários e trabalhadores agrícolas" afectam o dobro (41 e 44%, respectivamente). Nesta última categoria, a percentagem tão elevada resulta possivelmente da importância do auto-consumo e do nível baixo do rendimento. Situação diversa sucede nos "Transportes"; nesta área, os "operários" são aqueles que consomem proporcionalmente mais (23%), quando comparado com a categoria de "inactivos". É também na "Habitação", que existem maiores variações - os "trabalhadores por conta própria (excepto agricultores)" são o grupo sócio-económico que detém a maior parcela de despesa afecta a esta rubrica.

Gráf. 6.17-Estrutura das despesas médias anuais dos agregados, segundo a categoria sócio-económica do representante do agregado (%)
(1994-1995)



Nota: Trabalhadores por conta de outrem (TCO) - Trabalhadores por conta própria (TCP).

Fonte: INE-Inquérito aos Orçamentos Familiares

CONCEITOS E NOTAS METODOLÓGICAS

Agregado doméstico privado:

- Conjunto de indivíduos que reside no mesmo alojamento e cujas despesas habituais, em alojamento e alimentação, são suportadas conjuntamente (orçamento comum), independentemente da existência de laços de parentesco;
- O indivíduo que ocupa integralmente um alojamento ou que, partilhando-o com outros indivíduos, não satisfaz a condição anteriormente citada.

Consumo final das famílias (óptica SEC):

Valor dos bens e serviços, para satisfação das necessidades individuais, adquiridos, autoconsumidos ou recebidos em géneros, pelas famílias. Compreende as rendas imputadas de habitação própria e os serviços domésticos utilizados pelas famílias com recurso a pessoal remunerado. Não inclui o valor da aquisição da habitação.

Despesas de consumo dos agregados:

Incluem : as despesas com a aquisição de bens e serviços (quer tenham ou não sido pagos no momento de aquisição); os bens consumidos pelo agregado e provenientes de produção própria, valorizados a preços de mercado (autoconsumo alimentar); os bens e serviços provenientes de estabelecimentos pertencentes a membros do agregado, valorizados a preços de mercado (autoabastecimento); a valorização dos alojamentos ocupados pelos proprietários (autolocação); os bens ou serviços oferecidos ao agregado ou a algum dos seus membros, sem contrapartida, valorizados a preços de mercado (transferências não monetárias); o salário em natureza.

Poupança nacional bruta (óptica SEC):

Corresponde à parte do rendimento nacional bruto disponível que não é absorvida por operações de consumo final.

Produto Interno Bruto (PIB):

O produto interno bruto a preços de mercado (PIB pm) representa o resultado final da actividade de produção das unidades residentes. Corresponde à produção total de bens e serviços da economia, diminuída dos consumos intermédios totais e aumentada do IVA onerando os produtos e dos impostos líquidos ligados à importação. O PIB é também medido a preços constantes, para eliminar o efeito dos aumentos (ou das reduções) causados pelo acréscimo (ou pela baixa) dos preços.

Receitas dos agregados:

Incluem: a soma dos recursos de carácter regular ou periódico, recebidos pelos indivíduos, qualquer que seja a sua origem (receita monetária ordinária); a soma dos recursos de carácter não periódico ou accidental, recebidos pelos indivíduos, qualquer que seja a sua origem (receita monetária extraordinária); as receitas em natureza (autoconsumo; autoabastecimento; autolocação; transferências não monetárias; salários em natureza).

Remunerações (óptica SEC):

Compreende todos os pagamentos efectuados e benefícios prestados pela entidade patronal, a título de remunerações do trabalho realizado pelos seus trabalhadores. Compreende os salários e vencimentos brutos, contribuições sociais efectivas a cargo da entidade patronal e contribuições sociais fictícias (valor das prestações sociais concedidas directamente pela entidade patronal aos seus próprios trabalhadores).

Rendimento nacional disponível bruto (óptica SEC):

Corresponde ao produto interno bruto a preços de mercado, diminuído ou acrescido do saldo entre a economia nacional e o resto do mundo, relativo a : impostos ligados à produção e à importação, subsídios de exploração e à importação, remunerações dos trabalhadores, rendimentos de propriedade e de empresa, operações de seguros de acidentes e transferências correntes sem contrapartida, não especificadas. Mede o rendimento de que dispõe a Nação para efectuar operações de consumo final e de poupança.

INQUÉRITO AOS ORÇAMENTOS FAMILIARES

Inquérito por amostragem junto das famílias residentes em alojamentos não colectivos do Continente e regiões autónomas dos Açores e Madeira. O principal objectivo é conhecer os padrões de consumo, as condições de vida, a origem e valor dos rendimentos dos agregados domésticos privados.

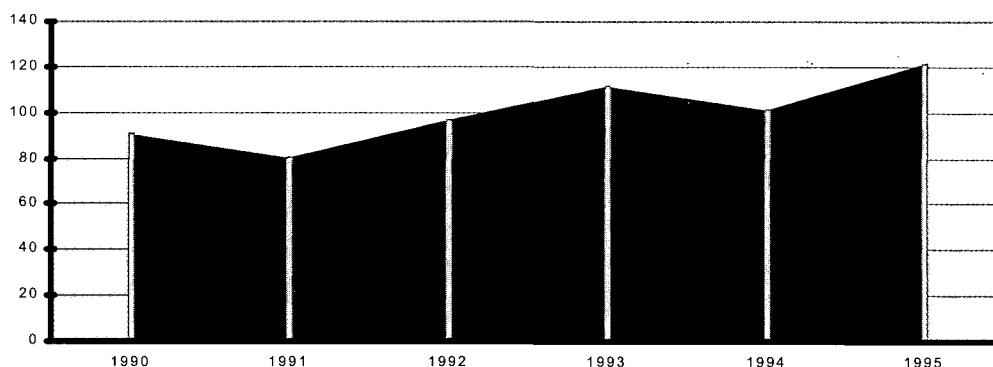
É realizado com uma periodicidade quinquenal. O período em análise é um ano. No entanto, não sendo possível obter a colaboração dos agregados durante um período tão extenso, as unidades de amostragem seleccionadas foram distribuídas ao longo desse ano. O período de observação, de cada agregado, é a quinzena, sendo a informação recolhida por uma equipa de entrevistadores locais, através de entrevista directa.

De forma a permitir a anualização dos dados, e tentando eliminar possíveis esquecimentos, foram estabelecidos períodos de referência diferenciados, à semelhança dos inquéritos anteriores. Assim, para as despesas, com base no tipo e na sequência com que, normalmente, são efectuadas, os períodos de referência vão desde a quinzena (para as mais frequentes), ao mês, bimestre e ano. Para as receitas, o período de referência é o ano que antecedeu o período de observação.

Os resultados do inquérito de 94/95 são extrapolados. No sentido de obter a máxima comparabilidade com os dados do inquérito de 89/90, foi aplicado idêntico método à base de dados deste inquérito, designadamente a extrapolação dos resultados amostrais e redefinição das variáveis.

- A percentagem de população que considera que a criminalidade aumentou passou de 29%, em 1992, para 34%, em 1994. O crime que mais preocupa a população é o de assalto à sua casa (45%); no entanto, em termos reais, a taxa de prevalência relativa a este tipo de crime foi de apenas 2,4%.
- Os crimes contra o património são os mais frequentes (superiores a 60% no período 1993/95), seguidos dos crimes contra as pessoas (21%, em média, no mesmo período).
- O crime de condução com taxa de álcool igual ou superior a 1,2 gr/l (máximo legal) mais que triplicou entre 1993 e 1995 (passou de 2 459 para 8 153 casos).
- Os crimes de viação são os que mais conduzem à condenação - em 1995, 84% dos arguidos foram condenados; para o mesmo ano, o valor médio global foi de 41%. Em situação oposta, encontram-se as condenações pelo crime de emissão de cheque sem provisão (15% de condenações).
- A prisão não substituída por multa representou, em 1995, metade das penas aplicadas à globalidade dos indivíduos condenados.
- A população reclusa é fundamentalmente constituída por indivíduos do sexo masculino (91% em 1995) e com uma instrução que se situa ao nível do ensino básico.

Reclusos por 100 mil habitantes, em 31 de Dezembro (Nº)
(1990-1995)



Fonte: Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça

7.1 - VITIMAÇÃO

Em 1994, tal como em 1992 e de acordo com os inquéritos de vitimação, a droga foi o problema que mais apreensão suscitou na população, seguida do desemprego; a criminalidade era considerada como o 3.º problema social “mais grave”, logo a seguir à droga e ao desemprego. No entanto, e ao contrário quer da droga quer do desemprego, a criminalidade, enquanto objecto de preocupação, diminuiu ligeiramente.

Por outro lado, não obstante a maioria da população continuar a considerar que a criminalidade se manteve estável, registou-se, no espaço de dois anos, um aumento de 5 pontos percentuais por parte daqueles que consideram que esta cresceu.

Quadro 7.1-Opiniões sobre os problemas sociais mais graves no Continente (%)
(1992, 1994)

	1992	1994
Droga	41	42
Desemprego	22	28
Criminalidade	14	12
Inflação	9	6
Falta de casas de habitação	8	6
Deficiente assistência na doença	7	6

Fonte: Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça-Inquérito de Vitimação

Quadro 7.2-Opiniões sobre a evolução da criminalidade no Continente (%)
(1992, 1994)

	1992	1994
Aumentou	29	34
Manteve-se	65	62
Diminuiu	2	2
Não sabe/não responde/outras	4	2

Fonte: Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça-Inquérito de Vitimação

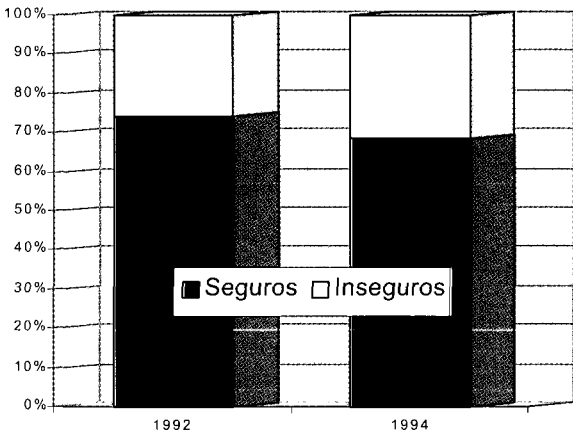
As opiniões no sentido do aumento da criminalidade variam também em função da zona geográfica. Pertencem aos grandes centros urbanos os valores mais elevados, particularmente aos concelhos de Lisboa e Porto (65% e 62% respectivamente), nos quais as opiniões no sentido do aumento da criminalidade são quase o dobro das que se registam em termos globais, em 1994. De referir, ainda, que esse sentimento se agravou de 1992 para 1994. As regiões do Centro e do Alentejo são as que, pelo contrário, revelam os valores mais baixos, não indo além de 16%. A região do Algarve detém um valor idêntico ao da média do Continente, possivelmente por se tratar de uma região de grande afluxo turístico, que movimenta sazonalmente largas franjas de população portuguesa e estrangeira.

Quadro 7.3-Opiniões sobre a evolução da criminalidade, por áreas de residência (%)
(1992, 1994)

	1992	1994
	Aumentou	
Portugal	29	34
Norte	28	35
Área metropolitana do Porto	41	49
Concelho do Porto	49	62
Centro	15	16
Lisboa e Vale do Tejo	53	46
Área metropolitana de Lisboa	43	54
Concelho de Lisboa	48	65
Alentejo	14	16
Algarve	34	35
R. A. Açores	x	25
R. A. Madeira	x	16

Fonte: Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça-Inquérito de Vitimação

Gráf. 7.1-Evolução dos sentimentos de segurança, no Continente
(1992, 1994)



Fonte: Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça-Inquérito de Vitimação

Os valores significativamente elevados relativamente às opiniões sobre o aumento da criminalidade por parte das populações residentes nos grandes centros urbanos, estão ligados a sentimentos de medo e insegurança. Em 1994, 55% dos inquiridos na área metropolitana de Lisboa e 42% na do Porto sentiam-se inseguros. Os valores foram ainda mais elevados - 62% e 64%, respectivamente - nos concelhos com as mesmas designações. Estes últimos valores representam um agravamento em relação a 1992: então, os inseguros haviam sido 56%, no concelho de Lisboa, e 52%, no do Porto. Note-se, porém, que a insegurança na sua forma mais grave (considerando apenas os muito inseguros) atingiu um número bem mais reduzido de pessoas: 13% no conjunto do Continente e 24% e 28%, respectivamente, nos concelhos de Lisboa e do Porto.

Quadro 7.4-Sentimentos de insegurança à noite, segundo as áreas de residência (%) (1992, 1994)

	1992	1994
Portugal	26	31
Norte	22	29
Área metropolitana do Porto	36	42
Concelho do Porto	52	64
Centro	11	12
Lisboa e Vale do Tejo	39	45
Área metropolitana de Lisboa	46	55
Concelho de Lisboa	56	62
Alentejo	13	12
Algarve	26	26
R. A. Açores	x	16
R. A. Madeira	x	27

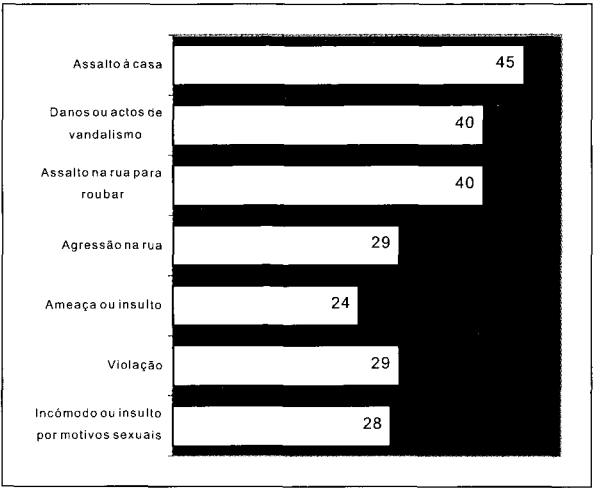
Fonte: Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça-Inquérito de Vitimação

A insegurança, avaliada também através da preocupação expressa perante a eventualidade de certos crimes, mostra que o "assalto à casa" constitui a primeira preocupação, como indica o gráfico 7.2; no entanto, quer o "vandalismo" quer o "assalto na rua" recolhem 40% das preocupações.

Os crimes pessoais abrangem as injúrias, ameaças, ofensas corporais e ofensas sexuais a mulheres. Os crimes patrimoniais correspondem às subtrações de bens, quer pessoais, quer pertencentes aos agregados familiares. Os crimes de violência são a agregação das ofensas corporais, ofensas sexuais a mulheres, roubos e furtos por esticção.

As questões relativas aos crimes sexuais foram apenas colocadas às mulheres. A taxa de prevalência pessoal designa a proporção de indivíduos ou de agregados familiares que foram vítimas, pelo menos uma vez, de um dos crimes inquiridos.

Gráf. 7.2-Preocupação pela possibilidade de vitimação (%) (1994)

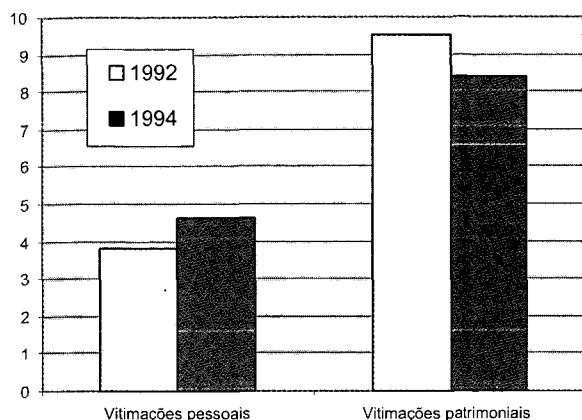


Fonte: Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça-Inquérito de Vitimação

A insegurança, o medo e a inquietação em face da criminalidade resultam, entre outros factores, das experiências directas de vitimação, das experiências indirectas (resultantes de contactos com outros que foram vítimas), das informações produzidas pelas polícias e do tratamento dado à criminalidade pelos meios de comunicação social. É possível, também, que nos sentimentos de insegurança e inquietação se conjuguem representações de vária natureza. Representações dos riscos, ou seja, das probabilidades de se ser vítima, com representações das consequências - físicas, económicas e emocionais - da vitimação.

É assim que, na realidade, as probabilidades objectivas de ocorrência dos crimes são muitíssimo inferiores às preocupações referidas pela população. Exemplificando com o assalto a habitações, o risco percebido de 45%, correspondeu a uma taxa de prevalência de 2,4%. Mesmo considerando que se trata de um valor médio e que o risco de assalto a habitações foi maior nos grandes centros urbanos, é grande a desproporção entre o que efectivamente aconteceu e o nível de preocupação das pessoas.

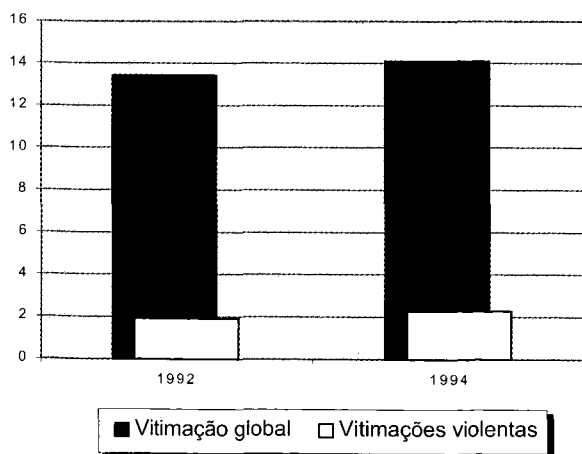
Gráf. 7.3-Taxas de prevalência da vitimação - pessoais e patrimoniais, no Continente (%) (1992, 1994)



Fonte: Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça-Inquérito de Vitimação

Tendo sido apenas de dois anos o intervalo entre os dois inquéritos, não seriam de esperar significativas alterações na evolução dos números. Assim sucedeu, com efeito, não obstante observar-se uma leve tendência ascendente das taxas de prevalência, com excepção das vitimações patrimoniais. Os números apresentados permitem concluir que estas foram muito mais frequentes do que as de natureza pessoal e que as vitimações que envolveram elementos de violência não representaram senão uma pequena fracção das vitimações no seu conjunto.

Gráf. 7.4-Taxas de prevalência da vitimação - global e violenta, no Continente (%) (1992, 1994)



Fonte: Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça-Inquérito de Vitimação

Considerando os crimes individualmente, aquele que com mais frequência atingiu os inquiridos foi o furto de acessórios ou de objectos em veículos motorizados. O mais raro foram as ofensas sexuais a mulheres. Este último resultado é questionável, sugerindo a hipótese de que as mulheres vítimas destes crimes, em especial as mulheres vítimas de violação, tenham interiorizado uma reacção de silêncio. Com efeito, em nenhum dos inquiridos foi registado qualquer caso de violação.

Quadro 7.5-Taxas de prevalência da vitimação, no Continente (%) (1992, 1994)

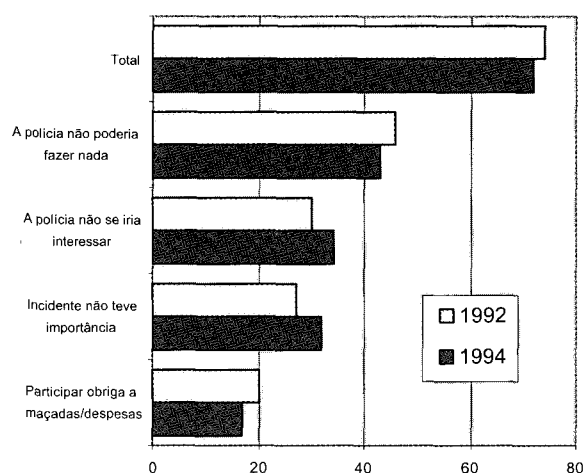
	1992	1994
Vitimações Patrimoniais sem Violência:		
Assaltos a habitações	2,2	2,4
Furtos em habitação com acesso lícito	0,9	*0,7
Furtos no exterior das habitações	2,1	2,3
Furtos de veículos	0,9	0,7
Furtos de acessórios ou objectos deixados em veículos	4,4	4,2
Furto por carteiristas	1,8	1,7
Outros furtos de bens pessoais	1,0	1,2
Vandalismo	3,3	2,8
Vitimações Patrimoniais com Violência:		
Roubos	0,6	*0,6
Furtos por esticção	0,6	*0,7
Vitimações Pessoais sem Violência:		
Ameaças	1,1	*0,9
Injúrias	2,1	2,7
Vitimações Pessoais com Violência:		
Ofensas corporais	0,5	*0,8
Ofensas sexuais a mulheres	0,3	*0,1

*Proporção amostral entre 0,4% e 0,2%.

Fonte: Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça-Inquérito de Vitimação

A verificação mais inesperada em resultado dos Inquéritos de Vitimação é o comportamento da população relativamente à frequência com que os crimes são denunciados: no conjunto, e em qualquer dos anos em análise, não chega a 30% a proporção das vítimas que comunicaram os factos às autoridades (26% e 28% respectivamente). É certo que se trata de valores globais e que algumas vitimações foram denunciadas em proporção bem superior a estes valores médios. Assim aconteceu com os furtos de veículos, participados em 77% e em 81% dos casos, segundo os dados dos inquéritos, respectivamente, de 1992 e de 1994. De entre os crimes inquiridos, os mais raramente comunicados às autoridades foram as ofensas sexuais a mulheres e o vandalismo.

Gráf. 7.5-Vitimações globais - razões da não denúncia (%)
(1992, 1994)



Fonte: Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça-Inquérito de Vitimação

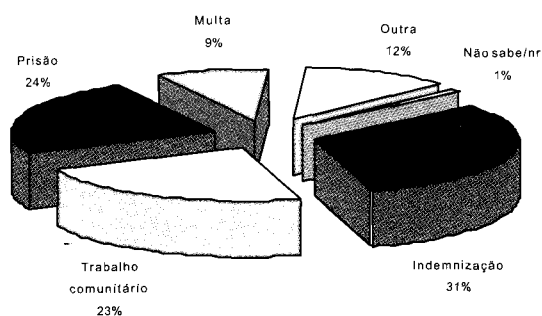
De entre as razões da não denúncia sobressaem pela frequência: em primeiro lugar, a de que "a polícia nada poderia fazer"; em segundo, a de que "a polícia não se iria interessar pelo caso"; em terceiro, a de que o "incidente não tivera importância".

Constatou-se, pois, que as vítimas comunicaram à polícia apenas uma pequena proporção das vitimações sofridas. Por outro lado, sabe-se que, na prática, uma fracção substancial dos processos correspondentes aos crimes denunciados é arquivada, em regra por falta de identificação dos autores. Em 1994, em mais de metade dos crimes, as vítimas não conheciam os autores (68%).

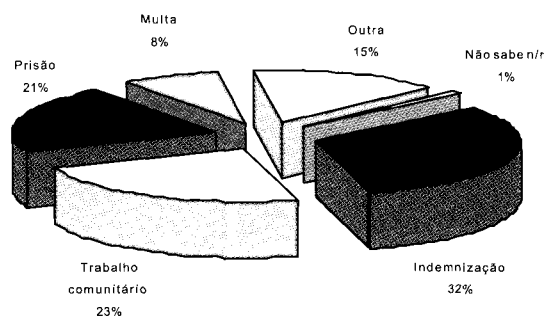
Um último aspecto a focar é a forma como a população vítima de algum dos crimes referidos reage em termos de punição. Como se pode verificar pelo gráfico, as vítimas em geral não são particularmente punitivas, em relação aos autores dos crimes. Não só a medida mais vezes escolhida foi a "indemnização", como a "prestação de trabalho a favor da comunidade" teve o apoio de mais de um quarto da população vítima, praticamente a par da pena de "prisão".

Gráf. 7.6-Vitimações globais - opiniões das vítimas sobre as medidas a aplicar aos autores

1992



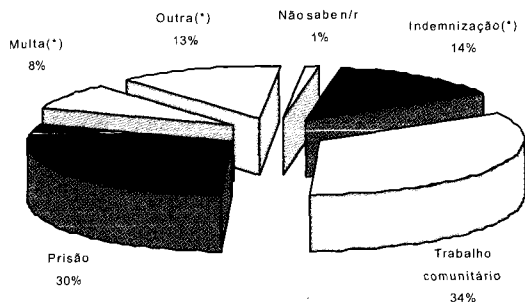
1994



Fonte: Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça-Inquérito de Vitimação

Este comportamento "benévolo" sucede mesmo nos casos em que o crime assume características de violência; nesta situação, a medida mais preconizada pela população vitimada é, em primeiro lugar, a de "prestação de trabalho comunitário", seguida da de "prisão" e, finalmente, da de "indemnização".

Gráf. 7.7-Vitimações com violência - opiniões das vítimas sobre as medidas a aplicar aos autores (1994)



*) Proporção amostral entre 0,4% e 0,2%.
Fonte: Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça-Inquérito de Vitimação

Tomando como base de comparação o Inquérito de Vitimação Internacional de 1992 e o inquérito português do mesmo ano, conclui-se pela probabilidade de, em Portugal Continental, as taxas de criminalidade serem inferiores às da generalidade dos países europeus e extra-europeus estudados, relativamente a furtos de veículos motorizados, assaltos a habitações, roubos, ameaças e ofensas corporais. A vantagem portuguesa parece desaparecer nos casos dos furtos por carteiristas e dos furtos de acessórios e objectos deixados em veículos. O tom dubitativo destas afirmações resulta de se estarem a comparar valores extraídos de inquéritos que não seguiram métodos totalmente idênticos.

Quadro 7.6-Prevalência dos crimes especificados, em alguns países da União Europeia (*) (%) (1992)

	Furtos de veículos motorizados	Furtos por carteiristas	Assaltos a habitações com penetração	Roubos	Ameaças/ofensas corporais	Furtos de acessórios/objectos em veículos	Ofensas sexuais a mulheres	Média de crimes denunciados
	(a)		(b)			(c)		(d)
Bélgica	7,99	1,23	2,11	0,96	1,75	4,38	1,45	67,8
Finlândia	2,30	1,48	0,62	0,99	4,14	3,61	3,65	38,6
Holanda	5,57	2,20	1,96	1,03	3,99	8,43	2,26	56,7
Itália	7,21	2,21	2,39	1,32	0,75	7,92	1,80	41,0
Inglaterra e Gales	7,50	1,33	2,97	1,12	3,75	10,05	2,19	58,7
Portugal (Continente)	1,40	1,90	1,60	0,50	1,50	7,30	0,30	26,0
Suécia	5,54	1,09	1,36	0,32	2,70	4,68	0,95	58,8

(*) Taxas calculadas a partir dos valores amostrais. São mencionados os dados do segundo *International Crime Survey*, por estarem mais próximos no tempo dos do segundo inquérito do GEPMJ (anos de referência, 1991 e 1992, respectivamente). Como nem todos os países que tomaram parte no inquérito internacional de 1989 se mantiveram no de 1992, perdeu-se a possibilidade de se estabelecerem comparações entre os nossos dados e os de alguns países europeus que nos estão próximos, como a Espanha e a França.
(a) Taxas calculadas relativamente à população que possuía automóveis ligeiros, motociclos ou velocípedes com motor, mediante a agregação de dois quesitos.
(b) *Burglary*: não estão incluídas as tentativas de penetração excepto Portugal, em que a taxa é calculada com base em assalto em que houve penetração efectiva.
(c) Furtos praticados em veículos automóveis ligeiros, e não em veículos de duas rodas.
(d) Percentagem calculada relativamente ao total dos crimes abrangidos pelo inquérito.
Fonte: Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça-Inquérito de Vitimação

O confronto entre o nível de denúncias suscita menos dúvidas. Em Portugal Continental, a frequência das denúncias correspondeu, no conjunto dos crimes inquiridos em 1992, a cerca de metade da observada na generalidade daqueles outros países. Por conseguinte, quando se estabelecem comparações entre os números da criminalidade em Portugal e em outros países, nomeadamente nos abrangidos pelo inquérito de vitimação internacional de 1992, a partir das estatísticas dos crimes chegados ao conhecimento das autoridades, incorre-se num erro, pelo menos em relação aos crimes cujo conhecimento depende fortemente da denúncia dos particulares. Sendo as denúncias, entre nós, pouco frequentes, existe uma proporção muito maior de crimes que não são contabilizados pelas estatísticas criminais. Inevitavelmente, as nossas estatísticas (apresentadas no ponto seguinte) sub-representam a criminalidade em medida maior do que a dos países onde os crimes são mais frequentemente denunciados.

7.2 - CRIMINALIDADE REGISTADA PELAS AUTORIDADES

No período de 1993 a 1995, o número de crimes registados pelas autoridades (fundamentalmente, a Polícia Judiciária, a Polícia de Segurança Pública e a Guarda Nacional Republicana) variou entre um mínimo de 307 328 em 1993 e um máximo de 330 010 no ano seguinte, tendo-se registado em 1995 um ligeiro abrandamento das ocorrências criminais chegadas ao conhecimento das instâncias de controlo.

Quadro 7.7- **Crimes registados pelas autoridades (Nº)**
(1993-1995)

Categorias de crimes	1993		1994		1995	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Total	307 328	100,0	330 010	100,0	326 572	100,0
Contra as pessoas	68 677	22,3	69 300	21,0	68 829	21,1
Contra o património	204 886	66,7	224 218	68,0	217 266	66,5
Contra a paz e a humanidade	-	-	-	-	-	-
Contra a vida em sociedade	31 203	10,2	33 038	10,0	37 704	11,5
Contra o Estado	2 562	0,8	3 454	1,0	2 498	0,8
Não especificados	-	-	-	-	275	0,1
<i>Crimes registados por 100 000 habitantes</i>	<i>3,10</i>		<i>3,30</i>		<i>3,30</i>	

Fonte: Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça

Os crimes mais frequentes são os cometidos contra o património, que representam, em média, 67% do total. Em segundo lugar, vêm os crimes contra as pessoas, com valores percentuais bem menos significativos do que os primeiros. Os crimes contra a vida em sociedade e contra o Estado quedam-se por cifras iguais ou inferiores a 11,5% e 1%, respectivamente.

Individualizando os tipos criminais dentro de cada uma daquelas categorias maiores, verifica-se que, nos **crimes contra as pessoas**, assumem um peso importante os crimes de ofensas à integridade física, de ofensas voluntárias ou negligentes em acidente de viação, de difamação, calúnia e injúrias, e de ameaças.

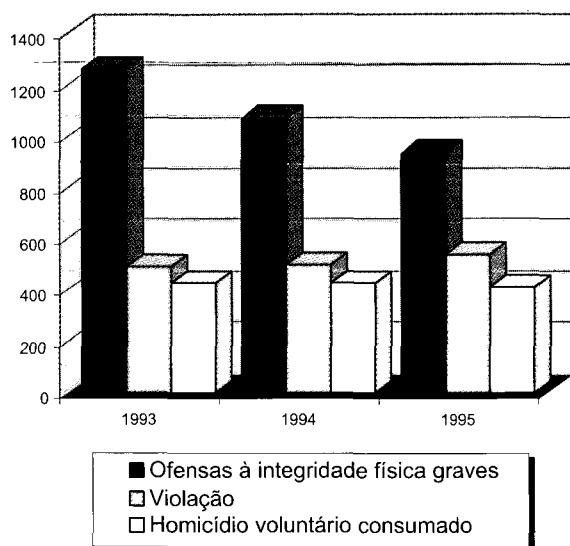
Quadro 7.8- **Crimes contra as pessoas, registados pelas autoridades (Nº)**
(1993-1995)

Crimes	1993	1994	1995
Total	68 677	69 300	68 829
Homicídio voluntário consumado	427	424	408
Homicídio por negligência em acidentes de viação	1 218	1 125	1 123
Homicídio por negligência em outras circunstâncias	156	183	158
Ofensas corporais voluntárias graves	1 261	1 065	932
Ofensas corporais voluntárias simples	29 973	31 153	33 788
Ofensas corporais por negligência em acidentes de viação	15 999	13 864	9 326
Ofensas corporais por negligência em outras circunstâncias	366	367	227
Ameaças	6 469	7 358	8 371
Difamação, calúnia e injúrias	8 211	8 884	9 519
Violação	488	498	534
Outros	4 109	4 379	4 443

Fonte: Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça

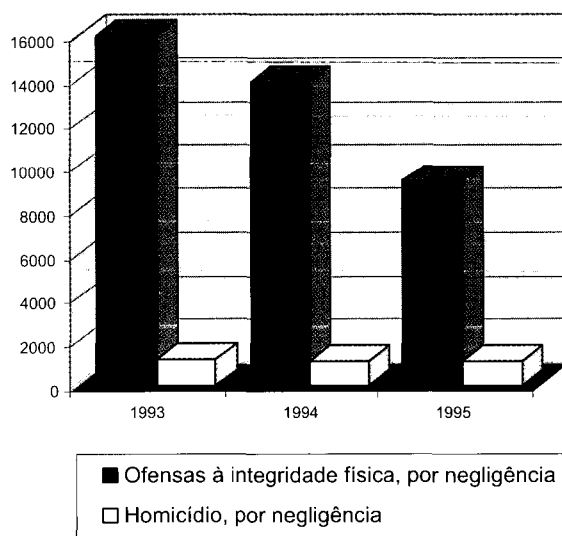
De facto, entre 1993 e 1995, os crimes de ofensas à integridade física, voluntárias (simples e graves), situaram-se em torno de 45% a 50% da totalidade dos crimes contra as pessoas registados; os relativos a crimes de difamação, calúnia e injúrias quedaram-se por valores bem mais baixos (13% em média). Os de ameaças representaram 9% e 12%, respectivamente em 1993 e 1995. Contrariamente, os crimes de maior gravidade enquadrados nesta categoria expressam valores comparativamente menos significativos: o crime de homicídio voluntário consumado decresceu 4,4% nos três anos e o de violação aumentou 9,4%. As ocorrências registadas relacionadas com a circulação rodoviária constituem outra grande parcela dos crimes contra as pessoas, tendo sofrido evoluções diferenciadas: os casos de homicídio por negligência em acidentes de viação mantêm-se em valores estáveis (em média, 1155 casos), e os inerentes às ofensas à integridade física negligentes em acidente de viação passaram de 15 999 em 1993, para 13 864 em 1994 e para 9 326 em 1995, o que traduz um desagravamento, entre 1993 e 1995, de 42%.

Gráf. 7.8-Crimes de homicídio voluntário consumado, de ofensas à integridade física graves e de violação (Nº) (1993-1995)



Fonte: Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça

Gráf. 7.9-Crimes de homicídio e de ofensas à integridade física, negligentes, em acidente de viação (Nº) (1993-1995)



Fonte: Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça

No plano da **criminalidade patrimonial**, surgem em especial evidência os crimes de furto, dano e emissão de cheque sem provisão. Estes últimos representaram, nos anos em análise, em média, 17% do total de crimes contra o património, registados. Significativa parcela é igualmente atribuível aos furtos de, e em, veículos automóveis: 26% do total em 1995, 27% em 1994 e 25% em 1993. Especial gravidade e expressão estatística revestem os crimes de furtos em residências, com arrombamento, escalamento ou chaves falsas, bem como os cometidos em edifícios comerciais ou industriais, estabelecimentos de ensino ou em outros edifícios: constituíram 23% do total de crimes patrimoniais em 1993, 25% em 1994 e 23% em 1995.

Quadro 7.9-Crimes contra o património, registados pelas autoridades (Nº)
(1993-1995)

Crimes	1993	1994	1995
Total	204 886	224 218	217 266
Furto ou roubo por esticção	6 339	7 537	6 901
Furto de veículo motorizado	15 542	18 340	17 334
Furto em veículo motorizado	36 345	41 262	40 150
Furtos c/ arrombamento, escalamento ou chaves falsas:			
Em residências	19 376	23 129	21 969
Em edifícios comerciais ou industriais	21 469	23 968	20 760
Em estabelecimentos de ensino	2 192	2 377	1 980
Noutros edifícios	4 478	5 684	5 616
Furto por carteirista	10 575	6 993	6 652
Furto em supermercados	3 256	3 503	2 939
Outros furtos	19 357	20 802	21 652
Roubo na via pública (excepto por esticção)	3 740	5 019	5 793
Dano	16 725	16 977	17 458
Emissão de cheques sem provisão	35 858	37 873	36 717
Burla	4 567	5 481	5 617
Outros	5 067	5 273	5 728

Fonte: Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça

Na área dos denominados **crimes contra a vida em sociedade** assumem particular relevância os de falsificação (nomeadamente de moeda, de títulos de crédito e de documentos), os crimes de incêndio, os crimes relativos a estupefacientes e, pela sua expressão estatística, o crime de condução em estado de embriaguês.

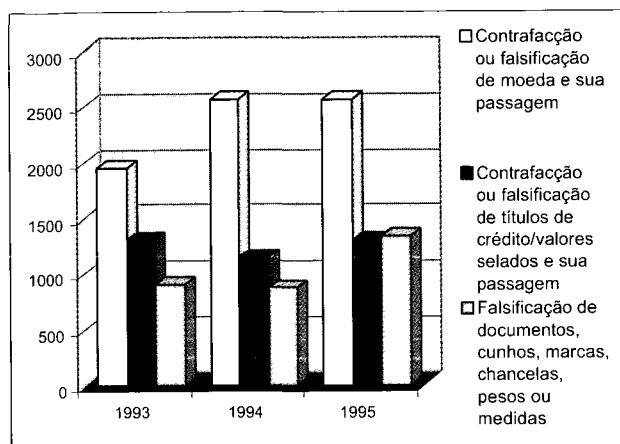
Os primeiros representaram em 1995 e conjuntamente, 14% do total de crimes contra a vida em sociedade. Por seu lado, os crimes de incêndio ou fogo posto contribuíram, no mesmo ano, com 19% de ocorrências, sendo que 66% destas disseram respeito a casos de incêndio ou fogo posto em florestas.

Quadro 7.10-Crimes contra a vida em sociedade, registados pelas autoridades (Nº)
(1993-1995)

Crimes	1993	1994	1995
Total	31 203	33 038	37 704
Crimes de falsificação	4 170	4 589	5 202
Incêndio/fogo posto em edifícios, estaleiros ou embarcações	1 642	1 877	1 945
Incêndio/fogo posto em searas e florestas	2 469	3 511	5 051
Tráfico e consumo de estupefacientes ou psicotrópicos	6 774	6 798	6 420
Condução com taxa de álcool igual/superior a 1,2 g/l	2 459	6 132	8 153
Outros	13 689	10 131	10 933

Fonte: Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça

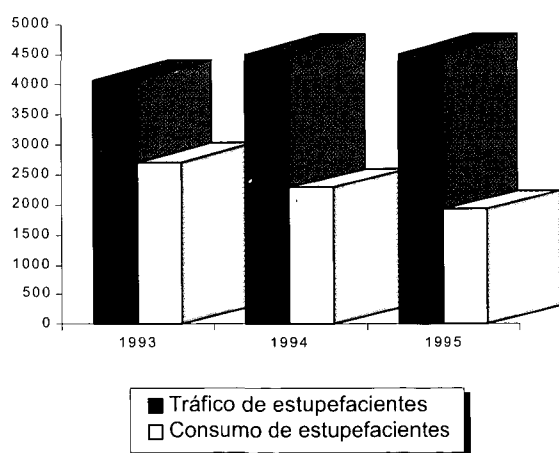
Gráf. 7.10-Crimes de falsificação(Nº)
(1993-1995)



Fonte: Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça

O número de crimes de tráfico de estupefacientes, registados, tem revelado alguma estabilidade: 4 080, 4 517 e 4 509, em 1993, 1994 e 1995, respectivamente.

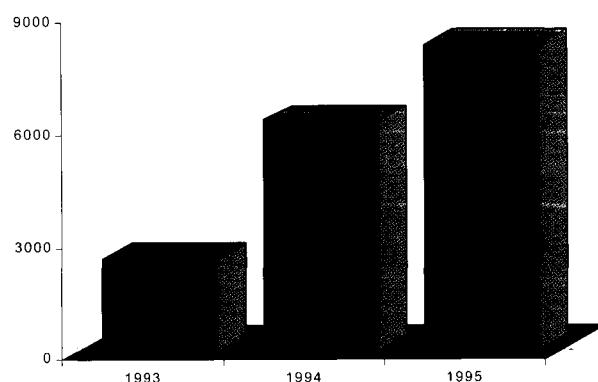
Gráf. 7.11-Crimes relativos a estupefacientes (Nº)
(1993-1995)



Fonte: Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça

Tendência diversa é reflectida no que concerne ao crime de condução com taxa de álcool igual ou superior a 1,2 gramas/litro: de facto, contra os 2 459 casos registados em 1993, surgem 8 153 ocorrências em 1995.

Gráf. 7.12-Crime de condução com taxa de álcool igual ou superior a 1,2 gr/l (Nº)
(1993-1995)



Fonte: Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça

No plano dos crimes contra o Estado, o destaque principal vai, pela sua frequência, para o crime de desobediência.

Quadro 7.11-Crimes contra o Estado, registados pelas autoridades (Nº)
(1993-1995)

Crimes	1993	1994	1995
Total	2 562	3 454	2 498
Coacção de/ou ofensa a funcionário	505	580	654
Desobediência	1 051	1 458	924
Usurpação de funções	55	47	59
Declarações e testemunhos falsos	187	265	131
Abuso de autoridade	91	95	77
Corrupção	149	144	173
Peculato	32	60	54
Violação de providências públicas	73	80	54
Outros	419	725	372

Fonte: Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça

7.3 - PROCESSOS CRIME NA FASE DE JULGAMENTO

Entre 1990 e 1995, o número de indivíduos julgados em processos crime passou de 56 192 (569 por 100 mil habitantes) para 89 678 (904 por 100 mil habitantes), o que representa um acréscimo de 60%. As taxas de condenação, no período considerado, variam entre 32%, em 1991, e 50% em 1993, sendo que, em 1995, foram condenados pela prática de factos puníveis como crimes 41% dos arguidos julgados nos tribunais judiciais de 1.ª instância (367 por 100 mil habitantes).

Quadro 7.12- **Arguidos e condenados em processos crime na fase de julgamentos findos nos tribunais judiciais de 1.ª instância (Nº)**
(1990-1995)

Crimes	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Arguidos	56 192	71 687	82 972	74 274	95 107	89 678
Condenados	21 833	22 863	30 351	37 442	34 484	36 372
% em relação aos arguidos	39	32	37	50	36	41
Arguidos por 100 mil habitantes	569	727	842	751	960	904
Condenados por 100 mil habitantes	221	232	308	379	348	367

Fonte: Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça

Em 1990, 43% dos condenados foram-no por crimes contra o património (incluindo o crime de emissão de cheque sem provisão). Em segundo lugar vinham os crimes contra as pessoas, com cerca de 27%. Os condenados por crimes de viação e por crimes relativos a estupefacientes corresponderam a 2,5% e 4,6% do total de condenados, respectivamente.

Quadro 7.13- **Condenados em alguns processos crime na fase de julgamentos findos (%)**
(1990-1995)

Crimes	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Contra as pessoas	26,7	21,2	20,1	16,2	14,0	13,6
Contra o património	43,0	48,5	46,0	37,7	40,7	46,1
<i>De emissão de cheques s/ provisão</i>	10,8	12,4	9,0	8,6	9,8	13,2
Relativos a estupefacientes (a)	4,6	4,7	5,1	6,4	6,5	7,4
De viação	2,5	6,6	11,1	25,3	26,5	21,3

(a) Inclui o tráfico e consumo de estupefacientes.

Fonte: Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça

No entanto, entre 1990 e 1995, esta estrutura sofreu uma alteração muito significativa: embora os condenados por crimes contra o património continuem a representar perto de metade do total de condenados em 1995, os condenados por crimes de viação representam agora 21,3%, ocupando desde 1993 o segundo lugar, e os que foram punidos por crime contra as pessoas baixaram a sua incidência para 13,6%.

Quadro 7.14-Arguidos e condenados em alguns processos crime na fase de julgamento
findos nos tribunais judiciais de 1.ª instância (Nº)
(1990-1995)

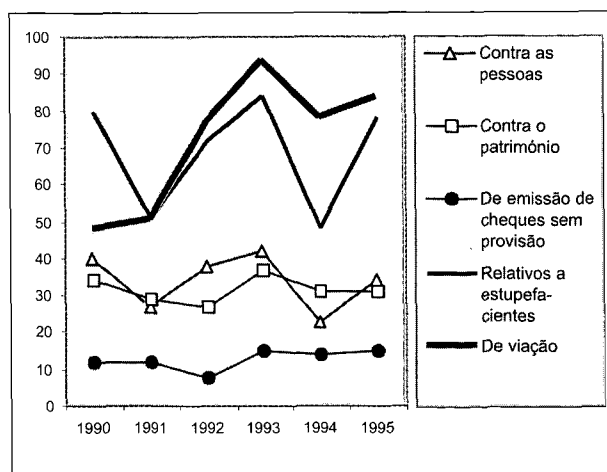
Crimes	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Contra as pessoas						
Arguidos	14 639	17 985	16 119	14 410	21 413	14 661
Condenados	5 822	4 854	6 115	6 052	4 833	4 931
Contra o património						
Arguidos	27 893	38 249	51 208	38 519	45 162	54 821
Condenados	9 395	11 092	13 973	14 099	14 030	16 781
De emissão de cheque sem provisão						
Arguidos	19 930	23 760	32 963	22 086	23 564	32 914
Condenados	2 360	2 841	2 739	3 236	3 396	4 818
Relativos a estupefacientes (a)						
Arguidos	1 267	2 121	2 134	2 871	4 635	3 465
Condenados	1 011	1 073	1 554	2 399	2 231	2 704
De viação						
Arguidos	1 135	2 982	4 357	10 084	11 746	9 243
Condenados	545	1 508	3 359	9 457	9 140	7 757

(a) Inclui o tráfico e consumo de estupefacientes.

Fonte: Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça

Quando se comparam, em 1995, as diversas taxas de condenação para os crimes ou categorias de crimes referidos, verifica-se que a mais elevada respeita aos crimes de viação (84%). A taxa de condenação nos crimes contra o património, bem como a relativa a crimes contra as pessoas, registam valores bem menos significativos (para o mesmo ano situam-se em 31% e 34%, respectivamente). O crime de emissão de cheques sem provisão é aquele que apresenta uma taxa de condenação mais baixa (15%).

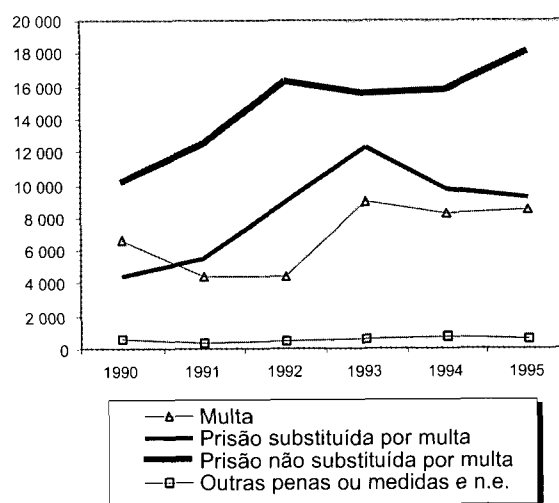
Gráf. 7.13-Percentagem de condenados em relação aos arguidos, por crimes
(1990-1995)



Fonte: Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça

As penas aplicadas à globalidade dos indivíduos condenados repartiram-se, em 1995 e por ordem decrescente, pela prisão não substituída por multa (50%; 46% em 1990), prisão substituída por multa (25%; 20% em 1990) e multa (23%; 31% em 1990), restando para as demais reacções criminais cerca de 2% (3% em 1990).

Gráf. 7.14-Penas e medidas aplicadas (Nº)
(1990-1995)



Fonte: Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça

7.4 - RECLUSOS NOS ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS

A população reclusa nos estabelecimentos prisionais portugueses aumentou 36% entre 1990 e 1995, representando, neste último ano, 121 pessoas por 100 mil habitantes (90 por 100 mil habitantes em 1990). Dos 12 029 reclusos existentes em 31 de Dezembro de 1995, 38% aguardavam julgamento na situação de prisão preventiva e 62% estavam a cumprir penas de prisão decretadas pelos tribunais. Acresciam àqueles, em 1995, 121 inimputáveis internados em estabelecimentos prisionais ou psiquiátricos prisionais e 193 em estabelecimentos psiquiátricos não prisionais, num total de 12 343 indivíduos reclusos ou internados.

Quadro 7.15-Reclusos(*) existentes em 31 de Dezembro, segundo a situação penal (Nº)
(1990-1995)

	1990	1991	1992	1993(a)	1994(a)	1995(a)
Total	8 874	7 877	9 451	11 000	10 035	12 029
Preventivos	2 507	2 993	3 465	3 850	3 632	4 629
Condenados	6 367	4 884	5 986	7 150	6 403	7 400
Por 100 mil habitantes						

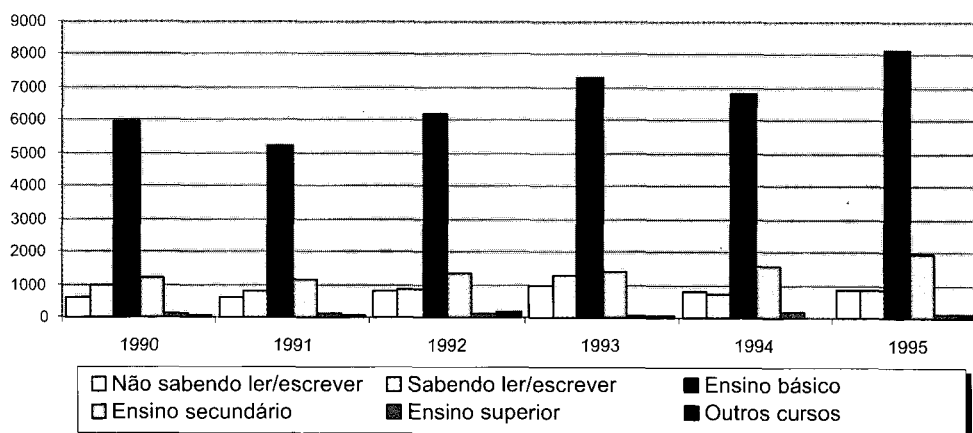
(*) Não inclui os inimputáveis internados em estabelecimentos psiquiátricos não prisionais.

(a) Em 1993, 1994 e em 1995, não inclui, respectivamente, 62, 85 e 121 inimputáveis internados em estabelecimentos prisionais.

Fonte: Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça

A maioria da população reclusa é do sexo masculino (acima dos 90% em qualquer dos anos considerados), embora a proporção de mulheres tenha vindo a aumentar (+3% entre 1990 e 1995). Trata-se de uma população relativamente jovem e com um nível de instrução que, na maioria dos casos, não ultrapassa o ensino básico.

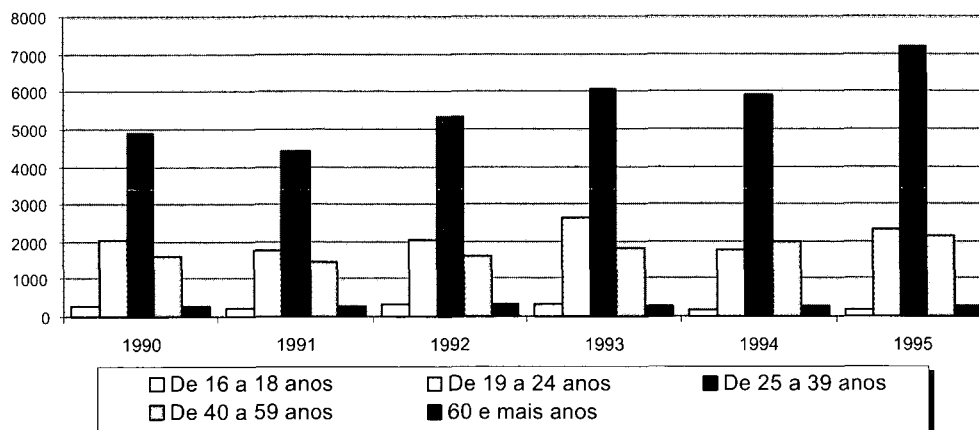
Gráf. 7.15-Reclusos existentes em 31 de Dezembro, segundo o nível de instrução (Nº)
(1990-1995)



Fonte: Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça

O escalão de idade dos 25 aos 39 anos é aquele que agrupa a maioria dos indivíduos reclusos (54% em 1990, 60% em 1995), não obstante a considerável relevância dos escalões de 19 a 24 anos (23% em 1990 e 19% em 1995) e de 40 a 59 anos (18% em 1990 e 1995).

Gráf. 7.16-Reclusos existentes em 31 de Dezembro, segundo a idade (Nº)
(1990-1995)



Fonte: Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça

NOTAS METODOLÓGICAS

INQUÉRITOS DE VITIMAÇÃO:

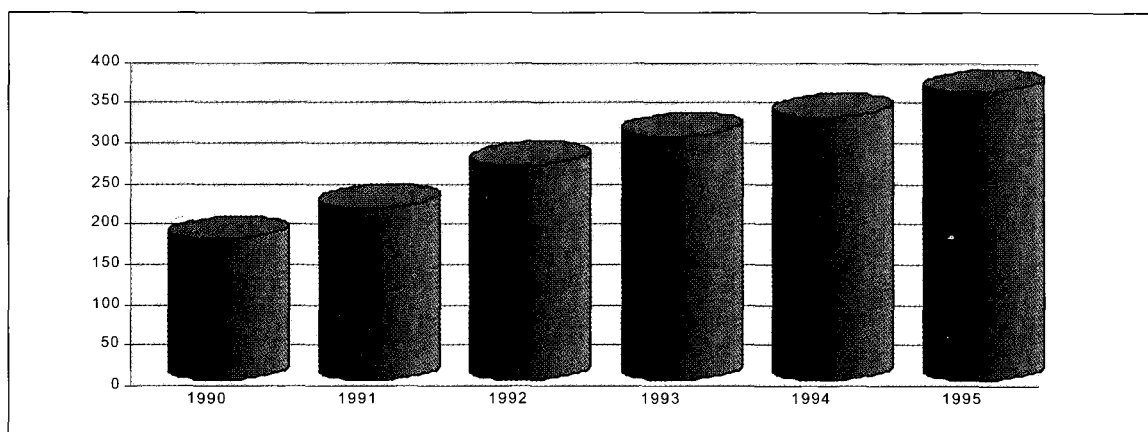
Os inquéritos foram empreendidos pelo Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça, em colaboração com o Instituto Nacional de Estatística. A população abrangida foi constituída pelos indivíduos de 16 e mais anos residentes em alojamentos familiares. A amostra, seleccionada a partir da amostra-mãe do INE, compreendeu 11 363 e 13 493 unidades de alojamento, respectivamente, nos inquéritos de 1992 e de 1994.

INQUÉRITOS SOBRE CRIMES REGISTRADOS:

Iniciaram-se em 1993, a cargo do Ministério da Justiça e de acordo com critérios uniformes de notação estatística, abrangendo, numa primeira fase, apenas a Polícia Judiciária, a Polícia de Segurança Pública e a Guarda Nacional Republicana. Posteriormente foi alargado o respectivo âmbito material à Inspeção-Geral das Actividades Económicas, à Inspeção-Geral de Jogos, às Alfândegas e às Direcções Distritais de Finanças.

- No financiamento da protecção social, a parte relativa às quotizações da entidade patronal tem vindo a perder importância: 33,4%, em 1990, para 31,1% em 1995; as contribuições públicas correntes subiram, no mesmo período, de 30,4% para 36,6%.
- Entre 1990 e 1995, as despesas de protecção social por habitante duplicaram, enquanto a percentagem do PIB consagrada a este domínio passou de 17,4% para 23,4%.
- Não obstante o esforço financeiro realizado por Portugal, o montante de despesas correntes per capita no conjunto da União Europeia, em 1994, era 4 vezes mais elevado do que no nosso país.
- As prestações para a “Saúde (Doença e Invalidez)” são as que têm mais peso nas despesas de Protecção Social - cerca de 45% do total, em 1995.
- Em consequência do aumento do desemprego, as prestações relativas à função “Desemprego” foram as que registaram o maior crescimento real.
- O número de beneficiários dos subsídios de desemprego e social de desemprego passou de 100 776, em 1990, para 323 188 em 1995.
- O custo por activo das prestações “Velhice/sobrevivência” tem vindo a aumentar: 122 milhares de escudos, em 1990, para 184 milhares de escudos, em 1995.

Despesas de protecção social, per capita (10^3 Esc.)
(1990-1995)



Fonte: INE-Contas Nacionais

8.1 - RECEITAS

O modelo de financiamento de protecção social não é semelhante em todos os países da União Europeia; em alguns países, a principal fonte de financiamento provém da administração pública enquanto que noutros assenta nas quotizações sociais ou, ainda, na combinação entre ambas.

Em Portugal, e como mostra o quadro 8.1, o sistema de financiamento tem por base as quotizações sociais (da entidade patronal e da pessoa protegida) complementadas principalmente pelas contribuições públicas: em 1990 e 1991, as quotizações representavam, no seu conjunto, valores percentuais superiores a 50%, enquanto as contribuições públicas asseguravam, em termos médios, 30,5%.

Quadro 8.1-Receitas de protecção social, por natureza (10⁶ Esc.)
(1990-1995)

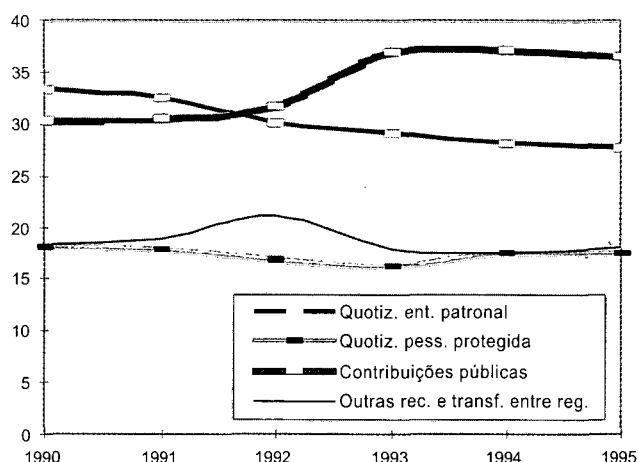
	1990		1991		1992		1993		1994		1995	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Total	1 816 663	100,0	2 188 297	100,0	2 651 380	100,0	2 910 803	100,0	3 159 767	100,0	3 535 704	100,0
Quotizações. sociais	933 276	51,4	1 105 440	50,5	1 245 457	46,9	1 317 118	45,3	1 436 186	45,5	1 602 647	45,3
Quotização da entidade patronal	606 695	33,4	712 688	32,6	798 790	30,1	846 813	29,1	887 613	28,1	983 618	27,8
Quotização da pessoa protegida	326 581	18,0	392 752	17,9	446 667	16,8	470 305	16,2	548 573	17,4	619 029	17,5
Contribuições públicas	551 768	30,4	670 373	30,6	843 216	31,8	1 075 295	36,9	1 174 057	37,2	1 293 867	36,6
Outras receitas	149 604	8,2	195 354	8,9	314 092	11,8	369 149	12,7	398 437	12,6	385 366	10,9
Transferências entre regimes	182 015	10,0	217 130	9,9	248 615	9,4	149 241	5,1	151 087	4,8	253 824	7,2

Fonte: INE-Estatísticas de Protecção Social

Todavia e no decorrer dos anos seguintes, até 1995, verifica-se um deslizamento desta estrutura no sentido de um crescimento da posição relativa das contribuições públicas, a compensar a diminuição das quotizações, nomeadamente a parte que respeita à entidade patronal. Se, em 1990, estas representavam 33,4% da totalidade das receitas, em 1995 não representam senão 27,8%, ou seja, uma diferença de 5,6 pontos percentuais.

As séries nacionais relativas a Receitas e Despesas de protecção Social resultaram duma revisão efectuada sobre a série anterior e que tem por base a reestruturação levada a efeito pelo EUROSTAT no âmbito do projecto "Sistema Europeu de Estatísticas Integradas de Protecção Social (SESPROS)".

Gráf. 8.1-Receitas de protecção social por natureza, em percentagem das receitas totais (%)
(1990-1995)



Fonte: INE-Estatísticas de Protecção Social

8.2 - DESPESAS

As despesas com a protecção social ascendiam a 1 712 950 milhares de escudos, em 1990, valor que corresponde a 173 milhares de escudos *per capita*. Cinco anos depois, em 1995, as despesas de protecção social tinham duplicado tanto em valores absolutos, quanto por habitante - 3 529 984 milhares de escudos e 356 milhares de escudos, respectivamente.

Quadro 8.2-Estrutura das despesas de protecção social (10⁶ Esc.)
(1990-1995)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Total	1 712 950	2 099 744	2 618 595	2 970 482	3 217 446	3 529 984
Prestações sociais	1 337 754	1 661 909	2 091 937	2 453 011	2 747 017	2 912 886
Despesas de funcionamento	83 417	91 823	104 191	113 529	122 394	155 938
Transferência entre regimes	182 015	217 130	248 615	149 241	151 087	253 824
Outras despesas	109 764	128 882	173 852	254 701	196 948	207 336

Fonte: INE-Estatísticas de Protecção Social

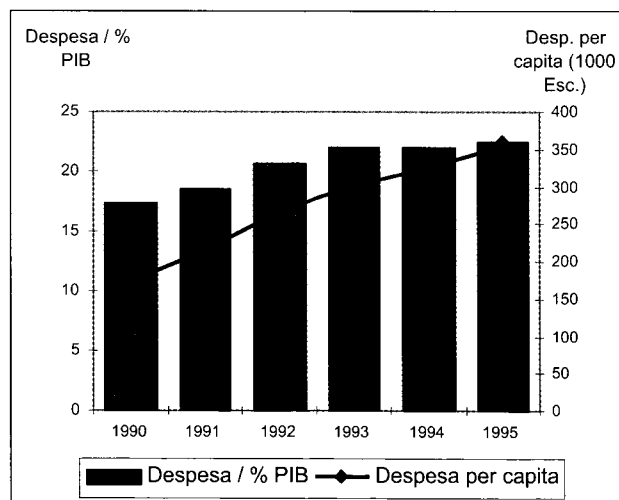
As despesas com a protecção social relativamente ao Produto Interno Bruto (PIB) cresceram a uma média anual de 5,4%, passando de 17,4% para 22,5%, entre 1990 e 1995.

Não obstante o crescimento registado, em Portugal verifica-se ainda uma posição desfavorável face à média dos países da União Europeia.

Com efeito, entre 1991 e 1994, Portugal mantém uma diferença de 9 pontos percentuais relativamente à média da União Europeia, ficando atrás de Portugal apenas a Grécia. Cabem à Holanda, Dinamarca, Alemanha e França, os valores mais elevados.

As comparações internacionais são efectuadas tendo por base a série SESPROS, calculada segundo a metodologia antiga.

Gráf. 8.2-Despesas de protecção social *per capita* e em percentagem do PIB(*)
(1990-1995)

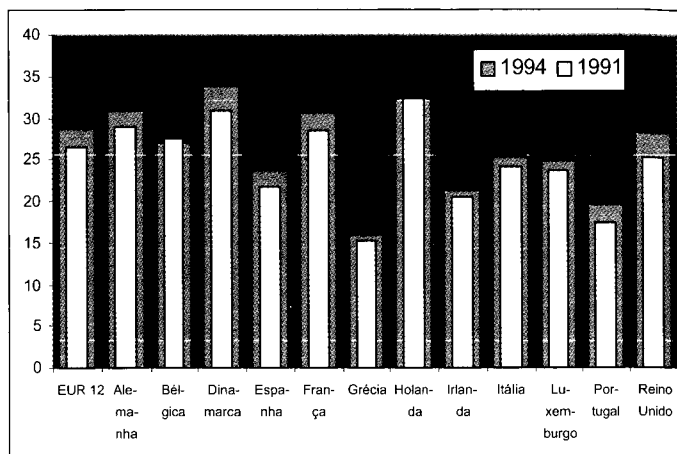


(*) A preços de mercado.

Fonte: INE-Contas Nacionais

Gráf. 8.3-Despesas de protecção social em percentagem do PIB a preços de mercado, na União Europeia (1991, 1994)

Por outro lado, e utilizando como indicador as despesas correntes de protecção social *per capita* (a preços constantes de 1985), verifica-se que, embora Portugal tenha crescido duas vezes mais do que o valor médio do conjunto dos países da União Europeia, continua a existir uma diferença enorme entre os montantes despendidos em Portugal e na Comunidade: 937 ECU e 3 590 ECU, respectivamente.



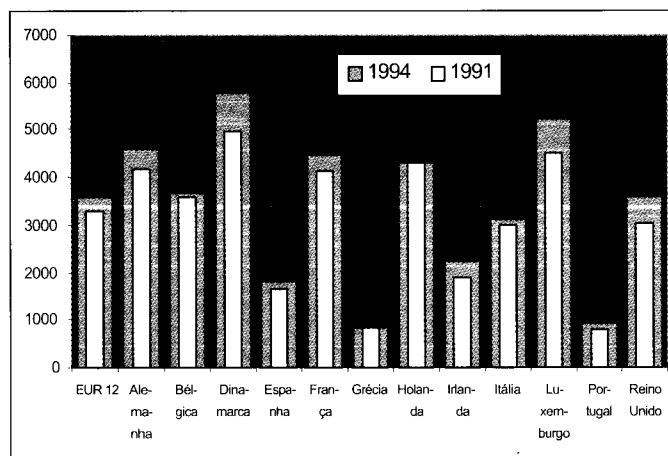
Fonte: EUROSTAT-Despesas e Receitas de Protecção Social 1980-1994

8.3 - PRESTAÇÕES DE PROTECÇÃO SOCIAL

Os diversos riscos e necessidades a que a protecção social procura dar resposta, através de prestações pecuniárias ou em espécie, à família ou particulares (**prestações sociais**), estão estruturadas em domínios ou funções.

As prestações sociais são canalizadas maioritariamente para a saúde (incluindo nesta a doença e a invalidez) e, em segundo lugar, para a velhice e sobrevivência; no conjunto, estas duas funções absorvem, em média, mais de 80% da totalidade das despesas com prestações sociais.

Gráf. 8.4-Despesas correntes de protecção social *per capita*, na União Europeia (ECU) - preços constantes de 1985 - (1991, 1994)



Fonte: EUROSTAT-Despesas e Receitas de Protecção Social 1980-1994

Quadro 8.3-Prestações de protecção social, por grupos de funções (10⁶ Esc.) (1990-1995)

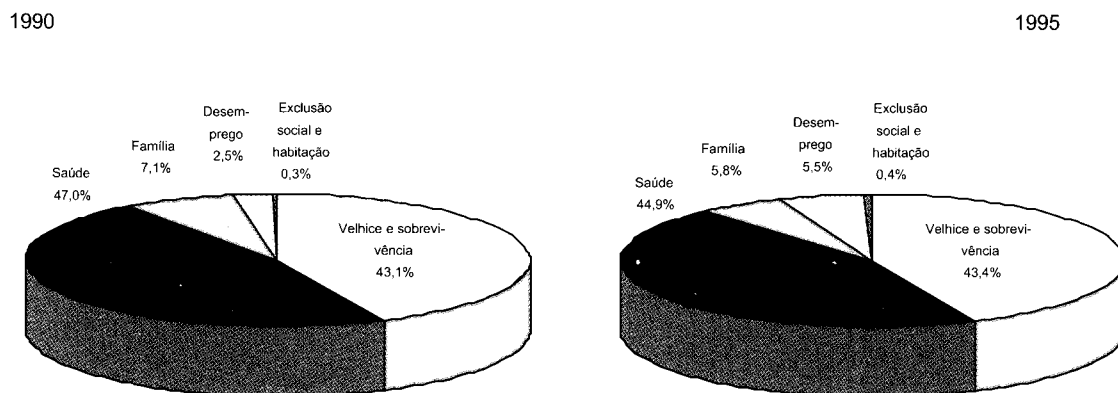
	Total	Velhice e sobrevivência	Saúde (Doença e invalidez)	Família	Desemprego	Exclusão social	Habitação
1990	1 337 753	576 652	627 242	95 243	33 666	4286	664
1991	1 661 910	717 159	767 192	120 027	49 450	7515	567
1992	2 091 936	862 045	1 007 993	134 662	76 688	9959	589
1993	2 453 011	996 664	1 170 343	149 639	124 591	11187	587
1994	2 747 017	1 092 733	1 336 838	153 871	151 718	11193	664
1995	2 912 886	1 264 608	1 306 765	167 545	161 103	12127	738

Fonte: INE-Estatísticas de Protecção Social

As prestações dirigidas para apoio à família representavam, em 1990, apenas 7,1%, enquanto o desemprego apenas absorvia 2,5% do total.

Em 1995, esta composição mantém-se muito semelhante à existente no início da década de 90, sendo, todavia, de salientar os seguintes aspectos: o aumento percentual muito significativo das prestações relativas à função “Desemprego”, que passa de 2,5% para 5,5%, enquanto que quer a “Saúde” quer a “Família” perderam alguma importância relativa.

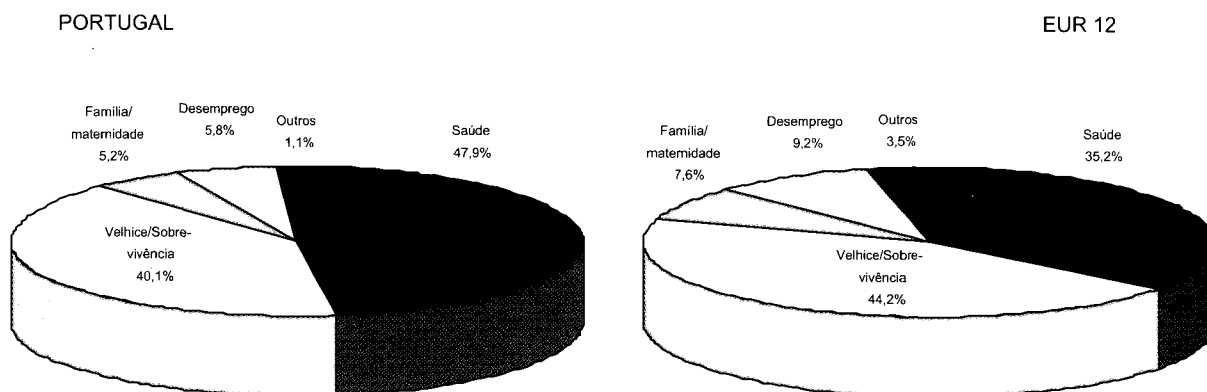
Gráf. 8.5-Prestações de protecção social por grupos de funções, em percentagem do total (1990, 1995)



Fonte: INE-Estatísticas de Protecção Social

Comparando, para 1994, a estrutura nacional com a existente na União Europeia (segundo a antiga metodologia SESPROS) verifica-se que em Portugal o grupo de funções que maiores recursos financeiros absorve é a “Saúde (Doença, Invalidez e Acidentes de trabalho)”, enquanto que na União Europeia é a função “Velhice/sobrevivência”. Por outro lado, as funções “Desemprego” e “Família” tinham uma menor importância no nosso país que no conjunto da União.

Gráf. 8.6-Prestações de protecção social por grupos de funções, em Portugal e na União Europeia (%) (1994)



(*) Inclui dados do Reino Unido referentes a 1993.

Fonte: EUROSTAT-Estatísticas Rápidas: A Protecção Social na União Europeia

Todavia, quando se analisa país a país, encontram-se situações muito diversas. Tal como Portugal, a Holanda, a Irlanda e a Finlândia têm valores percentuais mais elevados na “Saúde” do que na “Velhice/Sobrevivência” mas, enquanto que a Holanda tem um valor idêntico ao do nosso país no que respeita a “Família/Maternidade”, a Finlândia e a Irlanda registam um valor quase duplo do que é estimado para Portugal.

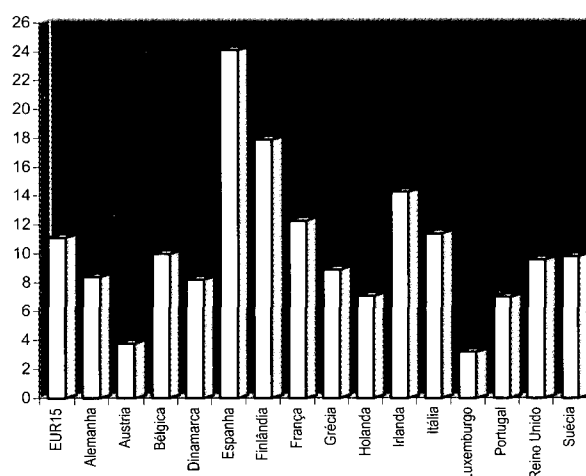
Quadro 8.4-Prestações de protecção social por grupos de funções, na União Europeia(*) (%)
(1994)

	Saúde (doença /invalidez)	Velhice/so- brevivência	Família /maternidade	Desemprego /promoção de emprego	Outros
EUR12	35,2	44,2	7,6	9,2	3,5
Alemanha	38,8	41,2	7,6	9,2	3,1
Bélgica	35,4	44,2	8,1	11,0	1,3
Dinamarca	27,0	36,6	11,6	16,8	8,1
Espanha	36,2	42,6	1,7	18,1	1,4
França	34,0	43,7	9,6	8,1	4,7
Grécia	24,5	66,8	1,2	2,7	4,8
Holanda	43,6	36,8	5,4	10,4	3,8
Irlanda	36,8	27,5	13,1	17,2	5,4
Itália	29,9	64,0	3,6	2,5	0,0
Luxemburgo	38,0	46,0	13,6	2,3	0,2
Portugal	47,9	40,1	5,2	5,8	1,1
Reino Unido	31,3	41,3	11,4	7,3	8,6
Austria	35,6	44,5	12,9	5,3	1,7
Finlândia	35,6	32,3	13,6	15,2	3,3

(*) Dados referentes a 1993 para o Reino Unido; dados não disponíveis para a Suécia.

Fonte: EUROSTAT-Estatística Rápida: A Protecção Social na União Europeia

Gráf. 8.7-Taxas de desemprego (média anual) na União Europeia (%)
(1994)



Nota: Relativamente à Áustria os dados referem-se a 1995.

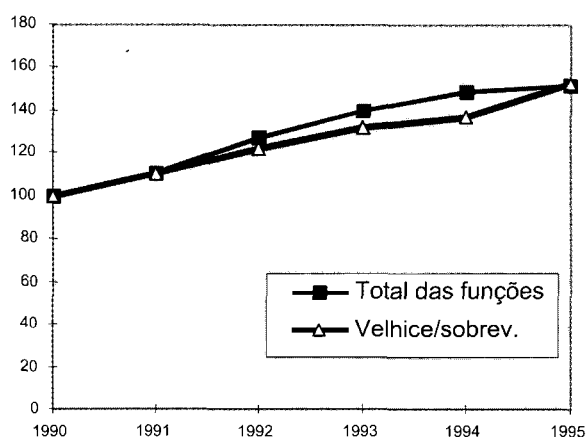
Fonte: EUROSTAT-Estatísticas Rápidas: O Desemprego na União Europeia

A percentagem de 9,2% relativa à função “Desemprego” no âmbito da União Europeia, deriva sobretudo da importância atribuída àquela função pela Espanha, Irlanda e Dinamarca, onde a percentagem é superior a 15% o que, no caso dos dois primeiros países, reflectirá as elevadas taxas de desemprego que neles se verificam.

8.3.1 FUNÇÃO VELHICE/SOBREVIVÊNCIA

O montante das prestações de velhice/sobrevivência aumentou, em termos reais, 52,5% no período 1990-1995, crescimento que é superior em 1,1 pontos relativamente àquele que se regista para a globalidade das prestações.

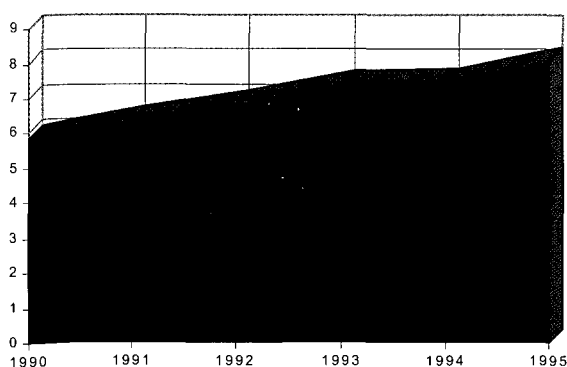
Gráf. 8.8-Crescimento real da função
"Velhice/sobrevivência" - 1990=100 -
(1990-1995)



Fonte: INE-Estatísticas de Protecção Social

A proporção do PIB atribuída a esta função, cresceu 38% entre 1990 e 1995.

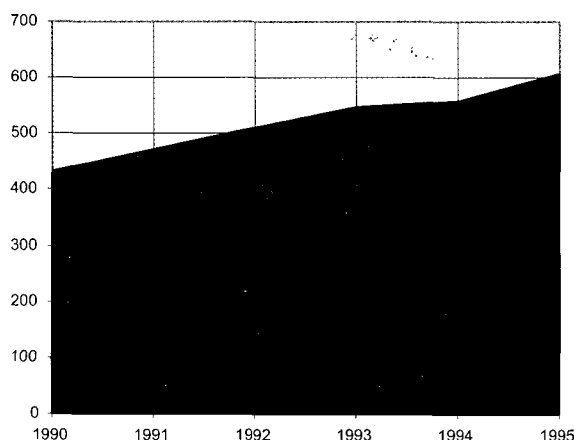
Gráf. 8.9-Prestações de protecção social, - função
"Velhice, sobrevivência", em percentagem do PIB
(1990-1995)



Fonte: INE-Contas Nacionais; Estatísticas de Protecção Social

Considerando a população com 65 e mais anos, população potencialmente beneficiária deste tipo de prestações, verifica-se que o montante médio anual auferido por essa população tem vindo a aumentar, estimando-se para 1995 o valor de 609 milhares de escudos.

Gráf. 8.10-Montante médio de prestações de velhice/sobrevivência - a preços de 1990 - (10³ Esc.)
(1990-1995)

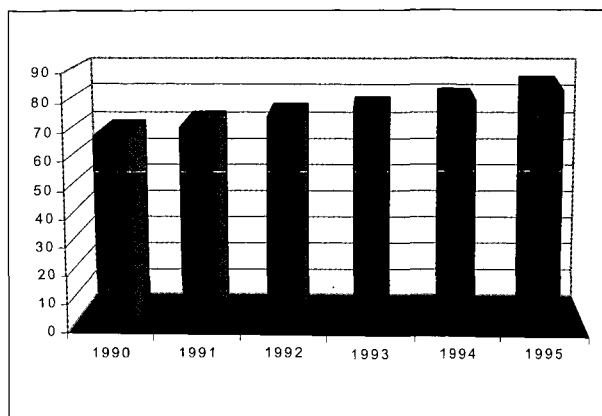


Fonte: INE-Estatísticas de Protecção Social; Estimativas da População Residente

Um último aspecto a referir, ainda no âmbito desta função, é o custo que cada activo suporta para assegurar as prestações.

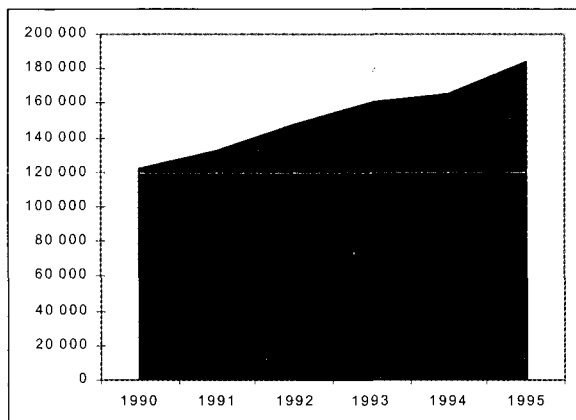
Como mostra o índice de envelhecimento (gráfico 8.11), verifica-se que a população idosa tem crescido mais do que a população jovem - em 1990, por cada 100 indivíduos com idade até 14 anos, existiam 68 indivíduos com 65 e mais anos; em 1995 esse valor passou para 84, o que significa que cada vez mais os activos suportam uma proporção maior de população idosa. Daí resulta que o custo das prestações por activo tenha vindo a aumentar.

Gráf. 8.11-Índice de envelhecimento da população (1990-1995)



Fonte: INE-Estimativas da População Residente

Gráf. 8.12-Custo das prestações velhice/sobrevivência por activo - a preços de 1990 - (10³ Esc.) (1990-1995)



Fonte: INE-Estatísticas de Protecção Social; Inquérito ao Emprego

Quadro 8.5-Número de beneficiários, por tipo de prestação - função "Velhice/Sobrevivência" (1990-1995)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Total	1 920 466	1 965 130	2 024 840	2 104 944	2 199 845	2 191 217
Pensão Velhice	1 329 049	1 353 066	1 382 763	1 416 162	1 435 632	1 454 910
Pensão Sobrevivência	398 197	415 097	440 760	473 836	496 911	520 764
Outras	193 220	196 967	201 317	214 946	267 302	215 543

Fonte: Ministério da Solidariedade e da Segurança Social (MSSS)-Estatísticas da Segurança Social

8.3.2 FUNÇÃO SAÚDE (DOENÇA, INVALIDEZ)

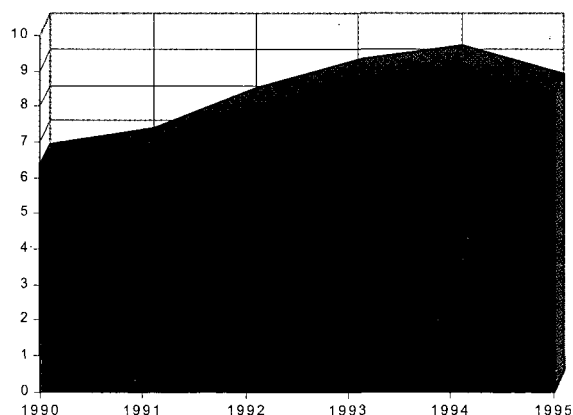
O objectivo de protecção social, nesta área, consiste na manutenção do rendimento através de apoio pecuniário ou em espécie em situações de doença ou de incapacidade de exercer actividades económicas e sociais.

A evolução dos montantes destas prestações acompanha de muito perto a evolução registada na globalidade das prestações até 1993. Em 1994, verifica-se um aumento mais acentuado na "Saúde" mas, entre 1994 e 1995, a totalidade das prestações continua a crescer enquanto que a função "Saúde (Doença /Invalidez)" acusa uma quebra.

A percentagem do PIB afecta a esta função representa 6,4% em 1990, passando, em 1995, para 8,3%, o que significa um acréscimo de 30%.

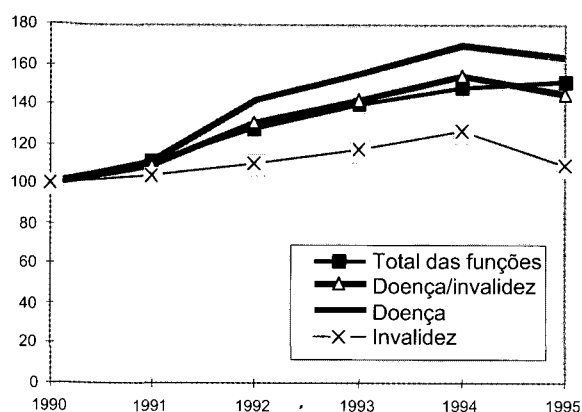
Por outro lado e tal como mostra o gráfico 8.14, é a vertente "Doença" aquela em que se verifica maior crescimento.

Gráf. 8.13-Prestações de protecção social, na função "Saúde (Doença, Invalidez)", em percentagem do PIB (1990-1995)



Fonte: INE-Contas Nacionais; Estatísticas de Protecção Social

Gráf. 8.14-Crescimento real da função "Saúde (Doença, Invalidez)" - 1990=100 - (1990-1995)

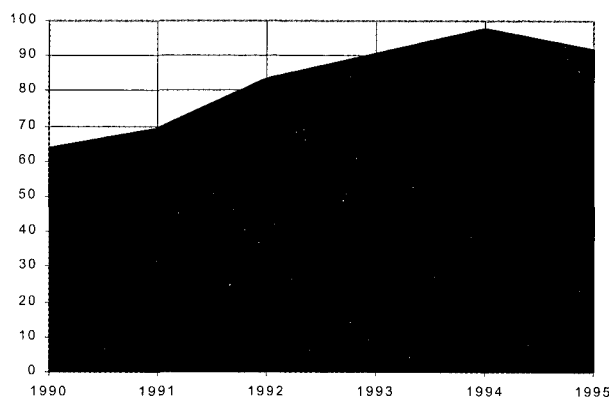


Fonte: INE-Estatísticas de Protecção Social

O montante das prestações por indivíduo acompanha esta evolução, passando de 64

milhares de escudos em 1990 para 92 milhares de escudos, em 1995.

Gráf. 8.15-Montante de prestações *per capita*, por doença/invalidez - a preços de 1990 - (10^3 Esc.) (1990-1995)



Fonte: INE-Estatísticas de Protecção Social; Estimativas da População Residente

Quadro 8.6-Número de beneficiários, por tipo de prestação - função "Saúde" (1990-1995)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Total	1 463 176	1 472 752	1 442 096	1 326 947	1 279 107	1 327 869
Subsídio de doença	803 680	827 785	804 390	709 945	683 061	743 376
Pensão de invalidez	495 397	477 796	464 329	445 761	425 639	411 515
Outras	164 099	167 171	173 377	171 241	170 407	172 978

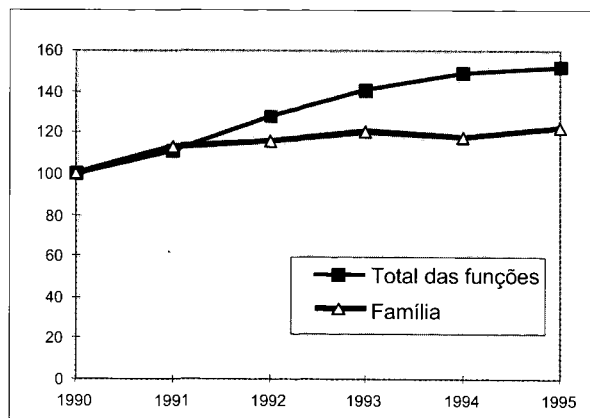
Fonte: Ministério da Solidariedade e da Segurança Social-Estatísticas da Segurança Social

8.3.3 FUNÇÃO FAMÍLIA

As prestações relativas a este domínio são aquelas cujo crescimento foi menos acentuado entre 1990 e 1995 o que traduz, de alguma forma, a evolução demográfica que caracteriza este período, com o envelhecimento da população e a redução da dimensão da família.

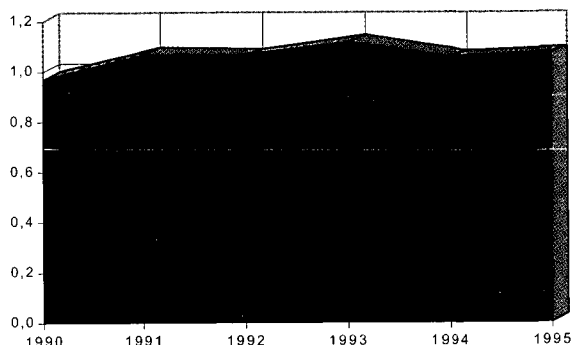
Assim, a parte do PIB consagrada a esta função mantém-se ao longo deste período num valor ligeiramente acima de 1% o que, quando comparado com as restantes áreas, mostra bem a importância relativa desta função.

Gráf. 8.16-Crescimento real da função "Família" - 1990=100 - (1990-1995)



Fonte: INE-Estatísticas de Protecção Social

Gráf. 8.17-Prestações de protecção social, na função "Família", em percentagem do PIB (1990-1995)



Fonte: INE-Contas Nacionais; Estatísticas de Protecção Social

Vários são os dispositivos de apoio à família, quer em termos de maternidade (gravidez, parto), quer em termos dos filhos (adopção, educação de descendentes ou equiparados) ou ainda de assistência a outros membros da família.

Tal como mostra o quadro 8.7, no que respeita à duração da licença de maternidade, Portugal está ainda longe das 28 semanas auferidas na Dinamarca e, mesmo entre os países do Sul da Europa, é aquele cuja duração é menor. No entanto, na vertente monetária, o nosso país encontra-se entre aqueles cujo montante em percentagem do salário líquido é equivalente a 100%, situação que só acontece em mais quatro países.

Quadro 8.7-Duração de licença de parto e montante da prestação, na União Europeia (1992)

	Duração da licença (em semanas)	Montante da prestação (% do salário líquido)
Alemanha	14	*100%
Bélgica	15	82%, depois 75%
Dinamarca	28	100%
Espanha	16	75%
França	16	84%
Grécia	15	50%
Holanda	16	100%
Irlanda	14	70%
Itália	20	80%
Luxemburgo	16	100%
Portugal	13	100%
Reino Unido	6+12	90%, depois montante fixo

Nota: Caracteres a cheio: prestação sujeita a impostos. Sublinhado: prestação escalonada.

*Prestação expressa em percentagem do salário líquido.

Fonte: EUROSTAT-População, Família e Condições de Vida; A Perspectiva Comunitária, 1995

Em termos nacionais, entre 1990 e 1995, o número de beneficiárias abrangidas pelo subsídio de maternidade aumentou 13,5% e o montante das prestações aumentou 46,0%, em termos reais.

Quadro 8.8-Subsídio de maternidade - beneficiárias e montante global das prestações - a preços de 1990 - (1990-1995)

Ano	Beneficiárias (Nº)	Montante global das prestações (10 ⁶ Esc.)
1990	56 400	6 698
1991	61 975	8 073
1992	61 513	8 246
1993	61 376	8 558
1994	60 560	8 632
1995	64 037	9 786

Fonte: Ministério da Solidariedade e da Segurança Social - Estatísticas da Segurança Social

O abono de família é também uma forma de apoio à família, que se consubstancia numa prestação mensal por cada filho.

Este montante é igual para o 1.º e 2.º filho e é superior para o 3.º e seguintes, para as famílias cujo rendimento líquido mensal seja inferior a uma vez e meia a remuneração mínima mensal (RMM).

Quadro 8.9-Abono de família - beneficiários e montantes das prestações(*) (Esc.) (1990-1995)

Ano	Beneficiários (Nº)	Número de descendentes	
		1 e 2	3.º e seguintes, para rendimentos inferiores a 1,5 RMM
1990	1 275 419	1 550	2 350
1991	1 263 248	2 000	3 000
1992	1 286 088	2 200	3 300
1993	1 318 546	2 330	3 500
1994	1 279 532	2 450	3 680
1995	1 275 257	2 580	3 880

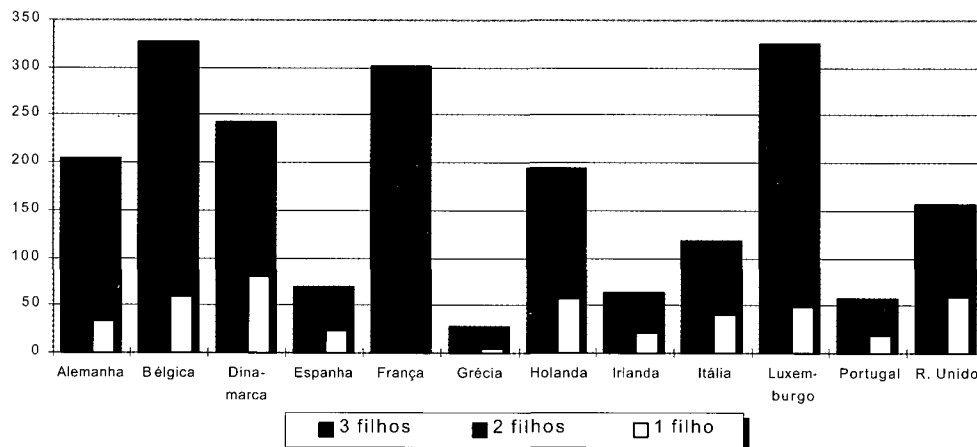
(*) Montante mensal, por descendente.

Fonte: Ministério da Solidariedade e da Segurança Social - Estatísticas da Segurança Social

Em 1990, o abono era de 1550 escudos para o 1.º e 2.º filho e de 2350 escudos para o 3.º filho, nas condições já referidas. Em 1995, estes valores sobem em média cerca de 66%, passando para 2580 e 3880 escudos, respectivamente (em termos reais o aumento foi de 15,5%).

O apoio que as famílias portuguesas recebem mensalmente por cada filho, é o segundo mais baixo no conjunto dos 12 países que constituíam a União Europeia em 1992; atrás de Portugal, só a Grécia ocupa uma posição mais desfavorável. De referir que, em França, as famílias com 1 filho não recebem este tipo de subsídio. Pertencem à Bélgica, Luxemburgo, França e Dinamarca os valores mais elevados.

Gráf. 8.18-Montante mensal de abono de família para 1, 2 ou 3 filhos(*)
na União Europeia(**) (ECU)
(1992)



(*) Montante para o conjunto de descendentes.

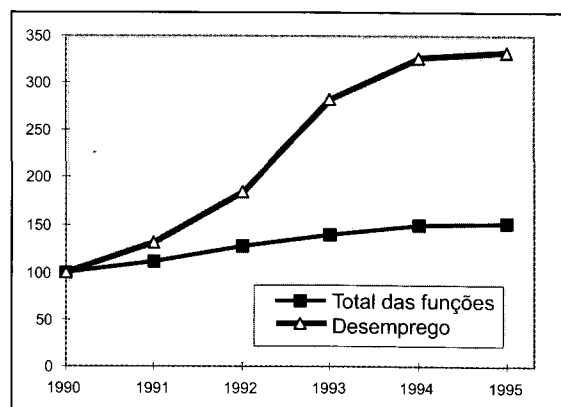
(**) Para a Dinamarca, Alemanha, Grécia e Portugal: montantes máximos pagos; para a Itália: os montantes indicados estão compreendidos nos rendimentos entre 2,1 e 2,4 milhões de liras por ano.

Fonte: EUROSTAT-Retrato Social da Europa

8.3.4 FUNÇÃO DESEMPREGO

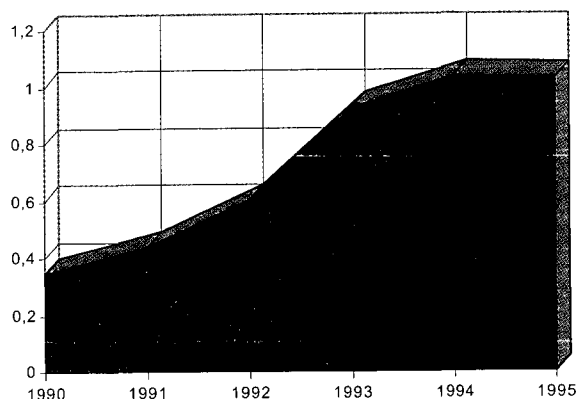
Em consequência do agravamento do desemprego e da necessidade de apoiar financeiramente os indivíduos por ele atingidos, verificou-se que os montantes de prestações relativas à função "Desemprego" registaram um crescimento muito elevado, superior ao das restantes funções. Particularmente significativa é a evolução até 1993, atingindo-se um pico nesse ano para, em seguida, se verificar uma inflexão no sentido de um crescimento menos acentuado.

Gráf. 8.19-Crescimento real da função
"Desemprego" - 1990=100 -
(1990-1995)



Fonte: INE-Estatísticas de Protecção Social

Gráf. 8.20-Prestações de protecção social, na função "Desemprego", em percentagem do PIB (1990-1995)

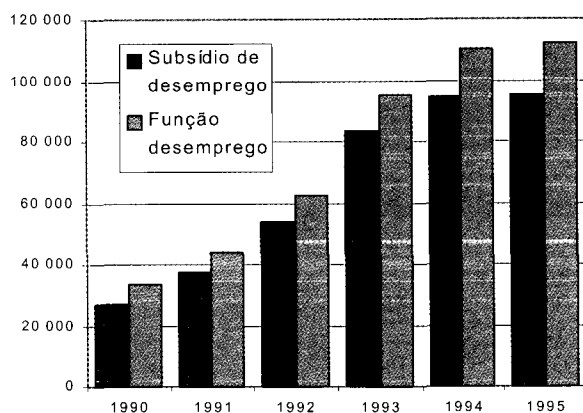


Fonte: INE-Contas Nacionais; Estatísticas de Protecção Social

Este crescimento elevado tem a sua correspondência em termos de afectação do PIB: em 1990, representava 0,3%; em 1995, tinha subido cerca de 3 vezes, passando para 1,03%.

No conjunto das prestações por desemprego, o subsídio de desemprego, que corresponde em média a valores iguais ou superiores a 80% do total da prestação, registou um crescimento de 250%, superior ao da prestação global (233%).

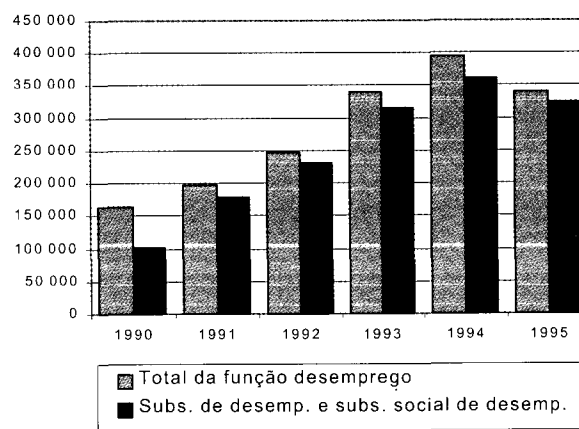
Gráf. 8.21-Prestações da função desemprego e subsídio de desemprego(*) - a preços de 1990 - (10⁶ Esc) (1990-1995)



(*) Inclui o subsídio social de desemprego.

Fonte: INE-Estatísticas de Protecção Social; MSSS-Estatísticas da Segurança Social;

Gráf. 8.22-Número de beneficiários por tipo de prestação - função "Desemprego"(*) (1990-1995)



(*) Inclui o subsídio social de desemprego.

Fonte: INE-Estatísticas de Protecção Social; MSSS-Estatísticas da Segurança Social;

CONCEITOS

Abono de família:

Prestação pecuniária mensal concedida aos descendentes, ou equiparados, dos beneficiários de qualquer regime de Segurança Social, excepto alguns grupos abrangidos pelo Regime de Seguro Social Voluntário e pelo Regime Geral dos Trabalhadores Independentes, até aos 15, 18, 22 ou 25 anos, consoante estejam matriculados no ensino básico ou em curso equivalente, secundário ou em curso equivalente, ou superior, ou frequentem estágio de fim de tese de licenciatura ou pós-graduação. Esta prestação mantém-se ainda até aos 24 anos nas situações que conferem direito ao abono complementar e sem limite de idade para os deficientes que não satisfaçam os requisitos de atribuição do subsídio mensal vitalício e da pensão social. O montante é um valor fixo por cada criança, excepto no caso de os rendimentos do agregado familiar serem inferiores a 1,5 da remuneração mínima mensal, caso em que, para o 3º descendente e seguintes, aquele valor é majorado e sofre, em regra, uma actualização anual.

Contribuições públicas:

Compreendem as despesas de financiamento dos regimes públicos a cargo das administrações públicas e os subsídios públicos aos outros regimes residentes de protecção social. Esta rubrica compreende ainda o produto dos impostos parcial ou inteiramente afectado a fins de protecção social, subsídios e participações nos custos de funcionamento.

Despesas de funcionamento:

São os custos imputados ao regime pela respectiva gestão e administração. Compreendem os custos de inscrição dos beneficiários, da cobrança das quotizações, da administração das prestações, de inspecção, de resseguro, de gestão financeira e os custos gerais.

Função Desemprego:

Manutenção do rendimento e apoio pecuniário ou em espécie relacionados com a situação dos desempregados.

Função Doença:

Manutenção do rendimento e apoio pecuniário relacionado com a doença física ou mental à excepção da invalidez. Cuidados de saúde, tais como, cuidados médicos com vista a manter, restabelecer ou melhorar o estado de saúde das pessoas protegidas, independentemente da origem da doença.

Função Exclusão Social não especificada:

Prestações pecuniárias ou em espécie (excepto cuidados de saúde) especificamente destinadas a combater a exclusão social, sempre que não se encontrem cobertas por uma das outras funções.

Função Família/crianças:

Apoio pecuniário ou em espécie (à excepção de cuidados médicos) relacionados com a gravidez, parto e adopção, educação de descendentes ou equiparados e assistência a outros membros da família.

Função Habitação:

Ajuda aos custos da habitação.

Função Invalidez:

Manutenção do rendimento e apoio pecuniário ou em espécie (à excepção de cuidados médicos) relacionados com a incapacidade dos deficientes físicos ou mentais de exercer as actividades económicas e sociais.

Função Sobrevivência:

Manutenção do rendimento e apoio pecuniário ou em espécie relacionados com a morte de um membro da família.

Função Velhice:

Manutenção do rendimento e apoio pecuniário ou em espécie (à excepção de cuidados médicos) relacionados com a velhice.

Índice de envelhecimento:

Relação existente entre o número de idosos e o de jovens, definido habitualmente como a relação entre a população com 65 e mais anos e a população com 0-14 anos.

Outras despesas:

Agrupam diversas despesas dos regimes de protecção social. Elas são repartidas em rendimento de propriedade e outras.

Outras receitas:

Compreende as outras receitas correntes e receitas em capital dos regimes de protecção social. Incluem os rendimentos de propriedade e as outras receitas.

Prestações sociais:

São transferências, pecuniárias ou em espécie, às famílias ou particulares, efectuadas pelos regimes de protecção social e destinadas a atenuar o encargo que representa para os beneficiários a protecção contra um certo número de riscos ou necessidades.

No sistema central, as prestações sociais referem-se exclusivamente às prestações pecuniárias, aos reembolsos e ao fornecimento directo de bens e serviços. Trata-se, em qualquer caso, de prestações directas porque se supõe um aumento do rendimento disponível (ajustado) do beneficiário.

Protecção social:

É toda a acção desenvolvida por diversas entidades públicas ou privadas, com a finalidade de cobrir riscos, eventualidades ou necessidades do indivíduo ou das famílias, relacionadas com situações de doença, maternidade, acidentes de trabalho, doenças profissionais, desemprego, encargos familiares, habitação, invalidez, velhice, morte e exclusão social, quando essas acções se desenrolem fora do quadro familiar ou individual, sem que para tal haja contrapartida equivalente e simultânea do beneficiário.

Quotizações sociais:

São despesas suportadas pela entidade patronal em benefício dos seus assalariados ou pelas pessoas protegidas por forma a assegurar o direito às prestações sociais.

O facto das quotizações sociais serem pagas por determinadas pessoas pode não ser a única condição para que a pessoa tenha direito às prestações sociais no caso de surgir um risco ou necessidade social. Entre outras condições, cite-se um período de pagamento mínimo, um prazo de carência, uma redução mínima de capacidade de trabalho, etc.

As quotizações sociais a cargo da entidade patronal constituem um elemento indirecto da remuneração dos assalariados (sendo elementos directos, os salários e vencimentos). São geralmente proporcionais aos ganhos dos assalariados mas, podem depender, também, de outros critérios. As quotizações sociais a cargo da entidade patronal podem ser efectivas ou imputadas.

Quotizações sociais efectivas a cargo da entidade patronal:

Compreendem todos os pagamentos que a entidade patronal faz, directamente ou através dum organismo, a instituições que concedem prestações sociais, a fim de adquirir e/ou manter o direito às prestações sociais. Os montantes pagos dependem do rendimento, da massa salarial ou dos efectivos.

Quotizações sociais imputadas a cargo da entidade patronal:

São despesas suportadas pela entidade patronal que concede directamente prestações sociais aos seus trabalhadores, antigos trabalhadores e a quem a elas tenha direito. Os montantes pagos dependem do rendimento, da massa salarial ou dos efectivos. Neste caso, não há intervenção de um segurador autónomo nem constituição de reservas.

Os regimes sem constituição de reservas geridos pelas entidades patronais são frequentemente (mas não exclusivamente) geridos pelas administrações públicas. Como certas prestações são directamente pagas pela entidade patronal, estas são incluídas pela sua natureza social e, por razões de coerência, o financiamento dessas prestações são contabilizadas como receitas imputadas.

Quotizações da pessoa protegida:

Constituem pagamentos dos particulares e das famílias aos regimes de protecção social, com a finalidade de obter ou conservar o direito às prestações sociais. Os montantes pagos dependem do rendimento, da massa salarial ou dos efectivos. São excluídas nas receitas as importâncias dispendidas pelos beneficiários como contrapartida directa das prestações recebidas, tais como as taxas moderadoras.

Subsídio de desemprego:

Prestação pecuniária concedida aos trabalhadores que reúnem, na generalidade, as seguintes condições: terem sido trabalhadores por conta de outrem, durante, pelo menos, 540 dias de trabalho com o correspondente registo de remuneração num período de 24 meses imediatamente anterior à data de desemprego; tenham capacidade e disponibilidade para o trabalho; estejam em situação de desemprego involuntário; estejam inscritos nos centros de emprego; contribuam sobre salários reais.

Subsídio de maternidade:

Prestação pecuniária concedida às trabalhadoras durante 98 dias no período da maternidade, devendo 60 ser gozados imediatamente após o parto, podendo os restantes ser gozados, total ou parcialmente, antes ou depois do parto. As condições de atribuição relativas a períodos mínimos de inscrição e de descontos são iguais às do subsídio por doença. O montante diário é igual à remuneração média considerada para efeitos de cálculo do subsídio de doença, mas onde se incluem

os subsídios de natal e férias percebidos, quando isso ocorra dentro do período considerado para o cálculo.

Subsídio social de desemprego:

Prestação pecuniária concedida aos trabalhadores que, na situação de desemprego involuntário, tenham capacidade e disponibilidade para o trabalho, estejam inscritos nos centros de emprego e reúnam ainda as seguintes condições: tenham esgotado os prazos de concessão do subsídio de desemprego ou tenham sido trabalhadores por conta de outrem, durante pelo menos 180 dias, com o correspondente registo de remunerações, num período de 12 meses imediatamente anterior à data do desemprego, desde que o agregado familiar dos beneficiários não disponha de rendimentos mensais per capita superiores a 80% do valor da remuneração mínima estabelecida por lei para o sector em que desenvolvia a sua actividade. O período de concessão é igual ao estabelecido para o subsídio de desemprego e, quando é atribuído sequencialmente a este, tem uma duração correspondente a metade dos períodos considerados no subsídio de desemprego. Aos trabalhadores com 55 e mais anos o subsídio poderá prolongar-se até aos 60 anos para efeitos de antecipação da idade da reforma.

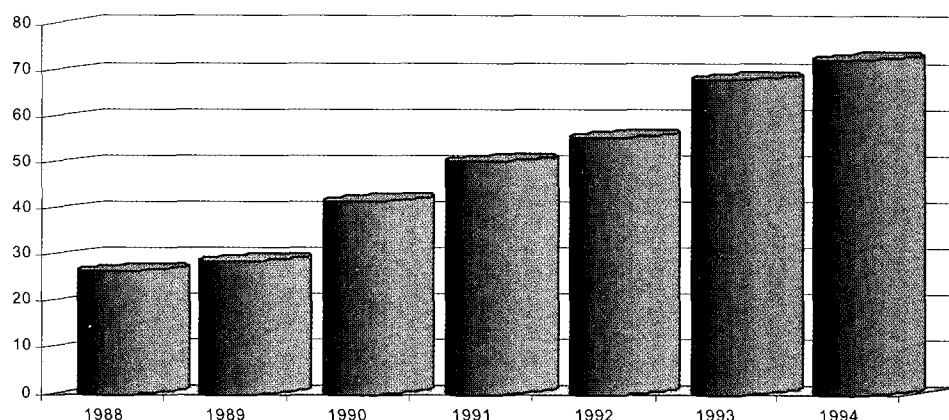
Transferências entre regimes:

São transferências sem contrapartida a receber ou a pagar a outros regimes de protecção social, de acordo com a classificação das receitas de Protecção Social.

Exemplo de transferências entre regimes: as transferências que visam reduzir o défice de um dos regimes.

- A despesa pública em saúde por habitante quase triplicou entre 1988 e 1994. Na União Europeia, Portugal afecta uma maior fatia do PIB à Saúde do que países como a Dinamarca ou o Reino Unido, mas ainda longe dos valores de países como a França ou a Áustria.
- Verificou-se um acentuado acréscimo dos recursos humanos ao serviço da saúde entre 1990 e 1995. O número de médicos por 100 000 habitantes, passa de 284 para 296; o número de médicos especialistas é, em 1995, praticamente o dobro do que existia em 1990.
- As doenças do aparelho circulatório, os tumores malignos e as mortes violentas são as principais causas de morte.
- A sida atinge particularmente os homens: 84% dos casos em 1995.
- No Alentejo e Algarve existem 320 e 270 camas por 100 000 habitantes, no conjunto dos estabelecimentos de saúde, quando a média nacional em 1995 é de 460 camas. A situação mais favorável encontra-se nas regiões autónomas - Madeira e Açores com 710 e 690 camas, respectivamente.

**Despesa das administrações públicas
em saúde, *per capita* (10^3 Esc.)
(1988-1994)**



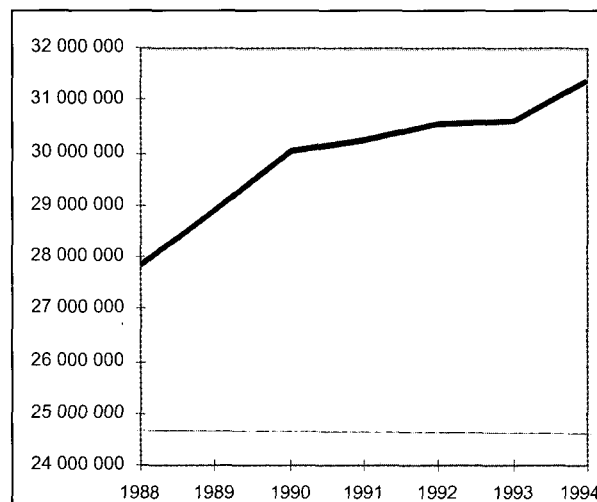
Fonte: INE-Contas Nacionais

9.1 - DESPESA PÚBLICA EM SAÚDE

Em 1994, o consumo final em saúde atingiu 962 705 milhares de contos a preços correntes, o que correspondia a 6,6% do PIB e a 97,2 milhares de escudos *per capita*, contra 5,7% do PIB e 40,7 milhares de escudos por habitante em 1988. No espaço de 7 anos o consumo final com a saúde, por habitante, mais que duplicou.

Vários factores influenciaram esta evolução crescente, nomeadamente o envelhecimento da população, a exigência de maiores cuidados médicos, bem como uma maior preocupação com o estado de saúde por parte da população em geral. Por outro lado, têm sido também razões para este crescimento, a maior oferta quer em termos de infra-estruturas, como de apoio em recursos humanos, em particular o pessoal médico.

Gráf. 9.1-Número de consultas efectuadas nos hospitais e centros de saúde (1988-1994)



Fonte: INE-Estatísticas da Saúde

No sistema de saúde em Portugal assume particular relevância o papel da administração pública (Estado), aqui representado pela parte do PIB afecto a esta função.

Como se pode verificar pelo quadro 9.2, a parcela do PIB afecta à saúde regista um aumento de 32%, passando de 3,7% em 1988 para 4,9% em 1994.

Quadro 9.1-Consumo final nacional em saúde (1988-1994)

Ano	Consumo final nacional		Consumo final <i>per capita</i> (10 ³ Esc.)
	(10 ⁶ Esc.)	(% do PIB)	
1988	406 119	5,7	40,7
1989	453 738	5,4	45,7
1990	566 644	5,7	57,2
1991	663 025	5,9	67,2
1992	739 673	5,8	75,0
1993	901 399	6,7	91,2
1994	962 705	6,6	97,2

Fonte: INE-Contas Nacionais

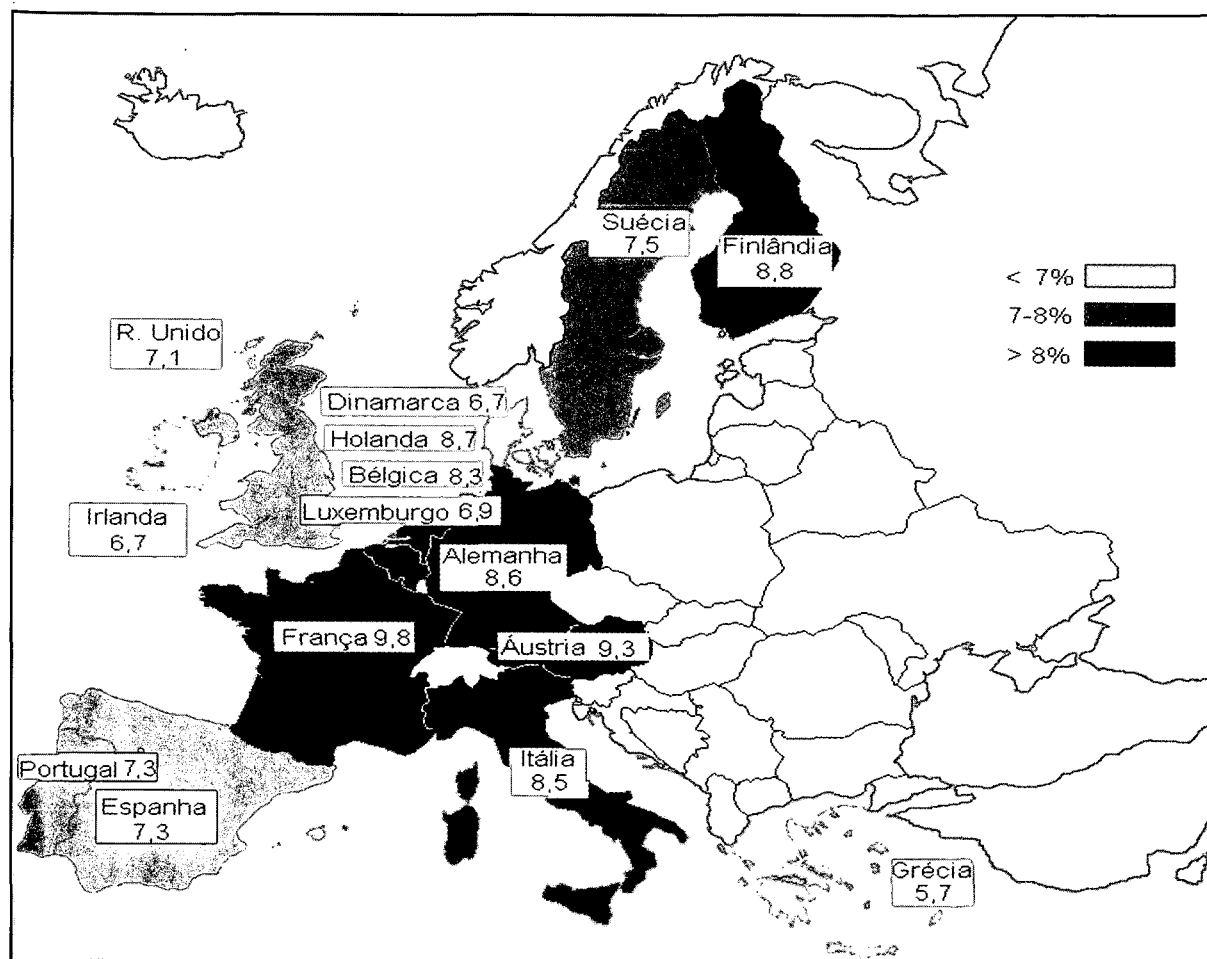
Quadro 9.2-Despesas da administração pública em saúde (1988-1994)

Ano	Despesas da administração pública em saúde (% do PIB)		
	Total	Correntes	De capital
1988	3,7	3,5	0,2
1989	3,4	3,2	0,2
1990	4,2	4,0	0,2
1991	4,4	4,2	0,2
1992	4,3	4,1	0,2
1993	5,0	4,7	0,3
1994	4,9	4,6	0,3

Fonte: INE-Contas Nacionais

No contexto europeu, Portugal ocupa uma posição intermédia relativamente à parcela do PIB afectada a despesas com saúde, registando um valor superior a países como a Dinamarca (6,7%), o Reino Unido (7,1%) ou o Luxemburgo (6,9%) e idêntico ao valor estimado para a Espanha nesse mesmo ano.

Gráf. 9.2-Total das despesas com saúde, em percentagem do PIB,
nos países da União Europeia
(1993)



Fonte: EUROSTAT-Anuário Estatístico

9.2 - RECURSOS HUMANOS

Entre 1990 e 1995, os indicadores relativos ao pessoal de saúde revelaram uma melhoria acentuada, particularmente ao nível **dos médicos e do pessoal de enfermagem**: em 1990, havia 284 médicos e 281 enfermeiros por 100 000 habitantes; em 1995, estes valores elevaram-se para 296 médicos e 338 enfermeiros.

Quadro 9.3-Pessoal de saúde (Nº)
(1985, 1990-1995)

Ano	Médicos			Farma- cêuticos	Dentistas				Pessoal de enfer- magem
	HM	H	M		Total	Médicos dentistas	Estoma- tologistas	Odonto- logistas	
1985	24 629	15 747	8 882	4 166	1 265	239	600	426	23 991
1990	28 016	16 893	11 123	5 438	1 687	667	645	375	27 652
1991	28 326	16 941	11 385	5 912	1 691	675	643	373	29 418
1992	28 604	16 986	11 618	5 950	1 772	811	613	348	29 626
1993	28 769	16 987	11 782	6 030	2 064	973	750	341	30 975
1994	29 031	16 997	12 034	6 319	2 307	1 197	769	341	31 991
1995	29 353	17 045	12 308	6 432	2 532	1 411	780	341	33 549

Nota: Pessoal inscrito na Ordem dos Médicos, Ordem dos Farmacêuticos, associações e sindicatos respectivos. O pessoal de enfermagem refere-se ao que presta serviço nos hospitais e centros de saúde.

Fonte: INE-Estatísticas da Saúde

De referir, por outro lado, que o aumento que se verifica nos “Dentistas” se deve fundamentalmente aos médicos dentistas, os quais mais do que duplicaram no período em análise.

Comparando Portugal com os demais países da União Europeia (ano de 1993), verifica-se que a posição do nosso país apresenta situações diversas relativamente às categorias selecionadas: é manifestamente desfavorável no que diz respeito a “dentistas”, em que Portugal apresenta o pior rácio (21 por 100 000 habitantes), para um valor 5 vezes maior existente na Grécia e na Suécia (104).

Por outro lado, 61 farmacêuticos por 100 000 habitantes coloca Portugal numa posição intermédia, havendo países como a Holanda (16), o Reino Unido (37) ou a Irlanda (28) que têm um valor inferior ao nosso país.

Também para a categoria “Médicos”, Portugal está relativamente bem colocado (292 por 100 000 habitantes); embora ainda abaixo da Grécia (388) ou da Bélgica (366), este rácio é todavia superior ao do Reino Unido (164), da Irlanda (167), da França (281) ou da Finlândia (264).

Quadro 9.4-Número de médicos, dentistas
e farmacêuticos por 100 000 habitantes,
na União Europeia
(1993)

	Mé- di- cas	Dentis- tas	Farma- cêuticos
Alemanha	321	72	52
Áustria	328	44	49
Bélgica	366	69	133
Dinamarca (1)	284	89	39
Espanha	408	31	99
Finlândia	264	91	138
França	281	69	47
Grécia (2)	388	104	77
Holanda (3)	252	53	16
Irlanda	167	40	28
Itália (4)	535	x	x
Luxemburgo	215	51	x
Portugal	292	21	61
Reino Unido	164	39	37
Suécia (5)	300	104	63

(1) Os dados referem-se a 1992.

(2) Número de farmácias, na coluna de farmacêuticos.

(3) Os dados relativos a médicos e dentistas referem-se a 1990.

(4) Os dados referem-se a 1991 e incluem os dentistas.

(5) Os dados relativos a dentistas referem-se a 1991 e, a farmacêuticos, a 1990.

Fonte: EUROSTAT-Estatísticas Rápidas - Dados Estatísticos sobre os Sistemas de Saúde na União Europeia (1980-1993)

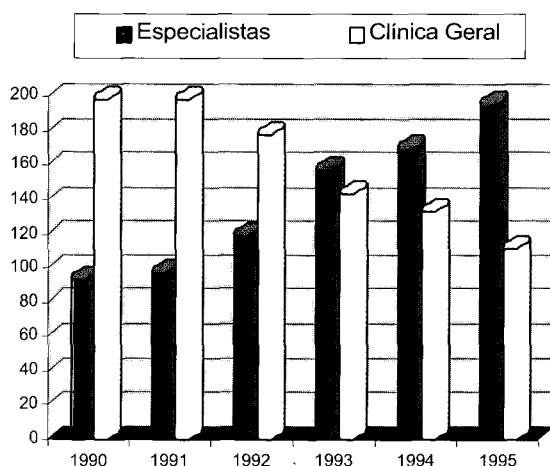
Em Portugal, analisando os médicos de clínica geral *versus* especialistas, verifica-se um aumento crescente destes últimos que se vai traduzir, em 1995, por 196 especialistas por 100 000 habitantes, isto é, mais do dobro dos que havia em 1990 (94 por 100 000 habitantes).

A evolução atrás referida não aconteceu uniformemente em todas as regiões: em 1993, as regiões Norte, Centro, e Lisboa e Vale do Tejo já detinham um rácio (**médicos especialistas** por 100 000 habitantes) superior ao de clínicos gerais, situação que só se verifica no Alentejo e no Algarve em 1995. No que respeita às regiões autónomas, a situação de predomínio dos médicos especialistas foi obtida

em 1994. Lisboa e Vale do Tejo é, no entanto, a região que concentra maior número de médicos especialistas, relativamente às demais regiões.

No domínio da saúde, a **participação das mulheres** varia consoante as categorias consideradas. Assim, é manifestamente elevada no que respeita a pessoal técnico e de enfermagem, atingindo valores da ordem dos 80%, para 1995.

Gráf. 9.3-Número de médicos de clínica geral e especialistas, por 100 000 habitantes (1990-1995)



Fonte: INE-Estatísticas da Saúde

Já quando se analisa enquanto classe médica, a situação é de menor participação, não atingindo os 50%.

Por outro lado, é curioso verificar que relativamente ao quadro das especialidades médicas existentes, a situação em 1995 não é muito diversa da que existia em 1985. Tomando como referência algumas especialidades mais significativas, verifica-se que em 1995, tal como em 1985, Cardiologia, Cirurgia geral, Estomatologia, Ortopedia e Oftalmologia são maioritariamente especialidades masculinas, pese embora alguma tendência para o aumento do número de mulheres. Anestesiologia, Ginecologia e obstetrícia, Generalista e Pediatria são especialidades em que a componente feminina é maioritária, não obstante a diferença relativa não ser tão elevada quanto para as especialidades atrás referidas.

Quadro 9.5-Médicos por sexo segundo algumas especialidades (Nº) (1985, 1990-1995)

Especialidades		Total de especialistas	Anestesiologia	Cardiologia	Cirurgia geral	Estomatologia	Generalista	Ginecologia e Obstetrícia	Oftalmologia	Ortopedia	Otorrinolaringologia	Pediatria
Ano - Sexo												
1985	HM	7 704	264	353	672	600	217	288	328	239	235	647
	H	6 007	145	320	649	558	145	146	279	239	233	359
	M	1 697	119	33	23	42	72	142	49	-	2	288
1990	HM	9 251	308	455	681	645	275	330	446	261	314	732
	H	6 876	161	405	657	578	170	162	364	260	302	386
	M	2 375	147	50	24	67	105	168	82	1	12	346
1991	HM	9 566	312	484	675	643	274	325	471	264	327	752
	H	7 029	159	426	650	575	173	157	377	263	310	391
	M	2 537	153	58	25	68	101	168	94	1	17	361
1992	HM	11 755	317	502	687	613	2 061	348	475	266	337	769
	H	8 000	160	438	656	542	1 008	166	376	264	315	388
	M	3 755	157	64	31	71	1 053	182	99	2	22	381
1993	HM	15 555	685	561	932	750	2 672	651	588	536	380	992
	H	10 225	282	486	860	640	1 267	320	460	526	350	490
	M	5 330	403	75	72	110	1 405	331	128	10	30	502
1994	HM	16 848	802	566	927	769	2 992	765	643	619	391	1 074
	H	10 844	318	485	856	645	1 417	369	493	605	358	516
	M	6 004	484	81	71	124	1 575	396	150	14	33	558
1995	HM	19 416	935	618	1 117	780	4 032	916	667	658	434	1 158
	H	12 000	352	523	1 008	646	1 813	451	506	642	385	549
	M	7 416	583	95	109	134	2 219	465	161	16	49	609

Nota 1: Os médicos são contados tantas vezes quantas as especialidades que exercem.

Nota 2: Em 1992, os generalistas aumentaram devido ao facto da Ordem dos Médicos ter aberto um período especial para novas inscrições.

Fonte: INE-Estatísticas da Saúde

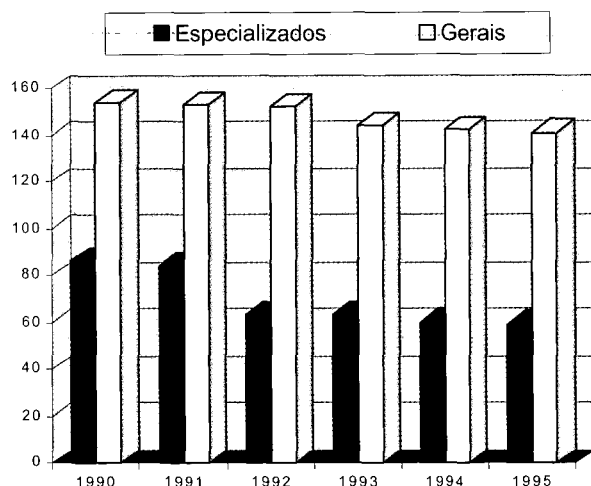
9.3 - ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE

Entre 1990 e 1995, a **oferta hospitalar** registou uma quebra, que ocorreu tanto a nível de hospitais oficiais como particulares.

A tendência nos hospitais oficiais foi no sentido de encerrar hospitais especializados, (-47,1%) ao mesmo tempo que o número de unidades gerais, não era significativamente afectado (-2,1%).

O decréscimo de hospitais particulares tem duas vertentes: por um lado acentuou-se nos gerais, (ao contrário dos oficiais) e afectou principalmente os hospitais com fins lucrativos.

Gráf. 9.4-Número de hospitais gerais e especializados (1990-1995)

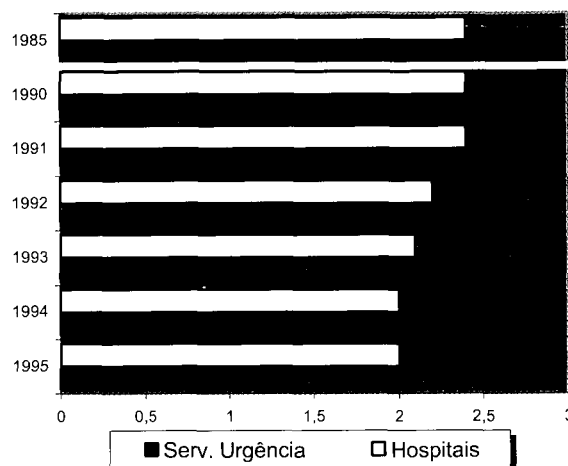


Fonte: INE-Estatísticas da Saúde

Em consequência desta evolução, o número de hospitais para 100 000 habitantes registou uma ligeira quebra - entre 1990 e 1995 este rácio passou de 2,4 para 2,0.

Um outro aspecto a salientar é o que se refere aos **serviços de urgência**: se recuarmos a 1985, verifica-se que entre esse ano e 1990 a tendência foi de uma certa estabilidade no que respeita ao número de hospitais em funcionamento e à entrada em exercício de mais serviços de urgência; no período seguinte (1990-1995) a evolução foi no sentido de encerramento tanto de uns como de outros, embora com maior relevância no caso dos hospitais (16,7% e 14,0% respectivamente).

Gráf. 9.5-Serviços de urgência e hospitais, por 100 000 habitantes (1985, 1990-1995)

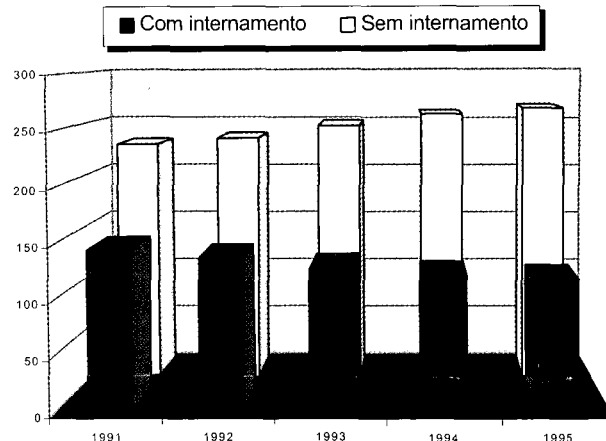


Fonte: INE-Estatísticas da Saúde

A acção dos **centros de saúde** tem vindo a revestir-se de particular importância no conjunto das infra-estruturas de saúde em virtude de, em alguns aspectos, complementar a actividade hospitalar e, noutros casos, ter mesmo um contributo determinante.

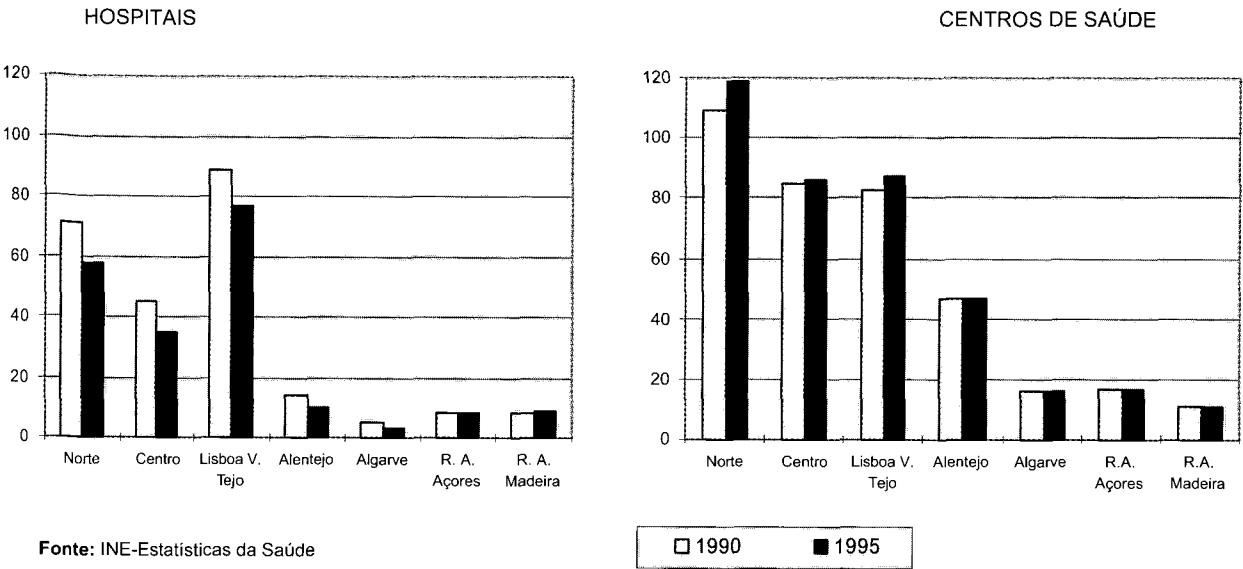
No entanto, as características do apoio prestado pelos centros de saúde têm vindo a alterar-se: a tendência tem sido no sentido de privilegiar os cuidados de saúde primários através do aumento do número de centros de saúde sem internamento, em detrimento dos que têm internamento.

Gráf. 9.6-Número de centros de saúde (1991-1995)



Fonte: INE-Estatísticas da Saúde

Gráf. 9.7-Número de hospitais e de centros de saúde, por região
(1990, 1995)



Como resultado da evolução verificada no conjunto das unidades de saúde e tomando como indicador o **número de camas** por 100 000 habitantes (lotação praticada), verifica-se que este rácio traduz uma certa estabilidade, embora com uma tendência de sentido decrescente, que é mais importante nos hospitais oficiais (315 em 1990 para 304 em 1995).

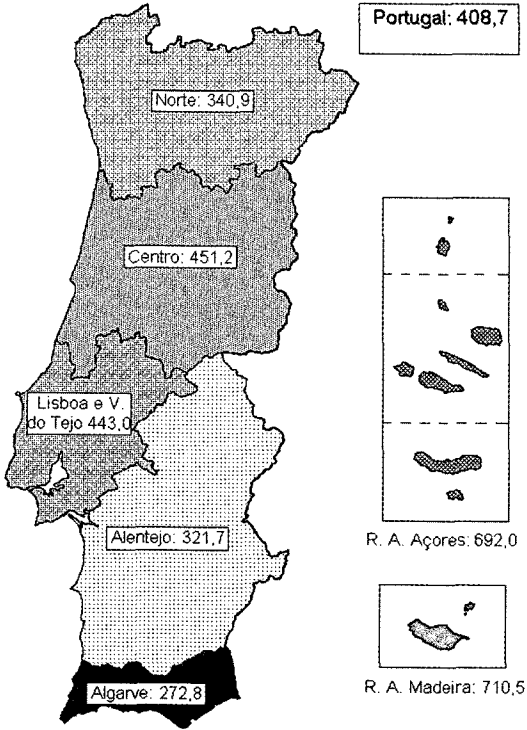
Quadro 9.6-Número de camas por 100 000 habitantes, nos hospitais e centros de saúde
(1990-1995)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Hospitais e C. de Saúde	435	427	424	415	410	409
Oficiais	348	341	337	331	326	325
Particulares	87	86	87	84	84	84
Hospitais	403	397	397	391	388	388
Oficiais	315	311	310	307	304	304
Particulares	87	86	87	84	84	84
Centros de Saúde	33	30	27	24	22	21

Fonte: INE-Estatísticas da Saúde

Cabe às regiões autónomas da Madeira e dos Açores o valor mais elevado, relativamente ao número de camas por 100 000 habitantes (710 e 692, em 1995), tendo o Algarve o valor mais baixo (273). Qualquer que seja o ano considerado, o Norte, o Alentejo e o Algarve apresentam sempre valores abaixo da média nacional.

Gráf. 9.8-Número de camas por 100 000 habitantes, por região - NUTS II
(1995)



Fonte: INE-Estatísticas da Saúde

O número de internamentos por cama, bem como a demora média de internamento, reflectem o que se poderá designar por rotação hospitalar.

É assim que, em valores nacionais e entre 1990 e 1995, se verifica um maior número de internamentos por cama, embora com tendência para estabilizar a partir de 1993 e, por outro lado, se reduz a permanência dos internamentos.

Quadro 9.7-Número de internamentos por cama, nos hospitais e centros de saúde (1990-1995)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Hospitais e C. Saúde	25	26	27	28	28	28
Oficiais	28	29	30	31	31	32
Particulares	15	16	16	16	15	15
Hospitais	26	27	28	29	29	29
Oficiais	29	30	31	33	33	33
Particulares	15	16	16	16	15	15
Centros de Saúde	16	16	15	16	16	16

Fonte: INE-Estatísticas da Saúde

Quadro 9.8-Demora média hospitalar (em dias), nos hospitais e centros de saúde (1990-1995)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Hospitais e C. Saúde	10,8	10,6	10,1	9,9	9,7	9,8
Oficiais	9,7	9,5	9,1	8,8	8,8	8,8
Particulares	19,2	18,3	17,8	18,2	16,5	17,8
Hospitais	10,6	10,4	10,0	9,7	9,5	9,6
Oficiais	9,4	9,3	8,9	8,6	8,6	8,6
Particulares	19,2	18,3	17,8	18,2	16,5	17,8
Centros de Saúde	14,3	14,1	14,9	14,8	15,2	15,0

Fonte: INE-Estatísticas da Saúde

De salientar, no entanto, o caso dos hospitais particulares. Com efeito, apresentam sempre uma demora média hospitalar muito superior à dos oficiais e um número de internamentos por cama muito inferior. Estes valores estarão possivelmente associados às especialidades que praticam, entre as quais está a psiquiatria que, naturalmente, tem um período de internamento superior ao de outras especialidades.

Um quarto indicador a referir é o da taxa de ocupação efectiva que, ao longo do período considerado, não se afastou de um valor médio de 73,5%.

Quadro 9.9-Taxa de ocupação efectiva de camas, nos hospitais e centros de saúde (%) (1990-1995)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Hospitais e C. Saúde	72,9	73,5	72,8	74,5	72,8	74,3
Oficiais	72,5	72,9	72,4	74,4	74,6	74,7
Particulares	74,7	75,6	74,4	74,7	66,0	72,6
Hospitais	73,9	74,6	73,8	75,3	73,4	74,9
Oficiais	73,7	74,3	73,6	75,5	75,5	75,5
Particulares	74,7	75,6	74,4	74,7	66,0	72,6
Centros de Saúde	60,3	58,7	57,7	60,9	62,3	63,1

Fonte: INE-Estatísticas da Saúde

Comparando com os restantes países comunitários (ano de 1993), apenas a Espanha (407 camas por 100 000 habitantes) tem uma situação muito semelhante à do nosso país (416). Em situação diametralmente oposta, estão o Luxemburgo (1154), a Holanda (1131) e a Finlândia (1007), com valores duas vezes e meia superiores aos de Portugal.

Por outro lado e também a par da Espanha e da Holanda, Portugal (11,4% da população) é um dos países em que o movimento de utentes dos serviços hospitalares foi dos mais baixos. Cabem à Áustria (26,1) e à Finlândia (24,4) os valores mais elevados.

No que respeita à demora hospitalar, existem situações muito díspares, que variam entre 7,6 dias para a Dinamarca, até um valor máximo de 33,3 dias na Holanda. Portugal neste domínio encontra-se entre os países com menor demora hospitalar (9,9).

Quadro 9.10-Camas, taxas de admissão e demora média hospitalar, na União Europeia (1993)

	Camas 100 000 habit.	Admiss. hospit. (% po- pulação)	Demora média hos- pitalar
Alemanha	776	21,3	15,8
Áustria	949	26,1	10,6
Bélgica	594	19,7	12,0
Dinamarca (1)	518	20,5	7,6
Espanha	407	10,0	11,5
Finlândia	1007	24,4	14,8
França	927	23,4	11,7
Grécia (2)	497	13,1	9,8
Holanda	1131	11,0	33,3
Irlanda (3)	626	15,5	7,7
Itália (4)	686	15,5	11,2
Luxemburgo (5)	1154	20,3	16,5
Portugal	416	11,4	9,9
Reino Unido (4)	532	20,9	12,3
Suécia	610	19,5	9,4

(1) O número de camas refere-se a 1992.

(2) A percentagem de admissões refere-se a 1991, e a demora a 1992.

(3) O número de camas refere-se a 1990, e a demora a 1992.

(4) O número de camas e a demora, referem-se a 1992.

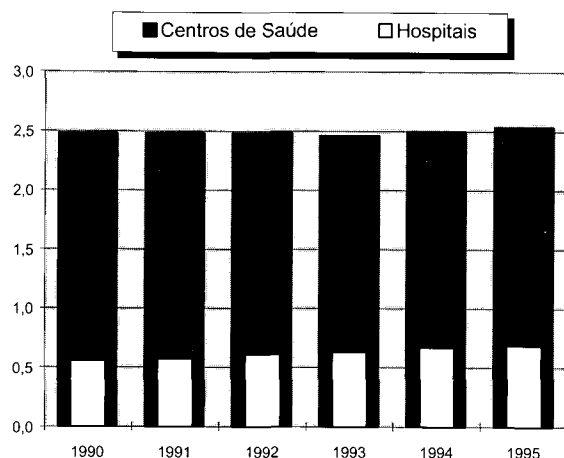
(5) A demora refere-se a 1992.

Fonte: EUROSTAT-Estatísticas Rápidas - Dados sobre os Sistemas de Saúde na União Europeia (1980-1993)

Em 1995, o número de consultas efectuadas nos hospitais e centros de saúde foi de 3,2 por habitante, valor ligeiramente superior ao de 1990 (3,0). Mais de 3/4 destas consultas foram realizadas nos centros de saúde.

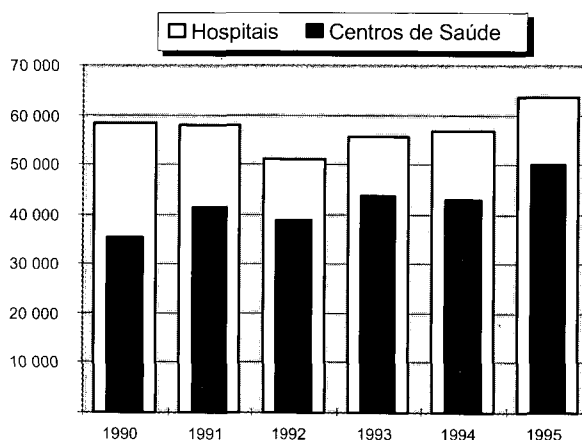
É também nos Centros de Saúde que se tem verificado o maior aumento do número de atendimentos com carácter de urgência: em 1990, os centros de saúde atenderam 35 264 casos de urgência por 100 000 habitantes e os hospitais 58 393; em 1995, estes últimos atenderam mais 9% de casos, enquanto os centros de saúde atenderam mais 42% de situações de urgência.

Gráf. 9.9-Consultas por habitante, efectuadas nos hospitais e centros de saúde (Nº) (1990-1995)



Fonte: INE-Estatísticas da Saúde

Gráf. 9.10-Doentes socorridos nos serviços de urgência dos hospitais e centros de saúde, por 100 000 habitantes (Nº) (1990-1995)

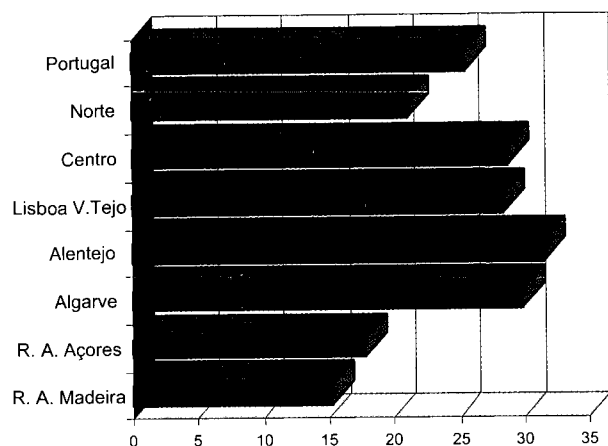


Fonte: INE-Estatísticas da Saúde

9.4 - FARMÁCIAS

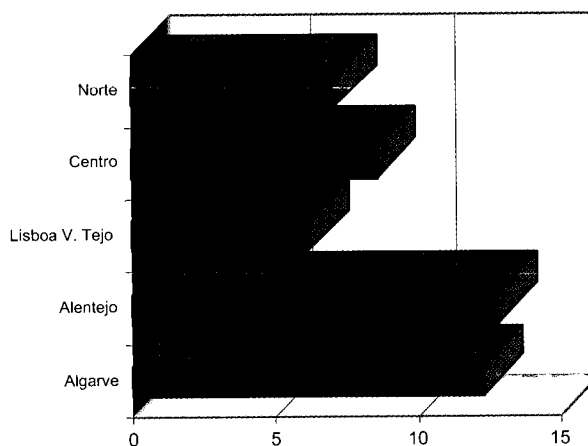
Entre 1990 e 1995, o número de farmácias registou um aumento muito reduzido (1%). Analisando apenas este último ano, verificam-se assimetrias regionais muito significativas. Aparentemente o Alentejo e o Algarve seriam as regiões mais favorecidas - 31,5 e 29,8 farmácias por 100 000 habitantes, respectivamente; no entanto, se se tiver em linha de conta a distância que a população tem de percorrer para adquirir os seus serviços, verifica-se que Lisboa e Vale do Tejo e o Norte são as mais favorecidas - 6,2 Km e 7,2 Km, para 12,8 Km e 12,3 Km, no que respeita ao Alentejo e Algarve.

Gráf. 9.11-Número de farmácias, por
100 000 habitantes e por região
(1995)



Fonte: INE-Estatísticas da Saúde

Gráf. 9.12-Distância média apurada, das freguesias
não equipadas com farmácia, por região (Km)
(1995)



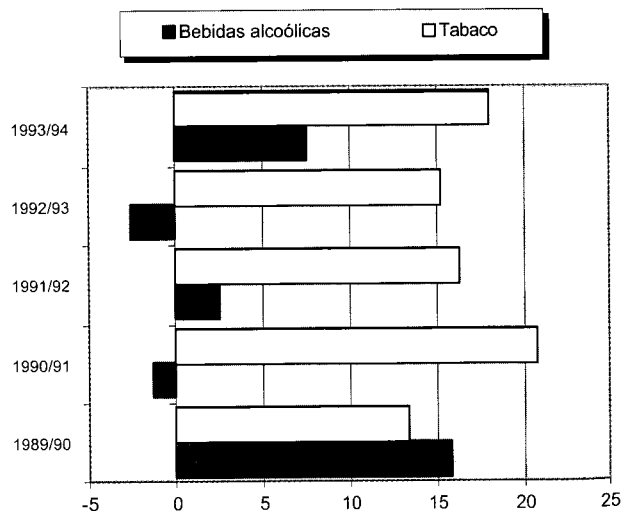
Fonte: INE-Inventários Municipais

9.5 - CONSUMO DE TABACO E ÁLCOOL

O tabaco e o álcool são considerados como factores de risco de muitas doenças, nomeadamente cancro e doenças cardio-vasculares.

Os hábitos de consumo destes produtos pelas famílias portuguesas, medidos através da respectiva despesa anual mostram tendências distintas. No consumo de tabaco não parece haver sintomas de redução, enquanto que, no que respeita ao álcool, pelo contrário, parece registar-se um certo abrandamento a partir de 1990.

Gráf. 9.13-Taxa de crescimento anual do consumo
das famílias, em álcool e tabaco (%)
(1989-1994)



Fonte: INE-Contas Nacionais

9.6 - CAUSAS DE MORTE

No período que medeia entre 1990-1995, a taxa de mortalidade global não registou uma evolução uniforme, tendo-se verificado aumentos em 1991 e 1993 e quebras em 1992 e 1994. Em 1995, a taxa de mortalidade foi de 10,4‰, valor idêntico ao apurado para 1990.

Quadro 9.11-Óbitos, segundo as principais causas de morte (Nº)
(1990-1995)

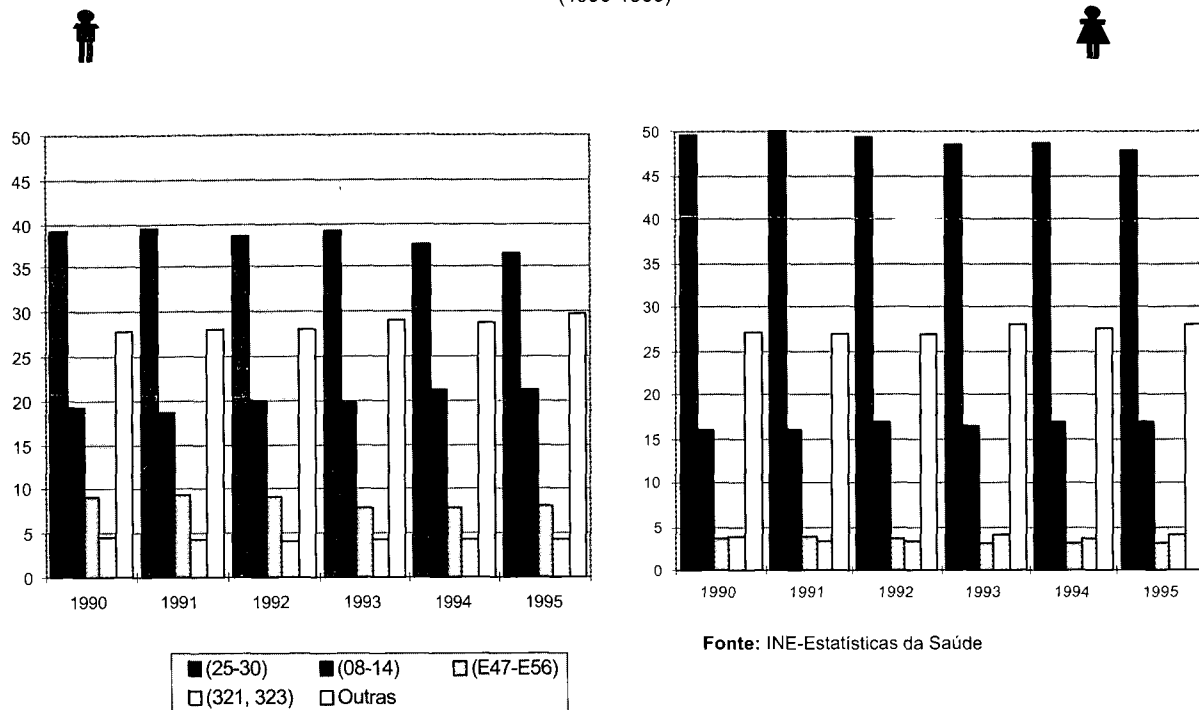
Causas de morte (lista básica CID-9)	1990	1991	1992	1993	1994	1995
TOTAL	103 115	104 361	101 161	106 384	99 621	103 939
Doenças do aparelho circulatório (25-30)	45 526	46 401	44 222	46 331	42 698	43 523
<i>Enfarte agudo do miocárdio (270)</i>	<i>7 133</i>	<i>7 074</i>	<i>6 958</i>	<i>7 422</i>	<i>6 779</i>	<i>6 710</i>
<i>Doenças cérebro-vasculares (29)</i>	<i>24 640</i>	<i>25 056</i>	<i>23 880</i>	<i>24 749</i>	<i>22 870</i>	<i>23 439</i>
Tumores malignos (08-14)	18 176	18 230	18 751	19 310	19 171	20 007
<i>T. malign. do aparelho digestivo e peritoneu (09)</i>	<i>7 732</i>	<i>7 401</i>	<i>7 597</i>	<i>7 771</i>	<i>7 634</i>	<i>8 040</i>
<i>T. malignos do estômago (091)</i>	<i>3 010</i>	<i>2 827</i>	<i>2 908</i>	<i>2 806</i>	<i>2 644</i>	<i>2 814</i>
<i>T. maligno do cólon (093)</i>	<i>1 486</i>	<i>1 479</i>	<i>1 467</i>	<i>1 585</i>	<i>1 662</i>	<i>1 763</i>
<i>T. maligno do recto, junção rect. e do anus (094)</i>	<i>798</i>	<i>674</i>	<i>717</i>	<i>760</i>	<i>733</i>	<i>855</i>
<i>T. m.do apar. respiratório e órg. intratorácicos (10)</i>	<i>2 732</i>	<i>2 749</i>	<i>2 745</i>	<i>3 073</i>	<i>2 963</i>	<i>3 009</i>
<i>T. malign. da traqueia dos brônquios e pulmão (101)</i>	<i>2 241</i>	<i>2 270</i>	<i>2 278</i>	<i>2 573</i>	<i>2 506</i>	<i>2 573</i>
<i>T. m. dos ossos, tec. conjunt., da pele e da mama (11)</i>	<i>1 826</i>	<i>1 939</i>	<i>2 050</i>	<i>1 969</i>	<i>2 004</i>	<i>2 055</i>
<i>Melanoma m. da pele e outros t. m. da pele (111,112)</i>	<i>201</i>	<i>208</i>	<i>227</i>	<i>216</i>	<i>216</i>	<i>257</i>
<i>T. malign. da mama feminina (113)</i>	<i>1 410</i>	<i>1 492</i>	<i>1 559</i>	<i>1 469</i>	<i>1 484</i>	<i>1 536</i>
<i>T. malign. do colo do útero (120)</i>	<i>181</i>	<i>165</i>	<i>202</i>	<i>196</i>	<i>195</i>	<i>198</i>
<i>T. malign. dos órgãos geniturinários (12)</i>	<i>2 872</i>	<i>3 091</i>	<i>3 080</i>	<i>3 204</i>	<i>3 209</i>	<i>3 396</i>
<i>T. malign. da próstata (124)</i>	<i>1 123</i>	<i>1 257</i>	<i>1 234</i>	<i>1 302</i>	<i>1 326</i>	<i>1 472</i>
Diabetes mellitus (181)	2 695	3 080	3 023	3 316	3 127	3 076
Pneumonia, bronquites, enfisema e asma (321, 323)	4 328	4 107	3 816	4 414	4 024	4 382
Acidentes, envenenamentos e violências (E47-E56)	6 736	6 978	6 593	6 042	5 660	5 929
<i>Acidentes de circ. rodoviária (E471, E472)</i>	<i>2 793</i>	<i>2 903</i>	<i>2 785</i>	<i>2 434</i>	<i>2 215</i>	<i>2 471</i>
<i>Suicídios e lesões auto infligidas (E54)</i>	<i>871</i>	<i>942</i>	<i>866</i>	<i>780</i>	<i>762</i>	<i>809</i>
<i>Homicídios e lesões prov. intenc. por terceiros (E55)</i>	<i>165</i>	<i>162</i>	<i>152</i>	<i>149</i>	<i>153</i>	<i>172</i>
Infeção por vírus humano de imunodeficiência (57)	153	240	375	441	650	949

Fonte: INE-Estatísticas da Saúde

Como principais causas de morte, estão as doenças do **aparelho circulatório e os tumores malignos**, representando, em conjunto, valores superiores a 60% do total. No entanto, a evolução nos casos de tumores malignos tem sido de crescimento constante (com excepção de 1994), enquanto que as mortes em consequência das doenças do aparelho circulatório têm uma evolução irregular, embora sem tendência para aumentar.

Estas duas doenças afectam de forma diferente os homens e as mulheres: no caso destas, as doenças do aparelho circulatório são responsáveis por valores que se situam entre 45 e 50% das mortes, enquanto que os tumores malignos não atingem os 20%; no que respeita aos homens, embora as doenças do aparelho circulatório sejam também a principal causa de morte (entre 35% e 40%), têm todavia um peso relativo menor, em virtude da importância dos tumores malignos e das mortes violentas, que representam, em média, 20% e 9%, respectivamente.

Gráf. 9.14-Óbitos, segundo as principais causas de morte(*), por sexo (%)
(1990-1995)



Fonte: INE-Estatísticas da Saúde

(*) Lista básica (CID-9)

(25-30) - Doenças do aparelho circulatório.

(08-14) - Tumores malignos.

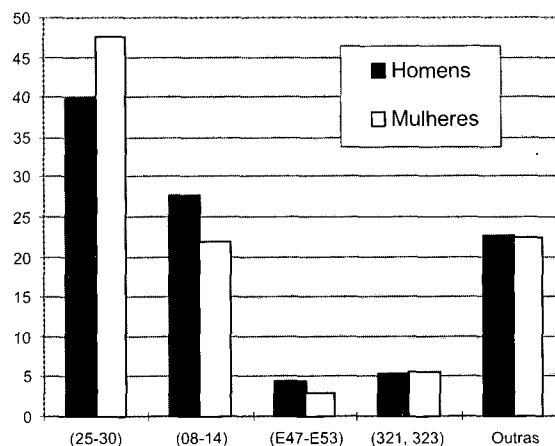
(E47-E56) - Acidentes, envenenamentos e violências.

(321, 323) - Pneumonia, bronquites, enfisema e asma.

As chamadas "mortes violentas" constituem a 3.^a causa de morte, sendo de salientar, neste conjunto, os acidentes de trânsito. Os homens são as principais vítimas deste tipo de morte, já que os valores para as mulheres têm sempre uma expressão mais reduzida.

Comparando Portugal com o conjunto dos países da União Europeia (ano de 1993) constata-se que o nosso país tem um comportamento semelhante, tanto no que respeita às causas de morte, como na forma como ela atinge os dois sexos. A única exceção situa-se na categoria que abrange "pneumonia, bronquites, enfisema e asma" a qual é a 4.^a causa de morte em Portugal, sendo a 3.^a no conjunto dos países comunitários.

Gráf. 9.15-Principais causas de morte(*)
na União Europeia(**), por sexo (%)
(1993)



(*) Lista básica (CID-9)

(25-30) - Doenças do aparelho circulatório.

(08-14) - Tumores malignos.

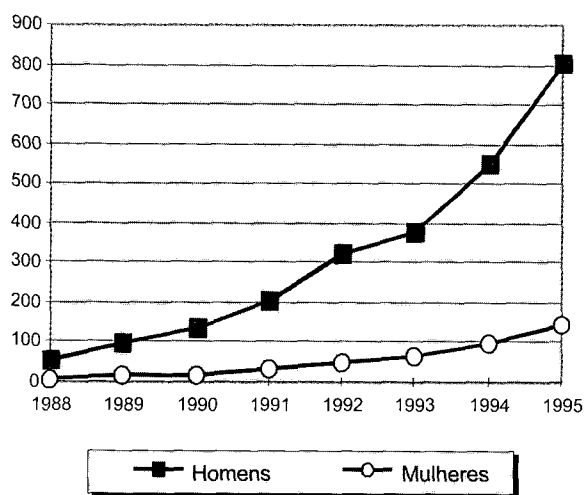
(E47-E53) - Acidentes e catástrofes.

(321, 323) - Pneumonia, bronquites, enfisema e asma.

(**) Inclui os valores relativos a 1991 de Espanha e relativos a 1992 da Bélgica.

Fonte: EUROSTAT-Estatísticas Demográficas

Gráf. 9.16-Evolução do número de óbitos
por SIDA, segundo o sexo
(1988-1995)



Fonte: INE-Estatísticas da Saúde

óbitos, em 1995) tem registado, contudo, um crescimento significativo, particularmente a partir de 1993. Sendo uma doença que se mantém maioritariamente "masculina", não deixa de começar a afectar também as mulheres. Em 1990, 88,2% dos casos pertenciam ao sexo masculino; em 1995, essa percentagem baixa para 84,5%.

No domínio da mortalidade por sida, Portugal tem um comportamento idêntico ao dos restantes países da União Europeia: são também os homens os mais afectados, qualquer que seja o país considerado.

A importância da sida como doença manifesta-se sobretudo pela evolução da população atingida. Em 1985, Portugal tinha um valor de cerca de 3 indivíduos afectados por milhão de habitantes, valor muito inferior ao da França (10,3), da Dinamarca (7,5) ou da Bélgica (6,8).

Embora a sida, represente ainda um valor percentual muito reduzido (0,91% do total de

Em 1995, Portugal está entre os quatro países com valores mais elevados.

Quadro 9.12-Casos de sida na União Europeia, por milhão de habitantes
e ano de diagnóstico (Nº)
(1985, 1990-1995)

	1985	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Alemanha	3,9	18,8	20,9	21,8	22,5	22,8	20,5
Áustria	3,3	21,0	25,0	24,0	29,1	21,1	25,7
Bélgica	6,8	20,5	25,5	24,5	24,7	25,1	23,6
Dinamarca	7,5	38,3	40,8	40,5	46,3	45,8	42,1
Espanha	4,4	96,5	112,1	123,4	132,8	181,3	179,5
Finlândia	0,8	3,0	5,2	4,2	4,9	8,7	8,0
França	10,3	74,1	79,3	87,4	92,5	96,6	88,5
Grécia	1,5	13,8	17,4	18,6	15,2	20,6	21,5
Holanda	4,6	28,0	29,6	33,4	30,4	30,2	32,3
Irlanda	1,7	18,3	20,5	19,9	21,3	20,3	14,1
Itália	3,4	54,9	66,8	74,3	84,0	97,9	101,4
Luxemburgo	5,0	23,6	31,2	30,8	50,6	32,4	36,9
	2,8	25,3	30,0	39,9	52,7	64,5	77,2
Reino Unido	4,3	21,5	23,9	26,8	29,9	30,7	29,5
Suécia	4,1	15,4	15,9	14,7	20,9	21,3	21,8

Fonte: EUROSTAT-Anuário Estatístico; Ministério da Saúde, Sida-Doc. 98.

Analisando a mortalidade por grupos etários (excluindo o grupo de menos de 1 ano),

verifica-se que até aos 39 anos, qualquer que seja o período considerado, as mortes violentas

são sempre a 1.^a causa de morte. No escalão de 40 a 64 anos, os tumores malignos são a principal causa, enquanto no escalão 65 e mais anos são as doenças do aparelho circulatório; no entanto, deve ser referida a importância crescente que têm assumido os diabetes, particularmente no escalão 65-79.

Retomando os escalões que abrangem a população entre os 20 e os 49 anos, verifica-se que a sida aparece já em 1990 como uma das

principais causas de mortalidade para o grupo de idade 30-39, mantendo-se como tal nos anos seguintes, com extensão ao grupo 20-29.

As mortes no período até 1 ano de vida, são sobretudo derivadas das doenças do aparelho respiratório e de malformações congénitas bem como de algumas afecções originadas no período perinatal (hipóxia, asfixia à nascença e outras afecções respiratórias).

Quadro 9.13-Evolução das principais causas de morte, por grupo etário

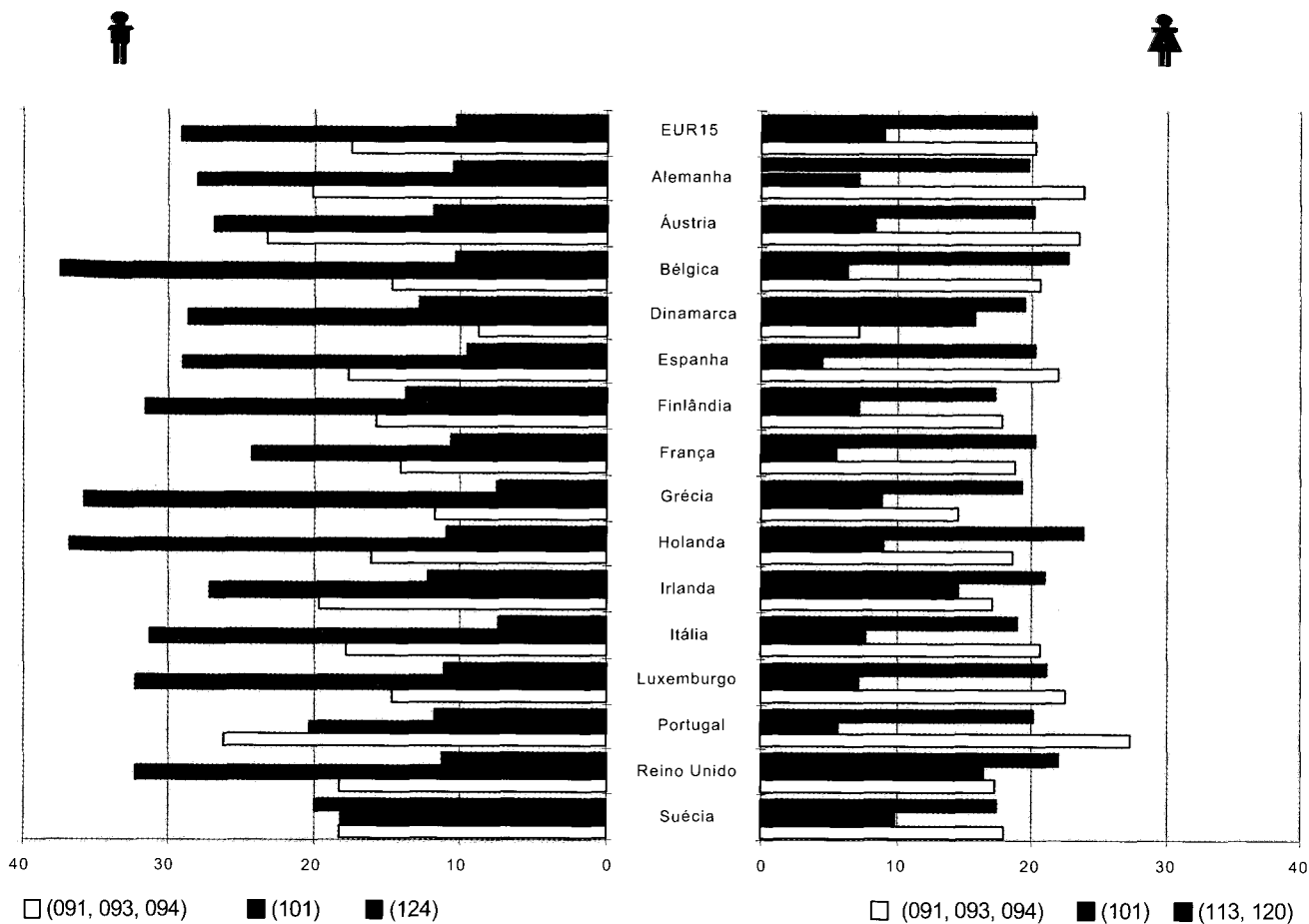
1990						
1-19 anos	20-29	30-39	40-49	50-64	65-79	80 e +
Mort.violenta Tumores D. ap. circul. Pneumonia	Mort.violenta Tumores D. ap. circul. Pneumonia	Mort.violenta Tumores D. ap. circul. Sida	Tumores D. ap. circul. Mort.violenta Pneumonia	Tumores D. ap. circul. Mort.violenta Pneumonia	D. ap. circul. Tumores Pneumonia Diabetes	D. ap. circul. Tumores Pneumonia Diabetes
1993						
1-19 anos	20-29	30-39	40-49	50-64	65-79	80 e +
Mort.violenta Tumores D. ap. circul. Pneumonia	Mort.violenta Sida Tumores D. ap. circul.	Mort.violenta Tumores D. ap. circul. Sida	Tumores D. ap. circul. Mort.violenta Sida	Tumores D. ap. circul. Mort.violenta Diabetes	D. ap. circul. Tumores Diabetes Pneumonia	D. ap. circul. Tumores Pneumonia Diabetes
1995						
1-19 anos	20-29	30-39	40-49	50-64	65-79	80 e +
Mort.violenta Tumores D. ap. circul. Pneumonia	Mort.violenta Sida Tumores D. ap. circul.	Mort.violenta Tumores Sida D. ap. circul.	Tumores D. ap. circul. Mort.violenta Sida	Tumores D. ap. circul. Mort.violenta Diabetes	D. ap. circul. Tumores Diabetes Pneumonia	D. ap. circul. Tumores Pneumonia Diabetes

Fonte: INE-Estatísticas da Saúde

Em Portugal, tanto a nível de homens como de mulheres, os tumores do aparelho digestivo são os causadores do maior número de óbitos por este tipo de doença, vindo em segundo lugar os tumores do aparelho respiratório. No conjunto da União Europeia (dados de 1993), a percentagem de óbitos por tumores malignos é idêntica, tanto no que respeita aos tumores do aparelho digestivo, como aos do aparelho respiratório (19% em ambos os casos). Apenas a Áustria, a Alemanha e a Suécia têm um comportamento idêntico ao do nosso país. No entanto, quando se analisa por sexo, verifica-se que, no caso dos homens, a maior percentagem pertence aos tumores do aparelho respiratório (27%), enquanto que, no caso dos indivíduos do sexo feminino, sucede o contrário: a maior percentagem situa-se nos tumores do aparelho digestivo (20%).

Os tumores da mama feminina e do colo do útero, representam, na maior parte dos países da comunidade, uma percentagem superior à que respeita aos tumores da próstata. A única exceção é a Suécia em que, não só os valores percentuais são próximos, como até ligeiramente mais elevados, no caso dos tumores da próstata.

Gráf. 9.17-Principais tumores malignos(*) na União Europeia(**), por sexo (%)
(1993)



(*) Lista básica (CID-9)

(091, 093, 094) - Tumor maligno do estômago, cólon e recto.

(101) - Tumor maligno da traqueia, brônquios e pulmão.

(113, 120) - Tumor maligno da mama feminina e do cólo do útero.

(124) - Tumor maligno da próstata.

(**) Os dados relativos à Bélgica referem-se a 1989, os relativos à Irlanda a 1992. Relativamente à Dinamarca não estão incluídos os tumores malignos do cólon (093).

Fonte: OMS-Estatísticas Sanitárias Mundiais. Foram consultados os seguintes volumes, relativamente a: Itália - Mortes por Tumores; Espanha - Disfunções Segundo a Causa de Morte, Estatísticas do Movimento Natural da População, Tabela I.2.

CONCEITOS

Causas de morte:

Doenças, estados mórbidos ou lesões que produziram a morte ou que contribuíram para ela, ou as circunstâncias do acidente ou da violência que produziu essas lesões.

Centro de saúde:

Estabelecimento de saúde oficial, integrado, polivalente e dinâmico, prestador de cuidados de saúde primários, que visa a promoção e a vigilância da saúde, a prevenção, o diagnóstico e o tratamento da doença, dirigindo-se globalmente a sua acção ao indivíduo, à família e à comunidade. Pode ser dotado de serviço de internamento.

Consulta médica:

Acto de assistência médica prestado a um doente num serviço de consulta externa ou estabelecimento de saúde sem internamento, podendo consistir em observação clínica, diagnóstico, prescrição ou verificação da evolução do consulente.

Demora média de internamento no ano:

Média anual de dias de internamento utilizados por todos os doentes saídos do estabelecimento. Calcula-se pelo quociente entre o total de dias de internamento dos doentes saídos e o total de doentes saídos no ano.

Estabelecimento de saúde:

Serviço ou conjunto de serviços prestadores de cuidados de saúde, dotados de uma direcção técnica e de uma administração própria, quer ocupem parte, um, ou mais edifícios. São considerados os seguintes tipos:

Com internamento:

Estabelecimentos de saúde em que existem camas ou berços que podem ser regularmente ocupados pelos assistidos, para diagnóstico ou tratamento, por período igual ou superior a 24 horas.

Sem internamento:

Estabelecimentos de saúde em que os utentes utilizam regularmente os serviços, para diagnóstico ou tratamento, sem ocupação de camas ou berços.

Hospitais especializados:

Hospitais em que predomina maioritariamente o número de camas adstritas a uma dada especialidade/valência ou que presta assistência a utentes de um determinado grupo de idade.

Hospitais gerais:

Hospitais que asseguram a qualquer utente uma vasta gama de serviços especializados em diversas patologias.

Hospitais oficiais:

Hospitais administrados pelo Estado.

Hospitais particulares:

Hospitais administrados por entidades particulares, com ou sem fins lucrativos.

Internados em estabelecimentos de saúde:

Indivíduos admitidos num estabelecimento de saúde com internamento, adultos ou crianças, que ocupam cama ou berço (de neonatologia ou pediatria), para diagnóstico ou tratamento, por período igual ou superior a 24 horas.

Lotação praticada de camas de internamento:

Número de camas ou berços de neonatologia e pediatria inventariados num serviço de saúde com internamento no momento a que se referem os dados estatísticos.

Óbito:

Desaparecimento permanente de qualquer sinal de vida, em qualquer momento após o nascimento com vida.

Serviço de saúde com internamento:

Serviço dotado de camas ou berços de neonatologia ou pediatria funcionando como unidade autónoma, dispondo de direcção e equipa de enfermagem específicas, e podendo constituir um centro de custos individualizado.

Serviço de urgência:

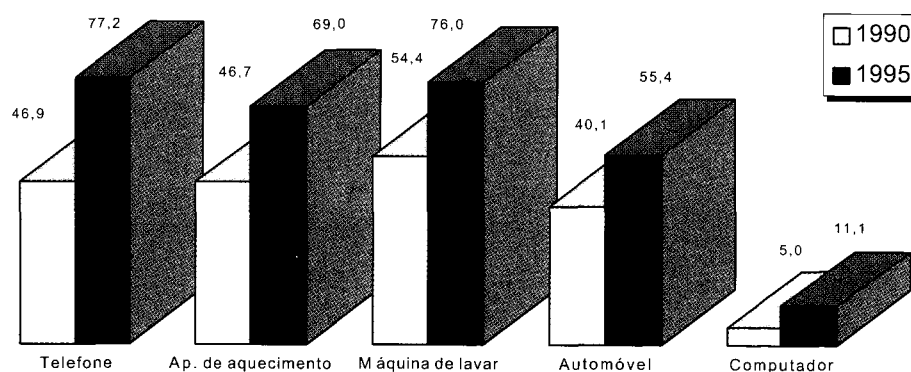
Unidade orgânica de um estabelecimento de saúde com internamento para tratamento de grandes e pequenos acidentes, emergências médicas, cirúrgicas, de pediatria e obstetrícia, a doentes vindos do exterior, a qualquer hora do dia ou da noite.

Taxa de ocupação no ano:

Relação percentual entre o total de dias de internamento no ano e a capacidade do estabelecimento (a capacidade é o total global de dias disponíveis ou seja a lotação praticada x 365 dias).

- Os agregados familiares residem maioritariamente em moradias independentes (71% em 1995), em detrimento de edifícios de apartamentos. Quanto à área habitável, entre 1990 e 1995, aumentou de 35,4% para 44,4% a proporção de alojamentos com áreas habitáveis iguais ou superiores a 80 m².
- No período 1990-1995, assiste-se a uma alguma renovação do parque habitacional. Neste último ano, cerca de 46% dos alojamentos pertencem a edifícios cuja data de construção é posterior a 1970, valor que, em 1990, era de cerca de 35%.
- O nível geral de conforto da população portuguesa aumentou entre 1990 e 1995. Observa-se uma melhoria das condições básicas dos alojamentos, em termos de existência de água canalizada no interior da habitação, instalações sanitárias e electricidade. Também a população abrangida pelo abastecimento domiciliário de água, por sistemas de recolha de resíduos sólidos e de drenagem de águas residuais, evoluiu favoravelmente.
- Telefone, aparelhos de aquecimento e máquina de lavar roupa são os bens de equipamento que, no período em análise, mais se generalizaram. Em 1995, 77,2% das famílias têm telefone, 69% possuem aparelhos de aquecimento e 76% dispõem de máquina de lavar roupa quando, em 1990, estes valores eram de 46,9%, 46,7% e 54,4%, respectivamente.
- Em 1995, quase 21% da despesa média anual dos agregados familiares é consagrada à habitação, aquecimento e iluminação, percentagem que em 1990 era de 12,4%. A preços de 1995, esta componente do cabaz de despesas dos agregados passou, neste período, de cerca de 301 milhares de escudos para, aproximadamente, 477 milhares de escudos.

Agregados familiares que dispõem de telefone, aparelhos de aquecimento, máquina de lavar, automóvel e computador (%)
(1990, 1995)



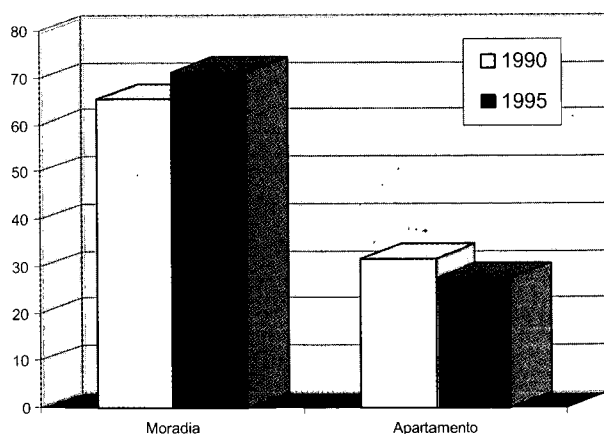
Fonte: INE-Indicadores de Conforto

A avaliação do nível de conforto de um agregado familiar é indissociável do alojamento em que este habita. É de facto neste espaço que se desenrola a vida familiar, a qual beneficia de maior ou menor qualidade de acordo com as características e condições do alojamento e com os bens de equipamento de que a família dispõe para utilização quotidiana.

10.1 - CONDIÇÕES DE ALOJAMENTO

As famílias portuguesas utilizam maioritariamente a moradia independente como local de alojamento. Esta preferência acentua-se no período 1990-1995, com o acréscimo da proporção de moradias. Em 1995, as moradias independentes representam 71,1% dos alojamentos existentes quando, em 1990, este valor era de 65,5%. Por seu lado, a proporção de apartamentos reduz-se de 31,3% para 27,3%.

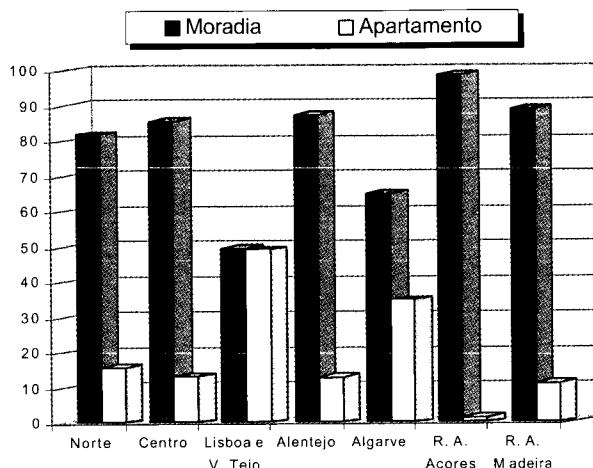
Gráf. 10.1-Alojamentos, por tipo de edifício (%)
(1990, 1995)



Fonte: INE-Inquérito aos Orçamentos Familiares

No conjunto do país, a região de Lisboa e Vale do Tejo é a única em que os alojamentos se distribuem equitativamente entre moradias e apartamentos.

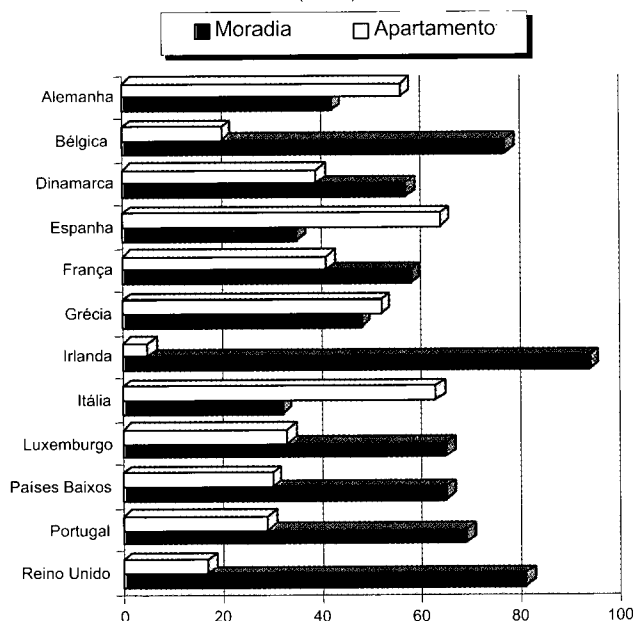
Gráf. 10.2-Alojamentos, por tipo de edifício,
segundo a região (%)
(1995)



Fonte: INE-Inquérito aos Orçamentos Familiares

Esta preferência por residir em moradias independentes é partilhada pela maioria dos países da União Europeia. Em 1994, na Irlanda, 94% das pessoas vivem neste tipo de alojamento, seguindo-se-lhe o Reino Unido e a Bélgica com 81% e 77%, respectivamente. A proporção de pessoas que habitam em apartamento é particularmente elevada na Espanha (64%), Itália (63%), Alemanha (56%) e Grécia (52%).

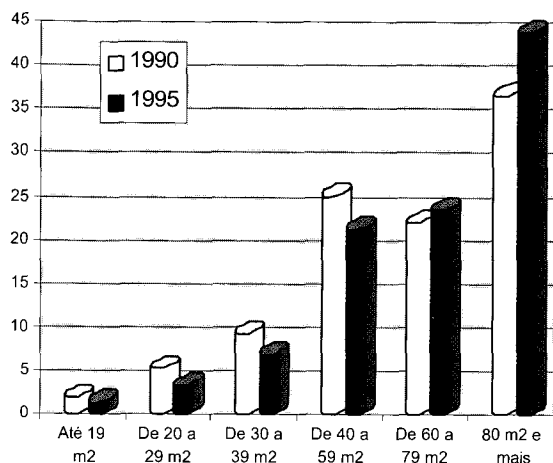
Gráf. 10.3-Pessoas que residem em moradia independente e apartamento, na União Europeia (%)
(1994)



Fonte: Eurostat-Painel de Agregados Domésticos Privados da UE

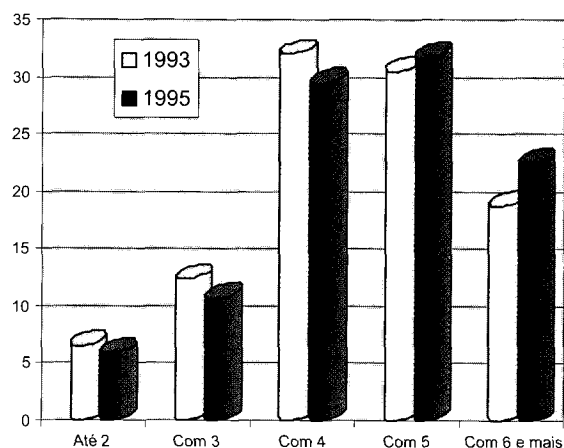
Ao mesmo tempo, constata-se um aumento significativo da área habitável dos alojamentos. De 1990 para 1995, a proporção de alojamentos com área habitável igual ou superior a 80 m² passou de 37% para 44%.

Gráf. 10.4-Alojamentos, por área habitável (%)
(1990, 1995)



Fonte: INE-Indicadores de Conforto

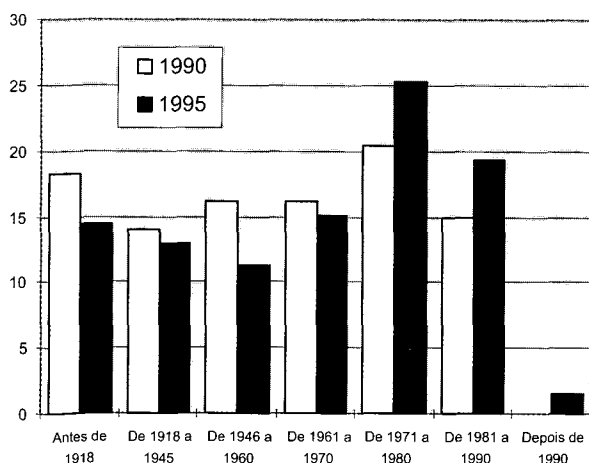
Gráf. 10.5-Alojamentos, por número de divisões/assoalhadas (%)
(1993, 1995)



Fonte: INE-Indicadores de Conforto

Esta tendência não será alheia à renovação verificada no parque habitacional. Entre 1990 e 1995, a proporção de alojamentos com data de construção posterior a 1970, passou de 35% para 46%.

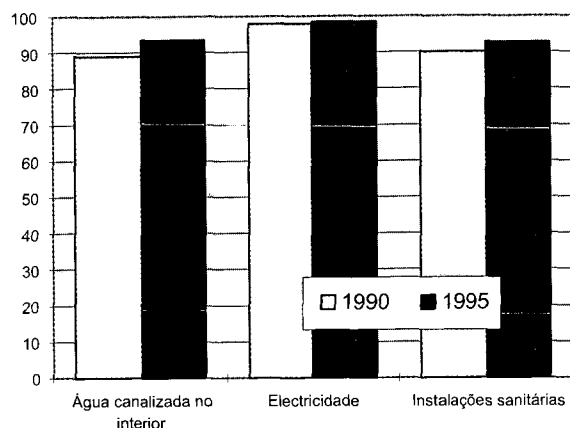
Gráf. 10.6-Alojamentos, segundo o ano de construção do edifício (%)
(1990, 1995)



Fonte: INE-Indicadores de Conforto

Consequentemente, as famílias habitam em edifícios cada vez mais modernos, em princípio com uma construção mais adaptada às necessidades da vida actual. Com efeito, durante o período em análise, observa-se uma melhoria generalizada das condições básicas de conforto dos alojamentos, ou seja, uma evolução positiva no número de alojamentos com instalações sanitárias, água canalizada no interior da habitação e electricidade. É, no entanto, de salientar que, em 1995, cerca de 7% dos alojamentos não têm instalações sanitárias.

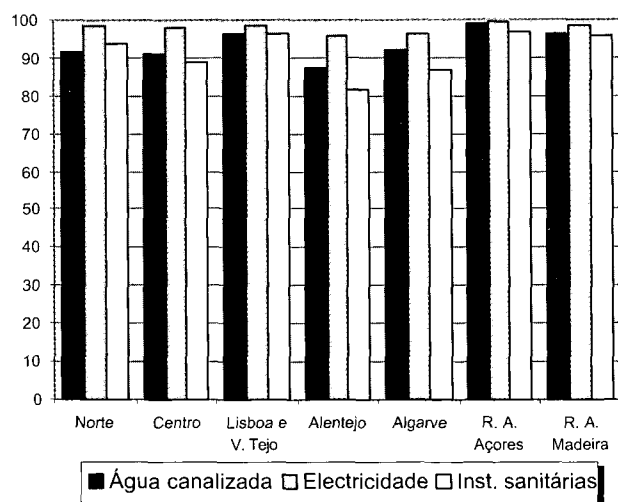
Gráf. 10.7-Alojamentos com as condições básicas de conforto (%)
(1990, 1995)



Fonte: INE-Inquérito aos Orçamentos Familiares

Ao nível das condições básicas de conforto, a região do Alentejo é a mais desfavorecida. Em 1995, mais de 18% dos alojamentos não possuem qualquer tipo de instalações sanitárias e somente 87,2% têm água canalizada no interior da habitação.

Gráf. 10.8-Alojamentos com as condições básicas de conforto, segundo a região (%)
(1995)



Fonte: INE-Inquérito aos Orçamentos Familiares

Portugal está relativamente distanciado dos outros países europeus no que se refere às comodidades desfrutadas pelas famílias no seu alojamento. Apenas 82% das famílias

portuguesas dispõem de banheira ou chuveiro dentro de casa e 76% de água quente corrente dentro de casa, quando os valores mais baixos para os restantes países são os da Grécia, com 91% e 83%, respectivamente.

Quadro 10.1-Comodidades em agregados privados, na União Europeia: percentagem do total de agregados
(1994)

	Banheira ou chuveiro dentro de casa	Água quente corrente dentro de casa
<i>Alemanha</i>	97	93
<i>Bélgica</i>	94	94
<i>Dinamarca</i>	96	99
<i>Espanha</i>	98	96
<i>França</i>	95	97
<i>Grécia</i>	91	83
<i>Holanda</i>	99	99
<i>Irlanda</i>	95	94
<i>Itália</i>	97	97
<i>Luxemburgo</i>	98	96
Portugal	82	76
<i>Reino Unido</i>	100	100

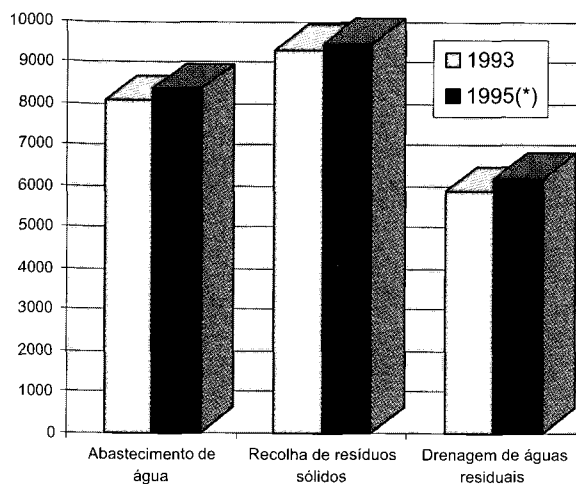
Fonte: Eurostat-Painel de Agregados Domésticos Privados da UE, 1994

O conforto e qualidade de vida das famílias não depende só delas, mas também da actuação da Administração Pública, nomeadamente a nível das infraestruturas partilhadas pela população em geral mas que condicionam o nível de conforto atingido por cada agregado familiar.

É este o caso da rede de abastecimento domiciliário de água, dos sistemas de drenagem de águas residuais e de recolha de resíduos sólidos.

Em 1995, o abastecimento domiciliário de água abrange 84% da população portuguesa. Em termos regionais, observam-se diferenças de cobertura significativas, nomeadamente entre a região de Lisboa e Vale do Tejo, onde o abastecimento domiciliário de água chega a 97,1% da população, e a região Norte, em que este valor é de apenas 70,4%. De salientar que são as regiões com menor cobertura, em 1993 (Norte e Centro), onde é mais evidente o esforço no alargamento destas infraestruturas.

Graf. 10.9-Evolução da população servida com abastecimento de água domiciliário, sistemas de drenagem de águas residuais e de recolha de resíduos sólidos (Milhares de habitantes) (1993, 1995)



(*) Inclui dados relativos a 1993, para a R. A. Açores.

Fonte: INE-Estatísticas do Ambiente

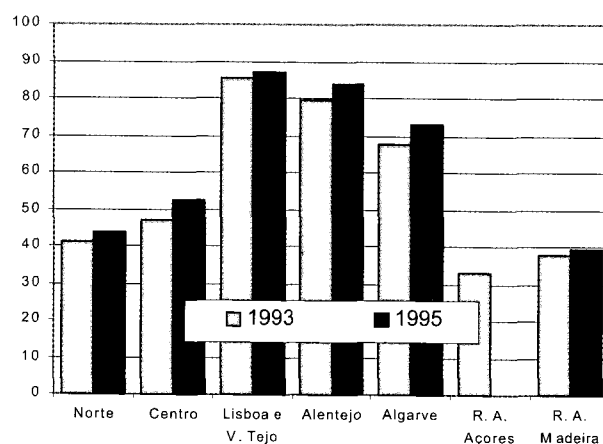
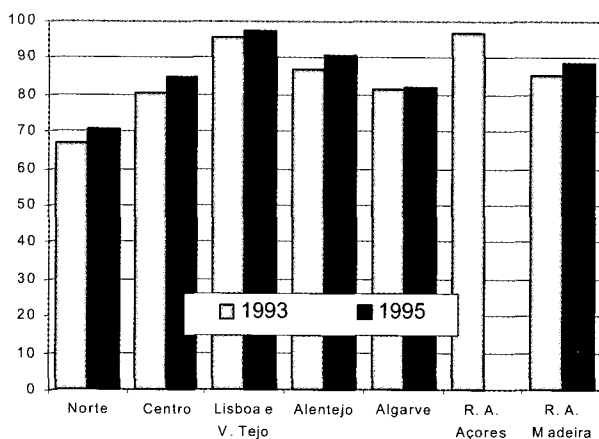
Os sistemas de drenagem de águas residuais, em 1995, servem mais de 62% da população; no entanto, a cobertura destes sistemas, em termos regionais, é bastante variável - na região de Lisboa e Vale do Tejo, em cada 1000 habitantes 868 são servidos por sistemas de drenagem quando, na Região Autónoma da Madeira, este valor não ultrapassa os 396 habitantes.

Os sistemas de recolha de lixo estão mais disseminados por todo o país, abrangendo, em 1995, 9 444 mil habitantes, ou seja, mais de 95% da população.

Gráf. 10.10-População servida com abastecimento domiciliário de água e sistemas de drenagem de águas residuais, por região (%) (1993, 1995)

ABASTECIMENTO

DRENAGEM



Fonte: INE-Estatísticas do Ambiente

10.2 - BENS DE EQUIPAMENTO

O fogão, o frigorífico e o televisor são os bens de equipamento mais comuns nos alojamentos portugueses. Em 1995, 99,1% das famílias dispõem de fogão no seu alojamento, 95,7% têm frigorífico e 96,4% têm televisor.

Entre 1990 e 1995, o equipamento dos agregados familiares em telefones, aparelhos de aquecimento e máquinas de lavar roupa, registou uma melhoria substancial; em particular, a proporção de famílias com telefone de rede fixa passou de 46,9% para 77,2%. De referir que a maior cobertura relativamente a este conjunto de bens ocorre na região de Lisboa e Vale do Tejo.

O conjunto de bens de equipamento mais recentes, como o computador pessoal, o micro-ondas, o leitor de CD's, a antena parabólica, a máquina de secar roupa, os aparelhos de ar condicionado, os telefones celulares, ainda são propriedade de uma franja reduzida das famílias, tanto pela novidade como pelo facto de não serem ainda considerados bens de equipamento essenciais.

De salientar a evolução verificada no número de agregados com micro-ondas e leitor de CD's que aumentou, desde 1993, 5,6 e 6,8 pontos percentuais, respectivamente. O computador pessoal também tem tido uma evolução favorável: de 5% das famílias, em 1990, para 11,1% das famílias, em 1995; no entanto, este valor é impulsionado fundamentalmente pela região de Lisboa e Vale do Tejo onde, em 1995, cerca de 19% dos agregados familiares tem um computador pessoal.

Quanto ao telemóvel, encontramos 2,7% dos agregados familiares a possuir este bem de equipamento, com uma incidência mais acentuada na região Norte que, em 1995, atinge 4,1% das famílias.

Quadro 10.2-Disponibilidade de equipamentos, nos agregados familiares (%)
(1990-1995)

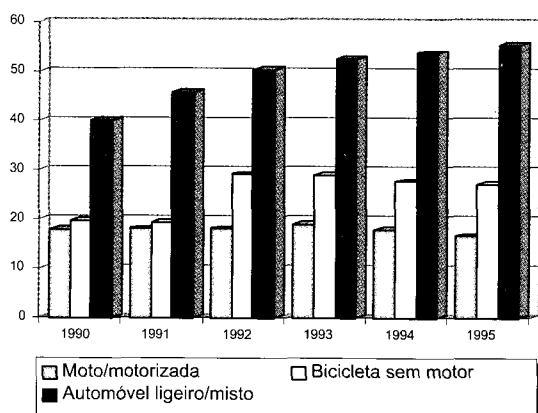
	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Alta fidelidade	x	x	x	28,4	29,8	30,9
Antena parabólica	x	x	x	7,5	8,5	9,3
Aparelho de ar condicionado	x	x	x	x	x	1,3
Aparelhos de aquecimento	46,7	50,3	61,9	66,7	69,3	69,0
Arca congeladora	34,4	39,9	43,0	44,4	46,4	49,5
Aspirador	50,4	53,9	55,9	57,1	58,9	58,5
Computador pessoal	5,0	6,1	8,4	9,1	10,9	11,1
Fogão	99,6	98,9	98,8	98,9	99,2	99,1
Frigorífico	91,9	93,0	94,2	94,3	95,2	95,7
Garagem	18,6	23,4	24,1	24,9	24,5	25,9
Leitor de CD's	x	x	x	12,0	16,1	18,8
Máquina de lavar louça	7,6	9,6	12,7	13,4	15,3	14,5
Máquina de lavar roupa	54,4	61,2	67,0	71,1	73,6	76,0
Máquina de secar roupa	x	x	x	x	x	6,3
Material de vídeo	x	x	x	37,0	40,1	53,0
Micro-ondas	x	x	x	8,3	10,7	13,9
Rádio/gravador/giradiscos	80,6	83,0	85,9	82,8	82,1	81,8
Telefone	46,9	55,1	65,1	71,6	74,2	77,2
Telemóvel	x	x	x	x	x	2,7
Televisão	91,3	92,8	94,8	95,1	95,9	96,4

Fonte: INE-Indicadores de Conforto

10.3 - MEIOS DE TRANSPORTE

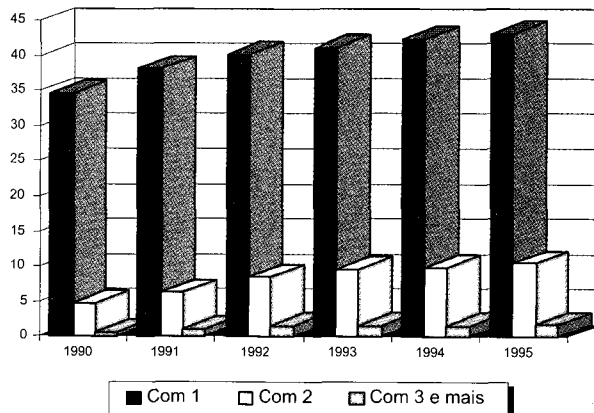
O conforto de uma família está associado também à forma como as suas deslocações estão mais ou menos facilitadas. O automóvel é, de longe, o meio de transporte próprio mais comum nos agregados familiares, crescendo, entre 1990 e 1995, mais de 15 pontos percentuais a proporção de famílias a possuir pelo menos um automóvel ligeiro/misto. Ao mesmo tempo, duplicam as famílias com dois automóveis.

Gráf. 10.11-Agregados familiares com meio de transporte próprio, segundo o tipo (%)
(1990-1995)



Fonte: INE-Indicadores de Conforto

Gráf. 10.12-Percentagem de agregados familiares com automóvel ligeiro/misto, segundo o número
(1990-1995)



Fonte: INE-Indicadores de Conforto

10.4 - DESPESAS E ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS

O desenvolvimento favorável das condições de conforto da habitação, a posse de bens de equipamento e de meios de transporte, reflectem-se, naturalmente, nas despesas das famílias associadas a estas classes de bens. Efectivamente, entre 1990 e 1995, os montantes médios das despesas em "Habitação, aquecimento e iluminação" e em "Móveis e equipamento doméstico" aumentaram, em termos reais, 58,6% e 14,4%, respectivamente.

Quadro 10.3-Despesas médias anuais dos agregados (Esc.)
(1990, 1995)

	A preços correntes	A preços de 1995	A preços correntes
Habitação, aquecimento e iluminação	161 670	301 133	477 550
Móveis e equipamento doméstico	93 690	140 648	160 870

Fonte: INE-Inquérito aos Orçamentos Familiares

Em termos nominais, no período 1990-1995, a despesa média anual das famílias em habitação, aquecimento e iluminação quase triplicou. Representando 12,4% do orçamento familiar no início do período, em 1995 está perto dos 21%, o que corresponde à passagem de um montante médio mensal de 13 470 escudos para 39 800 escudos.

As despesas em habitação, ou seja, as rendas (efectivas e imputadas) e as despesas em conservação e reparação do alojamento, que constituem a maior componente deste conjunto de despesas, foram também aquelas que no período em análise registaram o maior crescimento nominal - cerca de 245%. Uma família que, em 1990, despendia 9 100 escudos por mês em despesas relativas à renda e conservação da sua habitação passa a gastar, em 1995, 31 400 escudos.

A esta variação não será alheia a acentuada tendência das famílias para adquirirem a sua própria habitação. Em 1995, cerca de 66% dos agregados familiares são proprietários do seu próprio alojamento, ao passo que, em 1990, esta percentagem era de 59%.

Quadro 10.4-Despesas médias anuais dos agregados familiares em habitação, aquecimento e iluminação (Esc.)
(1990, 1995)

	1990	1995
Total	161 670	477 550
<i>(Das quais):</i>		
Habitação	109 475	376 529
Água	5 948	16 355
Electricidade	30 180	61 923
Gás	12 214	16 989

Fonte: INE-Inquérito aos Orçamentos Familiares

Os agregados familiares das regiões autónomas da Madeira e dos Açores são os que gastam a maior proporção do seu orçamento em habitação, aquecimento e iluminação, com 29,9% e 28,5%, respectivamente, contra 18,3% na região Centro. No mesmo período, assiste-se também a um aumento de cerca de 72% nas despesas das famílias em "Móveis e artigos de decoração, equipamento doméstico e de manutenção".

Em 1990, uma família gastava, em média, cerca de 93 700 escudos em móveis, artigos de decoração, equipamento doméstico e de manutenção, quase duplicando em 1995, ano em que esta despesa atingiu cerca de 160 900 escudos.

Quadro 10.5-Despesas médias anuais dos agregados familiares em móveis, artigos de decoração, equipamento doméstico e manutenção (Esc.)
(1990, 1995)

	1990	1995
Total	93 690	160 870
Móveis, artigos de decoração, revestimentos de chão, reparações	32 469	58 479
Artigos domésticos, têxteis e outros artigos domésticos, reparações	9 981	16 756
Aparelhos domésticos, acessórios e reparações	17 732	25 743
Loiças, vidros e utensílios domésticos, reparações	7 536	10 061
Bens e serviços para manutenção	17 499	29 856
Serviços domésticos	8 468	19 978

Fonte: INE-Inquérito aos Orçamentos Familiares

Neste período, assiste-se a um aumento do endividamento das famílias para aquisição de habitação, da ordem dos 1 685 000 milhões de escudos. Em 1990, cada indivíduo, em média, no final do ano devia 112 150 escudos relativamente a empréstimo habitacional; em 1995, este valor sobe para cerca de 281 500 escudos. Este facto reflecte-se no aumento do montante médio de juros pagos pelas famílias, que passou de cerca de 12 mil escudos ano, por agregado familiar, para 19 mil escudos.

No final de 1995, o endividamento das famílias para aquisição de habitação própria é da ordem dos 2 793 000 milhões de escudos, dos quais mais de 98% são relativos a empréstimos com prazos superiores a 5 anos.

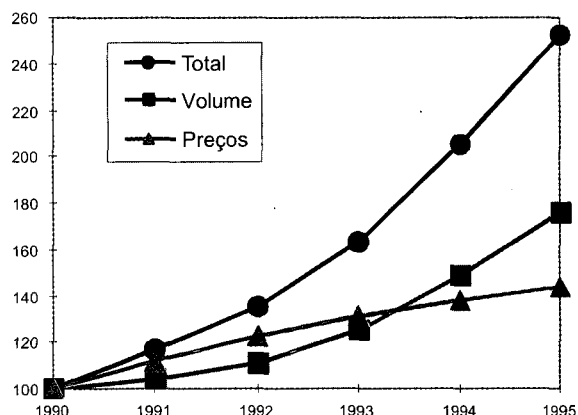
Quadro 10.6-Crédito concedido a particulares para aquisição de habitação (saldos no fim do ano (10⁹ Esc.)
(1990-1995)

Anos	Total	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos
1990	1107,8	11,5	14,0	1082,3
1991	1291,5	10,7	17,3	1263,4
1992	1502,7	6,5	14,5	1481,6
1993	1811,6	5,0	19,5	1787,1
1994	2271,9	5,8	22,8	2243,3
1995	2792,8	7,6	38,1	2747,1

Fonte: Banco de Portugal

O avolumar do crédito à habitação no período 1990-1992 deve-se sobretudo ao efeito monetário; no entanto, a partir de 1993, o crescimento real sobrepõe-se claramente ao efeito preços.

Gráf. 10.13-Índices de crescimento do crédito à habitação (saldos no final do ano)
(1990-1995)



Fonte: Banco de Portugal; Instituto Nacional de Estatística

CONCEITOS

Alojamento clássico:

Local distinto e independente, constituído por uma divisão ou conjunto de divisões e seus anexos, num edifício de carácter permanente, ou numa parte distinta do edifício (do ponto de vista estrutural) que, pelo modo como foi construído, reconstruído, ampliado ou transformado, se destina à habitação, na condição de, no momento de referência, não estar a ser utilizado totalmente para outros fins.

Apartamento:

Alojamento familiar inserido num edifício de construção permanente, com mais de um fogo, cuja entrada principal dá, geralmente, para uma escada, um corredor ou um pátio.

Moradia independente:

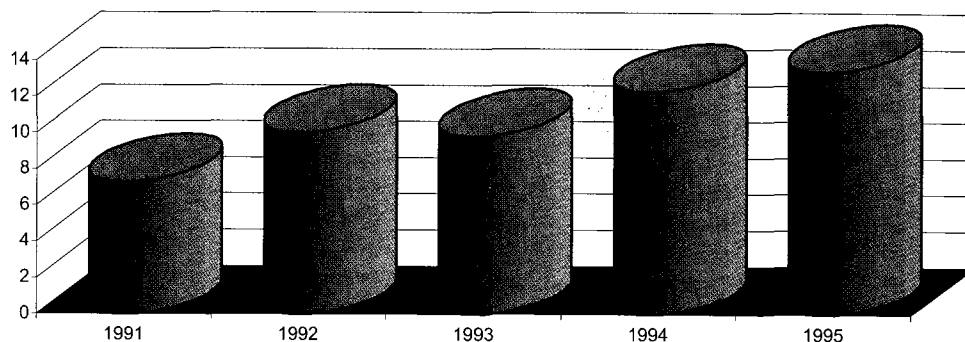
Edifício isolado, geminado ou em fila a que corresponde apenas uma unidade de alojamento familiar e cuja entrada principal dá, geralmente, para a rua ou para um terreno circundante ao edifício.

Divisão:

Espaço num alojamento, delimitado por paredes tendo, pelo menos, 4m² de área e 2m de altura, na sua maior parte. Embora possam satisfazer as condições da definição, não são consideradas como tal: corredores, marquises, casas de banho, despensas, vestíbulos, os espaços destinados exclusivamente para fins profissionais, e a cozinha, se tiver menos de 4m².

- Em 1995, as despesas das administrações públicas em gestão e protecção do ambiente corresponderam a 13,4 milhares de escudos por habitante, quase o dobro da despesa “per capita” em 1991, que foi de 7,3 milhares de escudos.
- Entre 1991 e 1995, as despesas públicas em ambiente registaram um crescimento médio anual de 17,6%. São as autarquias os principais responsáveis pelo financiamento deste tipo de despesa (55% do total, em 1995).
- No triénio 1990/92 o número de reclamações ambientais duplicou (227 em 1990 para 546 em 1992). O ruído é a principal causa das reclamações.
- Em 1991, 10 em cada 1000 habitantes colaboravam numa associação de defesa do ambiente; em 1995, esse número passou para 13.
- Não obstante Portugal estar ainda longe dos valores da União Europeia (8,4 toneladas/ano, por habitante), em 1993, a emissão de CO atinge mais de 6 toneladas/ano/habitante. Os transportes rodoviários são, no conjunto das fontes de poluição, a que tem maior crescimento.
- Embora a sua importância tenha vindo a cair nos últimos anos, em 1995 as lixeiras ainda representam o destino de cerca de 37% dos resíduos sólidos. Os aterros (controlados e sanitários) representam 51% no mesmo ano. O processo de reciclagem abrange 2,6% dos resíduos urbanos. O vidro (76%) e o papel, são os principais tipos de materiais sujeitos a este processo.
- As regiões de Lisboa e Vale do Tejo, e Centro lideram a utilização da reciclagem de resíduos urbanos.

Despesas das administrações públicas em gestão e protecção do ambiente, *per capita* (1000 Esc.) (1991-1995)

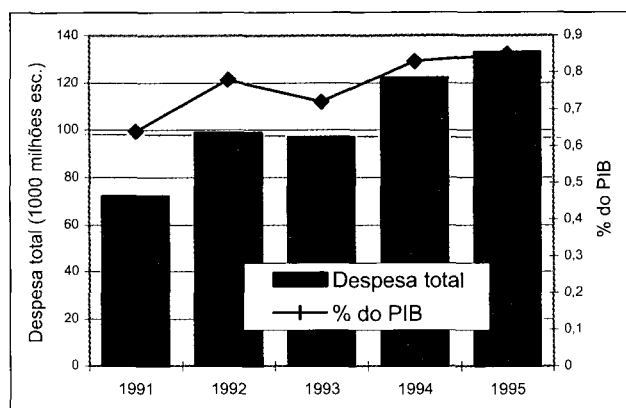


Fonte: INE-Estatísticas do Ambiente; Contas Nacionais

11.1 - DESPESA PÚBLICA EM AMBIENTE

As **administrações públicas** gastaram, em 1995, 133 milhões de contos na gestão e protecção do ambiente, verificando-se um crescimento médio anual da ordem dos 17,6%, no período 1991-1995. Embora ainda incipiente em termos da sua proporção no Produto Interno Bruto, este valor reflecte a preocupação com uma área cada vez mais importante para o desenvolvimento sustentável do país.

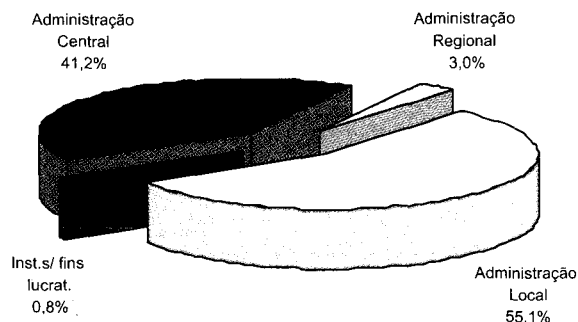
Gráf. 11.1-Despesa consolidada das administrações públicas, em gestão e protecção do ambiente (1991-1995)



Fonte: INE-Estatísticas do Ambiente; Contas Nacionais

As despesas das administrações públicas na área do ambiente provêm essencialmente da Administração Central (41,2%) e da Administração Local (55,1%).

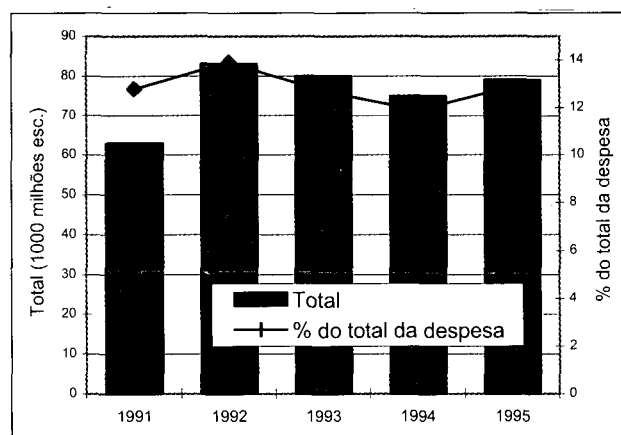
Gráf. 11.2-Despesa das administrações públicas, em gestão e protecção do ambiente, por sub-setores institucionais (1995)



Fonte: INE-Estatísticas do Ambiente

No que se refere às despesas da **administração local**, registou-se uma evolução irregular no período 1991-1995. De referir que o esforço financeiro das autarquias, ou seja, a proporção da despesa afecta ao ambiente no total da despesa das câmaras municipais, não se alterou substancialmente. Com efeito, um aumento de 12,8% em 1991 para 13,9% em 1992, é compensado por uma redução de dimensão ligeiramente superior no ano seguinte, voltando a reduzir-se em 1994. Em 1995, as câmaras municipais gastaram cerca de 79 milhões de contos em ambiente, representando 12,9% das suas despesas totais.

Gráf. 11.3-Despesa dos municípios em gestão e protecção do ambiente (1991-1995)



Fonte: INE-Estatísticas do Ambiente

Observando a distribuição da despesa afecta ao ambiente por regiões, destacam-se a Madeira e o Algarve, onde este indicador registou, no período 1991-1995, um crescimento médio anual de 15,4% e 13%, respectivamente, valores bastante superiores à média do país, que se situou em 0,6%. No outro extremo estão as regiões de Lisboa e Vale do Tejo e do Alentejo, nas quais a percentagem de despesa afecta ao ambiente baixou no período considerado.

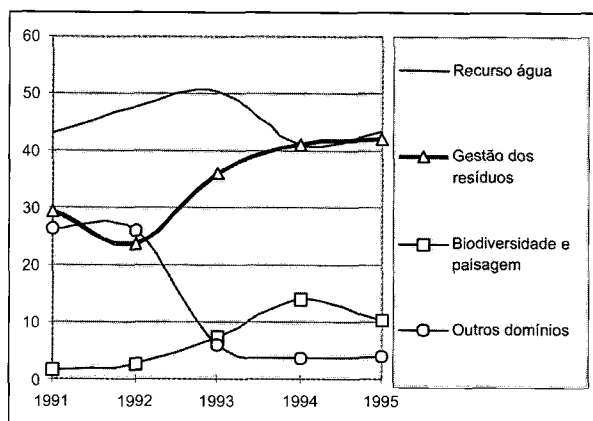
Quadro 11.1-Despesa dos municípios em gestão e protecção do ambiente, em percentagem do total da despesa, por região - NUTS II (%)
(1991-1995)

NUTS II	1991	1992	1993	1994	1995
Portugal	12,8	13,9	12,7	11,9	12,9
Continente	12,9	14,0	12,7	11,9	12,8
Norte	9,9	12,2	11,3	10,2	10,8
Centro	8,5	9,5	10,2	9,6	9,8
Lisboa e V. do Tejo	17,9	18,1	14,9	14,5	16,4
Alentejo	10,6	11,4	12,2	7,8	8,9
Algarve	11,1	11,7	13,6	15,3	18,0
R. A. Açores	13,8	15,3	14,0	12,6	16,2
R. A. Madeira	7,4	8,3	10,6	13,6	12,7

Fonte: INE-Estatísticas do Ambiente

A protecção do recurso água é claramente o domínio onde a maior parte da despesa em ambiente dos municípios é aplicada, cabendo-lhe, no período em análise, valores sempre superiores a 40% do total.

Gráf. 11.4-Despesa dos municípios, por domínios de gestão e protecção do ambiente (%)
(1991-1995)



Fonte: INE-Estatísticas do Ambiente

Por outro lado, a gestão de resíduos tem vindo a ganhar importância: em 1991 representava 29% da despesa da Administração Local na gestão e protecção do ambiente, atingindo 42% em 1995.

11.2 - INVESTIMENTO DAS EMPRESAS, EM GESTÃO E PROTECÇÃO DO AMBIENTE

As actividades industriais podem afectar a qualidade ambiental, quer através da recolha das matérias primas, quer no processo da respectiva transformação em produtos

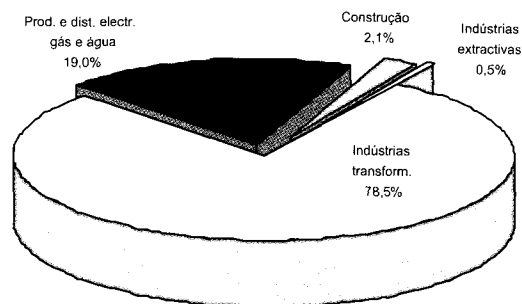
acabados. Os principais impactos são resultado dos efeitos directos (no solo e na paisagem) da implantação da unidade de produção, das emissões de matérias poluentes para o ar e água e da geração de resíduos que são depositados nos solos.

Em 1995, o investimento em gestão e protecção do ambiente, das empresas com 100 ou mais pessoas ao serviço, foi da ordem dos 15 750 milhares de contos, dos quais cerca de 257 milhares de contos nas regiões autónomas da Madeira e Açores.

No Continente e relativamente ao ano anterior, observou-se um decréscimo de 18,1% do investimento das empresas em gestão e protecção do ambiente.

Em 1995, as "Indústrias Transformadoras" são responsáveis por 78,5% do investimento realizado neste âmbito, cabendo 19% à "Produção e Distribuição de Electricidade, de Gás e de Água".

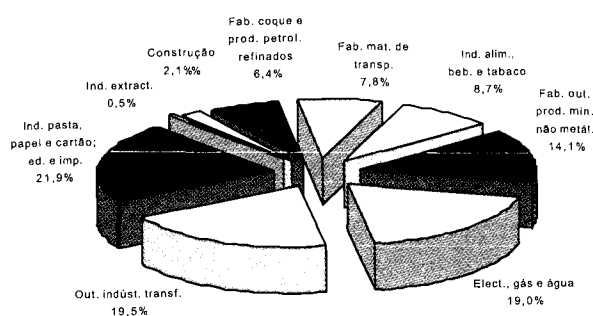
Gráf. 11.5-Investimentos das empresas da indústria e Construção, em gestão e protecção do ambiente, por secção da CAE-Rev. 2
(1995)



Fonte: INE-Estatísticas do Ambiente

De referir que, em 1995, os subsectores das "Indústrias Transformadoras" com maior representatividade no investimento total em actividades de gestão e protecção do ambiente foram: "Indústrias de pasta de papel, cartão e seus artigos; edição e impressão", "Fabricação de outros produtos minerais não metálicos", "Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco" e "Fabricação de material de transporte" com 21,9%, 14,1%, 8,7% e 7,8% do total, respectivamente. Uma estrutura um pouco diferente da verificada em 1994, em que a "Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e combustível nuclear" representou 17,3% do investimento global, seguindo-se-lhe as "Indústrias de pasta de papel, cartão e seus artigos; edição e impressão", com 16,1%.

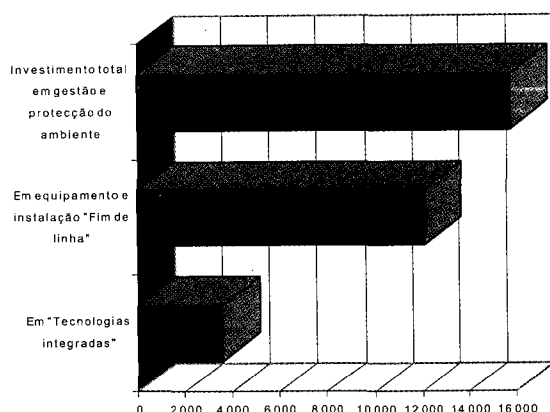
Gráf. 11.6-Investimentos das empresas da Indústria e Construção, por subsecção da CAE-Rev. 2 (1995)



Fonte: INE-Estatísticas do Ambiente

Cerca de 77% do investimento em gestão e protecção do ambiente, em 1995, é direccionado para equipamentos e instalações "fim de linha", o que representa 12,1 milhões de contos. O remanescente (3,6 milhões de contos), é investido em "Tecnologias integradas".

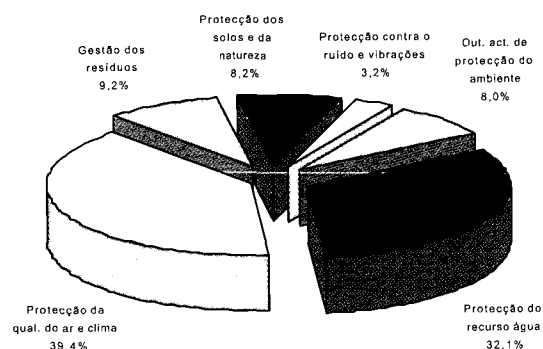
Gráf. 11.7-Investimentos das empresas em gestão e protecção do ambiente, por tipo de investimento (10⁶ Esc.) (1995)



Fonte: INE-Estatísticas do Ambiente

Entre os investimentos realizados em 1995, destacam-se os relativos ao domínio "Protecção da qualidade do ar e clima" (39,4%) e "Protecção do recurso água" (32,1%). De salientar que, embora se continue a destacar o volume de investimento na "Protecção da qualidade do ar e clima", o seu peso relativo reduziu-se cerca de 20 pontos percentuais relativamente a 1994, favorecendo principalmente o peso relativo do investimento na "Protecção do recurso água".

Gráf. 11.8-Investimentos das empresas em gestão e protecção do ambiente, por domínios (1995)

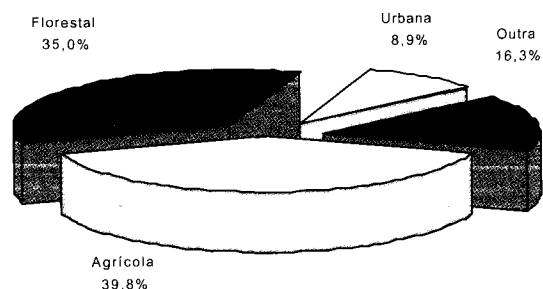


Fonte: INE-Estatísticas do Ambiente

11.3 - OCUPAÇÃO DOS SOLOS

A superfície agrícola ocupa, em 1995, cerca de 40% dos nossos solos, ou seja, o conjunto de terras aráveis, culturas permanentes, prados e pastagens permanentes predomina relativamente às outras ocupações dos solos portugueses.

Gráf. 11.9-Ocupação dos solos (1995)*



(*) Inclui dados relativos a 1993 para a R. A. Açores.
Fonte: INE-Estatísticas do Ambiente

A região alentejana, onde a superfície destinada à agricultura ocupa 55% dos solos, corresponde a cerca de 41% do total da superfície agrícola do país.

As terras arborizadas com espécies florestais predominam no Norte, no Centro e na Região Autónoma da Madeira. A região do Centro detém 32,4% da área florestal do país.

Cerca de 9% dos solos têm uma ocupação de tipo urbano. É na região Norte que se situa 34,6% da superfície urbana portuguesa. No entanto, é nas regiões autónomas que a ocupação relativa de tipo urbano é maior. A área urbana representa 15,2% e 21,2% da área total para os Açores e Madeira, respectivamente.

Quadro 11.2-Ocupação dos solos, por região (ha)
(1995)

	Total	Agrícola	Florestal	Urbana	Outra
Portugal	9 073 076	3 610 187	3 178 613	809 092	1 475 184
Norte	2 127 834	703 104	761 345	280 051	383 334
Centro	2 366 821	648 569	1 030 614	251 453	436 185
Lisboa e V. do Tejo	1 075 563	489 655	439 846	138 467	7 595
Alentejo	2 693 150	1 482 798	779 960	50 997	379 395
Algarve	498 849	169 635	80 344	36 057	212 813
R. A. Açores (*)	232 967	107 462	57 037	35 523	32 945
R. A. Madeira	77 892	8 964	29 467	16 544	22 917

(*) Dados referentes a 1993.

Fonte: INE-Estatísticas do Ambiente

11.4 - PARTICIPAÇÃO SOCIAL

A crescente sensibilização da população para os problemas do ambiente e para as consequências que daí advêm para o bem estar dos indivíduos, tem conduzido a uma maior participação social, reflectida quer na quantidade de reclamações associadas a alterações da qualidade ambiental, quer na forma como os cidadãos se organizam em associações e participam em projectos de educação ambiental.

O número de **reclamações** associadas ao ambiente aumentou consideravelmente entre 1990 e 1992: acréscimo de quase 100% em 1991, voltando a aumentar 20,5% em 1992. Estas reclamações, em 1990 e em 1991, têm como principais protagonistas os cidadãos; em 1992 o Ministério do Ambiente reforçou consideravelmente a sua actuação nesta área.

Quadro 11.3-Reclamações ambientais,
segundo a origem (Nº)
(1990-1992)

	1990	1991	1992
Total	227	453	546
Autoridades policiais e marítimas	-	5	10
Câmaras municipais	3	5	9
Cidadãos	107	329	137
Governos civis	-	-	1
Juntas de freguesia	2	1	7
Ministério do Ambiente	96	102	365
Outros ministérios	-	1	5
Organizações governamentais	1	-	-
Organizaç. não governamentais	15	6	-
Provedor de Justiça	3	4	12

Fonte: Ministério do Ambiente-Instituto de Promoção Ambiental

O número de reclamações ambientais é significativamente mais elevado na região de Lisboa e Vale do Tejo, embora se registe um acréscimo significativo no número de reclamações provenientes da região Norte.

Quadro 11.4-Reclamações ambientais,
por região (Nº)
(1990-1992)

	1990	1991	1992
Total	227	453	546
Norte	39	136	172
Centro	17	35	81
Lisboa e Vale do Tejo	159	246	250
Alentejo	7	12	14
Algarve	5	24	29

Fonte: Ministério do Ambiente-Instituto de Promoção Ambiental

O ruído constitui-se como o principal factor de degradação das condições de vida sentida pela população, como mostra o quadro 11.5. De salientar, também, as reclamações ambientais relativas à água que, em 1992, representaram 14,5% do total das reclamações efectuadas.

**Quadro 11.5-Reclamações ambientais,
por tipos de poluição (Nº)**
(1990-1992)

	1990	1991	1992
Total	227	453	546
Animais	2	22	32
Água	7	14	79
Urbanismo	56	47	43
Ar	40	35	76
Ruído	91	307	232
Resíduos	17	6	27
Actividades económicas diversas	2	3	16
Conservação da natureza	12	11	25
Diversos	-	8	16

Fonte: Ministério do Ambiente-Instituto de Promoção Ambiental

O envolvimento das **escolas** do ensino básico e secundário em projectos de educação ambiental intensificou-se no período em análise, como se pode observar pelo aumento do número de alunos e escolas empenhados nestes projectos.

**Quadro 11.6-Participantes em projectos de
educação ambiental - escolas do
ensino básico e secundário (Nº)**
(1990-1992)

	1990	1991	1992
Projectos	30	32	37
Escolas	30	46	85
Alunos	3 833	7 645	8 280
Professores	190	360	620

Fonte: Ministério do Ambiente-Instituto de Promoção Ambiental

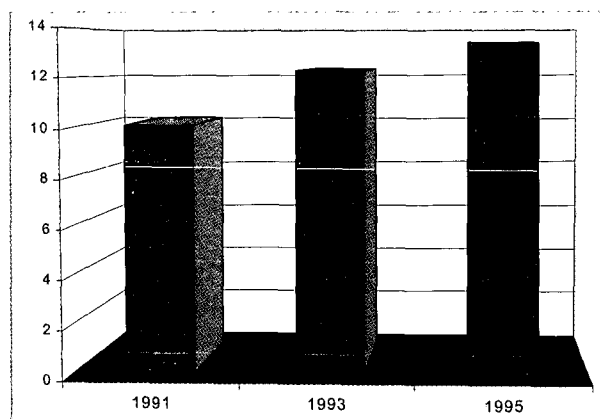
Por outro lado, também o número de associações de defesa do ambiente tem vindo a aumentar. Em 1995, foram criadas mais 34 associações no país, 19 das quais situadas na região de Lisboa e Vale do Tejo.

Quadro 11.7- Associações de defesa do ambiente e número de associados, por região
(1993-1995)

	1993		1994		1995	
	Associações	Associados	Associações	Associados	Associações	Associados
Portugal	86	99 538	95	121 245	129	132 662
Continente	82	97 248	90	118 348	123	129 166
Norte	19	12 890	23	16 455	28	17 729
Centro	13	4 192	15	5 543	19	6 102
Lisboa e V. do Tejo	41	77 817	42	92 892	61	101 437
Alentejo	5	1 530	5	2 525	9	2 552
Algarve	4	819	5	933	6	1 346
Açores e Madeira	4	2 290	5	2 897	6	3 496

Fonte: INE-Estatísticas do Ambiente

**Gráf. 11.10-Associações de defesa do ambiente
- número de associados, por 1000 habitantes**
(1991, 1993, 1995)

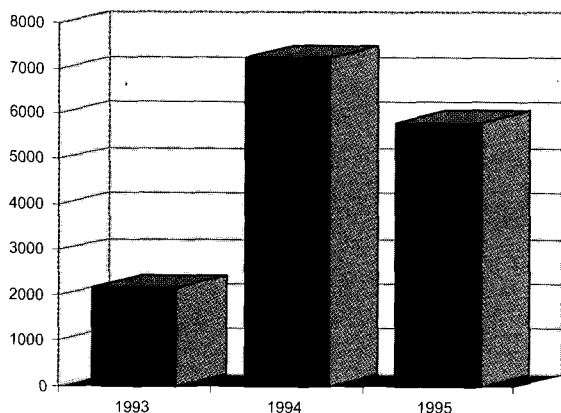


Fonte: INE-Estatísticas do Ambiente

As **associações de defesa** do ambiente têm como objectivo principal sensibilizar e alertar os cidadãos para os problemas do ambiente, funcionando ao mesmo tempo como grupos de actuação e pressão no sentido da protecção da qualidade ambiental.

Em 1991, 10 em cada 1000 habitantes são membros de uma associação de defesa do ambiente; em 1995, esse valor é de 13 em cada 1000 habitantes.

Gráf. 11.11-Associações de defesa do ambiente
- número de actividades desenvolvidas
(1993-1995)

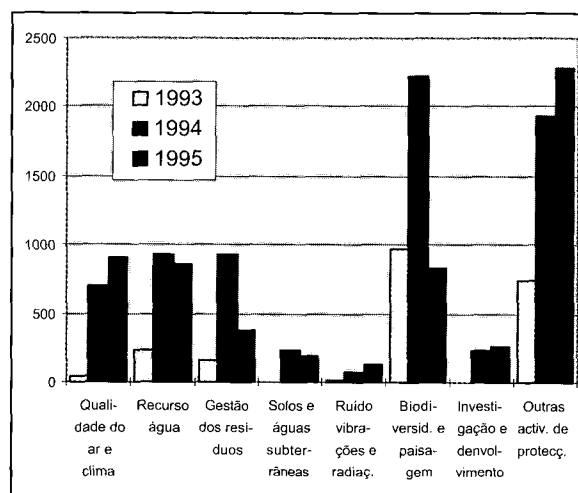


Fonte: INE-Estatísticas do Ambiente

As actividades desenvolvidas pelas associações de defesa do ambiente, em 1993 e 1994, são principalmente direccionadas para a protecção da biodiversidade e da paisagem, ou seja, relativas à protecção dos ecossistemas e do *habitat*. Em 1995, dominam as actividades

de administração geral e orientação das resoluções tomadas no domínio da protecção do ambiente e as acções de divulgação da informação, que constituem quase 40% do total.

Gráf. 11.12-Associações de defesa do ambiente
- número de actividades desenvolvidas
segundo os domínios de
gestão e protecção
(1993-1995)



Fonte: INE-Estatísticas do Ambiente

11.5 - QUALIDADE AMBIENTAL

A caracterização da qualidade do ar passa essencialmente pelo conhecimento das fontes de poluição e pelas respectivas emissões de poluentes. As emissões para a atmosfera são provenientes de actividades humanas e de processos naturais.

Alguns dos principais poluentes atmosféricos, não só pela sua perigosidade intrínseca, como pelos montantes das suas emissões, são: os óxidos de enxofre (SO_x); os óxidos de azoto (NO_x); os compostos orgânicos voláteis, excepto o metano (COVNM); o metano (CH_4); o monóxido de carbono (CO); o dióxido de carbono (CO_2); o óxido nítrico (N_2O) e o amoníaco (NH_3). Estes poluentes são os responsáveis, não só por efeitos nocivos na saúde humana, na vegetação e nos edifícios, mas também por fenómenos tais como a acidificação, a degradação da camada de ozono estratosférica e o denominado efeito de estufa.

Em geral, as emissões de substâncias perigosas para a atmosfera não sofreram alterações significativas entre 1990 e 1994. A tendência é de uma ligeira descida nas quantidades de poluentes lançadas na atmosfera, excepto no caso dos óxidos de azoto, monóxido de carbono e óxido nítrico que, no período em análise, registaram um crescimento médio de 3,6%, 2,8% e 0,15%, respectivamente.

A região de Lisboa e Vale do Tejo é a principal responsável pela emissão do conjunto de poluentes cujas origens são a geração de energia eléctrica, a combustão industrial e os transportes rodoviários, ou seja, o dióxido de carbono, o monóxido de carbono, o óxido de enxofre e o óxido de azoto. O Alentejo ocupa a primeira posição nos gases cuja origem está ligada à actividade agrícola e à natureza - o óxido nitroso, o amoníaco e os compostos orgânicos voláteis.

Quadro 11.8-Emissões totais de substâncias poluentes(*), por região (%)
(1990)

	SO _x	NO _x	COVNM	CH ₄	CO	CO ₂	N ₂ O	NH ₃
Continente	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Norte	14,0	21,7	22,1	28,0	29,2	19,1	21,6	22,0
Centro	8,0	20,2	24,9	28,9	27,9	28,9	25,7	21,5
Lisboa e Vale do Tejo	50,5	33,6	22,4	19,8	33,6	31,1	17,5	23,6
Alentejo	26,9	20,9	26,6	20,7	4,7	18,7	32,3	30,2
Algarve	0,6	3,6	4,0	2,6	4,6	2,2	2,9	2,7

(*) SO_x - Óxidos de enxofre; NO_x - Óxidos de azoto; COVNM - Compostos orgânicos voláteis, excepto metano; CH₄ - Metano; CO - Monóxido de carbono; CO₂ - Dióxido de carbono; N₂O - Óxido nitroso; NH₃ - Amoníaco.

Fonte: Instituto de Meteorologia

Em Portugal, são nitidamente as emissões de CO₂ (determinantes para o chamado efeito de estufa, que tem como consequência mais evidente o aquecimento da atmosfera) aquelas que registam um maior peso, atingindo valores acima de 50 milhões de toneladas/ano; este montante representa cerca de 6 toneladas-por-habitante, valor ainda distante da média europeia que, em 1993, era de 8,4 ton/ano.

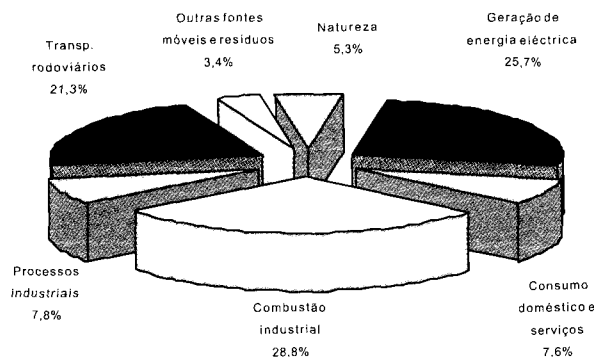
Quadro 11.9-Emissões de substâncias poluentes(*), per capita (ton)
(1990-1994)

Ano	SO _x	NO _x	COVNM	CH ₄	CO	CO ₂	N ₂ O	NH ₃
1990	0,030	0,024	0,069	0,042	0,115	6,116	0,006	0,010
1991	0,032	0,025	0,071	0,042	0,119	6,671	0,006	0,010
1992	0,037	0,027	0,066	0,041	0,123	6,123	0,006	0,010
1993	0,032	0,026	0,066	0,041	0,125	5,839	0,006	0,010
1994	0,029	0,027	0,067	0,041	0,129	5,733	0,006	0,010

(*) SO_x - Óxidos de enxofre; NO_x - Óxidos de azoto; COVNM - Compostos orgânicos voláteis, excepto metano; CH₄ - Metano; CO - Monóxido de carbono; CO₂ - Dióxido de carbono; N₂O - Óxido nitroso; NH₃ - Amoníaco.

Fonte: Instituto de Meteorologia

Gráf. 11.13-Emissões de dióxido de carbono (CO₂), por actividade
(1994)



As principais actividades responsáveis pelas quantidades de dióxido de carbono (CO₂) lançadas na atmosfera são aquelas ligadas a processos de combustão, ou seja, a geração de energia eléctrica, a combustão industrial e os transportes rodoviários.

Fonte: Instituto de Meteorologia

De salientar o crescimento da proporção atribuída aos transportes rodoviários, que em 1990 representavam 14,9% das emissões de dióxido de carbono, valor que aumentou para 21,3% em 1994.

Quadro 11.10-Emissões de CO₂, segundo as actividades (10³ ton)
(1990-1994)

Actividades	1990	1991	1992	1993	1994
Total	57 403	62 536	57 421	54 845	53 972
Geração de energia eléctrica	14 174	15 010	17 836	15 487	13 887
Consumo doméstico e serviços	3 514	3 645	3 790	3 932	4 091
Combustão industrial	15 707	15 490	15 601	15 136	15 546
Processos industriais	3 501	3 876	3 960	4 119	4 204
Transportes rodoviários	8 548	9 245	10 143	10 627	11 489
Natureza	10 067	13 385	4 186	3 665	2 871
Outras fontes	1 892	1 885	1 905	1 879	1 884

Fonte: Instituto de Meteorologia

A relação entre a emissão de poluentes atmosféricos e o Produto Interno Bruto, tem registado decréscimos sucessivos o que, de certa forma, vem apoiar a ideia de que é possível conciliar crescimento económico com qualidade ambiental.

As emissões de CO₂ foram aquelas que decresceram mais, em termos médios, por unidade de PIB - cerca de 10,7% por ano. A redução de emissões de outros poluentes atmosféricos, ultrapassa, em média, os 9%, excepto para o NO_x e o CO, cujas reduções são menos significativas.

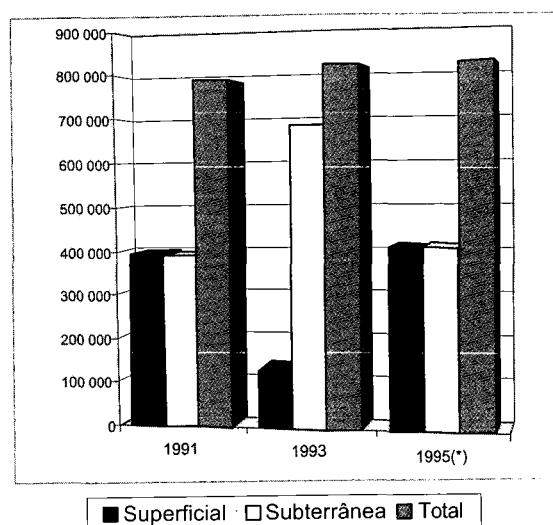
Quadro 11.11-Emissões de substâncias poluentes, por unidade de PIB (ton/10⁹ Esc.)
(1990-1994)

Ano	SO _x	NO _x	COVNM	CH ₄	CO	CO ₂	N ₂ O	NH ₃
1990	28,7	22,4	65,3	39,7	110,2	5 824,7	5,6	9,4
1991	26,2	20,7	58,9	34,9	98,2	5 526,7	4,9	8,2
1992	27,6	19,6	49,1	30,3	91,0	4 520,2	4,4	7,3
1993	22,3	18,4	46,3	28,6	87,3	4 073,7	4,1	6,9
1994	18,6	17,4	43,0	26,2	82,8	3 689,4	3,8	6,3

Fonte: Instituto de Meteorologia

A **captação de água** para abastecimento das populações, em 1995, atingiu mais de 819 milhões de m³; em termos de origem, registou-se uma repartição mais ou menos idêntica entre as águas superficiais (49,9%) e as águas subterrâneas (50,1%).

Gráf. 11.14-Água de abastecimento - origem do caudal captado (10^3 m^3) (1991, 1993, 1995)

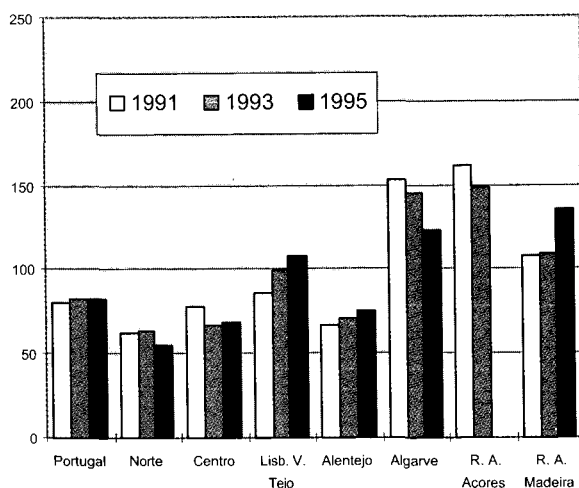


(*) Inclui dados relativos a 1993 para a R. A. Açores.
Fonte: INE - Estatísticas do Ambiente

Em termos médios, no período em análise, assistiu-se a um crescimento de 2,2% do volume total de água captada para abastecimento.

Os caudais captados, *per capita*, mais elevados, registam-se nas regiões autónomas e no Algarve; a média do país é de 80 000 litros *per capita*/ano.

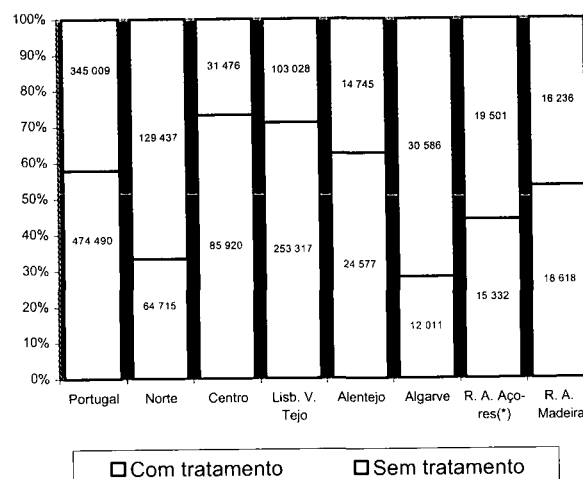
Gráf. 11.15-Água de abastecimento - caudal *per capita* por região (m^3) (1991, 1993, 1995)



Fonte: INE-Estatísticas do Ambiente

Em 1995, cerca de 60% do caudal de água para abastecimento passou por uma estação de tratamento de água (ETA).

Gráf. 11.16-Água de abastecimento - tratamento por região (10^3 m^3) (1995)

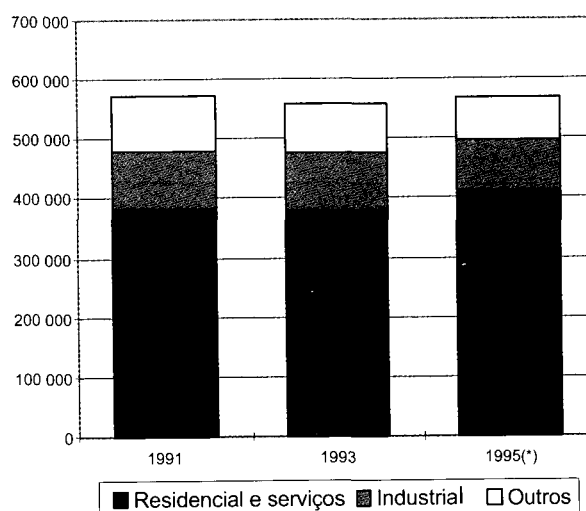


(*) Dados referentes a 1993.

Fonte: INE-Estatísticas do Ambiente

O maior volume da água para abastecimento, em 1995, teve como destino o consumo residencial e serviços (72,6%), sendo o restante repartido pela indústria (14,7%) e outros consumos (12,7%). Entre 1991 e 1995 o consumo residencial e de serviços evidenciou um crescimento médio de cerca de 4%.

Gráf. 11.17-Água de abastecimento - tipo de consumidores (10^3 m^3) (1991, 1993, 1995)



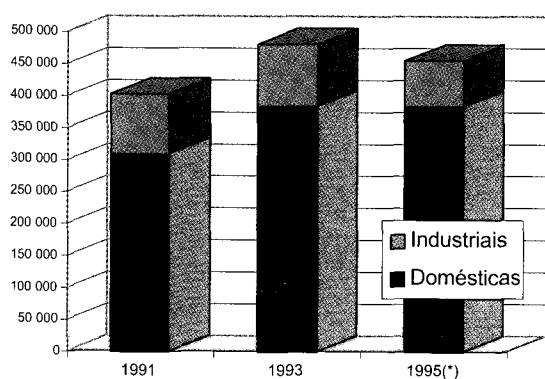
(*) Inclui dados relativos a 1993, para a R. A. Açores.
Fonte: INE-Estatísticas do Ambiente

O consumo *per capita* de água de abastecimento, residencial e de serviços, manteve-se estável entre 1991 e 1995.

O volume de **águas residuais** colectado, cresceu cerca de 19,0% em 1993, face a 1991, registando-se uma redução em 1995. As águas residuais municipais têm origem fundamentalmente doméstica, atingindo 84,5% do total.

O volume de águas residuais de origem doméstica aumentou significativamente entre 1991 e 1993 - cerca de 24%. A este facto não é alheio o forte acréscimo verificado na rede de recolha bem como um possível aumento da produção. No último ano assiste-se a um acréscimo muito ligeiro (0,1%).

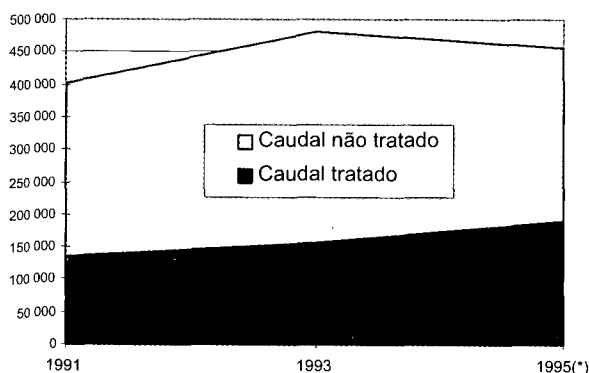
Gráf. 11.18-Águas residuais - origem (10^3 m^3) (1995)



(*) Inclui dados relativos a 1993 para a R. A. Açores.
Fonte: INE-Estatísticas do Ambiente

No último ano em análise, das águas residuais produzidas e colectadas, **42,0% sofreram tratamento** antes da sua descarga no destino final. Este valor é ainda relativamente baixo, mas tem vindo a crescer substancialmente - 15,6% e 22,0% em 1993 e 1995, respectivamente. Este crescimento verifica-se sobretudo no tratamento das águas residuais de origem doméstica, passando de 35,0%, em 1991, para 44,2%, em 1995.

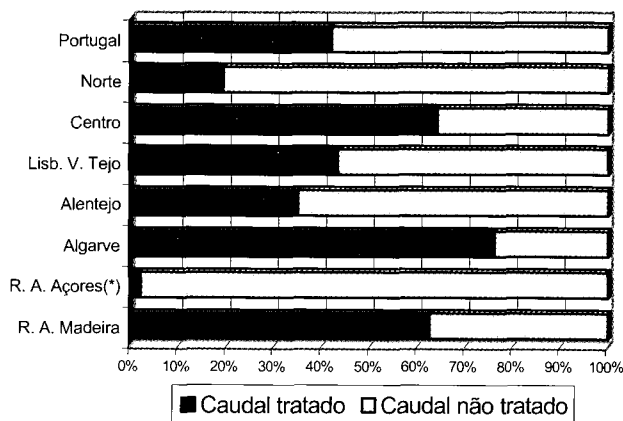
Gráf. 11.19-Águas residuais- tratamento (10^3 m^3) (1991, 1993, 1995)



(*) Inclui dados relativos a 1993 para a R. A. Açores.
Fonte: INE-Estatísticas do Ambiente

Regionalmente, num extremo encontram-se as regiões do Algarve, do Centro e da Madeira cujos caudais de águas residuais tratados ultrapassam os 60%, e, num outro extremo, os Açores, com apenas 2,1% das águas residuais sujeitas a um processo de tratamento.

Gráf. 11.20-Águas residuais - tratamento por região (1995)*



(*) Dados referentes a 1993.
Fonte: INE-Estatísticas do Ambiente

Em 1995, 96% da população portuguesa é abrangida pela **recolha de resíduos sólidos**, efectuada pelas autarquias locais. De 1991 a 1995, o aumento da produção de resíduos sólidos municipais atingiu quase 600 000 toneladas. As maiores contribuições para esta evolução são das regiões de Lisboa e Vale do Tejo e do Norte, enquanto que no Alentejo se observa uma redução da produção de resíduos sólidos municipais.

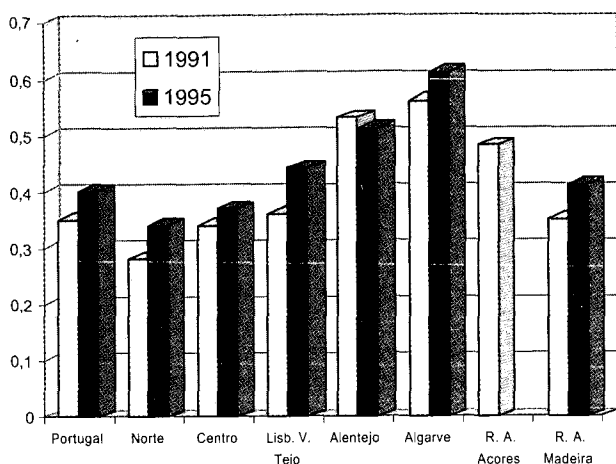
Quadro 11.12-Resíduos sólidos - produção municipal, por região - NUTS II (ton) (1991, 1993, 1995)

NUTS II	1991	1993	1995
Portugal	3 441 000	3 712 000	4 012 498
Continente	3 240 000	3 490 000	3 773 157
Norte	987 000	1 162 000	1 200 702
Centro	592 000	585 000	633 114
Lisb. e V. Tejo	1 180 000	1 278 000	1 458 177
Alentejo	288 000	282 000	269 310
Algarve	193 000	183 000	211 854
R. A. Açores	113 000	133 000	*133 000
R. A. Madeira	88 000	89 000	106 341

(*) Dados referentes a 1993.
Fonte: INE-Estatísticas do Ambiente

Em 1991, cada português foi responsável por cerca de 950 gramas diárias de lixo, valor que, em 1995, atinge cerca de 1,1kg por dia.

Gráf. 11.21-Resíduos sólidos municipais - produção anual *per capita* por região (ton)
(1991, 1995)



Fonte: INE-Estatísticas do Ambiente

Em termos regionais, os valores *per capita* da produção de resíduos municipais são bastante diversificados, registando-se os mais elevados no Algarve, o que se pode explicar pelo grande afluxo de turistas e consequente aumento da população presente, e os menos significativos na região Norte.

Relativamente à composição física média dos resíduos sólidos municipais, os materiais fermentáveis enchem cerca de 2/5 dos contentores de recolha do lixo das câmaras municipais de Portugal Continental, seguindo-se-lhe o papel e o cartão, que representam 20%, e o plástico, com 12,4%.

Quadro 11.13- Resíduos sólidos urbanos - composição física média, por região - NUTS II (%)
(1995)

NUTS II	Composição física média							Finos > 20 mm
	Papel e cartão	Vidro	Plástico	Metais	Mater. fermen- táveis	Têxteis	Outros	
Portugal	x	x	x	x	x	x	x	x
Continente	20,0	5,5	12,4	3,6	37,8	4,4	5,3	11,0
Norte	18,3	4,8	12,1	2,9	41,8	4,5	4,6	11,0
Centro	18,4	4,6	13,1	4,0	39,9	7,9	3,5	8,6
Lisboa e V. Tejo	23,5	6,3	12,9	3,3	33,3	3,1	5,7	11,9
Alentejo	12,3	5,4	9,8	6,7	39,0	4,9	10,9	11,0
Algarve	21,6	6,5	12,8	2,9	37,2	1,8	5,2	12,1
R. A. Açores	x	x	x	x	x	x	x	x
R. A. Madeira	18,6	10,3	13,0	7,4	31,8	4,6	6,3	8,1

Fonte: INE-Estatísticas do Ambiente

A **reciclagem** consiste no reprocessamento dos resíduos num processo de produção, para o fim original (regeneração) ou para outros fins (nomeadamente a compostagem).

Em Portugal, uma vez que o processo de recolha selectiva de resíduos sólidos ainda não está implementado em todo o território e, consequentemente, não depende exclusivamente da sensibilidade dos cidadãos, os dados apresentados não reflectem na íntegra a colaboração da população como forma de

empenhamento social na gestão dos resíduos sólidos.

Dos materiais recolhidos selectivamente para reciclagem, destaca-se o vidro que, em 1991, já representava mais de 15 000 toneladas, correspondendo a cerca de 76% do total dos materiais reciclados. A este valor não é alheio o facto da utilização maciça deste material, na sua facilidade de separação, e numa rede de recolha mais alargada. No entanto, observa-se uma evolução bastante favorável também nos

outros materiais que são sujeitos a reaproveitamento. O valor verificado em 1995 para o papel e cartão representa quase 5 vezes o valor atingido em 1991.

Quadro 11.14-Resíduos sólidos municipais - reciclagem, segundo os tipos de materiais, por região - NUTS II (ton)
(1991,1993,1995)

NUTS II	Papel e cartão	Vidro	Plástico	Metais	Outros materiais
1991					
Portugal	1 660	15 048	170	1 927	1 014
Continente	477	14 509	170	1 927	1 014
Norte	214	4 647	154	82	453
Centro	65	1 524	14	-	-
Lisboa V. Tejo	111	6 520	2	1 825	201
Alentejo	37	444	-	20	210
Algarve	50	1 374	-	-	150
R. A. Açores	-	-	-	-	-
R. A. Madeira	1 183	539	-	-	-
1993					
Portugal	4 182	14 117	645	3 451	1 153
Continente	2 849	13 578	645	3 151	853
Norte	327	1 127	198	82	753
Centro	346	2 140	379	50	15
Lisboa V. Tejo	1 875	7 890	48	2 944	-
Alentejo	292	1 023	20	75	85
Algarve	9	1 398	-	-	-
R. A. Açores	-	-	-	-	-
R. A. Madeira	1 333	539	-	300	300
1995					
Portugal	7 934	27 247	699	5 653	121 347
Continente	4 758	25 388	699	5 653	121 317
Norte	858	9 683	26	385	63 850
Centro	252	2 476	5	6	6
Lisboa V. Tejo	3 377	10 153	179	5 212	57 456
Alentejo	256	1 185	132	50	5
Algarve	15	1 891	357	-	-
R. A. Açores	x	x	x	x	x
R. A. Madeira	3 176	1 859	-	-	30

Fonte: INE-Estatísticas do Ambiente

De salientar o aumento verificado em 1995 na reciclagem de "outros materiais", nomeadamente aqueles que são resultantes das instalações de valorização e/ou eliminação. Nestes, é de realçar o "composto", que é uma substância húmida resultante da desagregação biológica, aeróbica ou anaeróbica dos resíduos orgânicos verificada na compostagem.

Relativamente a 1991, a importância dos aterros como locais de valorização e eliminação de resíduos sólidos tem vindo a aumentar. Em 1995, cerca de 51% dos resíduos sólidos destinados aos locais de valorização e eliminação são depositados em aterros quando, em 1993 e 1991, representavam apenas 40 e 38%, respectivamente.

Quadro 11.15-Resíduos sólidos - tipo de valorização e eliminação (ton)
(1991, 1993, 1995)

Valorização e eliminação	1991	1993	1995(*)
Total	3 441 000	3 712 000	3 947 388
Compostagem	227 000	448 000	477 732
Incineração	20 000	5 000	5 857
Aterro	1 295 000	1 497 000	2 008 885
Lixeira	1 899 000	1 762 000	1 454 914

(*) Inclui dados relativos a 1993 para a R. A. Açores.

Fonte: INE-Estatísticas do Ambiente

Embora, em 1995, ainda representem o destino para cerca de 37% dos resíduos sólidos, a importância das lixeiras tem vindo progressivamente a decair comparativamente aos restantes métodos de valorização e eliminação de resíduos utilizados em Portugal: 47% em 1993, contra 55% em 1991.

A compostagem, apesar de ser o destino de apenas 12% dos resíduos sólidos sujeitos a processos de valorização e eliminação, e ser utilizada somente nas regiões do Norte, de Lisboa e Vale do Tejo e da Madeira, foi o método que registou, entre 1991 e 1995, um maior aumento da quantidade de resíduos tratados - cerca de 110%.

A incineração, ou seja, a utilização de equipamento técnico afecto ao tratamento de resíduos por via térmica, praticamente não tem expressão em Portugal tendo, em 1995, constituído o destino de apenas 0,1% dos resíduos sólidos sujeitos a processos de valorização e eliminação.

Quadro 11.16-Resíduos sólidos - tipo de valorização e eliminação, por região - NUTS II (%)
(1995)

	Compostagem	Incineração	Aterro sanitário	Aterro controlado	Lixeira
Portugal	12,1	0,1	22,7	28,2	36,9
Continente	11,4	-	23,1	28,9	36,5
Norte	12,9	-	26,9	13,7	46,5
Centro	-	-	24,5	18,9	56,6
Lisboa e V. Tejo	19,7	-	12,3	55,3	12,7
Alentejo	-	-	28,4	14,1	57,5
Algarve	-	-	62,6	-	37,4
R. A. Açores(*)	-	-	-	30,1	69,9
R. A. Madeira	53,9	5,8	35,5	-	4,8

(*) Dados referentes a 1993.

Fonte: INE-Estatísticas do Ambiente

CONCEITOS:**Águas residuais:**

São águas usadas e que podem conter quantidades importantes de produtos em suspensão ou dissolvidos, com acção perniciosa para o ambiente. Não se consideram as águas de arrefecimento.

Águas residuais tratadas:

Apenas se consideram águas residuais tratadas aquelas cujo tratamento é efectuado nas ETAR e nas fossas sépticas municipais.

Aterro controlado:

Local onde os resíduos são depositados espalhados, compactados e cobertos com terra, sem que tenha sido construído um sistema de recolha de águas lixivantes ou o fundo tenha sido protegido por forma a evitar a infiltração de águas no solo.

Aterro sanitário:

Local vedado onde, através de técnicas próprias, nomeadamente espalhamento, compactação, e cobertura diária com terra, exista uma deposição controlada dos resíduos, que inclui o sistema de recolha de águas lixivantes, protecção das águas subterrâneas e ainda recolha de biogás.

Compostagem:

Processo de reciclagem onde se dá a degradação biológica, aeróbica ou anaeróbica, de resíduos orgânicos, de modo a proceder à sua estabilização, produzindo uma substância húmida, utilizável em algumas circunstâncias como um condicionador do solo.

Eliminação de resíduos:

Qualquer operação com vista a um destino final adequado de resíduos, constante do ANEXO I da Portaria n.º 15/96, de 23 de Janeiro. Considerou-se que o aterro sanitário, o aterro controlado e a lixeira são formas de eliminação.

Estações de tratamento de água (ETA):

Conjunto de órgãos que garante à água condições de qualidade por forma a permitir a sua utilização para abastecimento público (água potável).

Incineração:

Qualquer equipamento técnico afecto ao tratamento de resíduos por via térmica, com ou sem recuperação de calor de combustão produzido, abrangendo o local de implantação e o conjunto da instalação constituído pelo incinerador, seus sistemas de alimentação por resíduos, por combustíveis e pelo ar, bem como os aparelhos e dispositivos de controlo das operações de incineração, de registo e de vigilância contínua das condições de incineração.

Lixeira:

Local onde os resíduos são depositados sem qualquer controlo, com riscos evidentes para o ambiente (poluição do ar, água e solo) e para a saúde pública.

Águas de origem subterrânea:

São as águas obtidas em nascentes, galerias de minas, poços ou furos, ou seja, águas retidas, e que podem ser recuperadas, através de uma formação geológica. Todos os depósitos de água permanentes e temporários, recarregados natural ou artificialmente no subsolo, tendo qualidade suficiente para garantir pelo menos uma utilização sazonal. Esta categoria inclui as camadas freáticas, bem como as camadas profundas sob pressão ou não, contidas em solos porosos ou fracturados. A água subterrânea inclui água injectada, nascentes, concentradas ou difusas, que podem estar submersas. Excluem-se os bancos de filtração (cobertos por águas de superfície).

Água de origem superficial:

São as águas obtidas da água que escorre ou estagna à superfície do solo: em cursos de água naturais, tais como rios, ribeiros, regatos, etc., e cursos de água artificiais tais como canais para rega, uso industrial, navegação, sistemas de drenagem, aluviões (águas sub-superficiais) e reservatórios naturais e artificiais. Excluem-se a água do mar, massas de águas estagnadas permanentes, naturais e artificiais, e as águas das zonas de transição tais como pântanos salobros, lagoas e estuários.

Reciclagem de resíduos:

Reprocessamento dos resíduos num processo de produção para o fim original ou para outros fins. Refere-se apenas aos materiais componentes físicos dos resíduos recolhidos selectivamente e aos separados nas instalações de valorização e/ou eliminação, e que são vendidos para reciclagem.

Resíduos sólidos urbanos:

Resíduos domésticos, resíduos provenientes de estabelecimentos comerciais e do sector de serviços, e outros resíduos que, pela sua natureza ou composição, sejam semelhantes aos resíduos domésticos desde que a produção diária unitária não exceda 2 000 litros.

Superfície agrícola:

Conjunto de terras cujo coberto vegetal se distribui pelas seguintes categorias:

- terras aráveis - as destinadas a culturas de sementeira anual (cereais, feijão, batata, etc.); as ressemeadas com intervalos que não excedam cinco anos e as terras de pousio (em repouso durante o ano agrícola);
- culturas permanentes - as que ocupam a terra durante um longo período (vinha, olival e outras árvores de fruto);
- prados e pastagens permanentes - as culturas, em geral herbáceas (destinadas a serem comidas pelo gado) que ocupam as terras durante um período superior a cinco anos.

Para além destas categorias são ainda incluídas como solos de utilização agrícola:

- as terras que não foram cultivadas durante o ano agrícola;
- as terras que tenham culturas temporárias, sob coberto florestal, quando as primeiras apresentem maior rendimento sob o ponto de vista económico.

Superfície florestal:

Conjunto de terras arborizadas com espécies florestais (resinosas e folhosas) e com funções diversas (produção, protecção, recreio ou uso múltiplo) distribuídas pelas seguintes categorias:

Povoamentos florestais - grau de cobertura igual ou superior a 10%;

Arvoredo disperso - grau de cobertura inferior a 10% ou que tenham no mínimo 10 árvores por hectare no caso de espécies resinosas e do eucalipto, e 5 árvores por hectare no caso das folhosas, à excepção do eucalipto.

Superfície urbana:

Conjunto de terrenos com construção, expectantes e outros, ou seja, os ocupados pelos edifícios e estruturas associadas, utilizados pelos diferentes sectores da actividade humana. Incluem-se, ainda, os terrenos não construídos mas cuja acção de loteamento urbano os situa fora do espaço rural, e certas áreas não construídas que tenham como função principal apoiar a actividade anteriormente mencionada. Situam-se neste âmbito, os parques urbanos, jardins e os terrenos abandonados situados entre zonas construídas. São excluídos os terrenos ocupados com construções incluídas nas superfícies agrícolas e florestais.

Tratamento de água para abastecimento:

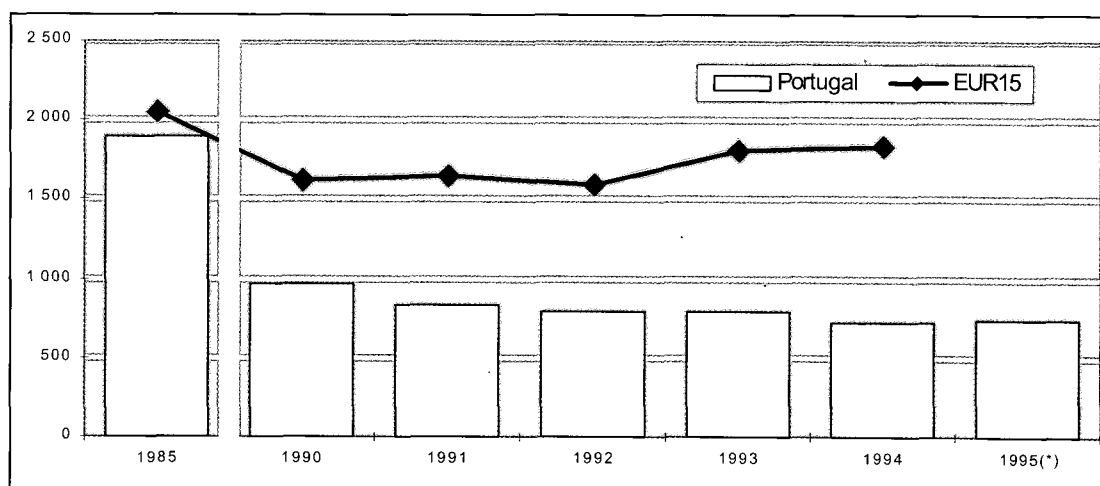
Processo que torna apta a ser utilizada, a água captada de qualquer fonte. Apenas se considera tratamento se for utilizada uma instalação específica para o efeito. Não se considera como tratamento a simples filtragem ou cloragem.

Valorização de resíduos:

Qualquer das operações que permita o reaproveitamento dos resíduos e cuja indicação consta do Decreto-Lei n.º 310/95, de 20 de Novembro. Salienta-se que a compostagem e a incineração são operações de valorização.

- Em 1993, as famílias portuguesas afectaram 3,0% do consumo final a actividades de cultura e lazer, valor idêntico ao da Holanda (3,1%) e da Dinamarca (3,0%).
- Entre 1990 e 1995, as visitas a museus registaram um aumento de 3,8%.
- Após um período de quebra significativa na frequência de cinema (-266,0% entre 1985 e 1994), o ano de 1995 regista uma retoma (+3,7% comparativamente a 1994).
- Pouco mais de metade da população com 15 e mais anos lê jornais (56%); esta percentagem desce ligeiramente (51,4%) quando se trata de revistas. A leitura de livros é apenas feita por 31% desta população.
- Em 1995, menos de 30% dos portugueses gozou férias fora da residência habitual e, quando o fez, foi fundamentalmente dentro do país.

**Número de espectadores de cinema, por 1000 habitantes,
em Portugal e na União Europeia**
(1985, 1990-1995)



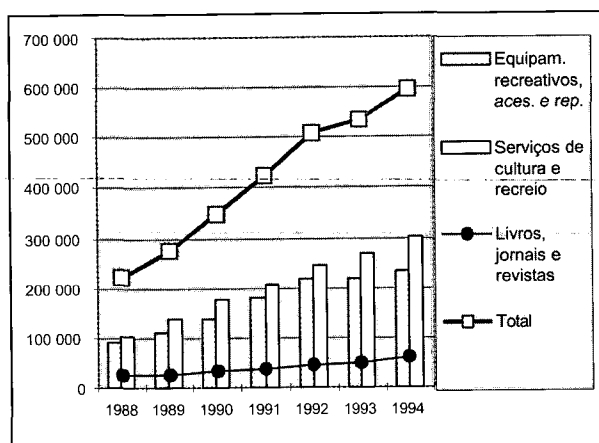
(*) Dados não disponíveis relativamente à União Europeia, para 1995.

Fonte: INE-Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio; EUROSTAT-Estatísticas do Audiovisual

12.1 - CONSUMO DAS FAMÍLIAS

Em 1994, as famílias despenderam cerca de 600 milhões de contos em actividades de cultura e recreio, incluindo equipamentos recreativos, acessórios e respectivas reparações, o que corresponde a um valor quase 3 vezes superior ao de 1988 (222 milhões de contos).

Gráf. 12.1-Consumo das famílias em actividades de cultura e recreio (10^6 Esc.) (1988-1994)



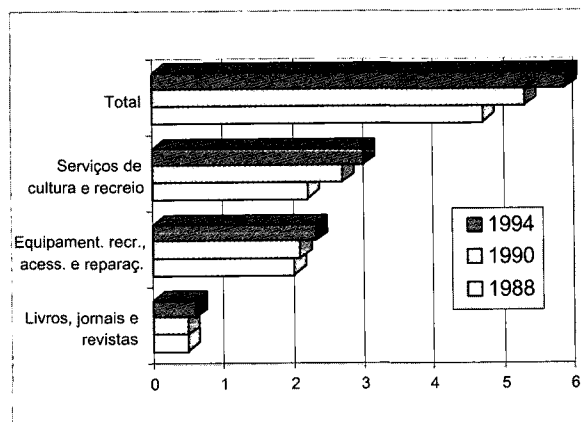
Fonte: INE-Contas Nacionais

Comparativamente ao total do consumo final das famílias, e tal como mostra o gráfico 12.2, este tipo de despesas representa um valor que, em 1994, se situou muito próximo dos 6%.

Metade destas despesas dizem respeito a serviços recreativos e culturais (50,6%), nos quais estão incluídas as despesas ligadas ao desporto; as despesas com equipamentos recreativos, acessórios e reparações, ocupam o segundo lugar (39,2%).

O consumo de livros jornais e revistas, que absorve 10,2% do total das despesas, representa 0,6% do consumo final.

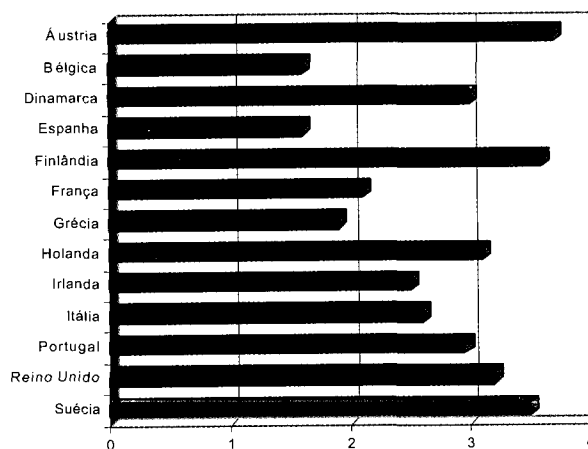
Gráf. 12.2-Consumo das famílias em actividade de cultura e recreio, em percentagem do consumo final (1988, 1990, 1994)



Fonte: INE-Contas Nacionais

No contexto europeu, Portugal ocupa uma posição intermédia, com valor idêntico ao da Holanda (3,1%) e da Dinamarca (3,0%). Com percentagens superiores à de Portugal encontram-se a Áustria (3,7%), a Finlândia (3,6%), a Suécia (3,5%) e o Reino Unido (3,2%).

Gráf. 12.3-Consumo de serviços de lazer, recreativos e culturais, excluindo hotéis, restaurantes e cafés, em percentagem do consumo final, em alguns países da União Europeia(*) (1993)



(*) Dados não disponíveis relativamente à Alemanha e Luxemburgo. Os dados relativos a Espanha referem-se a 1992.

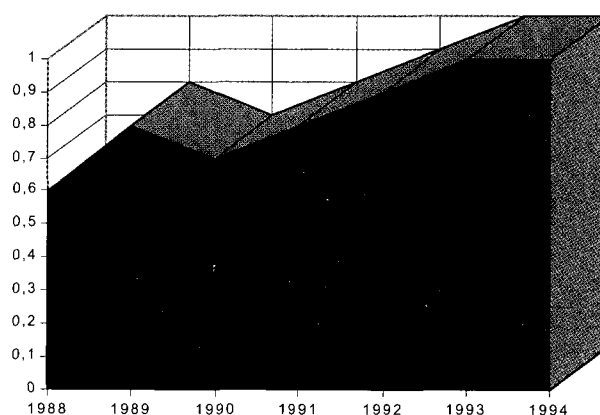
Fonte: EUROSTAT-Anuário Estatístico

12.2 - DESPESA DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

Em 1988, a administração pública, no seu conjunto, afectou 0,6% do PIB a serviços recreativos e culturais (nos quais estão incluídas as despesas ligadas a desporto). Em 1994, esta mesma percentagem subiu para 1,0% do PIB, o que significa um aumento superior a 50%.

É sobretudo a partir de 1990 que esta tendência se acentua: entre 1988 e 1990, a percentagem média de afectação do PIB não ultrapassou os 0,7%, subindo para 0,9% nos quatro anos seguintes.

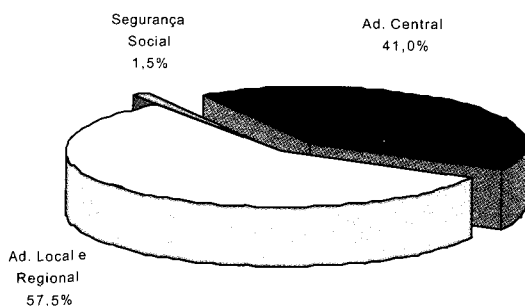
Gráf. 12.4-Despesa das administrações públicas, em serviços recreativos e culturais, em percentagem do PIB (1988-1994)



Fonte: INE-Contas Nacionais

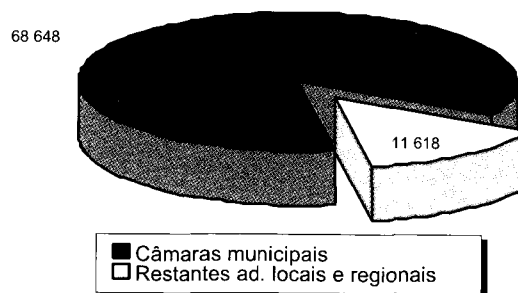
Numa desagregação por sectores institucionais e para o ano de 1994, verifica-se que mais de metade dos gastos em serviços recreativos e culturais se situaram no âmbito da Administração Local e Regional (57,5%), sendo fundamentalmente os municípios os principais financiadores deste tipo de actividade.

Gráf. 12.5-Despesa das administrações públicas em serviços recreativos e culturais (1994)



Fonte: INE-Contas Nacionais

Gráf. 12.6-Despesa da Administração Local e Regional em serviços recreativos e culturais (10⁶ Esc.) (1994)



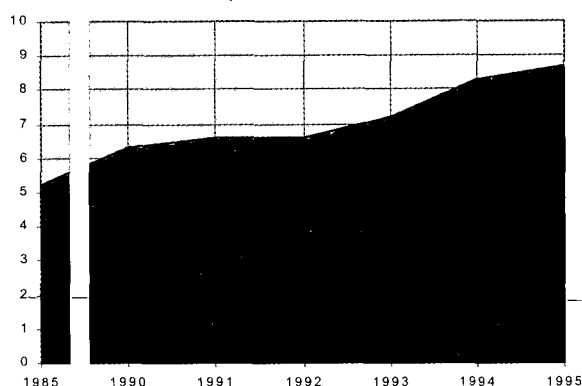
Fonte: INE-Contas Nacionais

12.3 - MUSEUS

No conjunto das actividades culturais, as visitas aos museus têm conhecido no nosso país um crescimento significativo, particularmente a partir de 1990. Em 1985, o número de visitantes situava-se em 5,2 milhões; em 1990 subiu para 6,3 milhões, o que corresponde a um crescimento de 21,2%. No entanto, e como se pode verificar pelo gráfico 12.7, entre 1990 e 1995 o crescimento foi bastante mais acentuado, atingindo neste último ano os 8,7 milhões de visitantes.

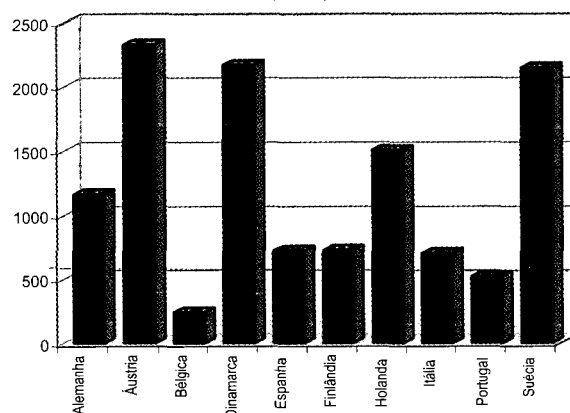
Utilizando como indicador o número de visitantes por 1000 habitantes e comparando com os restantes países da União Europeia para os quais se dispõe de informação, verifica-se que apenas a Bélgica (240) regista um valor inferior ao de Portugal (517).

Gráf. 12.7-Número de visitantes a museus (10⁶)
(1985, 1990-1995)



Fonte: INE-Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio

Gráf. 12.8-Número de visitantes a museus por
1000 habitantes, em alguns países da União
Europeia(*)
(1993)



(*) Relativamente a Itália os dados referem-se ao ano de 1992; para a Espanha e Finlândia a informação respeita ao ano de 1994.

Fonte: UNESCO-Anuário Estatístico

Quadro 12.1-Número de museus e visitantes - NUTS I
(1985, 1990-1995)

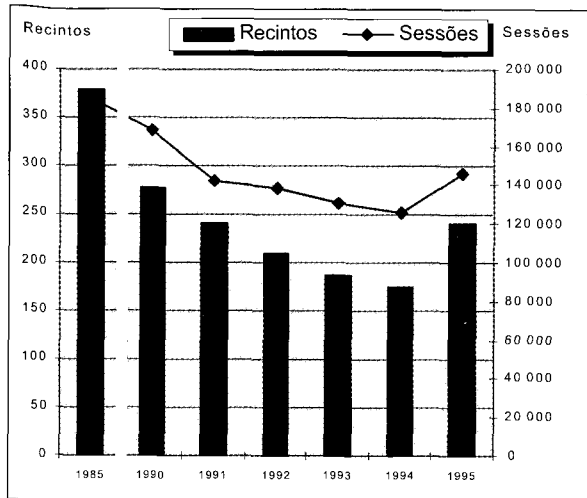
NUTS I	1985		1990		1991		1992		1993		1994		1995	
	Mu-seus	Visi-tan-tes (10 ³)	Mu-seus	Visi-tan-tes (10 ³)	Mu-seus	Visi-tan-tes (10 ³)	Mu-seus	Visi-tan-tes (10 ³)	Mu-seus	Visi-tan-tes (10 ³)	Mu-seus	Visi-tan-tes (10 ³)	Mu-seus	Visi-tan-tes (10 ³)
Portugal	229	5 178	330	6 317	320	6 578	330	6 596	328	7 202	333	8 292	341	8 667
Continente	214	4 960	303	5 991	294	6 213	303	6 285	301	6 733	306	7 924	312	8 241
R. A. Açores	7	28	14	69	13	65	13	59	13	68	13	76	15	109
R. A. Madeira	8	190	13	257	13	300	14	251	14	401	14	292	14	317

Fonte: INE-Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio

12.4 - ESPECTÁCULOS PÚBLICOS

O cinema é a modalidade que maior relevância ocupa no conjunto dos espectáculos públicos. Na óptica da oferta, e qualquer que seja o ano em análise, o número de recintos utilizados e o número de sessões ultrapassam os 70% e os 90% do total, respectivamente; em termos de procura, e não obstante alguma perda de importância relativa, em 1995 representava ainda 89%.

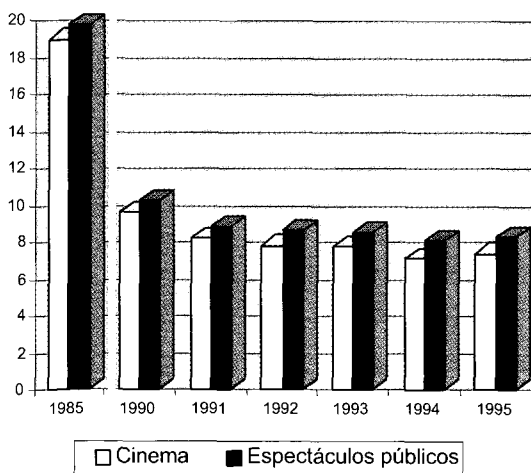
Gráf. 12.9-Número de recintos e sessões de cinema
(1985, 1990-1995)



Fonte: INE-Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio

No período que medeia entre 1985 e 1994, a **frequência de espetáculos públicos**, particularmente o cinema, registou uma evolução muito negativa: se em 1985 assistiram a sessões de cinema 18,9 milhões de indivíduos, em 1990 este número tinha caído praticamente para metade (9,5 milhões), continuando a descer até 1994 (7,1 milhões). Só em 1995 se registou, finalmente, alguma recuperação (+3,7% relativamente a 1994).

Gráf. 12.10-Número de espectadores (10^6)
(1985, 1990-1995)

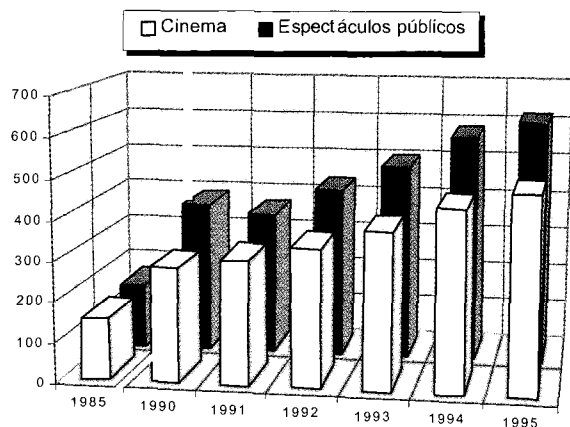


Fonte: INE-Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio

O **preço dos bilhetes** é certamente um dos factores que contribuem para esta evolução na

frequência dos espetáculos públicos. Com efeito, e embora a tendência tenha sido, ao longo dos anos, de sentido crescente, é todavia de referir que o preço médio do bilhete de cinema é sempre inferior ao praticado pelo conjunto dos espetáculos públicos.

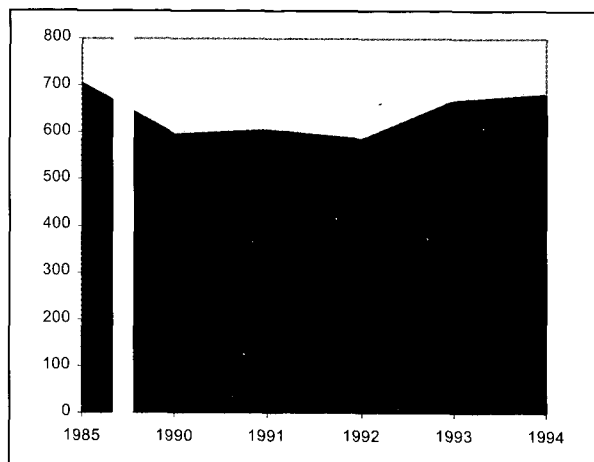
Gráf. 12.11-Preço médio de bilhetes (Esc.)
(1985, 1990-1995)



Fonte: INE-Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio

A crise de frequência por que o cinema passa em Portugal, acontece igualmente na União Europeia: em 1985, 705 milhões de indivíduos assistiram a sessões de cinema e em 1990 este número tinha caído para 594 milhões; mesmo se a partir de 1990 há flutuações em ambos os sentidos, em 1994 o valor é ainda inferior ao de 1985.

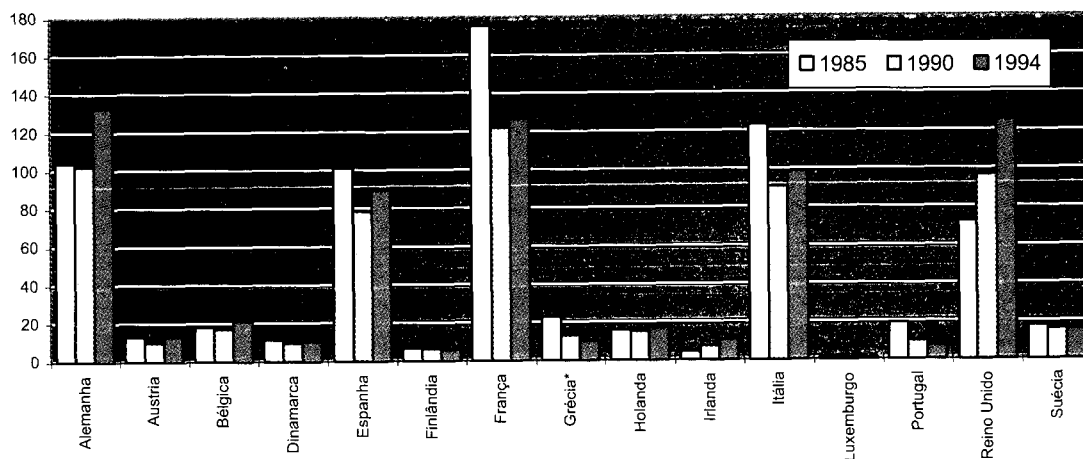
Gráf. 12.12-Evolução do número de espectadores de cinema na União Europeia (10^6)
(1985, 1990-1994)



Fonte: EUROSTAT- Estatísticas do Audiovisual

No entanto, e analisando a evolução 1990/1994, parece poder concluir-se que houve alguma retoma, a qual, como já foi referido, apenas parece ter começado no nosso país em 1995; com excepção da Finlândia e da Suécia, todos os demais países registam uma afluência crescente de espectadores.

Gráf. 12.13-Evolução do número de espectadores de cinema, na União Europeia (10⁶)
(1985, 1990, 1994)

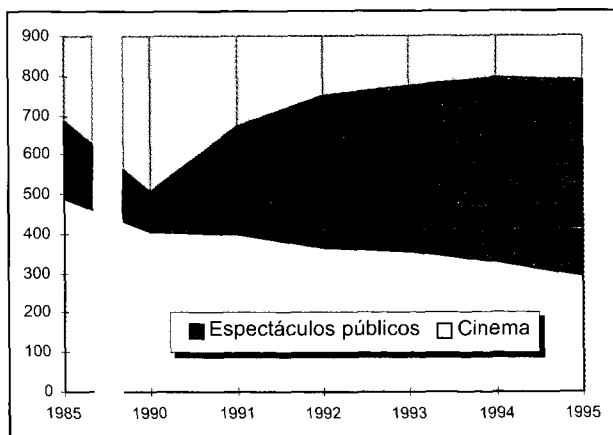


*Dados relativos à Grécia para 1985, 1990, 1993.

Fonte: EUROSTAT-Estatísticas do Audiovisual

Uma das características que os recintos utilizados para o cinema têm vindo a adquirir, é o da redução de **lotação**; cada vez mais as salas de cinema têm menor dimensão: de uma média de 489 lugares em 1985, passaram para 295 em 1995. Esta tendência é oposta à que se registou nos espectáculos públicos em geral, (688 em 1985, para 788 em 1995).

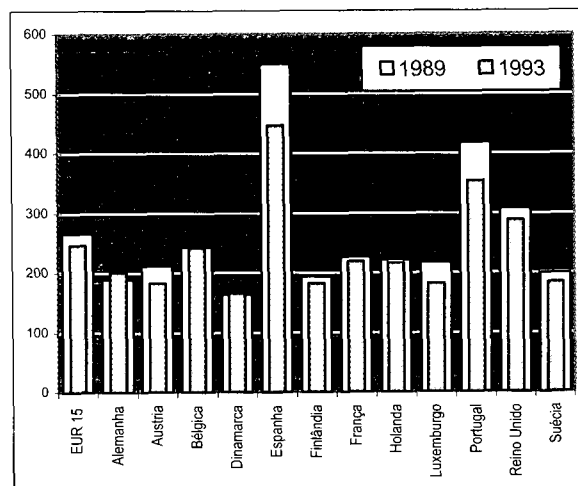
Gráf. 12.14-Número médio de lugares por recinto
(1985, 1990-1995)



Fonte: INE-Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio

Esta é também a evolução nos países da União Europeia: o número médio de lugares por recinto de cinema tem diminuído, com excepção da Dinamarca e da Alemanha.

Gráf. 12.15-Número médio de lugares por recinto de cinema, na União Europeia(*)
(1989, 1993)



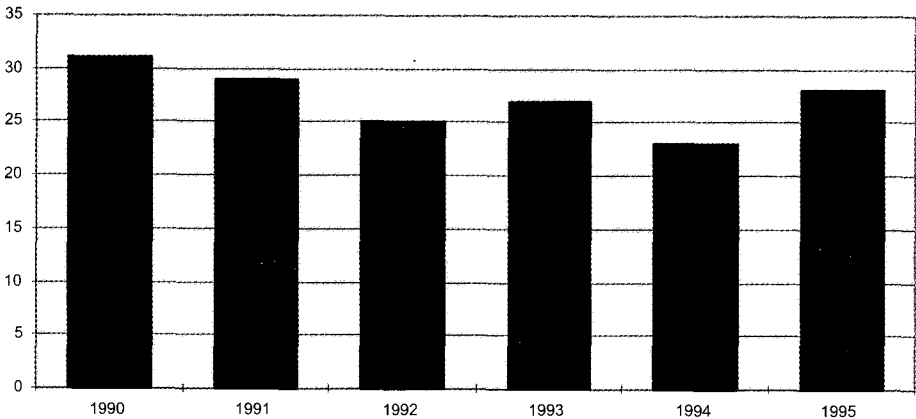
(*) Dados não disponíveis relativamente à Grécia, Irlanda e Itália.

Fonte: EUROSTAT-Estatísticas do Audiovisual

12.5 - IMPRENSA

O **número de jornais diários** editados apresenta, ao longo do período em análise, uma evolução em sentido decrescente, que só é alterada em 1995: se em 1990 havia 31 títulos diários, este número vai caindo (com excepção de 1993) até 1994, ano em que se registam apenas 23 títulos; só em 1995 parece haver alguma recuperação (28 títulos).

Gráf. 12.16-Número de jornais diários
(1990-1995)



Fonte: INE-Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio

Quadro 12.2-Jornais diários na União Europeia (Nº)
(1985, 1994)

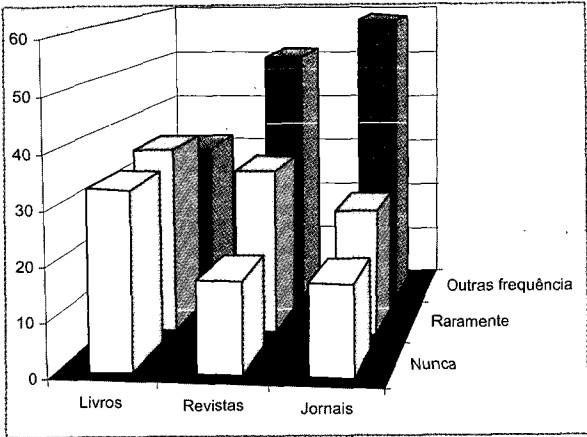
	Número	
	1985	1994
Alemanha	*358	411
Áustria	33	23
Bélgica	24	32
Dinamarca	47	51
Espanha	102	148
Finlândia	65	56
França	92	118
Grécia	140	168
Holanda	88	46
Irlanda	7	8
Itália	72	74
Luxemburgo	4	5
Portugal	25	23
Reino Unido	104	103
Suécia	115	94

Alguns países da União Europeia sofreram uma evolução idêntica à de Portugal, como foram os casos da Áustria, Finlândia, Holanda e Suécia, cujo número de títulos diários sofreu uma quebra significativa entre 1985 e 1994, particularmente a Holanda.

A pouca apetência da população portuguesa pela leitura de jornais, é também evidenciada pelo Estudo Nacional de Literacia, realizado em 1994. De acordo com os dados obtidos, verifica-se que 41% dos indivíduos indicaram que “raramente” ou “nunca” lêem um jornal.

*Número provisório ou estimado.
Fonte: UNESCO-Anuário Estatístico

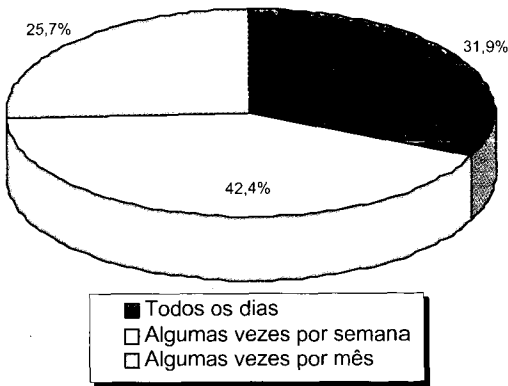
Gráf. 12.17-Hábitos de leitura de jornais, revistas e livros (%) (1994)



Fonte: ICS-Estudo Nacional de Literacia

São principalmente os homens que com maior frequência lêem jornais; dos que indicam que “raramente” ou “nunca” lêem um jornal 66%, são indivíduos do sexo feminino; do total de indivíduos que lê jornais, 32% lê todos os dias, percentagem que aumenta para 42% quando se trata de ler “algumas vezes por semana”.

Gráf. 12.18-Hábitos de leitura dos indivíduos que frequentemente lêem jornais (1994)



Fonte: ICS-Estudo Nacional de Literacia

Alargando esta análise a outros tipos de leitura, os dados indicam que sobe a percentagem dos que “raramente” ou “nunca” lêem uma revista ou um livro (49% e 69%, respectivamente).

Fazendo uma análise por nível de instrução e excluindo a categoria “sem grau”, a qual é sempre superior a 80% qualquer que seja o tipo de leitura considerado, verifica-se que, mesmo entre os indivíduos com um nível de ensino igual ou superior ao secundário, a percentagem dos que indicam que “nunca” ou “raramente” lêem um livro é ainda superior a 40%.

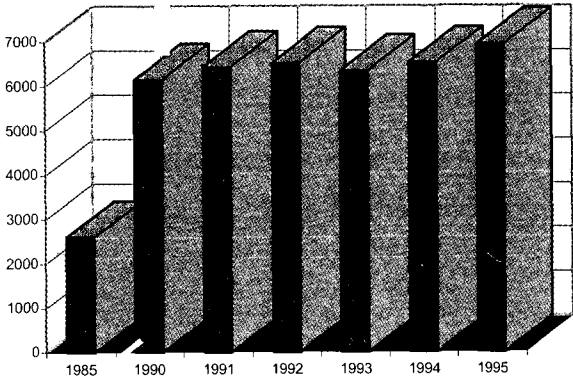
Quadro 12.3-Hábitos de leitura de jornais, livros e revistas, por grau de ensino (%) (1994)

Graus de ensino	Raramente ou nunca lê		
	Jornais	Revistas	Livros
Sem grau	84,3	86,7	98,0
Básico 1.º ciclo	47,3	62,2	85,8
Básico 2.º ciclo	40,0	40,8	66,7
Básico 3.º ciclo	21,0	25,9	46,1
Secundário	15,0	17,6	29,9
Superior	6,7	9,6	11,3

Fonte: ICS-Estudo Nacional de Literacia

Por outro lado, e analisando o número de títulos editados (livros), verifica-se uma evolução crescente entre 1985 e 1990, para a partir daí se registar uma relativa estabilidade.

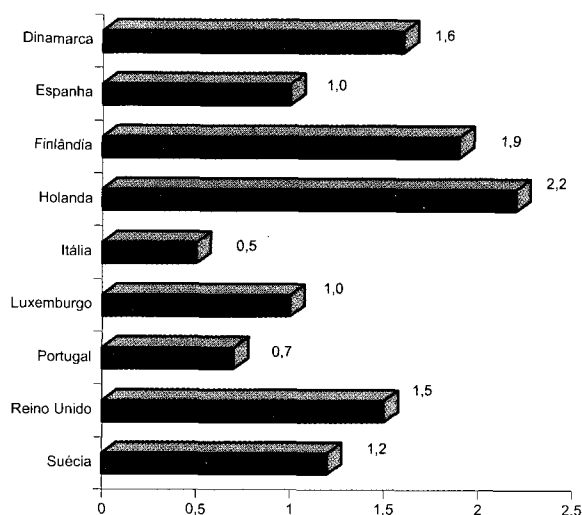
Gráf. 12.19-Títulos editados (Nº) (1985, 1990-1995)



Fonte: APEL (Associação Portuguesa de Editores e Livreiros)

Se compararmos com o que se passa nos restantes países da União Europeia para os quais se dispõe de informação, e considerando o ano de 1994, verifica-se que apenas a Itália (0,5) registou um valor inferior ao do nosso país (0,7 títulos, por 1000 habitantes).

Gráf. 12.20-Número de títulos editados, por 1000 habitantes, em alguns países da União Europeia (1994)



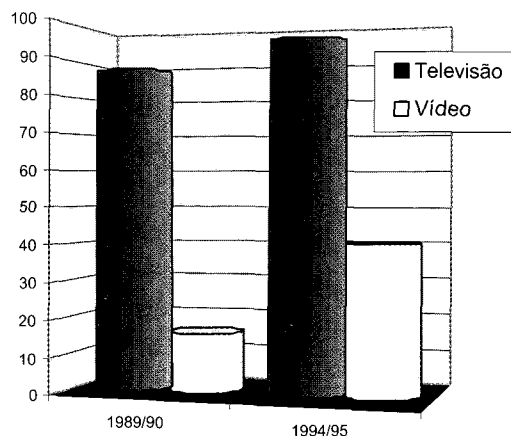
Fonte: UNESCO-Anuário Estatístico

12.6 - EQUIPAMENTO DAS FAMÍLIAS

Enquanto “equipamento cultural”, a televisão e o vídeo têm entrado nos lares das famílias portuguesas com dinâmicas diferentes. De acordo com o resultado do Inquérito aos Orçamentos Familiares de 1989-1990, a televisão já existia em 87,3% dos lares, enquanto que o vídeo só estava presente em 16%.

Dada a expansão registada após aquela data (mais do dobro), o vídeo surge como equipamento das famílias, em 1994/95, em 40,7% dos casos, enquanto que a televisão apenas não existe em 4,7% dos lares.

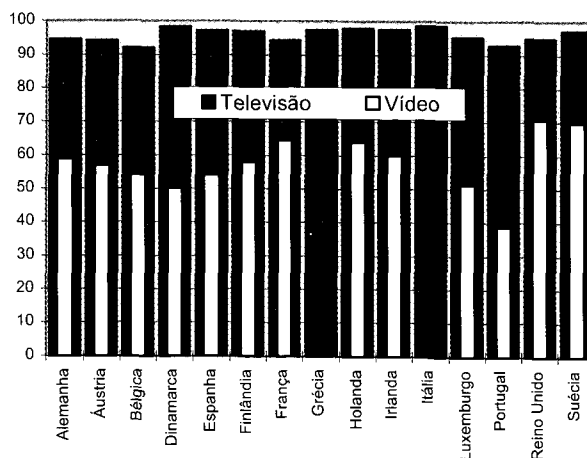
Gráf. 12.21-Agregados familiares equipados com televisão e vídeo (%) (1989/90, 1994/95)



Fonte: INE-Inquérito aos Orçamentos Familiares

Relativamente a 1994, verifica-se que em outros países da comunidade, tal como em Portugal, a televisão está muito mais generalizada do que o vídeo. Em média, a televisão existe em 95% das famílias, enquanto que o vídeo não atinge os 60%, na maioria dos países.

Gráf. 12.22-Agregados familiares equipados com televisão e vídeo, na União Europeia(*) (%) (1994)



(*) Dados não disponíveis para vídeo, relativamente à Grécia e Itália; em relação à Bélgica, os dados referem-se a 1993, para o vídeo.

Fonte: EUROSTAT-Estatísticas do Audiovisual

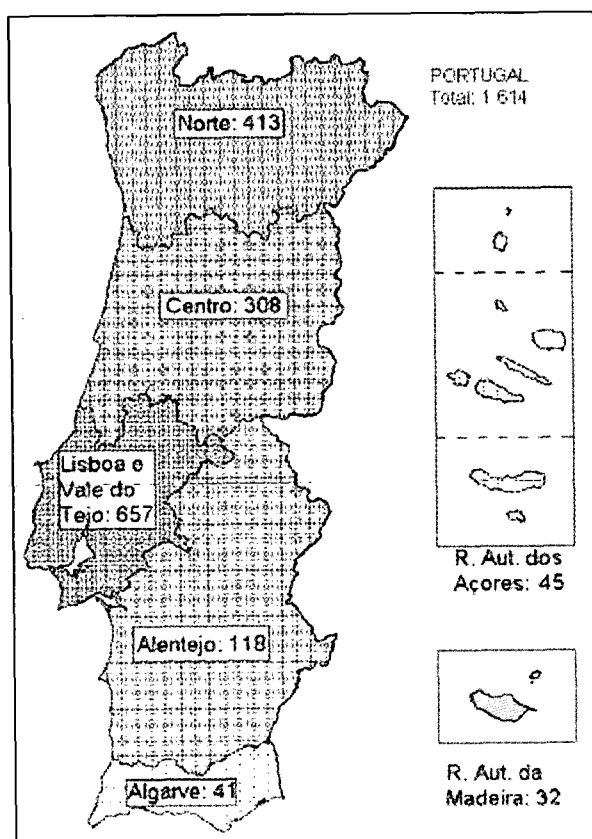
12.7 - BIBLIOTECAS

Um outro aspecto ainda ligado à cultura é o que se prende com a utilização de bibliotecas.

Em 1995, Portugal dispunha de 1 614 bibliotecas em actividade, das quais 40,7% se situavam na região de Lisboa e Vale do Tejo. As regiões autónomas, no seu conjunto, não chegaram a somar 5% do total nacional.

Entre 1990 e 1995, o número de bibliotecas cresceu cerca de 25%, sendo o acréscimo particularmente importante no âmbito das bibliotecas especializadas (37,1%) e escolares (28,1%).

Gráf. 12.23-Número de bibliotecas,
por região - (NUTS II)
(1995)



Fonte: INE-Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio

Quadro 12.4-Número de bibliotecas e sua classificação
(1990-1995)

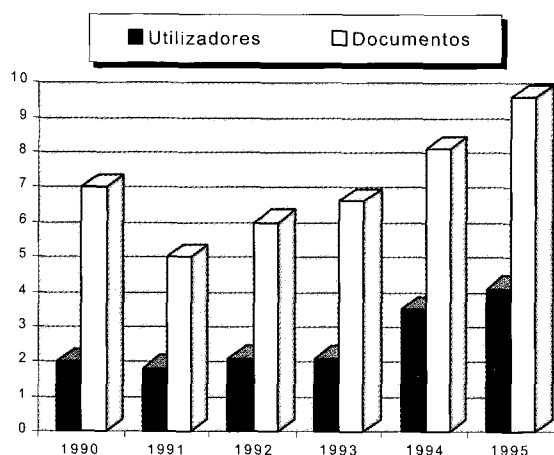
	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Total	1 287	1 334	1 531	1 598	1 600	1 614
Nacionais	1	1	1	1	1	1
De ensino superior	204	192	227	242	236	232
Especializadas	229	262	332	328	302	314
Escolares	675	712	809	858	865	865
Públicas	167	160	156	161	186	191
Outras	11	7	6	8	10	11

Fonte: INE-Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio

O número de **utilizadores** deste tipo de serviço quase duplicou entre 1990 e 1995 e o número

de documentos consultados atingiu 9,6 milhões neste último ano.

Gráf. 12.24-Utilizadores e documentos consultados em bibliotecas (10^6) (1990-1995)

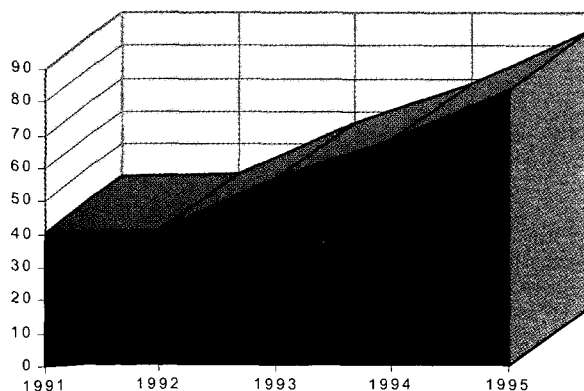


Nota: Até 1993, o número de utilizadores refere-se a utilizadores inscritos.

Fonte: INE-Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio

Restringindo a análise apenas às bibliotecas públicas, dada a relevância que estas ocupam (número de documentos existentes, utilizadores e empréstimos), verifica-se que, cada vez mais, a população recorre a este tipo de bibliotecas; em 1991, efectuaram-se 40 empréstimos por cada 1000 habitantes, número que mais do que duplicou quando se chega a 1995 (84).

Gráf. 12.25-Número de empréstimos a utilizadores, em bibliotecas públicas, por 1000 habitantes (1991-1995)

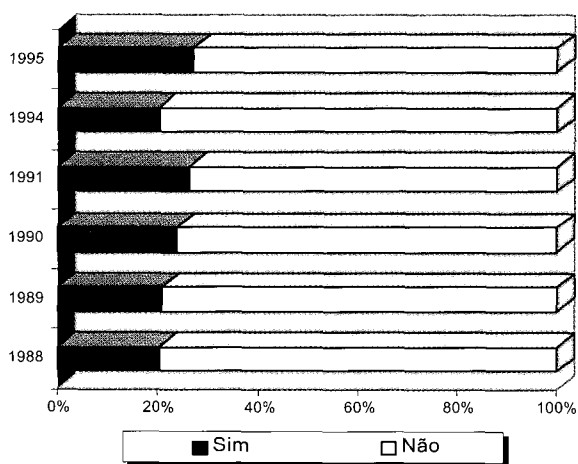


Fonte: INE-Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio

12.8 - LAZER

Entre 1988 e 1995, a percentagem de portugueses que gozou férias fora da sua residência habitual tem vindo a aumentar, embora se mantenha a um nível muito pouco significativo: em 1995 mais de 70% dos portugueses não "partiu" para férias.

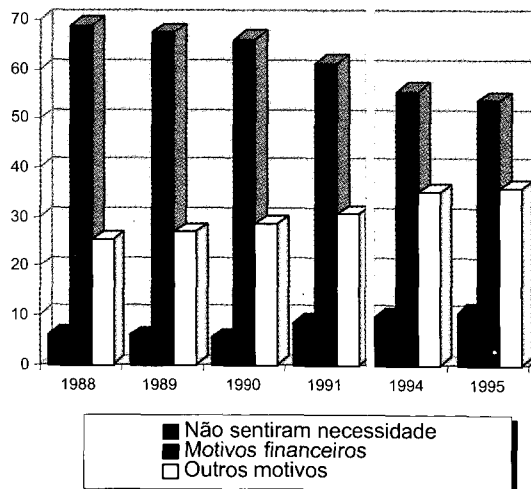
Gráf. 12.26-Indivíduos que fizeram férias, fora da sua residência habitual - Continente (1988-1991, 1994-1995)



Fonte: INE-Inquérito às Férias

Entre os motivos invocados para o "não fazer férias", as "razões financeiras", surgem à cabeça (54%), havendo, por outro lado, 10% de indivíduos que indicam como razão "não sentir necessidade".

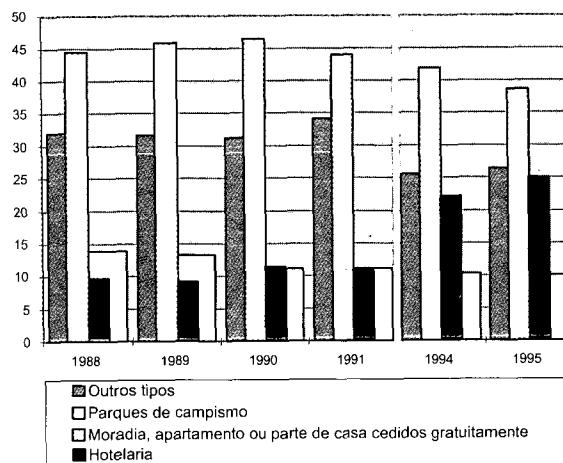
Gráf. 12.27-Indivíduos que não fizeram férias, segundo o motivo - Continente (%) (1988-1991, 1994-1995)



Fonte: INE-Inquérito às Férias

Gráf. 12.28-Indivíduos que fizeram férias em Portugal, ou estrangeiro, ou repartidas entre ambos, segundo o tipo de alojamento (%)
(1988-1991, 1994-1995)

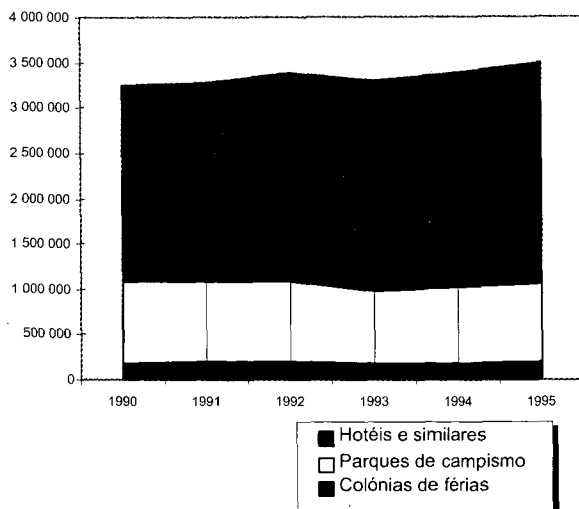
A opção de fazer férias em “casa ou apartamento, cedidos gratuitamente” é a principal opção dos portugueses que fazem férias fora da residência habitual (38,7%). O recurso a unidades hoteleiras ou similares está em segundo lugar, com 25,0% em 1995, enquanto, em 1988, apenas 9,6% utilizou este tipo de instalação para as suas férias principais. Os parques de campismo foram, até 1989, a terceira opção para fazer férias, tendo vindo a perder importância relativa, desde então.



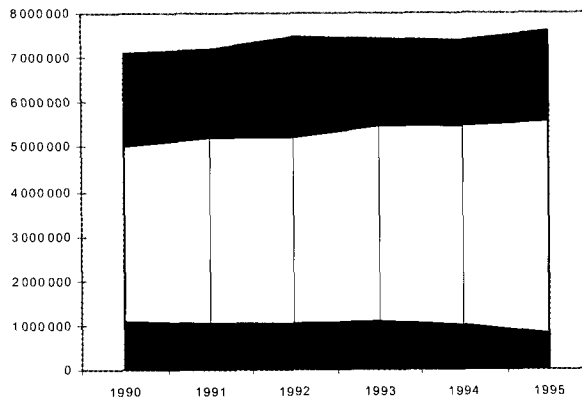
Fonte: INE-Inquérito às Férias

Por outro lado, e analisando quer o número de **hóspedes** e respectivas **dormidas**, quer o número de **campistas** e **dormidas**, tal como indicam as estatísticas do turismo, verifica-se que a utilização dos hotéis e estabelecimentos similares registou, entre 1990 e 1995, uma evolução positiva da ordem de 7% tanto para os hóspedes como para as dormidas; os mesmos indicadores, mas para a utilização de parques de campismo mostram uma evolução diferente: reduz-se o número de dormidas (-3,3%) mas em contrapartida aumenta a duração média de estadia (as dormidas sofreram um acréscimo de 11,2%).

Gráf. 12.29-Hóspedes em estabelecimentos hoteleiros, parques de campismo e colónias de férias (Nº)
(1990-1995)



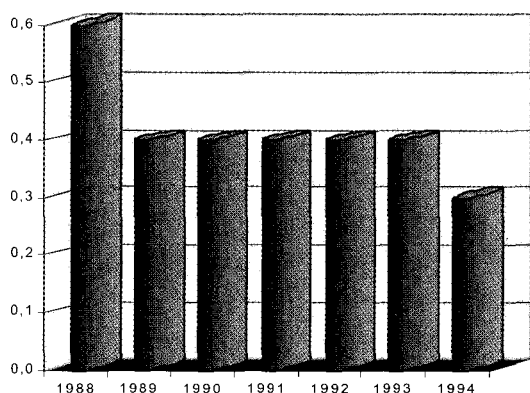
Gráf. 12.30-Número de dormidas de residentes nacionais em estabelecimentos hoteleiros, parques de campismo e colónias de férias (Nº)
(1990-1995)



Fonte: INE-Estatísticas do Turismo

No que respeita ao montante que as famílias despenderam em **viagens turísticas**, verifica-se que, o “orçamento” para este tipo de despesas cresceu 20% entre 1988 e 1994. Todavia, quando se analisa em termos de proporção do consumo final das famílias, constata-se que, se em 1988 ainda representou 0,6% do total, em 1994 cai para metade, mantendo-se estável nos anos intermédios.

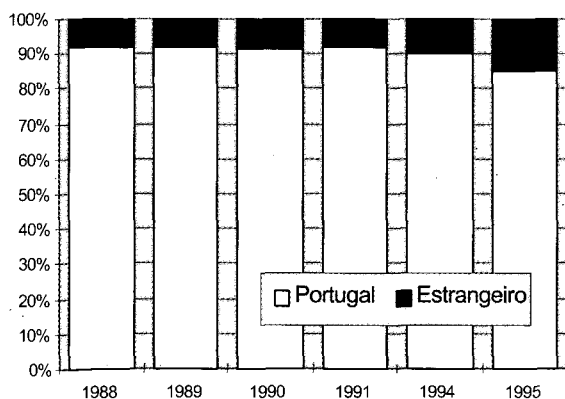
Gráf. 12.31-Despesas das famílias em viagens turísticas, em percentagem do consumo final (1988-1994)



Fonte: INE-Contas Nacionais

A esmagadora maioria da população portuguesa faz as suas férias no país (84,4% em 1995), embora, relativamente a 1988, a percentagem dos que escolhem o estrangeiro para férias tenha quase duplicado (de 8,0% em 1988 para 14,8% em 1995).

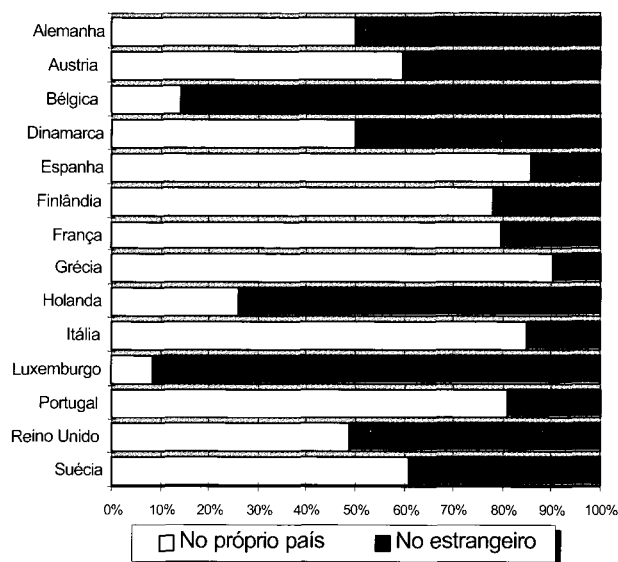
Gráf. 12.32-Destino de férias dos portugueses (1988-1991, 1994-1995)



Fonte: INE-Inquérito às Férias

Portugal não é, todavia, o país que lidera a “preferência” por férias nacionais; em 1994, com percentagem superior à apurada para o nosso país (80,81%) estão a Grécia (90,33), a Espanha (85,85) e a Itália (85,14%). No lado oposto, ou seja os países em que a maior percentagem da sua população faz férias no estrangeiro, estão o Luxemburgo (91,66), a Bélgica (86,97) e a Holanda (73,81%)

Gráf. 12.33-População residente, segundo o destino de férias(*), na União Europeia(**) (1994)



(*) No próprio país - Noites passadas pelos residentes no seu próprio país, em relação ao total de noites passadas pelos residentes (dentro e fora do seu país).

No estrangeiro - Noites passadas em hotéis e estabelecimentos similares nos outros países da União Europeia e ainda na Noruega, Islândia e Suíça, em relação ao total de noites passadas pelos residentes (dentro e fora do seu país).

(**) Dados não disponíveis relativamente à Irlanda.

Fonte: EUROSTAT-Base de dados

CONCEITOS

Biblioteca:

Considera-se biblioteca, seja qual for a sua designação, toda a colecção organizada de livros periódicos impressos ou de quaisquer outros documentos, nomeadamente gráficos e audiovisuais, assim como os serviços do pessoal que facilitem a consulta desses documentos pelos utilizadores, com fins de informação, investigação, educação ou recreio.

Férias:

Por férias entende-se a saída do local de residência habitual, durante pelo menos quatro noites consecutivas, com fins recreativos ou de repouso, mesmo que a estes estejam associados outros motivos como, por exemplo, a participação em actividades culturais ou desportivas (como espectador), visita a familiares, viagem de núpcias, etc..

Uma estada de quatro ou mais noites em determinado local, antes ou depois de uma viagem de negócios ou de estudo, é considerada como férias.

Não são consideradas férias:

- As estadas fora da residência habitual por razões profissionais, cujas despesas são geralmente suportadas pela entidade patronal e que estão sujeitas a determinadas directivas em matéria de duração, local do destino, horários, etc.;
- As estadas por outros motivos, mesmo com carácter turístico, desde que tenham um fim utilitário, ou que impõe a quem as faz certas obrigações. Incluem-se neste caso as estadas por razões de saúde, estudo, familiares ou outros;
- As estadas que os indivíduos a cumprir o Serviço Militar Obrigatório façam no seu domicílio habitual, após obtenção de licença.

No caso de as férias serem repartidas por mais de um período, recolhe-se informação para cada um deles. A análise faz-se tendo em conta a globalidade dos períodos de férias.

Museu:

Instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, e que faz investigação relativa aos testemunhos materiais do homem e do seu meio-ambiente, adquire-os, conserva-os, informa e nomeadamente expõe para fins de estudo, educação e recreio. Além dos museus designados como tal, as instituições seguintes são igualmente reconhecidas pelo Conselho Internacional de Museus como sendo similares aos museus:

- Institutos de conservação e galerias de exposição dependentes de bibliotecas e de centros de arquivo;
- Lugares e monumentos arqueológicos, etnográficos e naturais e lugares e monumentos históricos com carácter de museus pelas suas actividades de aquisição, de conservação e divulgação;
- Instituições que apresentem espécimes vivos, tais como jardins botânicos e zoológicos, aquários, viveiros, etc.;
- Reservas naturais;
- Centros científicos e planetários.